



O 28 de Setembro

Edição comentada e t raduzida
dos telegramas da Embaixada dos
EUA em Portugal, revelados nos
Kissinger Cables do *WikiLeaks*



O 25 DE ABRIL VISTO DA EMBAIXADA NORTE-AMERICANA

O 28 de Setembro

Do golpe Palma Carlos à demissão de Spínola

O 28 DE SETEMBRO É A SEGUNDA TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO CONTRA O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS (MFA) E, NO FUNDO, CONTRA O 25 de Abril, esta claramente derrotada pela Aliança Povo-MFA. A próxima tentativa, a 11 de Março de 1975, será tratada no próximo volume. O 28 de Setembro é aqui relatado por muitos daqueles que mais tarde tentariam desvalorizar a tentativa de golpe de Estado e os seus objectivos profundamente reaccionários, podendo ainda acompanhar a sua preparação.

Tudo isto num quadro em que a embaixada começa a perceber distintamente o papel decisivo do MFA e da sua Comissão Coordenadora. E em que a visão profundamente colonialista de Spínola cava um crescente fosso com o MFA, ao mesmo tempo que aglutina à sua volta tudo o que de pior existe em Portugal.

Percebe-se também o nascer da compreensão – na embaixada e no Departamento de Estado – de que a questão central é dividir o MFA para poder ter esperanças de travar a Revolução portuguesa e a construção de um país mais soberano e mais democrático. O que a preocupa nas movimentações de Spínola é exactamente elas reforçarem essa unidade do MFA.

Percebe-se ainda que a embaixada tem perfeita consciência de que, se depender do MFA, em 1975 haverá eleições para a Assembleia Constituinte. Mas ela teme o resultado dessas eleições. O papão da ditadura comunista não é mais que isso mesmo: um papão. O que os EUA temem é uma democracia não

tutelada, que se possa atrever a coisas inimagináveis, como sair da NATO, acabar com as bases estrangeiras em Portugal ou comprar trigo à URSS.

Entretanto, à volta da embaixada continua a rastejar uma legião de informadores e traidores, dignos herdeiros dos que no século XIV lutaram por Castela. Pela frente, encontram a Aliança Povo-MFA e um primeiro-ministro que anos mais tarde, já em tempos de contra-revolução bem avançada, escreveria um trabalho sobre essa outra Revolução, que termina com estes parágrafos:

«Como a nobreza portuguesa em 1383-85, a grande burguesia monopolista dos nossos dias não hesita em comprometer a independência nacional à restauração, conservação e reforço dos seus interesses de classe, que são o seu enriquecimento e o seu domínio da sociedade portuguesa, tendo por base a opressão e a exploração das mais amplas camadas do nosso povo, ou seja, das camadas não monopolistas.

Hoje, são a classe operária, os trabalhadores, as camadas não monopolistas da nossa população os legítimos herdeiros da tradição patriótica dos burgueses, dos mesterais, dos camponeses sem terra, dos assalariados que lutaram pela independência da nossa Pátria contra a classe dominante do seu tempo, a nobreza de Portugal e de Castela, e venceram.»

Como venceram a 28 de Setembro de 1974.

1974LISBON

Julho

03030_b	Tomada de posse do novo Governo Provisório	17
03036_b	Informação Biográfica dos membros do Segundo Governo Provisório	21
03031_b	Exército Português requer informação legal	27
03054_b	Quadro Económico	28
03076_b	Brasil reconhece a Guiné-Bissau	32
03079_b	Conversa do Embaixador com o novo primeiro-ministro	33
03081_b	Comentários de Soares sobre o novo governo	35
03085_b	O Ministério da Educação: Breve retrato de uma instituição num caos	37
03096_b	Primeiro-ministro e Presidente reforçam necessidade de ordem, disciplina e trabalho nos discursos de investidura	39
03095_b	Secretários de Estado nomeados: poucas mudanças realizadas	44
03099_b	Portugal suspende relações diplomáticas com o Malawi	48
03112_b	Trabalhadores ocupam fábrica central de Soja	49
03118_b	Governador militar da Guiné declara que solução federalista para o território não é viável	51
03119_b	E ainda se forma mais um Partido centrista	54
03124_b	Líder cristão democrático angolano contacta a Embaixada	57
03126_b	Fundação Gulbenkian atingida	59
03141_b	Dificuldades laborais em filial da U.S. Electronics (Applied Magnetics)	61
03150_b	Restantes secretários de Estado apontados	64
03151_b	Avaliação dos novos secretários de Estado	66
03167_b	Sardinhas soviéticas contribuíram para acabar com a greve dos pescadores	68
03168_b	Nota portuguesa sobre a suspensão de relações com o Malawi	72

03169_b	Representantes do MFA no Conselho de Estado	74	03277_b	Acabou a greve na Fundação Gulbenkian	115
03170_b	Relatório da situação na Applied Magnetics (AM)	76	03279_b	Rosa Coutinho preside a Junta de Angola	116
03177_b	Novo Chefe militar de Angola não exclui a participação dos movimentos de libertação no governo	78	03281_b	Contribuição da Alemanha Oriental para a Intersindical	117
03183_b	Discurso do Presidente Spínola sobre os territórios do Ultramar	79	03286_b	Relatório sobre a situação na Applied Magnetics	118
03189_b	Negociações dos Açores	81	03292_b	Mais desenvolvimentos na greve da Central Soja	120
03195_b	Informação biográfica dos membros da Junta de Moçambique	83	03299_b	Governo português suspende a publicação de três jornais lisboetas	121
03197_b	Reacções nos territórios portugueses ao discurso de Spínola	85	03300_b	Don Juan pede para ver encarregado da embaixada	124
03198_b	Nova Lei Constitucional reconhece direito à independência das colónias	89	03301_b	Guiné-Bissau na ONU	125
03208_b	Companhias de distribuição de gasolina pagarão mais aos vendedores	90	03313_b	Tradução portuguesa de Solzhenitsyn	128
03212_b	Comentários do Ministro das Finanças sobre a Economia Portuguesa	91	03314_b	Leis e política económica	129
03217_b	Principais projectos: ponto de situação do Aeroporto de Lisboa	94	03315_b	O Governo português diferencia o processo de descolonização em cada território africano e especifica os parceiros de negociação	131
03233_b	Jornal afirma que o acordo das Lajes já foi decidido pelo Governo	96	03319_b	Artigo do Expresso sobre as negociações da Base das Lajes	133
03242_b	Conselho de Estado adopta regras internas, e clarifica o seu âmbito de competências	97	03322_b	A imprensa estabelecida emerge vitoriosa, jornal extremista paga o preço	135
03251_b	A URSS abre missão diplomática	101	03328_b	Comentários de Soares ao comunicado Waldheim	138
03255_b	Fraca presença em manifestação de apoio à decisão do Governo de reconhecer o direito das colónias à independência	102	03336_b	Guiné-Bissau na ONU	140
1974LISBON			03341_b	Pedido de Don Juan para ver o encarregado	142
Agosto			03349_b	Análise ao jornalismo português: 25 de Abril a 25 de Julho 1974	146
03261_b	Eleições para a maior associação portuguesa: demonstração impressionante da competência e organização do centro político	105	03362_b	Guiné-Bissau: Candidatura à ONU	149
03273_b	Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho fala à imprensa sobre as origens do Golpe de 25 de Abril	109	03364_b	O estilo português de divórcio	151
03274_b	Otelo Carvalho conta à imprensa o papel do General Costa Gomes e Spínola no golpe de 25 de Abril	112	03373_b	Applied Magnetics Portugal – Uma aparente casualidade	154
			03375_b	Deputado do SPD da Alemanha Ocidental nega entrega de armas a Portugal	157
			03392_b	O Governo português trava uma marcha da extrema-esquerda	158
			03394_b	Prestes a ser nomeado o líder da Junta de Moçambique	160
			03398_b	Dirigente do Partido Socialista sobre a negociação da Base das Lajes	161

03406_b	Ministro da Comunicação Social demite esquerdista Director-Geral da Cultura e Entretenimento Popular	163	03575_b	Rumores sobre a resignação de Spínola	209
03408_b	Alcançado acordo Portugal - PAIGC	166	03582_b	O Governo português começa a nomear os novos governadores civis	211
03409_b	Acordo Portugal - PAIGC	169	03589_b	Disputa laboral envolvendo as companhias aéreas estrangeiras	213
03436_b	Reconhecimento da Guiné-Bissau	170	03590_b	O primeiro-ministro sobre as questões económicas	215
03454_b	Anunciado o calendário do Governo português para a descolonização de Angola	171	03598_b	Agitação nos círculos militares portugueses	219
03467_b	Applied Magnetics Portugal	172	03615_b	Negociações Portugal/Guiné-Bissau	222
03469_b	Partidos políticos manobram pelo melhor posicionamento para as próximas eleições	173	03616_b	O Governo português e a Frelimo próximos de um acordo	224
03476_b	Negociações da Base dos Açores: Comentário do ministro dos Negócios Estrangeiros	179	03617_b	Imprensa e partidos portugueses reagem à importante declaração económica do Governo	226
03479_b	Ministro dos Negócios Estrangeiros Soares em Dar es Salaam para negociar com a Frelimo	182	03619_b	Encontro de Spínola com Mobutu62 em Cabo Verde	229
03481_b	Manifestação pró-MPLA dissolvida pelo Governo	183	03621_b	Sobre o consulado Soviético nos Açores	230
03488_b	Estabelecimento de Associação de Amizade Portugal-Alemanha Oriental	184	03641_b	Portugal deu luz verde à Igreja Mórmon	231
03497_b	Proposta de Programa: convidar os responsáveis das campanhas eleitorais a observar as eleições dos EUA	186	03644_b	Ministros das Finanças e da Economia falam sobre economia	232
03498_b	Reacções políticas e na imprensa do tiroteio contra a reunião pró-MPLA	189	03650_b	Perspectiva de um líder do MFA	236
03505_b	Pedido da Força Aérea dos EUA para treinos de baixa altitude em Portugal	191	03659_b	Transporte aéreo das tropas desde a Guiné	239
03523_b	Negociações do Governo português com a Frelimo	192	03671_b	Bomba explode a Norte	242
03527_b	Conselho de Radiodifusão Livre: facilidades de retransmissão em Portugal	194	03686_b	Reunião anual do BIRD/FMI	244
03530_b	A FLING planeia apoderar-se do poder na Guiné-Bissau	195	03687_b	Mobilização militar numa TAP paralisada por greve	246
03547_b	Imprensa e Governo trabalham juntos para limpar os jornais de esquerdistas	198	03700_b	Circula documento a exigir a abolição da Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas	249
03552_b	O Governo português espera cooperação dos profissionais para alcançarmos uma imprensa «responsável»	202	03702_b	Disputa laboral envolvendo a aviação estrangeira	252
03553_b	Antigo primeiro-ministro Palma Carlos sai do Partido Social Democrata Português	206	03706_b	Implementação de uma reforma fiscal parcial	254
03558_b	Jorge Jardim	207	03707_b	Conversa ao almoço com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, a 28 de Agosto	257
			03710_b	Nacionalização dos bancos portugueses de emissão	260
			03717_b	Socialistas e PPD saem do Movimento Democrático	261
			03718_b	A FSM planeia organizar «Conferência Mundial do Trabalho em apoio do povo chileno» em Lisboa de 11 a 15 de Setembro	264
			03729_b	Lei da greve promulgada	267

Setembro

03733_b	Comentários do ministro dos Negócios Estrangeiros sobre a Base das Lajes	273	03846_b	Reacção na metrópole aos acontecimentos em Moçambique	313
03710_b	Transporte aéreo das tropas portuguesas da Guiné-Bissau	274	03856_b	Governo português solicita assistência na reforma fiscal	317
03710_b	Participação portuguesa em seminário americano de juizes	275	03857_b	Carta presidencial de reconhecimento da Guiné-Bissau	318
03756_b	Desenvolvimentos sobre o aeroporto	276	03862_b	Comissão Nacional de Descolonização criada sob a égide de Spínola	319
03770_b	Direita portuguesa unifica-se	278	03866_b	Carta presidencial de reconhecimento da Guiné-Bissau	321
03778_b	Apreendidas na Beira armas da República da China para o Malawi	280	03868_b	Governo restringe ainda mais as despesas dos turistas portugueses no estrangeiro	322
03782_b	Viagem/Seminário sobre as eleições de 1974 nos EUA	282	03885_b	Documento exige a abolição da Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA)	323
03792_b	Acordo Frelimo-Portugal em Moçambique	284	03889_b	Decreto-Lei garante liberdade de reunião	324
03793_b	Reunião Spínola-Mobutu	286	03890_b	Forma-se nova coligação de direita sob a égide do General Deslandes	325
03800_b	Partido Comunista queixa-se da existência de campanha anti-comunista	287	03903_b	A política portuguesa de população	328
03804_b	Governo termina com o congelamento salarial	289	03906_b	Espera-se a libertação do prisioneiro cubano Peralta	329
03812_b	Empresa dos EUA fecha subsidiária em Portugal	290	03907_b	Discurso de Spínola ataca governos de um partido e os extremistas	330
03813_b	Disputa laboral na Blue Bell Portugal, uma subsidiária de empresa dos EUA	291	03908_b	Portugal questiona sobre a possibilidade de compra directa de cereais	337
03816_b	Decreto-Lei define competências do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas	293	03912_b	A violência irrompe em São Tomé e Príncipe	339
03817_b	Conversa do DATT com o Chefe de Estado-Maior da Força Aérea	295	03914_b	Presidente da Internacional Socialista visita Portugal	340
03820_b	Cerimónia da independência da Guiné-Bissau	299	03915_b	Esperada a libertação do capitão cubano Peralta	341
03825_b	Ponto de situação da greve nas companhias aéreas estrangeiras	301	03924_b	Questões portuguesas na 29.ª Assembleia-Geral da ONU	342
03828_b	Reunião anual do FMI e do BIRD	302	03929_b	Posição Portuguesa em questões-chave na ONU	345
03830_b	Negociações da Base das Lajes	304	03930_b	Nomeado alto-comissário para Moçambique	348
03831_b	Mensagem presidencial na independência da Guiné-Bissau	307	03933_b	Acontecimentos em Moçambique	350
03834_b	Ministro dos Negócios Estrangeiros cubano visita Lisboa	309	03934_b	Mensagem Presidencial sobre a independência da Guiné-Bissau	352
03835_b	Termina a greve contra as companhias aéreas estrangeiras	310	03949_b	Nacionalização dos bancos portugueses emissores	353
03840_b	Portugal e o Conselho da Europa	311	03951_b	Dirigente do Governo faz amplo esboço dos planos de desenvolvimento	354
			03959_b	Peralta libertado e a caminho de Havana	355

03966_b	Delegação portuguesa visita a Comunidade Europeia	357	04099_b	Spínola vai assumir um papel mais directo no processo de descolonização	409
03971_b	Reacção ao discurso de Spínola a 10 de Setembro	359	04131_b	Visita do ministro das Finanças aos EUA	411
03972_b	Reunião de Mário Soares com o secretário [Kissinger]	362	04142_b	Manifestação pró-Spínola: Crescem os rumores de mudanças no Governo Provisório	412
03984_b	Major Pedro Pires	365	04148_b	Mais publicações multadas ou suspensas	413
03991_b	Rumores sobre crescentes divergências no interior do PCP	366	04158_b	Funcionário da embaixada maltratado	416
03996_b	Crédito internacional disponível	367	04159_b	Relatório sobre a situação da Blue Bell de Portugal	419
04003_b	Situação do Reader's Digest em Portugal	369	04167_b	Forças anti-Spínola ateam confusão numa tourada	420
04013_b	Reunião Spínola-Mobutu	370	04169_b	Comentários do líder do Partido Comunista Português	422
04015_b	Assuntos portugueses na AG ONU	372	04170_b	Levantar o embargo de armas a Portugal	423
04023_b	Entrevista na imprensa do embaixador soviético em Portugal, Arnold Kalinin	373	04172_b	Proposta de projecto: convidar responsáveis de campanha eleitoral portuguesas a visitar os EUA	426
04026_b	Mensagem ao novo governo de Moçambique	375	04173_b	Os socialistas convidaram os jugoslavos e Carlos Altamirano, líder socialista chileno, para visitar Lisboa	428
04030_b	O Governo bane partido político de extrema-direita	376	04177_b	Spínola dá mais um passo no processo de descolonização de Angola	429
04037_b	Relações portuguesas com o bloco comunista	378	04179_b	Problemas laborais na TAP provocam nova crise	430
04041_b	Provável política do Governo português para Timor	381	04181_b	Possível tentativa de golpe I	434
04042_b	Governo português impõe programa de controlo de rendas	383	04182_b	Possível tentativa de golpe II	437
04064_b	Aparecem cartazes a apelar a uma manifestação pró-Spínola	384	04183_b	Análise preliminar à crise de 28 de Setembro	440
04065_b	Rosa Coutinho em rota para Lisboa para entregar documento sobre a descolonização de Angola	388	04184_b	SITREP III	444
04076_b	A visão de Spínola sobre o levantamento de Moçambique	389	04185_b	Spínola pede apoio dos EUA	447
04077_b	Resumo da Semana do Chile (4 a 11 de Setembro) em Portugal	390	04193_b	Presidente Spínola renuncia	450
04078_b	Tropas portuguesas partiram de Macau: Pequim adia o reconhecimento	392	04198_b	SITREP IV	451
04081_b	Análise da economia portuguesa	394	04201_b	SITREP V	455
04085_b	Atribuir bolsa para líderes a Francisco Sá Carneiro	404	04206_b	SITREP VI: Costa Gomes dirige-se à Nação	456
04088_b	Projecto de Lei de Imprensa - possível efeito nas firmas dos EUA, particularmente na Reader's Digest	405	04207_b	SITREP VII: Análise do discurso de resignação de Spínola	458
04097_b	Publicada Lei de Imprensa	406	04209_b	Rumores de uma conspiração para assassinar o primeiro-ministro Gonçalves	461
04098_b	Tratamento pela imprensa dos comentários de Soares sobre os Açores	407			

1974LISBON

Outubro

04221_b	Primeiro-ministro Gonçalves promete que não haverá mudanças significativas na sequência da crise	465
04226_b	Presidente Costa Gomes fala à Nação	468
04227_b	Contacto inicial com o Presidente Costa Gomes	471
04246_b	Ministro do Trabalho fala no Clube Americano	475
04260_b	Reunião do ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, com o corpo diplomático	478
04275_b	COPCON assalta sede do Partido do Progresso: encontra cocktails molotov e lista de armas	481
04309_b	Cronologia dos principais acontecimentos que levaram à abortada tentativa de golpe pelo Presidente Spínola e a sua subsequente resignação	482

ANEXO

Memorando para o Presidente pelo assistente do Presidente	493
Memorando preparado para a Comissão 40	500
Memorando do assistente do Presidente para questões de Segurança Nacional para o Presidente Ford	505



1974LISBON

Julho



TELEGRAMA 1974LISBON 03030_b

TÍTULO Tomada de posse do novo Governo Provisório

DATA 18-07-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O Presidente Spínola deu hoje posse ao novo primeiro-ministro e ao novo Governo. Ampla coligação política mantida no novo governo, onde a presença militar é o facto mais destacado (8 de 17 Ministros são militares). A orientação política do novo governo só se tornará clara quando tomar decisões em questões-chave como o Ultramar, Trabalho, Economia, Administração Local, os Media. Os membros militares do novo Governo são considerados de «liberais» a «de esquerda», este facto é de certa forma compensado com a saída de civis de esquerda. O novo Governo de Portugal prosseguirá, sem dúvida, com maior vigor o Programa do MFA no que respeita à democratização da vida política e social portuguesa e, nesse sentido, aparecerá como «de esquerda» aos entrincheirados interesses da era Salazar-Caetano. Contudo, duvidamos que os interesses dos EUA estejam em qualquer perigo.

1. A 17 de Julho, quatro dias depois da sua selecção como primeiro-ministro, e depois de um conjunto de atrasos em encontrar nomes para o Trabalho e a Educação, que fossem simultaneamente aceitáveis para o MFA, o Presidente e os partidos políticos, o Coronel Vasco Gonçalves apresentou a lista do Governo ao Presidente Spínola. O Presidente então anunciou a formação de um novo governo, que tomou posse a 18 de Julho às 11h locais.

2. O novo governo é composto por 17 ministros, oito dos quais militares, e quatro deles representavam o Movimento das Forças Armadas (MFA) no Conselho de Estado. (Nós entendemos que, de acordo com as regras prevaletentes no Conselho, o MFA agora escolherá substitutos dos

novos ministros, que não podem continuar no Conselho de Estado, estando no Governo). Os militares têm os lugares-chave de primeiro-ministro, Defesa, Trabalho, Comunicação Social (controlo dos *media*) e Administração Interna. O aumento dos militares, de um (Defesa) no primeiro governo para oito no segundo, é um claro sinal que o MFA assumiu responsabilidades para garantir a adesão ao seu programa. Vários líderes do MFA indicaram que não querem mais lutas internas e que pretendem que este Governo seja o último antes das eleições para a Assembleia Constituinte de Março de 1975.

3. A anterior coligação de PPD, comunistas e socialistas manteve-se no novo governo. Mário Soares (socialista) continua como ministro dos Negócios Estrangeiros, e Álvaro Cunhal (comunista) como ministro sem pasta. Magalhães Mota (PPD) passa da Administração Interna para ministro sem pasta. Cada partido perdeu um ministro: os comunistas perderam Avelino Gonçalves (Trabalho), o PPD perdeu o ministro sem pasta Sá Carneiro e os socialistas perderam Raul Rego (Comunicações). Com o desaparecimento de Pereira de Moura, o Movimento Democrático (MDP) não está representado no novo Governo. Outros que não continuam são Palma Carlos, Vieira de Almeida, Eduardo Correia, Manuel Rocha e Mário Murteira.

4. A presença de socialistas de facto aumentou, já que o ministro da Educação é socialista (apesar de não formalmente membro do PS). No entanto, os comunistas, o PPD e outros grupos podem recuperar das suas perdas com os secretários de Estado. (O Major Victor Alves disse à imprensa que o desaparecimento de representantes do MDP não deve merecer demasiada importância já que a exclusão não foi «deliberada», mas pela atenção se ter centrado na «escolha das pessoas certas»).

5. Um número de militares são conhecidos como, ou suspeitos de serem, intelectuais socialistas (o Major Antunes, talvez o primeiro-ministro e o Major Victor

Alves). Conjuntamente com os representantes dos partidos de esquerda dão ao Governo um toque mais de esquerda que o anterior. A tendência para a esquerda não deve, contudo, ser demasiado enfatizada. Os comunistas, só depois de muita luta estiveram de acordo em manter-se no governo sem a pasta do Trabalho. A partida de Pereira de Moura, considerado um comunista disfarçado, tem que ser considerada uma perda para a esquerda. O novo ministro da Administração Interna pronunciou-se como favorável a rápidas eleições para as câmaras municipais e freguesias, o que teria o efeito de dar a outros partidos a oportunidade de derrubar os órgãos instalados por aclamação em muitas localidades pelo MDP, dominado por comunistas. Os ministérios chave da Economia e das Finanças foram para centristas. No dia em que o Governo tomou posse, o antigo ministro da Educação Veiga Simão partiu para tomar o seu posto em Nova York como representante permanente nas Nações Unidas, apesar dos protestos, quer do PS¹ quer, especialmente, do PCP. Estes movimentos, a que a esquerda se opôs, são indicações de que o primeiro-ministro não é tão doutrinariamente de esquerda ou de que Spínola mantém um poder considerável para influenciar os acontecimentos, ou de ambas. Em qualquer caso, existem agora pistas concretas que aqueles que gozaram do poder sem a responsabilidade, escolheram ou foram obrigados pelos acontecimentos a aceitar a responsabilidade igualmente. Acreditamos que eles aplicarão com vigor o Programa do MFA (como sublinhado anteriormente), particularmente no que respeita à instalação das instituições democráticas e à rectificação das desigualdades sociais do passado. Aqueles que beneficiaram ou foram protegidos pelo anterior sistema terão sem dúvidas razões, no seu ponto de vista, para verem como «de esquerda» um regime que aplique um

¹ Teatro por parte do PS, que acabaria por levar Veiga Simão para um seu Governo.

Programa do MFA que promete a adopção de uma «estratégia anti-monopolista». No entanto, acredito que a dedicação «estritamente construtiva» do novo regime ao programa do MFA também se aplicará a disposições como o respeito pelas obrigações internacionais e, por isso, sinto que há razões para acreditar que os importantes interesses dos EUA não sofrerão sob o regime de Spínola/Gonçalves.

TELEGRAMA 1974LISBON 03036_b

TÍTULO Informação Biográfica dos membros do Segundo Governo Provisório

DATA 19-07-1974

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Segue uma informação biográfica dos ministros do segundo Governo Provisório. Fim do Sumário.

1. Primeiro-ministro: Coronel Vasco Gonçalves (Informado anteriormente)

2. Ministro sem pasta: Major Vítor Manuel Rodrigues Alves, membro do MFA no Conselho de Estado, 39 anos. Começou a carreira militar quando entrou na Academia Militar em 1954. Serviu em Moçambique (1958-1963) e Angola (1963-1966, 1967-1970), onde, além das medalhas acumuladas, defendeu «actividades socio-económicas para as comunidades africanas». Os seus estudos militares incluem cursos de contra-insurgência e contra-subversão. Parece que fala um inglês «aceitável», diz aquilo que pensa e não tinha medo de dizer o que pensava do antigo regime mesmo antes de 25 de Abril. O Major Vítor Alves viajou recentemente para o Brasil com o membro da Junta, Galvão de Melo, e foi citado pela imprensa brasileira (Brasília 4584) como sublinhando que, «se a esquerda ganha as eleições que decorrerão daqui a um ano, isso não fará qualquer diferença para as Forças Armadas, seremos o Exército de um país de esquerda». Na semana imediatamente após o Golpe, o Major Vítor Alves serviu como um dos dois porta-vozes da Junta para a imprensa. Desde então tem servido como porta-voz não oficial para a imprensa do Conselho de Estado, e, nesse papel, defendeu o recentemente adoptado Decreto-Lei interino sobre os *media* e a imprensa.

3. Ministro sem pasta: Major Ernesto Melo Antunes, também um membro do Conselho de Estado pelo MFA. Começou

a carreira militar em 1953 como estudante na Academia Militar. Serviço no ultramar limitado a Angola (1963-1965, 1966-1968 e 1971-1973). Os estudos militares incluíram a Guerra Subversiva. A anterior actividade política conhecida é apenas a tentativa, recusada pelos seus superiores, de ser candidato pelas listas da CDE nos Açores, onde a sua mulher nasceu. (Nessa altura, a CDE era um grupo alargado de forças oposicionistas que iam do centro até aos segmentos comunistas do espectro). Tem 41 anos e uma reputação de ser «liberal», para uns, e «de esquerda» ou «marxista», para outros. Entre os últimos encontra-se o ex-deputado Mota Amaral, que se apresenta como um amigo estreito e afirma ter a impressão que Melo Antunes será militante do Partido Socialista.

4. Ministro sem pasta: Álvaro Cunhal: continua na mesma posição que no governo anterior.

5. Ministro sem pasta: Joaquim Magalhães Mota, continua do primeiro governo, onde serviu como ministro da Administração Interna.

6. Ministro da Defesa: Mário Firmino Miguel², continua no mesmo cargo que no governo anterior.

7. Ministro da Coordenação Interterritorial, continua no mesmo cargo que no governo anterior.

² FIRMINO MIGUEL: Sairia do Governo na sequência do 28 de Setembro. Regressaria ao Ministério da Defesa no I, II e III Governos Constitucionais. Morreu em 1981, num acidente, quando era Chefe do Estado-Maior do Exército.

8. Ministro da Administração Interna: Tenente-Coronel Manuel da Costa Brás³, membro do MFA, 39 anos, é um dos mais novos militares da sua patente. A carreira militar começou em 1952 na Academia Militar. Serviu no ultramar em Angola (1965, 1966-1968) e Guiné (meio de 1970 – final de 1971). Durante o I Governo Provisório serviu como ajudante militar do primeiro-ministro Palma Carlos, e fez parte da Comissão Administrativa criada por iniciativa militar para supervisionar a RTP, depois dos militares decidirem que era preciso **restabelecer** o equilíbrio face a uma programação de TV de tendência de esquerda.⁴

9. Ministro da Justiça: Francisco Salgado Zenha, continua no mesmo cargo que no governo anterior.

10. Ministro da Economia: Dr. Emílio Rui Vilar foi secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo no anterior Governo. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, trabalhou para o Governo, entre 1966-1970, em áreas relacionadas com Transportes, mais tarde participaria em várias conferências da ONU e serviu ocasionalmente como chefe da delegação portuguesa. Desde 1970 está activo no privado (banca e comércio) e foi um fundador e o primeiro presidente do grupo liberal tecnológico conhecido como SEDES, onde muitos dos seus membros estão agora no partido centrista PPD. Tem 35 anos e está divorciado, fala um bom francês e um rudimentar inglês. O Dr. Vilar foi convidado a visitar os EUA sob o

³ MANUEL DA COSTA BRÁS: Do MFA. Foi ministro da Administração Interna nos II e III Governos Provisórios, e no 1º e 5º Governos Constitucionais. Seria um dos subscritores do Documento dos Nove. Foi Provedor de Justiça (75/76) e Alto-Comissário Contra a Corrupção (83/93).

⁴ Aqui a palavra-chave é este restabelecer – «Restore Balance» –, pois equilibrada era a do fascismo, na opinião da embaixada.

programa I.V., mas pediu que o convite fosse colocado em banho-maria. Esteve activo no Congresso Opositor de Aveiro em 1973, que antecedeu as eleições legislativas desse ano. Vilar é amigo e associado do anterior ministro da Coordenação Económica, Vieira de Almeida.

11. Ministro das Finanças: Dr. José da Silva Lopes, que foi secretário de Estado das Finanças no primeiro governo. Tem 42 anos e está casado. Formado em Economia e Finanças, especializou-se nesta área e serviu na delegação portuguesa que negociou a adesão à EFTA e os acordos com o Mercado Comum. Participou em algumas actividades da SEDES. Fala um bom inglês. O Dr. Lopes esteve para ir aos EUA em Setembro de 1970, numa visita internacional apoiada, que não se concretizou à última hora por questões profissionais. É considerado um dos principais economistas portugueses.

12. Ministro dos Negócios Estrangeiros: Mário Soares, continua no mesmo cargo que no governo anterior.

13. Ministro do Ambiente e dos Serviços Públicos: José Augusto Fernandes, uma figura militar que não tem sido associada com o MFA. Fernandes tem 54 anos, é engenheiro civil e a sua carreira militar tem sido dedicada aos caminhos-de-ferro. Esteve na Guiné, em 1962-1963, e em Angola, em 1969-1970. Politicamente desconhecido, mas considerado um centrista.

14. Ministro da Educação e da Cultura: Dr. Vitorino Magalhães Godinho⁵, um distinto historiador da economia, que passou muita da sua vida profissional em França. Tem 56 anos e chega a Lisboa depois de ensinar durante três

anos na Universidade de Clermont-Ferrand. Deu aulas em Portugal (Coimbra) entre 1960-1963, perdendo o seu lugar devido à sua oposição ao regime durante as perturbações universitárias de 1962. Antes disso (1947-1960) serviu como embaixador no Centro Nacional de Pesquisa Científica de Paris. Um observador prevê que não durará mais de dois meses neste trabalho, já que alegadamente tem falta da flexibilidade que a situação caótica no Ministério da Educação exigirá. É socialista, ainda que não seja membro do Partido Socialista.

15. Ministro do Trabalho: Capitão José Inácio da Costa Martins - Um membro da Força Aérea e do MFA, e um dos seus representantes no Conselho de Estado. O seu serviço no ultramar esteve limitado a Angola, onde esteve entre 1965-1969 (Luanda). Tem 36 anos. Um funcionário da embaixada que se encontrou com ele ficou com a ideia de que é simultaneamente auto-confiante (até pretensioso) e duro. Terá sido uma escolha de último minuto para o Trabalho, depois de Spínola ter vetado um comunista. Ele é o primeiro capitão desde 1917 a assumir um Ministério.

16. Ministra dos Assuntos Sociais: Dra. Maria de Lurdes Pintassilgo. Foi secretária de Estado da Cultura e Investigação no Primeiro Governo. É a primeira mulher ministro em Portugal, tem cerca de 45 anos, é solteira, fala um excelente inglês, e tem estado activa durante muitos anos em grupos de católicos e de mulheres. Ela é bem conhecida da embaixada, e tem sido um contacto valioso. Ela é igualmente engenheira. Em 1971 e 1972 foi membro das delegações de Portugal à ONU, e de 1969 a 1974 foi membro da Câmara Corporativa. É considerada como sendo centrista.

⁵ VITORINO MAGALHÃES GODINHO: Resistente anti-fascista, seria ministro dos II e III Governos Provisórios de onde se demitiria a 30 de Novembro de 1974. Foi Professor Catedrático e director da Biblioteca Nacional.

17. Ministro da Informação: Major José Eduardo Fernandes de Sanches Osório⁶, membro do MFA. Diz-se ser muito próximo de Spínola, foi director-geral para a Informação e era o segundo porta-voz da Junta. O seu serviço militar no estrangeiro está limitado a Angola (1967-1969). Com 33 anos é o membro mais jovem do gabinete. Fala um inglês sofrível e um melhor francês. A sua atraente mulher, que é filha de um Almirante, fala um excelente inglês. De acordo com uma fonte, foi um dos principais planificadores do golpe de 25 de Abril.

TELEGRAMA 1974LISBON 03031_b

TÍTULO Exército Português requer informação legal

DATA 19-07-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O Estado-Maior General das Forças Armadas contactou a eEmbaixada solicitando, o mais depressa possível, a legislação em vigor nos EUA sobre reuniões políticas e manifestações de rua.

2. O governo português está a esboçar a nova legislação nestes dois aspectos e eles querem beneficiar da experiência dos EUA. Acreditamos ser do nosso interesse fornecer-lhes essa informação, e apreciaria que o Departamento nos enviasse por correio desclassificado a legislação relevante, a nível nacional ou estatal, nesses campos.

3. Na actual situação, consideramos de máxima importância responder o mais rápido possível a este pedido do governo português, e assim pedimos-vos uma resposta pronta.

⁶ JOSÉ SANCHES OSÓRIO: Membro do MFA. Sairia do Governo com o 28 de Setembro. Fundador do partido de extrema-direita PDC, que esteve ilegalizado em 1975.

TELEGRAMA 1974LISBON 03054_b

TÍTULO Quadro Económico

DATA 20-07-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: As condições e atitudes descritas em anterior telegrama não se alteraram significativamente no passado mês. A inflação, a agitação laboral, a fraca performance económica, o desemprego, o fraco turismo, as baixas remessas de emigrantes e a falta de investimento – tudo persiste em vários graus. A chave para melhorar a performance é a restauração da confiança empresarial. Essa confiança, que se tinha vindo a reforçar gradualmente, recuou temporariamente com o colapso do governo Palma Carlos. As acções do novo governo empossado, particularmente o há muito aguardado pacote das leis económicas e laborais, determinará a evolução das atitudes dos empresários. Fim do Sumário.

1. A inflação continua a ser o maior problema económico de Portugal, agora rondando os 30% ao ano. O Governo, no entanto, inundado de altas expectativas, deu a conhecer que não tomará os remédios tradicionais contra a inflação – reduzir o crédito, deixar o desemprego crescer, reduzindo severamente os salários. A sua assumida esperança reside, de momento, na promoção da crescente produtividade e em maiores oportunidades de trabalho, com alguma auto-contenção das pessoas.

2. Mais importante para o Governo no curto prazo é o facto de a actividade económica estar estagnada ou em recessão, com os empresários a aguardar o resultado dos desenvolvimentos políticos. Um caso extremo é a indústria da construção. As pessoas não estão a investir em casas e edifícios públicos. Os poucos que querem construir dizem que não conseguem crédito, e que não podem ou não querem investir os seus próprios fundos.

Em consequência, um grande número de trabalhadores da construção estão desempregados (cerca de 30 mil, só a sul do Tejo, estarão à procura de trabalho.)

3. Em geral, o desemprego é disfarçado pela época de férias. Muitos empregadores, que estão legalmente obrigados a pagar as férias em qualquer situação, estão a adiar a decisão sobre despedimentos até depois da época de férias. A não ser que a actividade económica tenha crescido em Outubro, o desemprego nessa altura alcançará sérias proporções. Não há qualquer dúvida que o desemprego cresce noutras áreas além da construção. Por exemplo, duas subsidiárias americanas deixaram sair cerca de 20% da sua força de trabalho, cerca de 300 pessoas despedidas. Outras firmas americanas contemplan realizar o mesmo tipo de acções. Uma fábrica têxtil no Norte, empregando 700 trabalhadores, terá fechado. Os números oficiais do emprego em Junho mostram cerca de 50% de aumento na procura de emprego e uma ligeira redução nos empregos oferecidos, havendo três vezes maior procura de emprego que oferta.

4. O crescente desemprego ainda não teve o efeito de limitar importantes paralisações de trabalho (por exemplo, uma grande parte da indústria da pesca está em greve ou ameaça entrar em greve), enquanto alguns empresários relatam uma atitude mais sóbria e responsável entre os seus trabalhadores. Na ausência de estatísticas, é difícil dizer quanto a actividade económica abrandou desde a revolução do 25 de Abril. A visão generalizada é de que o ponto mais baixo já passou, com muitos a reportar produção e vendas a níveis similares ou ligeiramente inferiores ao ano passado. É seguro dizer, no entanto, que nenhum grande investimento se iniciou no sector privado desde o golpe.

5. A acrescentar às preocupações governamentais está um declínio no turismo e nas remessas dos emigrantes. Enquanto que uma redução no poder aquisitivo é bem-vin-

do do ponto de vista da inflação, o Governo Português preocupa-se com um crescente défice comercial (1,1 mil milhões em 1973) e uma reserva cambial em declínio. Por fim, uns pesados 2,5 mil milhões (29 de Maio) de importações, suficientes para 10,5 meses ao ritmo de 1973, ainda assim menor que o seu pico de 2,7 mil milhões em 26/12/73. As entradas, na balança de pagamentos, das remessas dos emigrantes e do turismo normalmente excedem o défice da balança comercial por uma larga margem. Numa altura em que o petróleo e outros bens fazem subir a conta das importações e em que quer importar para expandir a sua base produtiva, o governo português vê com preocupação a mudança na balança de pagamentos. Quanto às remessas de emigrantes, fontes no Banco de Portugal indicam que o ponto mais baixo foi atingido pouco depois da revolução e que agora estão em franca recuperação. O turismo reduziu-se 30 a 40%, de acordo com fontes comerciais, devido a uma redução nas viagens internacionais para que contribuem as condições locais, nomeadamente o medo da cólera⁷ e a incerteza quanto à estabilidade.

6. Comentário: Os problemas da economia portuguesa **são quase inteiramente herdados do anterior regime**⁸. O único grande factor que é novo é uma queda na confiança dos empresários. Abanada pela revolução, a comunidade empresarial estava apenas a sair das suas dúvidas quando o governo Palma Carlos colapsou, no princípio de Julho. Apesar de ser demasiado cedo para afirmar que efeito terá o nomear, a 17 de Julho, de um novo governo, o apelo do Presidente Spínola na cerimónia de posse à disciplina e austeridade terão encontrado ouvidos agradecidos,

⁷ Os surtos de cólera, reflexo do atraso a que o fascismo reduzira o País, não eram uma realidade distante como são hoje, aconteciam no Portugal continental e tinham um grande impacto.

⁸ É só para sublinhar que esta frase é do embaixador dos EUA em Portugal.

como terá agradado a nomeação de um não comunista para encabeçar o Ministério do trabalho. Apesar de ser lamentada a partida de Vieira de Almeida de ministro da Coordenação Económica – Almeida era visto como um campeão dos interesses empresariais – é tranquilizante a sua substituição por dois homens que lhe são próximos. Numa análise final, no entanto, as personalidades e a conversa não serão suficientes para reconquistar a confiança necessária para fazer a economia recuperar a um ritmo mais rápido. Serão necessárias leis e acções. Os empresários estão particularmente interessados em ver as leis económicas prometidas para Julho. A forma como o novo governo abordar estas questões terá uma importância determinante nas atitudes dos empresários.

TELEGRAMA 1974LISBON 03076_b

TÍTULO Brasil reconhece a Guiné-Bissau

DATA 22-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Durante a conversa do Embaixador com o novo primeiro-ministro Vasco Gonçalves, a 19 de Julho, o ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares descreveu o reconhecimento brasileiro da Guiné-Bissau como um desenvolvimento infeliz. Soares estava chateado, tanto com o facto de o governo brasileiro não ter consultado previamente o governo português antes de dar esse passo, como com o facto de este reconhecimento, na actual fase das negociações, poder não ser útil ou até ser prejudicial. Em resposta à pergunta do embaixador, Soares expressou a opinião de que o movimento se deve ao desejo brasileiro de melhorar, de forma muito oportunista, as suas relações com a África negra. O primeiro-ministro Gonçalves meteu-se nesta altura para avançar a sua teoria de que «a presença desses dois cavalheiros» pode ter influenciado a decisão brasileira. Gonçalves pareceu estar a pretender que, tendo dado exílio a Tomás e Caetano, o Brasil não quis ser o último país a reconhecer a Guiné-Bissau e assim ganhar reputação de apoiar o colonialismo português do passado.

TELEGRAMA 1974LISBON 03079_b

TÍTULO Conversa do Embaixador com o novo primeiro-ministro

DATA 22-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: O embaixador solicitou uma conversa com o novo primeiro-ministro e recebeu uma resposta pronta e cordial. O primeiro-ministro afirmou que não acredita nas estórias fantásticas sobre a CIA que aparecem na imprensa local e pediu que reciprocamente nós não levássemos a sério as alegações de que o Movimento das Forças Armadas era «fascista» ou «controlado por Moscovo». Fim do Sumário.

1. O embaixador pediu uma reunião para breve com o novo primeiro-ministro Vasco Gonçalves na preparação da sua ida a Washington para consultas. O primeiro-ministro rapidamente acedeu ao pedido e viu o embaixador a 19 de Julho, o dia seguinte à tomada de posse. O ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares estava presente e traduziu as intervenções do primeiro-ministro para francês (o primeiro-ministro percebia as intervenções do embaixador em francês, mas preferiu falar em português). A entrevista foi cordial, com o primeiro-ministro a parecer inteligente e algo tímido. Ao contrário do relatado, o primeiro-ministro mostrou um bom sentido de humor.

2. O embaixador disse que ele tinha procurado esta entrevista para poder apresentar os seus cumprimentos ao novo primeiro-ministro e para expressar a esperança que a proximidade que tinha caracterizado as relações dos EUA com o governo português no passado fossem ainda mais próximas durante o mandato de Gonçalves. O primeiro-ministro retribuiu esses sentimentos, destacando que a dedicação do seu governo ao programa do Movimento das Forças Armadas incluía o compromisso em respeitar totalmente as obrigações internacionais de Portugal. O embaixador afirmou que também promovera esta reunião tendo em conta o facto de que, no dia 21 de Julho, iria a Washington para consultas e que-

ria dar ao primeiro-ministro a oportunidade de transmitir qualquer mensagem pessoal que o primeiro-ministro desejasse. O primeiro-ministro agradeceu ao embaixador por lhe dar essa oportunidade e pediu que transmitisse ao secretário os seus cumprimentos e melhores desejos, e a sua esperança de relações próximas entre o seu Governo e os EUA.

3. No decurso da conversa, o embaixador referiu-se às quase diárias estórias na imprensa portuguesa sobre alegadas actividades da CIA. Agora que Portugal⁹, desde o 25 de Abril, tinha adoptado a política de auto-determinação para África, que os EUA há muito solicitavam, e que domesticamente tinha embarcado no caminho de uma democracia ao estilo dos EUA, é inconcebível que o Governo dos EUA ou outra qualquer agência agisse para prejudicar o governo português. O embaixador disse que, como em todo o mundo, a embaixada de Lisboa tinha um representante da CIA, cuja identidade era conhecida do governo português, mas essa era toda a extensão do envolvimento da CIA em Portugal. Soares apontou que o Governo português já não controla a imprensa. O embaixador respondeu que ele tinha plena consciência disso mesmo e que não se estava a queixar da imprensa nem a querer que esta fosse controlada, mas apenas queria garantir que, no que respeita às alegações sobre a CIA, os líderes do governo português não davam qualquer crédito à imprensa local. O primeiro-ministro Gonçalves assegurou ao embaixador que o Governo português não acreditava nas estórias da imprensa local sobre alegadas actividades da CIA. Ele esperava que, da mesma forma, a imprensa local não fosse acreditada quando acusa o Movimento das Forças Armadas de ser «fascista» ou «controlado por Moscovo».¹⁰

⁹ Um dos documentos anexados a este livro prova a completa falsidade desta afirmação.

¹⁰ Este parágrafo é uma delícia. Primeiro temos o embaixador a explicar que os EUA não intervêm porque as coisas seguem o rumo que os EUA querem, e assim, a assumir que, quando assim não for, intervirão.

TELEGRAMA 1974LISBON 03081_b

TÍTULO Comentários de Soares sobre o novo governo

DATA 23-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: O ministro dos Negócios Estrangeiros Soares espera que o novo governo seja mais coeso, saúda a partida de Pereira de Moura, e diz que os membros militares do governo são todos liberais¹¹, mas nenhum é membro do Partido Socialista ou Comunista. Fim do Sumário.

1. O ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares forneceu ao embaixador, numa reunião a 18 de Julho, a seguinte visão sobre a reorganização do Governo: a) os comunistas perderam uma pasta; b) talvez mais importante, e talvez o mais importante de tudo, uma espécie de movimento «lobo em pele de cordeiro» foi encerrado sem cerimónia com a saída de Pereira de Moura. Convencido (e com razão, na opinião de Soares) de que a aberta defesa do Partido Comunista seria um beijo de morte nas regiões rurais, Pereira de Moura estava a organizar um movimento (MDP) para alcançar o mesmo resultado sem chamar ao movimento comunista. Todo o Governo concordou que neste governo ou se era abertamente comunista ou não se era, mas que não havia espaço para este tipo de movimento no governo; c) o PPD perdeu uma pasta; d) os socialistas perderam uma pasta (informação), mas na realidade recuperaram-na porque o novo ministro da Educação, apesar de não ser membro do Partido Socialista, é de facto um socialista; e) o restante gabinete de ministros é composto por militares brilhantes, competentes e patrióticos. O embaixador perguntou se ele estava a insinuar que eles não tinham orientação partidária. Soares disse

¹¹ Este liberal deve ler-se à americana, soando como «de esquerda».

que era exactamente essa a afirmação. Que eles eram todos liberais, mas nenhum deles era membro do Partido Socialista ou do Partido Comunista. Particularmente o primeiro-ministro, disse, era um capaz teórico político, um liberal, mas não um comunista. E terminou dizendo simplesmente que o embaixador o poderia comprovar por si mesmo quando falasse com ele.

2. Soares disse que o único objectivo do novo governo era o estabelecimento de uma democracia alinhada com as linhas dos EUA e que precisaria e esperava um forte apoio americano, sem especificar que tipo de apoio.

3. Soares enfatizou que o novo Conselho de Ministros era muito mais coeso e muito mais no mesmo comprimento de onda que o anterior. O embaixador perguntou-lhe se ele pensava que também seria assim em questões concretas, como os problemas laborais e económicos, mencionando que, com o desaparecimento de Vieira de Almeida, as pessoas não deixariam de pensar que a legislação nesses campos já tinha sido anteriormente objecto de grandes diferenças de opinião no seio do governo. Apesar de não ter sido específico, ele reiterou que pensava que o novo governo falaria com uma única voz.

TELEGRAMA 1974LISBON 03085_b

TÍTULO O Ministério da Educação: Breve retrato de uma instituição num caos

DATA 23-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. O Ministério da Educação emprega um terço dos funcionários públicos em Portugal. O seu Orçamento de 1974 é de 267,3 milhões de dólares, tornando-o o Ministério mais generosamente financiado depois da Defesa.

2. A capacidade das actuais Universidades (em Lisboa, Porto e Coimbra) é de 40 000 estudantes. No último ano académico, mais de 50 000 estudantes foram matriculados. Com a descida dos standards imposta ao ministério por uma combinação de estudantes anárquicos e professores zelosos, qualquer estudante que aprove o Secundário pode aceder ao Ensino Superior. Cerca de 19 000 estudantes adicionais serão elegíveis para admissão à Universidade em Outubro, quando se supõe que as aulas retomem.

3. A mesma combinação de estudantes e professores, reforçada por porteiros, mulheres da limpeza e coisas do género, apelaram a uma «purificação» do Ministério. Se conseguem o seu objectivo, os tecnocratas que agora asseguram a liderança burocrática serão demitidos e com eles sairá o conhecimento de como o sistema funciona.

4. Comentário: Magalhães Godinho, o novo ministro da Educação, é um socialista da velha guarda, honesto e respeitado como historiador económico, mas sem flexibilidade. Dizem que ele é um homem da «lei e ordem», no sentido em que acredita que os estudantes devem trabalhar para a sua graduação. O que se aposta aqui é que ele terá uma confrontação com os estudantes em Outubro, talvez antes, e perderá. A máquina da Educação romper-se-á, pelo menos a um nível universitário, e cerca de 70 000 estudantes terão ainda mais tempo nas suas mãos para

se envolverem na política. Os estudantes estão altamente politizados. Julgamos que a maioria dos dirigentes estudantis pertencem ao Partido Comunista ou a movimentos políticos extremistas (maoistas, trotskistas). Spínola tem estado perturbado pelos desenvolvimentos no campo estudantil. A nomeação de Magalhães Godinho é o melhor que ele conseguiu retirar de um campo pobre. As alternativas eram Godinho, um velho professor de direito de Coimbra com falta de genica para o cargo, ou José Tengarrinha, um advogado que muitos acreditam ser comunista. Os tecnocratas no Ministério acreditam que só há uma solução para o seu problema: a nomeação de um sensato oficial do MFA, de impecáveis credenciais políticas, uma mente decidida com ferro na sua alma.¹²

¹² Esta gente tem uma paixão por militares a disciplinar o povo. Só quando os militares se recusam a disciplinar o povo é que passam a exigir o seu regresso aos quartéis (para poder mandar a polícia disciplinar o povo).

TELEGRAMA 1974LISBON 03096_b

TÍTULO Primeiro-ministro e Presidente reforçam necessidade de ordem, disciplina e trabalho nos discursos de investidura

DATA 23-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: Nos discursos de investidura do II Governo Provisório, quer o Presidente Spínola quer o primeiro-ministro Gonçalves mostraram ter a mesma opinião nos seguintes pontos: a necessidade de manter a ordem e a disciplina civil, e de a Nação falar menos e trabalhar mais; acordo em que o programa do Movimento das Forças Armadas não permite mudanças socio-económicas estruturais radicais, que devem esperar a decisão popular em futuras eleições; que os militares se mantenham fora dos partidos políticos, e não deixem posições políticas privadas interferir com o prosseguir apartidariamente os objectivos do MFA. O primeiro-ministro procurou desencansar os empresários privados ao afirmar que o novo governo acredita que a iniciativa privada tem um papel económico legítimo a desempenhar. Gonçalves também referiu a recente clarificação do Conselho de Estado da parte do programa do MFA, que aborda a questão colonial, no qual foi formalmente incorporado o direito dos povos do ultramar a uma auto-determinação que possa conduzir à independência. O primeiro-ministro disse que «progressos consideráveis» tinham sido feitos nas negociações e revelou que o Presidente faria brevemente uma declaração à Nação sobre o Ultramar. Fim do Sumário.

1. Na cerimónia de tomada de posse do novo governo, a 18 de Julho, quer o Presidente Spínola quer o primeiro-ministro Gonçalves fizeram importantes discursos que revelaram posições semelhantes num número importante de questões, incluindo o papel do Movimento das Forças Armadas na vida política e a necessidade de criar na Nação um clima de calma, confiança e responsabilidade.

O Presidente começou o seu discurso por apelar a toda a gente para falar menos e trabalhar mais, de forma a construir um futuro próspero para a Nação. O Presidente disse que os tempos exigem acção e não retórica. Ele reforçou a necessidade de disciplina, coesão e harmonia no seio do governo e de toda a sociedade, e disse que o respeito pela lei e pelos direitos dos outros devem ser as linhas mestras. Ele avisou que a anarquia doravante será considerado um crime contra a sociedade, e apontou que não é possível democracia sem responsabilidade. A responsabilidade «pressupõe que alguém tem o poder suficiente para exigir e impor respeito» e o cumprimento das obrigações. O Estado deve ser forte para a democracia avançar contra aqueles que irresponsavelmente procuram destruir a liberdade. Estas pessoas e grupos irresponsáveis, em nome da ditadura de classe ou da supremacia do Estado, ameaçam a Nação, e a ameaça deve ser enfrentada «a tempo» e sem ilusões. «A Revolução não foi feita para substituir um extremo pelo outro à custa do povo português».

2. O primeiro-ministro Gonçalves começa o seu discurso por afirmar ao seu novo governo provisório que deve prioritariamente clarificar as linhas políticas e as regras do jogo para que o povo saiba onde se encontra e o que se espera dele. O primeiro-ministro, especificamente, reassegurou aos empresários que a «iniciativa privada (é)... uma condição necessária para a modernização e progresso da economia portuguesa». Ele disse, no entanto, que o Governo espera que os empresários se comportem de acordo com as suas responsabilidades para com a Nação – em troca, o Governo tentará restabelecer o clima de confiança que as empresas necessitam para prosperar. É significativo que o antigo ministro da Economia, Vasco Vieira de Almeida, tenha sido convidado para estar presente na cerimónia (nenhum dos outros ex-ministros do primeiro governo foi convidado). Interpretamos isto como um movimento deliberado do MFA e de Spínola para tranquilizar a nervosa comunidade empresarial de que, apesar de Almeida não estar no novo

Governo, este não depreciará o sector privado com quem Almeida mantém laços próximos, e cujo papel crucial no futuro nacional aquele defendeu no passado.

3. O Presidente e o primeiro-ministro prometeram que o programa do Movimento das Forças Armadas será escrupulosamente seguido no futuro. Que o programa claramente afirma que nenhuma transformação profunda ou revolucionária na estrutura socio-económica da sociedade serão concretizadas durante o período de funcionamento do Governo Provisório. Isto não significa, diz Gonçalves, que não serão adoptadas medidas para acelerar o progresso económico e social, particularmente no que respeita aos níveis mais desfavorecidos da sociedade. O programa do MFA é suficientemente flexível para garantir o progresso sem necessidade de recorrer a mudanças radicais no sistema prevalecente. Gonçalves reassegurou ao povo que será este, e não os militares, em eleições que se realizarão, a decidir se serão ou não levadas a cabo transformações radicais. Gonçalves enfatizou que, apesar de, individualmente, os membros do MFA terem as suas próprias ideias políticas, o MFA como um todo tem apenas uma política, a que está plasmada no programa do MFA.

4. O primeiro-ministro dedicou uma considerável atenção ao problema colonial, e destacou que o Conselho de Estado tinha recentemente chegado a uma decisão, «completando e clarificando» a parte do Programa do MFA que se relaciona com o Ultramar português. O programa original do MFA afirmava que a política para o Ultramar seria guiada pelo princípio do «reconhecimento que a solução das guerras do Ultramar era política e não militar». Como resultado das suas deliberações, o Conselho de Estado, disse o primeiro-ministro, interpretou a linguagem do Programa de tal forma que agora o Governo Português «reconhece o direito dos povos (das províncias ultramarinas) à auto-determinação, com todas as suas consequências, incluindo o direito à Independência». (O texto da decisão do Conselho de Estado ainda não foi publicado).

5. Sobre o Ultramar, o primeiro-ministro disse que era sempre importante manter a iniciativa e não deixar que os acontecimentos se sobreponham aos decisores políticos. O objectivo é «um processo justo de descolonização sem ambiguidades e que não leve a soluções neocoloniais». Ele destacou os «consideráveis progressos» já alcançados e que a «solução está à vista», e que o Presidente Spínola brevemente faria uma comunicação à nação que, «pelo menos parcialmente, irá satisfazer legítimas ansiedades»

6. Comentário: Spínola teve poucas novidades no seu discurso, e a maioria do que disse já tinha sido dita noutra sítio. O discurso foi, no entanto, uma dura reafirmação da necessidade de ordem social e disciplina, e do facto de que os partidos que servem objectivos estrangeiros (leia-se comunistas) não serão tolerados¹³. O Presidente sublinhou que nem ele nem o MFA são ou devem ser políticos, mas antes cidadãos soldados cumprindo o seu dever para com o seu país (Spínola: «Não sou nem desejo ser um político – sou apenas um soldado cumprindo mais uma missão ao serviço do meu país»). Aparentemente, com estas palavras Spínola procura descansar (a) aquelas pessoas que viram a recente chegada ao poder do MFA como um virar à esquerda e um impulso aos revolucionários; e (b) aqueles militares que suspeitam que a recente crise foi planeada por Spínola, numa tentativa abortada de imitar De Gaulle.

7. Apesar de as diferenças existirem indubitavelmente, nalgumas questões, entre Spínola e o MFA, ao apoiarem nos seus discursos o estrito cumprimento do espírito e da letra do Programa do MFA, ambos enfatizaram as áreas de acordo e não as poucas diferenças que existem entre

eles. O Programa do MFA é o que une a nação actualmente. Ele representa o mínimo com que todos os militares e líderes civis podem estar de acordo e apoiar. Como a Bíblia, o Programa do MFA é pouco provável que venha a ser alterado ou frontalmente atacado. Antes será interpretado e clarificado de acordo com as diferentes circunstâncias e necessidades.

¹³ Esta calúnia foi lançada sistematicamente contra o PCP pelos mesmos que conspiravam com embaixadas estrangeiras todos os dias, como vai ficando abundantemente publicado ao longo destes volumes.

TELEGRAMA 1974LISBON 03095_b

TÍTULO Secretários de Estado nomeados: poucas mudanças realizadas

DATA 23-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: A maioria dos secretários de Estado está nomeada; poucas mudanças foram feitas, com o regresso do grosso dos demitidos com a queda do anterior governo. O grupo é predominantemente composto por técnicos competentes que não são proeminentes figuras políticas. Fim do Sumário.

1. Cerca de metade do projectado conjunto de 26 secretários de Estado já foi nomeado. Na maioria dos casos, as pessoas que serviram no I Governo reocuparam os mesmos postos, apesar de nalguns casos com diferentes ministros. Dois dos novos secretários de Estado preenchem a vaga da promoção a ministros dos anteriores; dois preenchem lugares deixados vazios no anterior governo (Pescas e Assuntos Estrangeiros); e dois substituem secretários de Estado afastados (Galhordas na Saúde e Pereira de Carvalho na Reforma Educativa). Ainda por nomear estão os secretários de Estado no Ministério do Trabalho e no Ministério dos Equipamentos Sociais e Ambiente, mas essas posições espera-se que sejam preenchidas brevemente. Os agora nomeados, um dos quais é um oficial militar, parecem ser essencialmente técnicos competentes que não são proeminentemente conhecidos fora dos seus campos de especialização. Tal como os que permanecem do primeiro governo, estes indivíduos terão a grande responsabilidade de implementar as novas directivas económicas e sociais que se esperam para breve. Da sua competência e habilidades administrativas reside a capacidade de o governo enfrentar os cruciais desafios no horizonte.

2. Segue a lista de novos secretários e sub-secretários de Estado, com uma breve informação biográfica, se não tiver sido anteriormente fornecida.

a) No Ministério da Coordenação Interterritorial, o secretá-

rio de Estado para a Administração é novamente o Dr. Deodato Azevedo Coutinho. O secretário de Estado para os Assuntos Económicos é novamente o Eng. Fernando do Castro Fontes.

b) No Ministério das Finanças: O sub-secretário para o Orçamento é novamente António Seixas da Costa Leal, que foi preso em Março de 1962 com Alfredo Esteves Belo acusado de alegadamente pertencer ao Partido Comunista. O sub-secretário para o Tesouro é novamente o Dr. Artur Luís Alves Condes. O secretário de Estado para o Planeamento Económico é novamente o Dr. Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

c) No Ministério da Economia: o secretário de Estado para a Indústria e Energia é novamente o Dr. José de Melo Torres Campos. O secretário de Estado para a Agricultura é novamente o Dr. Alfredo Esteves Belo, que fazia parte de um grupo apelidado de «economistas», preso em Março de 1962 e acusado de alegadamente pertencer ao Partido Comunista. Não existe qualquer outra informação ligando Belo ao PCP. O secretário de Estado do Abastecimento e Preços é novamente o Dr. Nelson da Rocha Trigo. O secretário de Estado para o Comércio Externo e o Turismo é o Dr. José Vera Jardim¹⁴, 34 anos, um advogado respeitado activo na SEDES. Foi um dos fundadores da Associação Portuguesa de Defesa do Consumidor. Jardim não tem experiência no Comércio e Turismo. O secretário de Estado das Pescas é o Dr. Mário João de Oliveira Ruivo¹⁵,

¹⁴ JOSÉ VERA JARDIM: Secretário de Estado nos II e III Governos Provisórios, seria deputado pelo Partido Socialista entre 1987 e 2009, e ministro da Justiça no XIII Governo Constitucional.

¹⁵ MÁRIO RUIVO: Foi do MUD Juvenil e resistente antifascista. Foi secretário de Estado das Pescas nos II, III e IV Governos Provisórios e ministro dos Negócios Estrangeiros no V Governo Provisório. Desenvolveu proeminentemente trabalho técnico na área das Pescas e Oceanos.

47 anos, um notável biólogo marinho que foi impedido de trabalhar no seu campo por alegadas informações desfavoráveis da DGS a seu respeito. Nos últimos 13 anos, Ruivo tem feito pesquisa para a FAO em França e Itália.

d) Ministério dos Equipamentos Sociais e Ambiente: ainda não nomeados

e) Ministério da Educação e Cultura: secretário de Estado da Administração Escolar é novamente o Dr. José Manuel Correia Prostes da Fonseca. O secretário de Estado da Cultura e Investigação é novamente a Dra. Maria de Lurdes Belchior Pontes. O secretário de Estado do Desporto e da Acção Social Escolar é novamente o Dr. António José Avelãs Nunes. O secretário de Estado da Orientação Pedagógica (que substitui a Reforma Educativa) é o Dr. Rui Grácio¹⁶, 53 anos, que foi impedido pela DGS de ensinar na Universidade de Lisboa. Grácio participou com Mário Soares e Octávio Pato (líder comunista) no grupo eleitoral oposicionista conhecido como MUD Juvenil. Como membro do seu Comité Central, ele foi preso e brevemente encarcerado. É um pesquisador da Fundação Gulbenkian, onde se especializou em Reforma Educativa, e é um líder do Partido Socialista.

f) Ministério do Trabalho: Ainda não nomeados.

g) Ministério da Segurança Social: o secretário de Estado da Saúde é o capitão Carlos Cruz de Oliveira¹⁷, 41 anos, um médico da Força Aérea que serviu brevemente como delega-

do da Junta para o anterior ministro da Saúde. O Capitão Oliveira aderiu à Força Aérea em 1961 e já serviu nos três territórios africanos. Ele é o vigésimo na lista de ordem de médicos da Força Aérea e está no topo da lista de capitães. O secretário de Estado da Segurança Social é o Dr. Henrique de Santa Clara Gomes¹⁸, 42 anos, que é formado em direito pela Universidade de Lisboa (1955). Ele trabalhou como director de pessoal da SACOR (uma grande empresa de petróleo) e foi presidente da Associação de Directores de Pessoal. Até recentemente, ele era o advogado da Associação Portuguesa de Vendedores e Produtores de Automóveis. Um católico militante, Santa Clara Gomes foi fundador e, desde Maio, secretário-geral da SEDES. O Dr. Gomes, com muitos outros, foi preso pela DGS (Policia Secreta no antigo regime) no final do ano passado, acusado de ajudar a LUAR. Nunca foi julgado.

h) Ministério da Justiça: o sub-secretário de Estado para a Administração Judicial é o Dr. Armando Bacelar, que é dirigente do Partido Socialista no Norte de Portugal.

i) Ministério dos Negócios Estrangeiros: O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros é o Dr. Joaquim Jorge Pinho Campinos, 37 anos, formado em Direito pela Universidade de Poitiers em França (1965). Aí obteve o seu doutoramento, em 1967, e permaneceu (até ao golpe de 25 de Abril) como professor de Ciências Políticas e Direito Constitucional. O Dr. Campinos é um fundador do Partido Socialista português e conselheiro não oficial para os Negócios Estrangeiros de Mário Soares.

¹⁶ RUI GRÁCIO: Resistente antifascista, do MUD Juvenil. Fundador do Partido Socialista, seria secretário de Estado nos II e III Governos Provisórios. Escritor e Professor Universitário.

¹⁷ CAPITÃO CRUZ OLIVEIRA: do MFA, secretário de Estado dos II e III Governos Provisórios.

¹⁸ HENRIQUE DE SANTA CLARA GOMES: Antifascista, fundador da Sedes e do Centro de Reflexão Cristã.

TELEGRAMA 1974LISBON 03099_b

TÍTULO Portugal suspende relações diplomáticas com o Malawi

DATA 23-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. O ministro dos Negócios Estrangeiros português anunciou hoje que tinha suspenso as relações diplomáticas com o Malawi e retirado o seu representante e restante pessoal diplomático.

2. Andrade, da Secção Africana do Ministério dos Negócios Estrangeiros, disse a pessoal da embaixada que Portugal tinha suspenso as relações porque (a) o Malawi tem apoiado Jorge Jardim sem qualquer discriminação e (b) durante os últimos 14 dias, o Malawi boicotou efectivamente a embaixada portuguesa ao recusar todos os pedidos de reunião e recusando-se a participar em eventos sociais onde estivessem diplomatas portugueses.

3. Andrade disse que o Governo português lamentava muito a suspensão, pois tinham esperança de que o Malawi pudesse ajudar a alcançar uma solução em Moçambique. O Governo português atribuiu a atitude do Governo do Malawi à forte influência pessoal de Jorge Jardim sobre o Dr. Banda¹⁹.

¹⁹ HASTINGS BANDA foi o ditador vitalício do Malawi até 1994. Fortemente anti-comunista, contou com o apoio do Ocidente ao seu regime, responsável por milhares de assassinatos e prisões. Prosseguiu a ingerência em Moçambique, transformando-se num dos maiores canalizadores do apoio ocidental à Renamo.

TELEGRAMA 1974LISBON 03112_b

TÍTULO Trabalhadores ocupam fábrica central de Soja

DATA 24-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. Desde o golpe de 25 de Abril muitas companhias, quer portuguesas quer estrangeiras, experimentaram problemas laborais, inclusive greves e ocupações de instalações pelos trabalhadores. O último incidente envolve a firma, propriedade dos EUA, Provimi Portuguesa (Central Soja Fort Wayne Indiana). Os trabalhadores entraram em greve e tomaram a fábrica a 17 de Julho. As negociações foram interrompidasromperam-se. A administração continua a fazer esforços para renovar as negociações.

2. A Provimi Portuguesa, uma empresa portuguesa de composto alimentar para animais (não processa soja), foi adquirida pela Central Soja através da compra, há três anos, da Provimi holandesa, que tinha fábricas em vários países europeus, sendo que entrar no mercado português não era uma prioridade na compra. Actualmente, a firma tem cerca de 8 a 10% do mercado português de alimentação mista de 1973 - 1,5 milhões de toneladas. A firma tem cerca de 180 empregados, com uma administração de holandeses, americanos e de outro país. O total do investimento foi de 3 milhões de dólares. A firma tem duas fábricas, uma perto de Lisboa e outra perto do Porto (esta última ainda não envolvida na greve ou ocupada).

3. A meio de Maio os trabalhadores apresentaram à administração a reivindicação de um aumento salarial de 1500 escudos (60 dólares) por mês. Isto foi concedido, bem como ajustamentos nas horas de trabalho. Os trabalhadores disseram que não fariam novas reivindicações salariais até ao fim de 1974. No fim de Junho, uma disputa interna encerrou a fábrica por um dia.

4. A 9 de Julho, os trabalhadores apresentaram uma lista de 50 reivindicações, a maioria referentes a condições de trabalho, a considerações económicas e à autoridade da administração, dando um prazo até 16 de Julho para uma resposta da administração. A administração e os trabalhadores reuniram-se com o representante local do ministro do Trabalho para tentar negociar as exigências. De acordo com a administração, o representante do Ministério do Trabalho disse que ele não se podia envolver oficialmente, mas iria tentar mediar a disputa. A administração disse que 35 das reivindicações poderiam ser total ou parcialmente aceites, mas outras violariam o controlo de gestão. A posição dos trabalhadores foi de tudo ou nada. No final de 17 de Julho a fábrica foi encerrada pelos trabalhadores. A administração apresentou a resposta oral às reivindicações dos trabalhadores ao representante do Ministério do Trabalho, a 18 de Julho. A administração não tentou entrar na fábrica desde o encerramento. Os trabalhadores dizem que podem operar a fábrica sem a administração, mas até agora não o fizeram.

5. O adido para a Agricultura reuniu-se com a administração a 21 de Julho para discutir a situação. A 22 de Julho, a administração reuniu-se com o encarregado e o adido para a Agricultura para discutir a situação e o rumo a tomar.

6. A 22 de Julho os trabalhadores exigiram que a administração assinasse a folha de pagamentos, o que foi recusado. A administração reuniu-se com advogados. A 23 de Julho foi dada resposta escrita às reivindicações dos trabalhadores através do representante local do Ministério do Trabalho. No final do dia 23, a administração reuniu-se com um membro da Junta Militar que prometeu discutir o assunto com o novo ministro do Trabalho e responder aos advogados da firma até 24 de Julho. Os trabalhadores continuam em greve e no controlo da empresa.

TELEGRAMA 1974LISBON 03118_b

TÍTULO Governador militar da Guiné declara que solução federalista para o território não é viável

DATA 24-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: O governador militar da Guiné, numa entrevista na imprensa, rejeitou as soluções federalistas como já não sendo válidas para o território, e afirma que a massa do povo guineense está com a ideologia do PAIGC, que, se apoiada, será o caminho mais curto para a muito procurada paz. Num desenvolvimento relacionado, a embaixada ouviu do líder da Liga Popular dos Guinéus que o Governo português tinha desarmado completamente os comandos africanos, que assumiam o maior esforço da guerra contra o PAIGC, e que, se armados, podem assumir-se como uma ameaça real ao futuro governo do PAIGC. Fim do sumário.

1. O Brigadeiro Carlos Fabião²⁰, governador militar da Guiné portuguesa, numa entrevista publicada a 22 de Julho no diário socialista República, expressou a sua opinião de que «nas actuais circunstâncias não é possível uma solução federal para a Guiné». Fabião, que foi enviado para a província pouco depois do golpe de 25 de Abril, e que pessoalmente simpatiza com o PAIGC, também disse que o cessar-fogo actualmente existente é «irreversível».

2. Quando perguntado se o grosso das pessoas apoiavam o PAIGC, Fabião replicou que «a ideologia do PAIGC é a

²⁰ CARLOS FABIÃO: Do MFA, foi governador da Guiné, da Junta de Salvação Nacional depois do 28 de Setembro e do Conselho da Revolução depois do 11 de Março. Foi Chefe do Estado-Maior do Exército até ao 25 de Novembro de 1975.

ideologia que mais se identifica com o povo guineense e (cujo apoio) é o caminho mais curto para a paz, a máxima ambição deste povo». A «recepção» dada às actividades políticas dos quadros do PAIGC é citada pelo governador como uma «prova» do apoio popular ao PAIGC.

3. Fabião disse então que, independentemente da específica solução política encontrada para a Guiné, os portugueses e os guineenses manterão sempre os laços culturais, no que serão ajudados pela sua língua comum. A falta de recursos e meios económicos, na sua opinião, não prejudicará o acesso à independência, «já que o povo tem suficiente amor pela sua terra para lhe permitir seguir o caminho que escolher seguir».

4. Em caso de independência, as tropas portuguesas simplesmente sairão do território? O governador disse que isso depende dos acordos políticos previamente estabelecidos entre as partes, que são indispensáveis e devem ser concluídos tão rapidamente quanto possível para evitar situações ambíguas. Fabião previu que a minoria europeia, assim que a situação esteja clarificada, se integrará no novo Estado.

5. A embaixada foi informada por Nicolau Martins Nunes, líder da Liga Popular dos Guinéus (que se opõe ao PAIGC), que as forças militares na província têm estado activas e a apoiar abertamente os esforços do PAIGC de estabelecer uma presença militar e política em Bissau e noutras cidades da Guiné. Por exemplo, ele afirma que camiões militares, fundos e outras formas de assistência têm sido garantidas ao Grupo do PAIGC em Bissau. Os esforços dele e de outros grupos que não o PAIGC para obterem facilidades e assistência semelhantes têm sido recusados, e os esforços orgânicos desses partidos têm sido impedidos, de acordo com Nunes.

6. O Exército Português, de acordo com a mesma fonte, desarmou completamente os 22 000 comandos africanos

que, se armados, podem ser uma ameaça potencial, especialmente aos líderes caboverdianos no PAIGC. Estas unidades do exército, apesar de desarmadas, não foram desmobilizadas. Nunes afirma que comandos pretos que se recusaram a entregar as suas armas estão no concelho de Farim, no Norte, perto da fronteira senegalesa. Os poucos homens pretos da marinha têm-se recusado, até agora, a desarmar.

7. Nunes também afirma que o PAIGC começou agora a raptar oponentes potenciais. Ele forneceu à embaixada uma lista de cinco membros da Liga e seis da FLING, que terão sido raptados em Bissau e Bafatá.

TELEGRAMA 1974LISBON 03119_b

TÍTULO E ainda se forma mais um Partido centrista

DATA 24-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: O novo grupo Partido do Centro Democrático Social (PCDS) procura atrair pessoas do centro-direita e centro-esquerda do espectro político, é formado por vários indivíduos proeminentes ligados ao Ensino Superior, à Administração Pública e a profissões liberais. Os objectivos do Partido são a defesa do «humanismo pessoal» e a construção de um «sistema democrático de modelo europeu». Diz-se contra as ditaduras de esquerda ou de direita, que favorece a descentralização administrativa bem como a tolerância ideológica. Este é o terceiro grupo centrista que se forma na última semana. O grupo pretende ser o maior ponto de encontro de uma miríade de pequenos partidos do lado direito do espectro político. Fim do Sumário.

1. Formou-se ainda mais um partido político de centro na sequência da recente crise governamental. Como os outros, este novo grupo – Partido do Centro Democrático Social – é composto de burocratas e técnicos de classe média com elevada formação, que temem o marxismo e decidiram finalmente abdicar de parte da sua pureza individualista para se unir com os seus amigos em torno de um programa comum e contra o inimigo comum. Poucas diferenças profundas existem entre estes partidos, mas, no entanto, não estão dispostos nesta fase a formar uma frente ou coligação e decidiram lutar sob a sua própria sigla.

2. O PCDS afirma ser seu objectivo «congregar em si todos os que desejam unir-se para criar em Portugal um tipo de sociedade inspirada na democrática Europa ocidental e nas tradições humanistas». Declara-se como centrista e aberto a democratas do centro-esquerda ao

centro-direita, e opondo-se a qualquer tipo de ditadura ou totalitarismo. «Resumindo, queremos uma sociedade livre, humana e responsável... não uma monolítica ou super planeada».

3. O Partido (a) favorece o sistema de iniciativa privada, acreditando que o Estado como entidade não é necessariamente melhor, mais talentoso ou imaginativo do que o conjunto dos seus empregados; (b) declara que os grandes negócios não devem monopolizar a propriedade ou a capacidade produtiva; (c) acredita que a melhor política económica é a que faz de cada trabalhador um capitalista, em vez de transformar todos os cidadãos em proletariado; defende a nacionalização em certos casos, para superar a subordinação do interesse geral aos interesses privados.

4. No problema do Ultramar, o PCDS afirma que «a paz em África depende do prévio reconhecimento do princípio da auto-determinação, com todas as suas consequências». As soluções militares são inaceitáveis, mas o partido defende a possibilidade de diferentes soluções políticas no quadro da auto-determinação de cada território. Acredita que os laços culturais devem ser preservados e que relações económicas «especiais» devem ser mantidas com os territórios do Ultramar.

5. A política externa do Partido inclui a integração de Portugal no Mercado Comum.

6. Os fundadores do partido: 29 pessoas estão na lista daqueles que criaram o partido. A maioria está entre os 30 e os 40 anos, com formação superior ou proeminentes profissionais (predominam os advogados, engenheiros e professores). Os mais proeminentes dos quais são: (a) Adelino Amaro da Costa, 31 anos, engenheiro civil e actualmente director de estudos e planeamento do Ministério da Educação. É filho de um antigo secretário de Estado da Indústria, duro, auto-confiante e pode ser

membro da Opus Dei. É um antigo assistente e amigo próximo do novo embaixador de Portugal na ONU, o Professor Veiga Simão; (b) Alberto Ralha, 52 anos, um farmacêutico que em Dezembro de 1973 foi apontado como director-geral para o Ensino Superior, durante muitos anos foi o responsável do Laboratório Científico da Polícia; (c) Professor Diogo Freitas do Amaral, 32 anos, membro do Conselho de Estado, antigo assistente de Caetano na Universidade, professor de Direito Administrativo na Universidade de Lisboa; (d) Dr. Valentim Xavier Pintado, 48 anos, um dos principais economistas portugueses, intimamente associado no passado ao Banco Português do Atlântico. Em 1969 foi apontado como secretário de Estado para o Comércio. Tem um doutoramento pela Universidade de Edimburgo (1960) e é um antigo empregado do Secretariado da EFTA; (e) Dr. Victor Sá Machado, 40 anos, advogado e director da Fundação Gulbenkian; (f) Dr. Augusto Leite Faria, 47 anos, antigo deputado na Assembleia Nacional; (g) Basílio Horta, antigo secretário-geral da Associação de Empresários da Indústria.

7. Comentário: Este primeiro grupo é composto por pessoas respeitadas e proeminentes, abertamente de centro-direita, onde deve recolher a maioria dos seus apoios. O partido deve atrair apoios e assim limitar o crescimento de partidos menores de direita que se formaram nas semanas imediatamente posteriores ao golpe de 25 de Abril e onde faltam líderes proeminentes. Alguns desses grupos menores podem fundir-se com o PCDS. De facto, com o aproximar das eleições, e enquanto a esquerda cresce (ou parece crescer) em força, aumenta a urgência de fundir o centro e a direita, e pode, se as personalidades o permitirem, levar a amálgamas no PCDS, no PPD e no novo Partido Social Democrático, formado na semana passada pelo ex-primeiro-ministro Palma Carlos. É demasiado cedo para predizer que partido será o principal beneficiário, mas com o PPD e o PSD ambos manchados pela recente crise no governo, o PCDS pode ser esse partido.

TELEGRAMA	1974LISBON 03124_b
TÍTULO	Líder cristão democrático angolano contacta a Embaixada
DATA	24-07-74
ASSINADO	POST
CONTEÚDO	<p>1. John Bunga, descrevendo-se a si próprio como líder do Partido Cristão Democrático de Angola (PCDA), contactou a embaixada a 22 de Julho. Indicou estar em Lisboa junto com cinco outros líderes do partido, a pedido do Governo português, e que já tinham tido contacto com o General Costa Gomes e o Presidente Spínola. Ele disse que o PCDA estava particularmente activo no campo, concedendo que Luanda estava dominada pelo MPLA. Ele afirmou que o PCDA tem representação em todos os distritos de Angola. Ele acrescentou que o PCDA e diversos outros partidos pós-25 de Abril estão a realizar esforços para ultrapassar as suas diferenças e federarem-se agora com a possibilidade de uma fusão posterior, para conseguirem um esforço unificado para a independência que deve acontecer - disse ele - em dois ou três anos. Ele indicou que estão em contacto com a UNITA, entre outros partidos.</p> <p>2. Talvez o mais interessante desenvolvimento seja a sua declaração, de que ele e os seus parceiros de viagem iriam aos Açores, num dia ou dois, contactar Simão Toco, líder de uma seita religiosa com um largo seguimento dentro de Angola e que está ligada à igreja Kimbangista do Zaire. O grupo de Bunga tem estado em correspondência com Togo e este terá estado de acordo em regressar a Luanda em Agosto. Claramente, Bunga espera que o regresso de Toco e o presumível apoio ao PCDA dê a este um considerável impulso.</p> <p>3. O inevitável pedido de apoio, quer moral quer material, foi apresentado por Bunga no contexto de um apoio ilimitado dos russos e chineses ao MPLA e FNLA. O funcionário da embaixada observou que os EUA tinham</p>

aprendido ao longo dos anos que a interferência nos assuntos políticos de outros países era um erro e sugeriu que havia muitos industriais portugueses que tinham importantes interesses a proteger em Angola e cujo financiamento de movimentos políticos em Angola não seria considerado uma interferência nos assuntos angolanos. Sugeriu-se ainda que Bunga contactasse o cônsul-geral em Luanda. Bunga disse que tinham sido dados passos para esse contacto, mas tinham sido interrompidos pela chamada do Governo português para virem a Lisboa.

4. Notas biográficas: Bunga vem da Damba, no distrito de Uíge. Aparenta ter 35 anos. Disse que saíra de Angola com a idade de cinco anos e que todo o seu crescimento e educação tinham decorrido no que agora é o Zaire (o que explicaria o seu atroz português). Ele afirma ter sido um dos «destacados» líderes do Partido Democrático Angolano (PDA) que formou parte da FNLA, da qual, consequentemente, foi também um importante líder. Ele saiu do Zaire em 1972 em desacordo com os ataques da FNLA contra pessoas inocentes e regressou a Angola, onde teria sido preso pela DGS e enviado para a prisão de São Nicolau.

TELEGRAMA 1974LISBON 03126_b

TÍTULO Fundação Gulbenkian atingida

DATA 24-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO

1. A Fundação Gulbenkian está em greve desde 18 de Julho. Os empregados tomaram o controle das instalações e fecharam todos os escritórios. Os grevistas exigem a resignação de três membros do Conselho de Administração, salários mais altos, reorganização da operação da Gulbenkian com a participação dos empregados na tomada de decisões.
2. A administração está disponível a discutir os salários e a participação dos empregados, mas recusa-se a discutir a exigência de resignações.
3. Os três membros cuja resignação é exigida são Marcelo Matias, antigo embaixador que foi ministro dos Negócios Estrangeiros no regime de Salazar; o engenheiro Lobato Guimarães, um dos arquitectos do complexo da Gulbenkian; e o Dr. Sá Machado, administrador encarregado do pessoal.
4. As actividades da Fundação estão suspensas. Todas as actuações canceladas. A orquestra e o grupo de ballet, numa digressão pelo Norte de Portugal e pela Jugoslávia, interromperam as digressões e regressaram a Lisboa.
5. A administração da Gulbenkian emitiu um comunicado declarando a greve ilegal. Membros do Governo e das Forças Armadas visitaram a Fundação. O caso foi entregue ao ministro do Trabalho.
6. Comentário: O chefe de gabinete do ministro das Finanças disse à embaixada que o caso da Gulbenkian é um teste ao Governo. A Gulbenkian é uma corporação privada. A questão nas greves contra outras corporações privadas (por exemplo, Applied Magnetics) tem

sido sobre o direito de os empregados forçarem mudanças na composição da administração. O princípio é o mesmo no caso Gulbenkian, apesar da dimensão do caso ser mais ampla. A Fundação emprega 1500 pessoas só em Lisboa. A actividade da Fundação afecta a qualidade da vida cultural em Portugal, e daqui resulta a questão se é um activo nacional. O presidente da Fundação, Azeredo Perdigão, que é igualmente membro do Conselho de Estado, tomou a posição de que a Fundação é privada e que o Programa do MFA não inclui purgas das instituições privadas. Assim, a administração está a recusar ceder às reivindicações dos empregados. Existe um relatório, mas apenas um relatório, de que o ministro do Trabalho poderá nomear uma Comissão temporária para supervisionar as operações da fundação.

TELEGRAMA 1974LISBON 03141_b

TÍTULO Dificuldades laborais em filial da U.S. Electronics (Applied Magnetics)

DATA 25-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: A filial da Firma U.S. Electronics, Applied Magnetics (AM), enfrenta uma dura decisão sobre se continua as suas operações em Portugal. Assolada por manifestações laborais, a AM tem tido discussões com o ministro do Trabalho e pode procurar assistência financeira do ministro da Economia. Enquanto outras firmas têm sido afectadas pelos aumentos salariais e dificuldades laborais, a AM tem sido um caso extremo. Fim do Sumário.

1. Poucas firmas em Portugal não foram afectadas por aumentos salariais e/ou dificuldades laborais, mas a Applied Magnetics (AM), uma filial da firma U.S. Electronics gerida por um cidadão canadiano, tem sido um caso extremo envolvendo ambas.

2. Como anteriormente reportado, os problemas para a AM começaram logo depois da revolução de 25 de Abril quando os trabalhadores, liderados por uma Comissão militante, recusaram deixar entrar na fábrica a administração portuguesa do pessoal. As dificuldades agravaram-se quando, em Maio, o Governo aprovou um contrato para as indústrias eléctricas aumentando os salários em mais de 200% em algumas categorias.

3. Por causa do aumento dos custos salariais, a AM concluiu que uma das suas linhas de produção já não era económica e que 116 trabalhadores envolvidos nessa actividade teriam de ser despedidos. Essa decisão adicionou combustível ao antagonismo laboral. A semana passada, numa reunião participada por representantes do Ministério do Trabalho e uma organização intersindical, os trabalhado-

res da AM votaram contra uma proposta da administração em que eles voltariam ao trabalho, com a administração a ser autorizada a dirigir a fábrica sem interferências e mantendo a demissão dos 116 trabalhadores.

4. Por causa da clara rejeição das suas propostas, a administração da AM tomou a decisão de pedir a insolvência com base em que, sem uma fábrica eficiente e produtiva, não poderia nem ganhar o dinheiro para pagar os salários no final de Julho nem pedir o dinheiro para tal localmente ou no estrangeiro.

5. Reconhecendo a seriedade deste desenvolvimento, o novo ministro do Trabalho, Costa Martins, na tarde de 24 de Julho reuniu pessoalmente com a administração da AM, o seu advogado e um quadro de uma empresa relacionada. O ministro apelou à AM para não despedir os 116 trabalhadores, dizendo que a legislação laboral que está para sair em cerca de duas semanas regularizará a posição da administração e garantirá a reconversão dos trabalhadores quando estes tiverem de ser despedidos. Ele indicou que, entretanto, o governo assegurará a capacidade da AM de operar a fábrica e sugeriu que a AM continuasse as negociações com o Ministério da Economia sobre a possibilidade de assistência financeira para enfrentar as actuais dificuldades. (Antes, no mesmo dia, um representante do Ministério da Economia disse à AM que o governo consideraria dar-lhe uma ajuda financeira se esta cancelasse o despedimento dos 116 trabalhadores).

6. Por volta das duas da manhã de 25, a AM ainda não decidira que acções iria tomar. Entretanto, apesar de encorajadas pela intervenção do ministro do Trabalho, a administração da AM foi ainda sujeita a outra dose de militância laboral. Com a partida do ministro, eles foram cercados por um grupo de cerca de 200 trabalhadores, bem como representantes da imprensa e da televisão (Nota: o caso AM tem recebido muita publicidade na imprensa e na rádio). O grupo recusou que o carro

da AM se movesse. Depois de ficarem retidos por mais de uma hora, o administrador da AM entregou finalmente o seu passaporte canadiano a um representante dos trabalhadores, como prova da sua intenção de não abandonar o país, e um trabalhador acompanhou a equipa da AM de volta ao seu hotel, que o administrador da AM acredita estar sob vigilância.

7. Comentário: (a) A militância laboral fez do caso AM um caso extremo. É pessoalmente desencorajador para a AM que o governo não tenha imposto restrição aos militantes para que as negociações se pudessem desenrolar de uma forma ordeira. Apesar de não ter havido qualquer agressão física, o administrador da AM, depois do incidente da noite passada, não exclui essa possibilidade. Apesar desta situação confusa, achámos encorajador que o ministro do Trabalho se tenha colocado pessoalmente nas negociações e que ele e o ministro da Economia pareçam estar a trabalhar muito mais em conjunto do que com o anterior governo Palma Carlos. (b) Estamos a manter-nos em contacto próximo com a AM e relataremos quaisquer desenvolvimentos.

TELEGRAMA 1974LISBON 03150_b

TÍTULO Restantes secretários de Estado apontados

DATA 25-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. O primeiro-ministro Gonçalves apontou mais oito secretários de Estado para preencher todas as restantes vagas, excepto duas. As únicas vagas por preencher são as recentemente criadas nos ministérios da Administração Interna e Comunicação Social. Os novos secretários de Estado tomaram posse a 24 de Julho, junto do Presidente da República.

2. Os seguintes são os novos secretários de Estado, com a informação biográfica disponível:

Ministério dos Equipamentos Sociais:

a) Secretário de Estado das Obras Públicas, Tenente-Coronel Amadeu Garcia dos Santos²¹, oficial de comunicações do Exército. Pouco se sabe de dos Santos, exceto que realizou um curso NATO sobre Guerra Electrónica, e foi promovido ao actual posto em 1972.

b) Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações é novamente o Eng. Manuel Ferreira Lima.

c) O secretário de Estado para a Habitação e os Assuntos Urbanos é de novo o arquitecto Nuno Portas.

²¹ GARCIA DOS SANTOS: Do MFA. Foi secretário de Estado nos II, III, IV e VI Governos Provisórios. Foi Chefe da Casa Militar do Presidente da República Ramalho Eanes. Foi Chefe do Estado-Maior do Exército em 82/83.

d) O secretário de Estado para a Marinha Mercante é o Eng. José Carlos Viana²² – nenhuma informação ainda disponível.

e) O sub-secretário de Estado para o Ambiente é novamente o arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles, um monárquico.

Ministério do Trabalho:

a) O secretário de Estado para o Trabalho é de novo Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.

b) O secretário de Estado para a Emigração é o Eng. Pedro Amadeu dos Santos Coelho²³ – nenhuma informação ainda disponível.

c) O secretário de Estado para o Emprego é o Eng. José Balseiro Fragata – nenhuma informação ainda disponível.

3. A avaliação das novas nomeações segue num telegrama separado.

²² JOSÉ CARLOS GONÇALVES VIANA: Foi secretário de Estado da Marinha Mercante nos II, III e IV Governos Provisórios. Foi secretário de Estado das Pescas em 81/82 (PSD).

²³ PEDRO AMADEU DOS SANTOS COELHO: Fundador do PS. Foi secretário de Estado da Emigração nos II, III e IV Governos Provisórios, e secretário de Estado das Pescas no VI Governo Provisório e no I Governo Constitucional.

TELEGRAMA 1974LISBON 03151_b

TÍTULO Avaliação dos novos secretários de Estado

DATA 25-07-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Como um todo, o conjunto dos secretários de Estado a quem o Presidente Spínola deu posse a 24 de Julho é equilibrado e, de acordo com as informações biográficas de que dispomos, não revela uma tendência de esquerda no novo Governo. Os comunistas têm apenas um representante, os socialistas quatro. A maioria do grupo é composta por competentes tecnocratas desconhecidos no plano nacional. Esta composição reflecte o desejo do Movimento das Forças Armadas de colocar o país a avançar e revela uma subordinação das considerações político-partidárias, procurando antes indivíduos competentes para desempenhar as directivas políticas do governo (isto é, do MFA). Fim do Sumário.

1. O Presidente Spínola deu posse a 26 secretários e sub-secretários de Estado. O grupo é quase todo masculino, predominantemente nos 30 e 40, e tecnicamente treinado. Dez são engenheiros ou arquitectos, a maioria dos restantes são advogados. Os militares têm dois representantes que, tal como os seus colegas civis, não são conhecidos no plano nacional. Muitos dos civis estiveram, no passado, activos nos círculos de oposição ao velho regime, e alguns estiveram presos pela polícia política sob a acusação (talvez forjadas) de actividades comunistas. No entanto, a embaixada não tem qualquer informação recente que indique que algum secretário de Estado seja comunista, talvez com a excepção do secretário de Estado do Trabalho, Carvalhas, que é provavelmente um membro do Partido Comunista. Em contraste, os socialistas têm pelo menos quatro representantes: Nuno Portas (Habitação), Jorge Campinos (Negócios Estrangeiros), Rui Grácio (Orientação Pedagógica) e Armando Bacelar (Justiça). O

Grupo Tecnocrata conhecido como SEDES tem vários representantes, mas, de forma significativa, o Movimento Democrático (MDP), que é uma coligação dominada pelos comunistas, foi excluído do novo governo. (Provavelmente por causa da insistência dos socialistas e do centrista PPD, coligados no MDP, de que a coligação não deve procurar um papel político para si própria, e deve começar de facto a murchar como grupo político autónomo).

2. O primeiro-ministro Gonçalves, que alguns (vagamente) etiquetaram de «esquerda», não revelou ao escolher os seus secretários de Estado nenhuma marcada propensão para escolher membros de partidos de esquerda para os lugares vacantes (apesar de que aquelas pessoas de que não temos qualquer informação podem ser, claro, socialistas ou membros do PCP). Das dez novas faces, só duas são conhecidas por estarem activas no Partido Socialista e nenhum comunista foi trazido para preencher a vaga no Ministério do Trabalho (Herberto Gonçalves, um comunista, perfilava-se para a Emigração e Emprego). Acreditamos que a composição deste grupo de 26 é equilibrada, e é uma boa indicação do desejo de colocar o país a avançar novamente, na base de um trabalho duro através de indivíduos competentes. Aparentemente, as preocupações político-partidárias foram subordinadas à procura da competência na escolha daqueles que serão primariamente responsáveis pela execução da política do governo (leia-se Forças Armadas).

TELEGRAMA 1974LISBON 03167_b

TÍTULO Sardinhas soviéticas contribuíram para acabar com a greve dos pescadores

DATA 26-07-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: A chegada de 3400 toneladas de sardinha soviética ao Porto contribuiu para acabar com a greve dos pescadores portugueses de sardinha. O PCP continua com a sua política dual de dar apoio retórico à causa dos trabalhadores, ao mesmo tempo que sabota medidas que poderiam ter reforçado a greve. Os grupos de extrema-esquerda denunciaram o PCP e tentaram juntar os grevistas. Fim do Sumário.

1. A indústria portuguesa de pescado tem estado em declínio há vários anos. A frota portuguesa de pesca não tem sido modernizada e, conseqüentemente, não pode navegar para muito longe nem dispõe de equipamento de refrigeração para preservar as capturas. Com o desaparecimento da sardinha das águas mais próximas à costa portuguesa, a indústria da pesca tem de enfrentar uma crise anual na Primavera pois as capturas atingem o ponto mais baixo.

2. Aproximadamente 1200 pescadores de Matosinhos (perto do Porto) entraram em greve a 15 de Junho. As suas reivindicações declaradas incluíam um salário fixo de 4000 escudos (160 dólares) em vez do actual sistema de pagamentos pela captura efectiva. Alguns outros pescadores e trabalhadores em sectores relacionados (operadores de barco, mariscadores) também entraram em greve.

3. Os industriais recusaram dobrar-se às reivindicações dos pescadores e optaram por começar a procurar fontes alternativas de abastecimento. Encontraram essa fonte num barco de pesca soviético Nakhichevan, que

tinha equipamento de refrigeração e era capaz de congelar o peixe capturado na área entre os Açores e as Ilhas Canárias. A delegação dos industriais viajou até à Suécia, onde estava o barco, concluiu o negócio e regressou a Portugal com o conhecimento de que o abastecimento para o futuro imediato estava completamente assegurado. O Nakhichevan chegou ao Porto a 16 de Julho com 3400 toneladas de sardinha congelada. Uma média de 400 toneladas são descarregadas diariamente desde então.

4. Enquanto os grevistas secundários (todos, além dos próprios pescadores de sardinha) regressaram ao trabalho, poucos dias depois da chegada do Nakhichevan, a greve principal manteve-se inicialmente sem ser quebrada. No entanto, a 25 de Julho, os pescadores regressaram ao trabalho, tendo aceiteado uma proposta de compromisso, curta face às suas reivindicações iniciais. As condições do acordo foram estipuladas como temporárias, já que alegadamente os donos dos barcos de pesca são incapazes de pagar o actual preço do diesel e pediram ao governo uma redução de 50%.

5. De acordo com a sua política, previamente anunciada, o PCP fez todo o possíveis para dissuadir os pescadores de irem para a greve. O PCP elogiou os pescadores, reconheceu a justeza da sua causa, recordou a história do PCP em defesa dos trabalhadores portugueses, mas disse que a greve só deve ser usada como última arma. De acordo com o PCP, a greve não beneficiaria os pescadores e apenas beneficiaria os interesses dos exploradores capitalistas (indústria da conserva) e aqueles que desejam provocar desordem e caos para enfraquecer o governo provisório. Assim que a greve se iniciou, o PCP passou da retórica à acção, bloqueando os esforços projectados para promover o boicote da sardinha russa ou, falhando isso, a recusa dos empregados das conserveiras de a aceitar. Como resultado dos esforços do PCP, o boicote não se materializou e os estivadores, que tinham ameaçado não descarregar o barco, trabalharam normalmente. O

PCP manteve um silêncio público discreto sobre a chegada das sardinhas russas, deixando o «crédito» para este feito à indústria conserveira.

6. O único apoio dos grevistas veio, como tem sido o caso noutras situações de agitação laboral, dos grupos de extrema-esquerda, com o MRPP particularmente activo na tentativa de apoiar a moral dos grevistas, ao ponto de recolher dinheiro para contribuir para o fundo de greve. Pelo menos três jornais da extrema-esquerda (Luta Popular, A Voz do Trabalhador e A Verdade) reportaram sobre a greve e a perfídia do PCP e dos «socialistas imperialistas» soviéticos. A URSS é caracterizada como «socialista em palavras, mas nos actos um imperialista inimigo dos trabalhadores do mundo».

7. A imprensa portuguesa, caracteristicamente, tratou a greve de maneira superficial, reportando os acontecimentos à medida que ocorriam, mas fornecendo pouca ou nenhuma interpretação. Alguma interpretação feita seguiu a linha do PCP, colocando a ênfase na situação dos trabalhadores das conservas por oposição à situação dos pescadores.

8. Comentário: As questões colocadas por esta greve, como por outras recentemente, são: (a) Quanto tempo pode o PCP continuar a safar-se com uma política que apoia os interesses dos trabalhadores em palavras, mas trai-os nos actos? (b) Quanto tempo irão permanecer isolados incidentes deste género, sem que os trabalhadores portugueses, em geral, reajam? (c) Em que extensão irão

os esforços da extrema-esquerda, em nome dos grevistas, resultar na criação de um diálogo ou de ligações mais fortes entre os grevistas e os extremistas políticos? De momento, pelo menos aparentemente, parece que a extrema-esquerda permanece isolada do corpo político português e o PCP pode continuar a sua política de «respeitabilidade e responsabilidade» sem sérios desafios.

²⁴ Isto dito por quem defende que as greves devem ser reprimidas pela força. O PCP é assim caluniado por promover a agitação e as greves, e por trair os trabalhadores combatendo a agitação e as greves. A posição do PCP, clara e responsável, e reconhecida pela embaixada, é sempre encarada como um disfarce. O preconceito é a base da análise.

TELEGRAMA 1974LISBON 03168_b

TÍTULO Nota portuguesa sobre a suspensão de relações com o Malawi

DATA 26-07-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Segue uma tradução informal da declaração de 23 de Julho do ministro dos Negócios Estrangeiros sobre a suspensão das relações com o Malawi:

Citação. Desde o princípio do mês, o governo do Malawi tem assumido uma atitude de deliberada obstrução da nossa política de descolonização, o que coloca grandes dúvidas sobre a possibilidade de continuação das boas relações com o governo português. Apesar de conhecer a posição do governo português sobre o engenheiro Jardim, e sabendo que existe um mandato para a sua prisão, o governo do Malawi não só lhe atribui um lugar de destaque em vários eventos públicos mas permitiu-lhe permanecer no seu território, desenvolvendo conspicuamente actividades de uma natureza destinada a criar sérias perturbações em Moçambique. Adicionalmente, nos últimos dias, a embaixada portuguesa em Zomba foi sujeita a acções humilhantes e discriminatórias das autoridades do Malawi que são contrárias às mais elementares práticas das relações diplomáticas. O Encarregado de Negócios de Portugal em Zomba foi instruído a entregar esta manhã (23 de Julho) ao ministro dos Negócios Estrangeiros do Malawi a seguinte mensagem:

Citação 1. Desde o 25 de Abril, o Governo português tem considerado ser do seu interesse manter as melhores relações possíveis com o Governo do Malawi, particularmente numa altura em que se encontra comprometido em desenvolver uma política de descolonização no respeito pelos princípios das Nações Unidas.

Citação 2. O desejo português por uma cooperação aber-

ta e inequívoca que permita melhorar as relações entre os dois países tem sido expresso em várias ocasiões ao Governo do Malawi.

Citação 3. Não obstante o acima dito, o Governo português considera que a atitude tomada pelo Governo do Malawi sobre o engenheiro Jardim constitui uma clara tentativa de criar sérios obstáculos à nossa política de descolonização anunciada.

Citação 4. Adicionalmente, o Governo português também considera que a situação em que se encontra a Embaixada portuguesa é inaceitável.

Citação 5. Nestas circunstâncias o governo português vê-se obrigado a retirar os seus representantes diplomáticos de Zomba até que uma satisfação seja fornecida. O Governo português é o primeiro a lamentar isto, mas não podemos ajudar a não ser repetindo e sublinhando uma vez mais que é inadmissível que o Governo do Malawi permita que o seu território seja utilizado para criar sérios obstáculos à política de descolonização que Portugal implementa, e especialmente que permita ao engenheiro Jardim guiar e dirigir actividades terroristas contra Moçambique a partir do Malawi. Fim de Citação.

TELEGRAMA 1974LISBON 03169_b

TÍTULO Representantes do MFA no Conselho de Estado

DATA 26-07-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O MFA nomeou os seus novos representantes no Conselho de Estado. Grupo distingue-se pela juventude. Fim do Sumário.

1. O Presidente Spínola, a 24 de Julho, investiu quatro novos membros do MFA no Conselho de Estado. Os novos membros foram eleitos de uma forma não revelada ao público. Os novos representantes do MFA, que substituem os quatro que foram nomeados ministros no novo Governo, são os seguintes:

a) Tenente-Coronel Manuel Ribeiro Franco Charais²⁵, 43 anos, nascido no Porto. Depois de completar os seus estudos militares em 1953, estudou brevemente na Academia Militar de Saragoça, em Espanha. Além de serviço nos Açores e na Madeira, Charais teve experiência militar fora da metrópole, em Angola e Moçambique. Ele esteve igualmente em numerosas missões oficiais aos quatro territórios africanos portugueses, bem como à França, à Bélgica, ao Reino Unido, à Alemanha e à África do Sul. Na altura da eleição estava colocado no Gabinete do Chefe de Estado-Maior da Força Aérea.

b) Major José Bernardo de Canto e Castro²⁶, aviador, 32 anos,

²⁵ FRANCO CHARAIS: Membro da Comissão Coordenadora do MFA, seria do Conselho da Revolução até 1982.

²⁶ JOSÉ BERNARDO DO CANTO E CASTRO: Membro da Comissão Coordenadora do MFA, seria do Conselho da Revolução.

nascido em Díli (Timor Português). Serviu na Base Militar nos arredores de Luanda, de Abril de 1967 a Julho de 1973.

c) Capitão Duarte Nuno de Ataíde Pinto Soares²⁷, 31 anos, nascido em Moçambique. Completou os estudos em Engenharia Civil enquanto estava na Academia Militar, esteve colocado em Angola onde teve responsabilidades relacionadas com a engenharia civil de projectos militares. Também actuou no sector privado, usando as suas capacidades técnicas e administrativas, e representou Portugal no Congresso Mundial de Educação Física de Bruxelas, em 1958, e nas cerimónias que marcaram a independência do Brasil e o quarto centenário do Rio de Janeiro. Foi preso em Março deste ano, quando o seu papel no Movimento das Forças Armadas foi detectado. Tem estado colocado na Comissão Coordenadora do MFA.

d) Capitão Vasco Correia Lourenço²⁸, 32 anos, nasceu em Portugal continental. Esteve colocado na Guiné, entre 1969 e 1971. Foi peremptoriamente transferido esta Primavera, assim que o seu envolvimento no MFA foi detectado. Tem estado colocado na Comissão Coordenadora do MFA.

2. Comentário: Com excepção de Charais, estes novos membros são todos menores de 35, consideravelmente mais jovens que os predecessores. Não temos ainda uma informação sobre a sua orientação política.

²⁷ PINTO SOARES: Membro da Comissão Coordenadora do MFA, seria do Conselho da Revolução até Agosto de 1975, demitindo-se face à intriga do Grupo dos Nove, retomando a carreira militar.

²⁸ VASCO LOURENÇO: Membro da Comissão Coordenadora do MFA, seria do Conselho da Revolução até 1982. Um dos membros do Grupo dos Nove.

TELEGRAMA 1974LISBON 03170_b

TÍTULO Relatório da situação na Applied Magnetics (AM)

DATA 26-07-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Os acontecimentos tiveram desenvolvimentos favoráveis para a Applied Magnetics (AM) a 25 de Julho. O ministro do Trabalho chamou a administração para se desculpar pelo incidente com a população na noite anterior, mas, mais importante, para assegurar à AM que se continuasse a operar em Portugal e não despedisse quaisquer trabalhadores nos próximos dois meses: (a) A administração teria total e seguro acesso à fábrica; (b) O último contrato que a AM assinou com os trabalhadores seria totalmente aplicado e quaisquer concessões feitas subsequentemente sobre pressão seriam anuladas (isto é, regresso da semana de 44 horas e das três em vez de quatro semanas de férias); e (c) Se em três meses a AM chega à conclusão que lhe é impossível manter os 116 trabalhadores que agora quer despedir, o Governo português assume a responsabilidade por eles, quer encontrando-lhes um emprego alternativo, quer pagando um subsídio de desemprego (o ministro indicou que este último está a ser garantido através de uma legislação que aparecerá brevemente). O ministro, mais uma vez, encorajou a AM a procurar a assistência financeira do ministro das Finanças para a retirar das suas actuais dificuldades.

2. De acordo com a equipa da AM, o ministro terá dito à militante Comissão de Trabalhadores da AM que os empregados da AM teriam de aceitar estas condições. Além disso, o ministro abordou o caso perante os representantes dos *media* e criticou o tipo de acção da população que ocorreu no dia anterior.

3. A equipa da AM apresentou um pedido formal a 26 de Julho ao ministro das Finanças para um empréstimo que

ajudasse a pagar os salários de Julho. Apesar de a AM considerar que tem uma verdadeira necessidade deste dinheiro, também vê o pedido como um teste às intenções do Governo português de ser útil. Se o empréstimo for concedido, a AM continuará provavelmente as suas operações aqui; se não o for, considerará seriamente o regresso ao seu plano de encerrar através de uma declaração de falência. Mesmo que decida continuar, vê a possibilidade de armadilhas e tácticas obstrutivas por parte da Comissão Sindical da fábrica ou de oficiais subalternos do Ministério do Trabalho; ou seja, a AM dúvida que mesmo que o ministro do Trabalho seja sincero no seu desejo de ajudar, que consiga tornar as suas decisões efectivas.

4. Comentário: o desempenho do ministro do Trabalho neste acordo, até agora, é um desenvolvimento encorajador na área das relações entre as administrações e os trabalhadores. Se o ministro conseguir que as suas decisões sejam adoptadas, ele terá estabelecido um importante precedente para os casos deste tipo pendentes e futuros.

TELEGRAMA 1974LISBON 03177_b

TÍTULO Novo Chefe militar de Angola não exclui a participação dos movimentos de libertação no governo

DATA 26-07-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O novo presidente da Junta Militar de Angola, o vice-almirante Rosa Coutinho, saiu de Lisboa a 25 de Julho para Luanda, e foi acompanhado ao aeroporto pelo primeiro-ministro, por Costa Gomes, Almeida Santos e oficiais militares de topo.

2. Numas curtas observações à partida, Coutinho disse que o programa do MFA será integralmente concretizado em Angola. Só depois de consultas com pessoas em Angola ele desenhará a lista daqueles que servirão com ele na Junta. Ele declarou que na selecção dos seus novos colegas, principalmente militares, terá em consideração nomes que lhe sejam sugeridos por angolanos.

3. A Junta e o novo governo angolano será formado numa semana, de acordo com Coutinho. Ele também considerou não ser impossível que membros dos movimentos de libertação integrassem o novo governo, desde que eles queiram colaborar, já que ele não está preocupado com cores políticas ou da pele.

4. O seu objectivo principal será a defesa dos direitos daqueles que chamam Angola de lar. A independência imediata está fora de questão e é uma impossibilidade prática em qualquer caso. As coisas devem ser feitas tendo em conta o respeito da vontade da população local e não com base em improvisações.

5. Antes de entrar no avião, Coutinho informou a imprensa que o Comandante Jorge Correia Jesuíno será o novo director geral para a informação, substituindo o Major Mariz Fernandes que regressará a Lisboa dentro em breve. (Jesuíno foi anteriormente delegado da Junta para a Informação e integrava a Comissão *Ad Hoc* original para o controlo dos *media* no período imediatamente após o golpe).

TELEGRAMA 1974LISBON 03183_b

TÍTULO Discurso do Presidente Spínola sobre os territórios do Ultramar

DATA 27-07-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O Presidente Spínola, num discurso muito aguardado, abordou o futuro da Guiné, de Angola e de Moçambique. Como acontece regularmente com os discursos dos dirigentes portugueses, o exacto sentido das palavras de Spínola foi obscurecido pela retórica. Esperamos dispor de uma análise mais desenvolvida do discurso depois de conseguir reunir reacções oficiais e não oficiais. No entanto, os pontos seguintes são claros: (a) Spínola abandonou o requisito de um referendo nas colónias; (b) Spínola também abandonou a ideia de uma Confederação; (c) Spínola agora aceita a independência como a única conclusão para os territórios do Ultramar, com as datas a serem negociadas; (d) Spínola quer um cessar-fogo imediato.

2. Comentário: Spínola não respondeu à questão crucial de como as colónias fariam realmente a transição para a independência. Ele indicou que Portugal estava aberto a quaisquer iniciativas para o planeamento e execução do processo de descolonização.

3. Temos conhecimento que uma longa luta decorreu no Governo português sobre o futuro dos territórios do Ultramar. Parece provável que a descolonização tenha sido uma das questões debatidas durante a recente crise do governo. O discurso de hoje representa claramente um recuo de Spínola das suas anteriores posições sob pressão do MFA. Apesar de se manterem ambiguidades, parece provável que o Governo português, e particularmente o MFA, acredite que a eliminação do requerimento do referendo e a aceitação da independência como o objectivo final seja suficiente para os movimentos de libertação levarem a luta para um fim.

Ainda não está claro o que aconteceu então, mas uma razoável especulação seria a de que o Governo português pretende convidar os movimentos de libertação e possivelmente outras tendências políticas (por exemplo, os brancos) nas colónias para entrarem em governos provisórios, seguindo as linhas da actual situação da metrópole, cuja tarefas incluiriam delinear o processo que levará à independência.

TELEGRAMA 1974LISBON 03189_b

TÍTULO Negociações dos Açores

DATA 29-07-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Um funcionário da embaixada foi chamado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros na tarde de 26 de Julho pelo director político Magalhães Cruz, para discutir a greve numa fábrica propriedade de americanos perto de Lisboa, aproveitando Cruz para levantar o assunto das negociações dos Açores. Destacando que se aproxima rapidamente o 4 de Agosto, quando termina o período negocial de seis meses, ele disse que o embaixador Themido em Washington foi instruído para enviar uma nota ao Departamento a 4 de Agosto certificando formalmente que não houve, repito, não houve, um resultado negativo para as negociações. A nota proporá que as negociações fiquem pendentes até ser formado um novo governo, mas que a validade de qualquer eventual acordo deve ser datado a 3 de Fevereiro deste ano. Entretanto, as operações da base devem continuar nos mesmos termos e nas condições actuais. Cruz explicou que o Governo provisório considera o acordo dos Açores uma matéria da maior importância e interpreta que o Programa do MFA requer que essas matérias sejam reservadas para o futuro Governo permanente.

2. Comentário: Presumivelmente, a formação de um governo permanente deverá esperar até que seja eleita, em Março, a Assembleia Constituinte e que esta produza uma Constituição que, por sua vez, exigirá novas eleições para uma Assembleia Nacional e um Presidente permanente, um processo que pode alongar-se até daqui a mais de um ano. É obviamente muito cedo para prever os resultados de uma eleição para a Assembleia Constituinte, quanto mais se haverá eleições para uma Assembleia Nacional e os seus resultados. **No entanto, o Partido Comunista combina uma imagem respeitável e uma superior organização, pelo que**

não podemos excluir a possibilidade de que a Assembleia Constituinte tenha uma substancial proporção de membros hostis²⁹ a bases estrangeiras. Isto pode sugerir que talvez fosse preferível, do ponto de vista dos EUA, que as negociações se completassem antes das eleições de Março.

3. A informação de Cruz sugere que nos poderá ser extremamente difícil, depois de termos demonstrado que não tínhamos qualquer urgência no fechar das negociações, convencer o Governo Provisório a retomar negociações activas. Se o desejarmos fazer, podemos sugerir que a secção do Programa do MFA que o Governo está a invocar para atrasar as negociações (que deixa à futura Assembleia Constituinte «as mais fundamentais reformas») não se aplica de facto às negociações dos Açores, às quais se deve aplicar o previsto no artigo B.7 (a), que afirma que o Governo Provisório respeitará as obrigações internacionais em vigor. No entanto, não é provável que esse tipo de argumentos legalistas sejam persuasivos. O que poderá ser mais persuasivo será o argumento de que o Governo português expressou um desejo generalizado de assistência dos EUA, que o Governo dos EUA está preparado para ser tão prestável quanto possível, mas que para assegurar o necessário apoio do Congresso a qualquer ajuda a Portugal, esta teria de ser associada com a renegociação dos Açores. Como a ajuda dos EUA a Portugal é urgente, também passa a ser urgente a renegociação dos Açores.

²⁹ Frases como esta, que aparecem regularmente nestes documentos, demonstram que a preocupação dos EUA e da reacção, em geral, não é com a possibilidade de os comunistas impedirem a realização de eleições, mas sim que estes tivessem um grande resultado eleitoral.

TELEGRAMA 1974LISBON 03195_b

TÍTULO Informação biográfica dos membros da Junta de Moçambique

DATA 29-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. O Tenente-Coronel do Exército Nuno Lopes Pires não é conhecido da embaixada. Nascido a 17 de Fevereiro de 1930, graduado da Academia Militar em Novembro de 1955.

2. O Major Fernando Seabra da Força Aérea é bem conhecido da Embaixada e bem visto. Nascido em Novembro de 1942, graduado pela Academia Militar em 1963. A maior parte da infância passou-a em Angola; fez dois anos de serviço militar na Guiné (1970-1972). Tem servido como adjunto do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Diogo Neto. Contacto com os EUA: reconhecido favoravelmente pelo USDAO [adido militar dos EUA] e MAAG [chefe de segurança da embaixada]; esteve cinco meses e meio em cursos de formação nos EUA (de Fevereiro a Agosto de 1973, Maxwell AFB [Air Force Base], Alabama) que se focaram em administração; teve aí uma destacada prestação académica, uma das mais elevadas de qualquer oficial aliado presente. Habilidades linguísticas: bom inglês, espanhol aceitável, algum francês. Aparência física: 1,91 metros, esguio, bem parecido, um ligeiro desmazelo e sem bigode; não coxeia, mas terá um problema no joelho que lhe poderá causar problemas futuros. Estatuto familiar: Uma linda mulher, uma filha de cinco anos (Cristina), um filho de três anos (Bruno). Hábitos pessoais: Bebe Scotch Whisky, não fuma. Atitudes (obtidas em Maxwell, com base em quatro meses de contacto académico e social diário: «Acredita fortemente que Portugal não deve conceder, neste momento, a liberdade às suas colónias africanas, mas deve lá permanecer para ajudar as colónias até serem suficientemente fortes para gerir a sua liberdade quando esse tempo

chegar». Avaliação geral: cortês, competente, fácil de abordar, um bom tipo.³⁰

3. O Tenente-Comandante da Marinha, Vítor Crespo, provavelmente conhecido na embaixada. Nascido a 21 de Março de 1932, especialista em Artilharia, instrutor da Academia Naval entre 1964-1970, comandou a corveta Jacinto Cândido, que esteve ao serviço em águas africanas entre Junho de 1970 e Janeiro de 1973. Membro do MFA no Conselho de Estado. Aparência física: 1,73 cm, 79 quilos, cabelos e bigode grisalho, parece mais velho do que é. Hábitos pessoais: bebe whisky escocês, fuma muito. Avaliação geral: tem a reputação de ser competente, um grande trabalhador; terá ideias «liberais».

³⁰ Esta descrição, obtida a partir da frequência de uma acção formativa, diz muito do grau de vigilância e ingerência dos EUA nas Forças Armadas «aliadas». Imagine-se agora com redes sociais e tudo o que têm à disposição.

TELEGRAMA 1974LISBON 03197_b

TÍTULO Reacções nos territórios portugueses ao discurso de Spínola

DATA 29-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: A esmagadora maioria dos portugueses está satisfeita e aliviada com o fim das custosas guerras do Ultramar. Os principais partidos políticos expressaram o seu regozijo e convocaram massivas manifestações de apoio a Spínola, esta tarde, em frente ao Palácio presidencial. A crença generalizada é de que agora Portugal pode avançar com a, há muito adiada, tarefa de desenvolver a metrópole. A popularidade pessoal de Spínola atingiu um novo máximo e o discurso é visto como dando-lhe um lugar na história mundial, à De Gaulle. Fim do Sumário.

1. Os portugueses reagiram ao discurso de Spínola com expressões de satisfação e de alívio por terminar a longa e custosa guerra. Num comício agendado para esta tarde em frente do Palácio presidencial (promovido por comunistas, socialistas, o PPD e a Intersindical) são esperados muitos milhares, talvez centenas de milhares de pessoas, para expressar a sua alegria pela questão fulcral de o problema do Ultramar estar resolvido.

2. Os líderes dos principais partidos políticos expressaram a sua euforia, em geral assinalando que estava removida a última barreira para a independência das colónias do Ultramar. O ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares disse à imprensa que este desenvolvimento abre «extraordinárias perspectivas para a nação» e torna possível uma limpeza da atmosfera moral da nação. Ele também destacou que agora é possível terminar o isolamento de Portugal do resto do mundo, prevendo que Portugal possa agora contar com um importante apoio moral e económico e com ajuda de outros países. Em

conclusão, Soares sublinhou que o discurso de Spínola é comparável ao discurso do General De Gaulle quando anunciou o fim da guerra na Argélia.

3. Sá Carneiro (PPD) igualmente saudou o discurso de Spínola como «corajoso e lúcido». Ele avisou, no entanto, que os passos concretos até à descolonização trarão novos, sérios e difíceis problemas que a nação deve estar preparada para enfrentar com competência e serenidade. Ele disse que os laços futuros com o Ultramar não devem ser neocoloniais, mas antes baseados nas vantagens mútuas e nos laços culturais comuns. O Partido Comunista classificou a decisão de Spínola como «profundamente patriótica» e de importância histórica. Também avisou que, apesar de a guerra ter acabado, as soluções definitivas do problema serão difíceis e complexas. Resumindo, o PCP disse que estava «supremamente feliz» com a nova viragem no assunto.

4. A única voz dissidente foi do Movimento Federalista Português de direita, que, com irritação, lembrou ao Governo português que o primeiro comunicado do MFA depois do 25 de Abril tinha garantido que Portugal sobreviveria como uma Nação Soberana e Pluricontinental. Onde, pergunta, estava o debate público aberto e franco a que apelava o Programa do MFA? A decisão de conceder a independência ao Ultramar, na sua opinião, não resulta de um debate deste tipo. Disse que o falhanço em cumprir os princípios constitucionais abre um «precedente perigoso» para o futuro, e solicitou ao governo que clarificasse sobre que leis as pessoas vivem actualmente.

5. A decisão é elogiada nos matutinos como um grande evento histórico. O *Diário de Notícias* disse, num editorial de primeira página, que Portugal pode ter o orgulho de ter alcançado a sua missão centenária de criar «novos mundos» em África. Estas criações portuguesas evoluíram para uma soberania adulta e estão agora preparadas para a liberdade. Portugal, alerta, não abandonou estas

nações e espera manter relações próximas com elas no futuro. Outro matutino, *O Século*, aplaude da mesma forma Spínola e apresenta o 27 de Julho como uma data histórica na história do mundo.

6. Uma caricatura na capa de um matutino talvez seja o que melhor resume os sentimentos de muitos portugueses. Metade da caricatura mostra um Portugal prostrado (na figura de um homem velho), inchado com as três colónias africanas. O lado direito da caricatura representa o Portugal pós-golpe na forma de um ágil, rejuvenescido e esbelto jovem a exercitar-se. Um homem corrente, entrevistado na rua pela televisão portuguesa depois do discurso disse estar feliz que Portugal esteja livre das obrigações para com o Ultramar que tanto lhe custaram em termos de vidas perdidas e atraso no desenvolvimento na metrópole. E muitos lamentaram essa decisão não ter sido tomada antes. O consenso parece ser de que a Nação pode e deve agora avançar para retirar Portugal, economicamente, do último lugar na linha de partida das nações europeias.

7. Comentário: o prestígio pessoal de Spínola, que tinha afundado de certa forma em resultado da recente crise governamental, subiu para novos máximos em resultado do seu discurso. Ao remover-se a si próprio e à barreira «federalista» como obstáculos à independência, ele assegurou a si próprio um lugar na história como o homem que tomou uma decisão altruísta digna de um verdadeiro estadista.

8. Representando uma substancial alteração dos seus pronunciamentos públicos sobre a política ultramarina, o discurso será visto por muitos como uma clara derrota para Spínola. No entanto, Spínola já mostrou ao longo da sua carreira uma surpreendente capacidade de aprender com os outros e avaliar o sentimento popular, para assim adaptar as suas políticas. Parece provável que ele tenha sentido que a sua solução federalista e a exigência de

um referendo, apesar de defensáveis na teoria, não eram viáveis face às mudanças na situação internacional e às forças internas no país. Esta avaliação, ligada com a pressão do MFA e dos partidos representados no governo provisório, estará provavelmente na raiz da sua decisão de reconhecer o direito à independência do Ultramar. Apesar dele ter claramente agido sobre pressão, ele voltou a tomar a iniciativa nas suas mãos. O discurso construiu uma imagem de Spínola como um estadista altruísta capaz de tomar decisões duras no interesse nacional. Neste sentido, aqueles que gostariam de ver Spínola eleito Presidente no próximo ano (e isso aparentemente incluiu o próprio Spínola) ganharam material para a campanha.

TELEGRAMA 1974LISBON 03198_b

TÍTULO Nova Lei Constitucional reconhece direito à independência das colónias

DATA 29-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO O texto da nova lei Constitucional reconhecendo o direito à independência das colónias portuguesas foi publicado a 27 de Julho no jornal oficial, *Diário do Governo*. A tradução pela embaixada do parágrafo citado é a seguinte:

Artigo I: O princípio de que a solução para o problema do Ultramar é política e não militar, estabelecido no n.º 1, parágrafo a) do Capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas, implica, de acordo com a Carta das Nações Unidas, o reconhecimento por Portugal do direito dos povos à auto-determinação.

Artigo II: O reconhecimento do direito à auto-determinação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios do Ultramar e o cancelamento do correspondente artigo I da Constituição de 1933. (Comentário: esse artigo declara que o território de Portugal inclui, entre outros, Moçambique, Angola e a Guiné.)

Artigo III: É responsabilidade do Presidente da República, consultando a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, concluir os acordos relativos ao exercício do direito reconhecido nos artigos precedentes.

c) Visto e aprovado no Conselho de Estado. Promulgado a 26 de Julho de 1974.

TELEGRAMA 1974LISBON 03208_b

TÍTULO Companhias de distribuição de gasolina pagarão mais aos vendedores

DATA 30-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. O governo autorizou os vendedores de gasolina a reter, a partir de 1 de Agosto, 50 centavos (aproximadamente 2 cêntimos dos EUA) por litro de gasolina vendido, em vez dos actuais 40 centavos. (O governo também autorizou um aumento similar no gasóleo).

2. Ao mesmo tempo que o preço da gasolina se mantém congelado, este aumento de 10 centavos será suportado pelas companhias distribuidoras de petróleo. De acordo com um representante da Mobil, este aumento implica um corte substancial nas suas receitas. As companhias distribuidoras foram incapazes de se opor ao governo porque a Sacor, uma firma portuguesa detida a um terço pelo próprio governo, rompeu a frente comum.

3. Comentário: os vendedores de gasolina há vários meses que desenvolviam uma campanha por melhores remunerações. Ganharam um aumento em Junho quando o próprio Governo aceitou financiar um aumento de 20 centavos por litro. Desta vez, no entanto, o aumento sai da pele das companhias distribuidoras. Apesar da directiva se aplicar tanto a firmas nacionais como internacionais, as internacionais vêem isto como mais um passo para as afastar de Portugal. O seu raciocínio é que as internacionais são desproporcionalmente afectadas por qualquer decisão que reduza a capacidade de lucrar, pois o Governo também já limitou a sua quota de mercado.

TELEGRAMA 1974LISBON 03212_b

TÍTULO Comentários do Ministro das Finanças sobre a Economia Portuguesa

DATA 30-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: Este telegrama reporta os comentários feitos pelo novo ministro português das Finanças sobre vários problemas colocados perante a economia portuguesa, nomeadamente um declínio na balança de pagamentos e um aumento da inflação e do desemprego. Fim do Sumário.

1. Em conversa privada, na semana passada, o novo ministro das Finanças, José da Silva Lopes, fez os seguintes reparos sobre a economia portuguesa:

a) Balança de Pagamentos: O Governo português está preocupado com a situação da balança de pagamentos. Durante a primeira parte do ano (presumidamente, a primeira metade) Portugal registou um défice de cerca de 360 milhões de dólares, que compara com os 320 milhões de superávit no mesmo período do ano passado. Este volte-face é atribuível, entre outras coisas, ao seguinte: (1) as importações, por valor, estão a aumentar mais que as exportações; (2) as remessas dos emigrantes estão baixas (nota: Silva Lopes indicou que estas estão a recuperar, um facto confirmado pelos banqueiros e por relatos na imprensa, de que as remessas em Junho eram maiores que o ano anterior); (3) algum capital fugiu, apesar das medidas governamentais de controlo desenhadas para o impedir; (4) declínio do turismo devido a uma queda geral internacional e por causa do medo da cólera em Portugal³¹.

³¹ E esta cólera é mesmo a doença, mais uma herança do fascismo.

b) Reservas cambiais: As preocupações de Portugal com o declínio da balança de pagamentos é amenizado pelo facto de o país possuir grandes reservas cambiais. Ainda assim, o Governo português pretende negociar alguns empréstimos internacionais para reforçar a sua posição. O Governo português está neste momento a ter conversações com bancos dos EUA e da Europa, e espera assinar acordos com eles brevemente.

c) Inflação: A inflação continua a ser a preocupação principal. Em Maio de 1974, os preços estavam 30% mais altos que em Maio de 1973: 27% mais altos em Junho de 1974 que em Junho de 1973. A alta taxa de inflação é causada, em grande medida, pelo crescente preço dos bens importados e por congestionamentos no fornecimento doméstico, particularmente na agricultura.

d) Legislação: Alguma da legislação económica anunciada pelo anterior ministro da Coordenação Económica, Vieira de Almeida, aparecerá brevemente. É duvidoso que a legislação laboral, cujo prazo legal é 31 de Julho, apareça antes do meio de Agosto. Em geral, a legislação será tratada de forma mais expedita pelo novo gabinete do que pelo antigo, desde logo porque metade dos membros são militares que tendem a pensar da mesma forma e porque não é provável que os membros civis sejam tão controversos face a esta sólida falange militar.

e) Problemas laborais: O Governo está muito preocupado com o crescente desemprego. Embora reconhecendo que o sector da construção foi mais duramente atingido do que a maioria dos outros, o Governo está mais preocupado com outros sectores, que, ao contrário da construção, não são susceptíveis de melhoria através de acções governamentais, como o estímulo ao crédito ou por obras públicas. O Governo está particularmente preocupado com os despedimentos em fábricas e unidades para as quais não tem preparado um emprego alternativo.

2. Comentário: As observações acima tratadas praticamente não contêm novas perspectivas sobre os problemas da economia portuguesa, mas elas mostram a visão do homem que será responsabilizado pelo sucesso ou falhanço dessas políticas. É de destacar, particularmente, a sua preocupação com o desemprego. Como as firmas americanas estão a começar a aprender, o Governo não fica feliz com processos de empresas que incluam o despedimento de trabalhadores.

TELEGRAMA 1974LISBON 03217_b

TÍTULO Principais projectos: ponto de situação do Aeroporto de Lisboa

DATA 30-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. O novo director dos serviços de engenharia do Aeroporto de Lisboa, J. E. Correia Mendes, informou um funcionário da embaixada a 25 de Julho que a Comissão para o Novo Aeroporto de Lisboa (GNAL) chegou a um impasse, estando a aguardar as determinações do Ministério das Finanças sobre a lista de prioridades para o uso dos limitados fundos públicos. Outros projectos em «competição» com o aeroporto incluem a habitação pública e a melhoria ou substituição das redes de esgotos e água.

2. Mendes disse que o golpe militar em Portugal e os resultados inevitáveis nos territórios portugueses africanos provavelmente marcarão o fim do monopólio da TAP nos voos da África Austral entre Portugal, Angola e Moçambique. Assim, a procura e as necessidades projectadas para uma companhia pública portuguesa já não serão válidas e permanecem incertas. Além disso, os estudos do GNAL [sigla do Gabinete do Novo Aeroporto de Lisboa] de voos projectados foram conduzidos antes do rápido aumento de preços e precisam de revisão.

3. Mendes disse que todo o GNAL prefere atribuir os contratos por fases em vez de um concurso de chave na mão. Uma razão para esta mudança é a esperança de assim aumentar o controlo da qualidade da construção e desenho. No entanto, a decisão final de abandonar ou não a concepção chave-na-mão cabe ao Governo e não ao GNAL.

4. Comentário: Face à importância primordial para a despesa pública dos outros projectos que estão a ser considerados a par do aeroporto, e face à actual si-

tuação política, é pouco provável que o aeroporto chegue ao topo da lista de prioridades do Ministério das Finanças. Em vez de uma meta apontando para 1980 para completar o aeroporto, a nova data provavelmente cairá entre 1983 e 1985. O facto central mantém-se de que o novo aeroporto é necessário, pois o actual alcançará o ponto de saturação, de acordo com os estudos anteriores, até 1980.

TELEGRAMA 1974LISBON 03233_b

TÍTULO Jornal afirma que o acordo das Lajes já foi decidido pelo Governo

DATA 31-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. O vespertino *República* (não é das fontes mais fidedignas em Portugal) afirma na sua edição de 30 de Julho que se realizou nessa mesma tarde uma reunião de ministros sobre o problema do acordo da Base das Lajes. Citando fontes «geralmente bem informadas» o *República* diz que os ministros da Defesa, Economia e Negócios Estrangeiros estariam presentes na reunião.

2. A embaixada não tem confirmação desta informação. Vamos confirmar e reportaremos o mais depressa possível.

TELEGRAMA 1974LISBON 03242_b

TÍTULO Conselho de Estado adopta regras internas, e clarifica o seu âmbito de competências

DATA 31-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: O Conselho de Estado aprovou e o Presidente Spínola assinou um conjunto de regras (suplementares àquelas já adoptadas na Lei 3/74 de 14 de Maio) clarificando com mais precisão os seus deveres e poderes face ao Presidente e ao Governo. A questão mais importante é que as decisões do Conselho de Estado serão pelo voto maioritário dos membros presentes, estipulando que pelo menos 11 conselheiros devem estar presentes para tomar decisões. Fim do Sumário.

1. A imprensa de hoje reporta que a Resolução n.º 1 do Conselho de Estado foi aprovada e promulgada em Lei pelo Presidente Spínola a 23 de Julho. A nova regulamentação contém 31 artigos que clarificam as funções internas do Conselho de Estado e especificam com mais clareza que anteriormente (Lei 3/74, artigos 12.º e 13.º, como relatado anteriormente) os poderes e os deveres do Conselho e a sua relação com o Presidente da República. Esta resolução foi aprovada pelo Conselho a 5 de Julho (o mesmo dia em que Palma Carlos apresentou os seus três pedidos ao Conselho por mais poderes), mas por alguma razão não foi assinada pelo Presidente por mais de duas semanas.

2. A Lei está dividida em quatro capítulos, lidando com (a) Membros do Conselho e sua nomeação para o Conselho; (b) Poderes e Deveres do Conselho e dos seus membros; (c) Funcionamento do Conselho; (d) Considerações finais.

3. Não existem alterações importantes nas secções que tratam dos membros e sua nomeação, excepto ao estabelecer pela primeira vez que o Conselho decide quando um membro

está fisicamente incapaz de dele continuar a fazer parte. Também pela primeira vez é estabelecido que os membros não recebem qualquer pagamento e podem prosseguir qualquer actividade externa (artigos 8, 9 parágrafo 2).

4. As leis que têm que ser aprovadas pelo Conselho de Estado têm de incluir uma declaração de que foi concedida a aprovação requerida. Se o Conselho se recusar a aprovar uma lei, ele informará o Governo com uma nota explicativa e/ou sugestões de mudanças. Se essas mudanças forem feitas, a lei pode ir directamente para o Presidente para assinatura, sem voltar ao Conselho (Artigo 12).

5. São clarificados os procedimentos pelos quais o Conselho pode determinar que uma regra é inconstitucional. Qualquer membro do Conselho pode agora questionar a constitucionalidade de qualquer lei ou decisão do governo. Se houver declaração de inconstitucionalidade, uma resolução nesse sentido será assinada pelo Presidente (se ele concordar). O Conselho pode, se tiver dúvidas sobre a constitucionalidade de uma lei, verbalmente ou por escrito pedir uma clarificação do Governo (Artigo 13).

6. O Presidente deve pessoalmente apresentar ao Conselho qualquer pedido para fazer a guerra ou a paz (Artigo 15).

7. A constatação de que o Presidente está fisicamente incapaz de ocupar a Presidência deve ser feita numa reunião especialmente convocada para esse fim, e por iniciativa do membro da Junta que ocupe a presidência numa base interina (Artigo 16, parágrafo 1). A resolução de incapacidade terá de ser tomada em forma de resolução e deve ser aprovada pelo Presidente interino, após o que o Presidente será imediatamente demitido. (Artigo 16, parágrafo 2).

8. O pedido para uma extensão do período dado à Assembleia Constituinte para considerar e aprovar a nova constituição só pode ser originária do próprio Presidente. Da

mesma forma, só o Presidente pode sugerir declarar o estado de sítio. (Artigo 17, parágrafo 1).

9. A Lei 3/74 de 14 de Maio nada dizia sobre o funcionamento do Conselho de Estado. Esta nova lei trata do assunto em profundidade. O Presidente convoca e preside ao Conselho de Estado, e, se fisicamente incapacitado, o Presidente interino assume essas funções (artigo 22). Excepto em casos excepcionais, a convocatória do Conselho de Estado será realizada com cinco dias de antecedência, com a data, o local, a hora e a agenda da reunião. As cópias dos textos a serem considerados serão enviadas aos membros com a convocatória (artigo 23).

10. O Conselho só reúne em sessões plenárias, apesar de poder, entre os seus membros, encarregar a apresentação de estudos ou a criação de grupos de trabalho (artigo 24). As decisões do Conselho só são válidas se a maioria dos seus membros legais estiver presente. (Comentário: actualmente o Conselho tem 21 membros). (Artigo 25)

11. As decisões do Conselho requerem o voto favorável da maioria dos membros presentes. Em caso de empate o voto do Presidente decide. Não são permitidas abstenções. São permitidas declarações de voto (Artigo 26).

12. As actas do Conselho de Estado serão introduzidas por um secretário designado num livro especial criado para esse propósito, e na reunião seguinte o Conselho aprovará as minutas da sessão anterior (Artigo 27).

13. O Conselho de Estado interpretará as suas próprias regras e preencherá quaisquer lacunas quando necessário. Não se podem produzir alterações à presente lei sem que uma reunião para esse propósito seja convocada (Artigos 29 e 30).

14. Comentário: As novas regras terão sido esboçadas para o Conselho de Estado por Diogo Freitas do Amaral (um conservador) a pedido do Presidente Spínola. Antes

da promulgação destas regras formais, os procedimentos informais usados eram muito semelhantes aos agora aprovados. A lei original que criou o Conselho de Estado e os outros órgãos soberanos (Lei 3/74 de 14 de Maio) foi aparentemente escrita depressa e não fazia quaisquer menções aos procedimentos do Conselho. Essa deficiência foi agora superada.

15. A questão mais importante da nova lei é a parte que estabelece os mecanismos internos de votação. Spínola, de acordo com alguns cálculos, pode determinar (se não existirem deserções) 11 dos 21 votos do Conselho; os sete da Junta, os Coronéis Durão e Bruno, e os de Azeredo Perdigão e Freitas do Amaral. Na prática, no entanto, é expectável que o Conselho, sempre que possível, procurará a unanimidade com a teoria que as diferenças devem ser discutidas e resolvidas através do compromisso.

16. Texto enviado hoje.

TELEGRAMA 1974LISBON 03251_b

TÍTULO A URSS abre missão diplomática

DATA 31-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO A embaixada recebeu uma nota da embaixada soviética datada de 25 de Julho anunciando a inauguração, nesse dia, da Chancelaria provisória no Hotel Tivoli (um dos melhores hotéis mas não o melhor de Lisboa), sob a direcção de Albert A. Matveev, encarregado de negócios, com o posto de ministro-conselheiro. Vamos confirmar recepção.

TELEGRAMA 1974LISBON 03255_b

TÍTULO Fraca presença em manifestação de apoio à decisão do Governo de reconhecer o direito das colónias à independência

DATA 31-07-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: A participação no comício em favor da decisão do Governo português, de reconhecer o direito à independência da Guiné, Angola e Moçambique, foi relativamente escassa. Fim do Sumário.

1. Os três partidos da coligação governamental, PCP, PS e PPD, apelaram a um gigantesco comício na tarde de 29 de Julho no Palácio presidencial em apoio da decisão do governo português, anunciada pelo Presidente Spínola a 27 de Julho, de reconhecer o direito à independência da Guiné, Angola e Moçambique.

2. Havia algumas expectativas em Lisboa que o comício gerasse o mesmo entusiasmo e participação como o bem participado evento, em 25 de Julho, de apoio ao Movimento das Forças Armadas. No entanto, o comício de dia 29 foi curto, não particularmente entusiástico, e atraiu uma multidão no máximo de 10 mil pessoas. O Presidente Spínola, o General Costa Gomes e o primeiro-ministro Gonçalves estiveram presentes.

3. Comentário: A ausência de uma maior participação pode ser explicada pelo facto de que o público português está enjoado e cansado do problema colonial, e vê a decisão do Governo português, de reconhecer a independência, como um simples passo bem-vindo na resolução de um problema que as pessoas gostariam muito de ver ultrapassado e esquecido. Houve, no entanto, factores adicionais, já que o comício foi organizado com apenas um dia de antecedência, decorreu numa hora em que a maioria das pessoas está a jantar (20h) e foi precedido de tantos comícios nas últimas semanas que o público de Lisboa pode estar a ficar farto de comícios. Nas actuais circunstâncias, 10 mil pessoas não representam uma má amostra.



1974LISBON

Agosto



TELEGRAMA 1974LISBON 03261_b

TÍTULO Eleições para a maior associação portuguesa: demonstração impressionante da competência e organização do centro político

DATA 01-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: Forças políticas centristas, ligadas ao PPD, conseguiram 75% dos votos sobre a derrotada coligação de esquerda nas eleições para a liderança do Automóvel Club de Portugal. Os resultados, apesar de não serem certamente uma amostra exacta do país, mostram uma impressionante capacidade do centro de montar uma campanha eleitoral e uma propaganda. O porta-voz da lista de esquerda avisou os «democratas» (ler pessoas de esquerda) para aprenderem com a essencial utilização de modernas técnicas eleitorais pelos seus oponentes ou arriscam-se a ver esse centro a ganhar as próximas eleições para a Constituinte com a mesma facilidade que ganharam agora o Automóvel Clube. Fim do Sumário.

1. As eleições para a Assembleia Constituinte portuguesa estão agendadas só para o próximo ano. Entretanto, vão-se realizando eleições para seleccionar novas direcções para clubes, sindicatos, associações comerciais e até grupos de consumidores. Uma dessas eleições, em particular, suscitou uma grande atenção do público: as eleições para a direcção do Automóvel Club de Portugal, a maior associação civil do país com 67 500 membros. A eleição foi vista como um ensaio geral das grandes batalhas políticas que se aproximam, ainda para mais quando os dois contendores, A e B, eram, no essencial, o B composto por membros do centrista PPD, e o A por uma coligação de comunistas, socialistas, outras pessoas de esquerda e líderes sindicais (apesar de alguns centristas participarem nesta lista A).

2. A Lista A era encabeçada pelo Dr. Fernando Abranches Ferrão, 66 anos, um proeminente advogado de esquerda, e

candidato sem sucesso à presidência da Ordem dos Advogados em 1971. A lista também incluía o líder sindical de esquerda Caiano Pereira e um antigo assistente do socialista Raul Rego (quando ele era ministro das Comunicações).

3. A lista B era encabeçada por Francisco Pinto Balsemão, de 36 anos, editor do respeitado semanário liberal *Expresso*, um dos dirigentes do PPD e na administração de um vasto número de importantes firmas. Outras pessoas proeminentes na lista B eram: António Pedro Pinto de Ruella Ramos, de 35 anos, um advogado, editor de dois jornais e presidente da Associação de Proprietários de Jornais; António Alberto da Fonseca, Administrador da CUF portuense (a filial do Porto do maior conglomerado nacional); Miguel de Sá da Bandeira, director local da Hertz; José do Egípto Macedo e Cunha, um fundador da SEDES; e Leonardo Godinho Ferraz de Carvalho, de 33 anos, director do semanário de negócios *Tempo Económico*.

4. A diferença na plataforma eleitoral das listas era substancial, mas é reconhecido que as eleições decorreram não tanto sobre as questões básicas, mas sobre a orientação ideológica dos membros das listas e sobre a popularidade dos respectivos líderes. A lista B fez o maior esforço para ganhar votos. Distribuiu através de Lisboa e dos seus subúrbios brochuras elaboradas e caras, descrevendo o *curriculum* dos seus candidatos, o seu plano de acção, etc. Muitos voluntários visitaram supermercados, colocaram propaganda nos vidros dos carros, numa impressionante demonstração de capacidade eleitoral. Foi lançada uma impressionante campanha na imprensa, na rádio e na TV, e cerca de 4500 votos por procuração foram reunidos antecipadamente por membros do Club de fora de Lisboa. A Lista A, em contraste, mostrou-se sem vontade ou incapaz de montar uma campanha igualmente eficaz (mas fizeram campanha, e mandaram propaganda para todos os membros do clube).

5. Os votantes nas eleições foram 8500, o maior número na história do Club (apesar de serem apenas 13% do total de

membros). A lista B superou largamente os seus oponentes por 6637 a 1744. Os líderes da lista A imediatamente gritaram «fraude», quando a derrota era certa, e alegraram que apenas perderam porque: (a) Os oponentes «compraram votos» e jogaram sujo, gastando dezenas de milhares de dólares na campanha; (b) Balsemão apelou ao voto em massa do PPD para mudar o resultado a seu favor (Balsemão veio a rejeitar essa acusação, dizendo que só três outros da lista eram membros activos do PPD, mas prometeu que no futuro tentaria recrutar o máximo de membros do club para o PPD); (c) As pessoas que iriam votar na lista A ficaram em casa devido ao calor, à apatia, etc.).

6. Os comentários editoriais no dia seguinte às eleições geralmente destacam os aspectos políticos da contenda, e enfatizam as grandes somas de dinheiro gastas em propaganda pela lista B. O *Diário Popular*, indirectamente, queixa-se que é bem conhecido o grau em que a opinião pública pode ser influenciada por uma campanha «à Americana».

7. No *República*, Artur Portela Filho comentou que nada garante que as eleições para a Assembleia Constituinte tenham o mesmo resultado. No entanto, escreveu, a eleição foi uma derrota para a esquerda e demonstrou que a propaganda e a capacidade de organização podem mudar o voto das pessoas. Em vez de criticar a Lista B pela sua demonstração de eficiência, a Lista A deveria fazer autocrítica e compreender que a propaganda não é bato-ta, mas sim essencial. A esquerda deve aprender que as técnicas de *marketing* e gestão de Harvard são cruciais se se quer superar a indecisão, o centrismo e as dúvidas do votante médio, que é algo que as tradicionais, fraternais e românticas campanhas da esquerda não alcançam. Ele conclui que, se a esquerda não se adaptar,

³² Ou seja, quase o número de votos por procuração «arranjados».

a resposta poderá ser positiva à sua pergunta retórica «1975 trará para Portugal De Gaulle e Giscard» (ler Spínola e PPD).

Comentário: Já que a sabedoria actualmente convencional em Portugal é a de que os comunistas têm o monopólio das técnicas de organização política, é de certa forma refrescante ver o centro emergir vitorioso num teste de força com a esquerda. A vitória de Balsemão não deve ser sobrestimada. Enquanto ele agora tem mais ou menos cativa a atenção de 70 mil membros do Automóvel Club, aqueles que não têm carro formam a imensa maioria do eleitorado. Inclusive, entre esses despossuídos, os comunistas têm agora provas para mostrar que o PPD é o partido dos que têm posses. Ao mesmo tempo, por mais pequena que seja a escala, a eleição para o Automóvel Club mostrou ao centro político que, apesar da dominação dos *media* pela esquerda³³, e da muito apregoada capacidade organizacional comunista, os esforços eleitorais do centro podem dar resultados.

³³ Curiosa tese, quando, na própria descrição da embaixada, quem detinha a posse de três jornais e o controlo editorial de uma outra revista era a lista B...

TELEGRAMA 1974LISBON 03273_b

TÍTULO Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho fala à imprensa sobre as origens do Golpe de 25 de Abril

DATA 02-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: O que se segue é o relato, pelo «cérebro» por detrás das operações de 25 de Abril, sobre como o golpe se originou e foi levado a cabo. Fim do Sumário.

1. O *Diário Popular* acaba de concluir uma entrevista em três partes ao Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, vice-comandante do COPCON, governador militar de Lisboa e, alegadamente, o «cérebro» por detrás do golpe de 25 de Abril. Na entrevista, Carvalho explica as origens e o desenvolvimento do Movimento das Forças Armadas (MFA). Os destaques seguem-se. (O texto completo foi enviado).

2. Ao longo de 1973 cresceu a insatisfação com a guerra do Ultramar nos postos inferiores das Forças Armadas, cujo final não se antevia na sua opinião. A gota que fez entornar o copo e forjou a unidade dos Capitães e Majores do Exército foi o Decreto-Lei 353/73 de 13 de Julho. Esta lei, entre outras coisas, permitia os oficiais na reserva entrarem no serviço regular depois de fazerem um curto curso na Academia Militar. Face à oposição de Majores e Capitães, o ministro da Defesa, General Sá Viana Rebelo, concordou em rever a Lei 353. O Decreto-Lei 409/73 de 21 de Agosto de 1973 satisfazia as reivindicações dos Majores mas não as dos Capitães, que formaram o movimento dos capitães (inicialmente apenas para lutar por benefícios profissionais para si próprios, Carvalho diz que esta fase militar e não política durou até ao princípio de Dezembro de 1973.) A hierarquia militar respondeu às reivindicações dos capitães tentando comprá-los com maiores salários. De acordo com Carvalho, no entanto, o aumento dos salários nunca foi a reivindicação do movimento.

3. O Movimento dos Capitães começou na Guiné com uma «atitude de indisciplina para com os regulamentos militares». A 28 de Agosto, um grupo de capitães realizou uma reunião em Bissau para se queixar dos decretos acima mencionados. Escreveram uma carta (com 55 assinaturas) que mandaram, a 5 de Setembro, ao Presidente, ao primeiro-ministro, ao ministro da Defesa, ao subsecretário de Estado do Exército e ao ministro da Educação. Carvalho diz que a reacção foi imediata e negativa. O ministro da Defesa ordenou rapidamente uma investigação àqueles que tinham assinado a carta. A 9 de Setembro, outra (e presumivelmente não relacionada) reunião de capitães decorreu em Évora, e o movimento nasceu na metrópole. Tal como na Guiné, este grupo enviou uma carta com queixas aos mesmos governantes supra identificados. Como resultado das queixas de ambos os grupos, o ministro da Defesa e o subsecretário de Estado do Exército demitiram-se em Outubro.

4. A 16 de Setembro de 1973, Carvalho, que acabara de ser promovido a Major (1 de Setembro), foi transferido para a Escola de Artilharia na Metrópole (Vendas Novas), onde se manteve apenas 15 dias antes de lhe darem o trabalho de professor assistente de táctica na Academia Militar (16 de Novembro), onde Carvalho e outros começaram a planejar uma futura revolução. A liderança do Movimento dos capitães foi assumida por Carvalho, o Capitão Vasco Lourenço (agora no Conselho de Estado) e o Major Vítor Alves (também no Conselho de Estado).

5. O episódio falhado das Caldas, de acordo com Carvalho, foi resultado da total falta de planeamento e um caso de precipitação pela unidade das Caldas. Apesar de não ter sido essa a intenção, este levantamento constituiu um «extraordinário balão de ensaio». Um dos benefícios foi que, como resultado do falhanço das Caldas, o Governo ficou super confiante. Depois do falhanço das Caldas, o Governo começou a tentar dismantelar completamente o movimento para prevenir futuras conspirações contra si. Várias pessoas foram transferidas e a DGS (polícia

secreta) começou a infiltrar-se no movimento. Carvalho disse que o Movimento se reuniu depois do falhanço das Caldas e concluiu que o Governo tinha de ser derrubado pela força rapidamente. A data estabelecida foi a semana de 22 a 29 de Abril. Carvalho alega que viajou, nas semanas seguintes, milhares de quilómetros no seu carro pessoal para contactar os principais conspiradores. A planificação correu bem e a 22 de Abril foi dado sinal de que o golpe decorreria nessa semana. A 23 de Abril, os principais conspiradores reuniram-se às 20h e decidiram que o 25 seria o «Dia D». A 24 de Abril, a mensagem de código planeada (toca a canção *E depois do Adeus*) é emitida às 22h55 da *Rádio Renascença*, a mais poderosa emissora de rádio nacional, e o golpe estava iniciado.

6. Depois de ter tocado na rádio a canção que sinalizava o começo do golpe, houve um período de hesitação no Regimento 3 de Cavalaria em Estremoz. Carvalho alega que alguém lá espalhou uma estória de que ele era um agente duplo do governo e estava a tentar levá-los a exporem-se para serem presos. A chegada de um dos seus homens e o anúncio no *Rádio Clube Português* do começo do golpe superaram as suas dúvidas e Estremoz juntou-se à revolta. O quartel-general dos rebeldes foi estabelecido às 20h de 24 de Abril na Pontinha.

7. A expectativa era a de que o golpe demorasse apenas 12 horas. Mas a falha dos rebeldes nalgumas unidades pró-governo em capturar os seus comandantes colocaram o horário fora de serviço. O Movimento tentou, acima de tudo, evitar o derramamento de sangue. Isso tornou as operações mais lentas, que não terminaram até à rendição da DGS, na manhã de 26 de Abril.

8. Num telegrama separado segue o relato de Carvalho sobre o papel do General Spínola e de Costa Gomes na planificação do golpe e no esboçar do programa do Movimento.

TELEGRAMA 1974LISBON 03274_b

TÍTULO Otelo Carvalho conta à imprensa o papel do General Costa Gomes e Spínola no golpe de 25 de Abril

DATA 01-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: Segue-se um relato do Brigadeiro Otelo Carvalho, arquitecto do golpe de 25 de Abril, do papel desempenhado pelos Generais Spínola e Costa Gomes nos eventos que levariam ao golpe e no desenhar do programa do Movimento. Fim do Sumário.

1. Carvalho afirma que ambos os generais, Costa Gomes e Spínola, «estavam, muito tempo antes do golpe, envolvidos no Movimento. Aliás, esses contactos já existiam no ano passado.» Costa Gomes terá sido o primeiro general no serviço activo a apoiar oralmente o movimento, que é pelo que «ele é extraordinariamente respeitado por todos nós». Ele foi o primeiro (e enquanto Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas) a dizer aos seus superiores (incluindo a Caetano) que concordava inteiramente com os objectivos do movimento (comentário: presumivelmente ao início, durante a fase não política). O movimento contactou «muito» com Costa Gomes em 1973, e ele supostamente ter-se-á colocado ao seu lado. O General Spínola, que esteve de licença até Janeiro, «também se opôs a decisões tomadas por Caetano e também nos disse que ele (Spínola) estava do nosso lado». Carvalho disse ao entrevistador que «esses foram dois generais com quem sempre estivemos em contacto desde o princípio do movimento, que estavam ao nosso lado, e que nos ajudaram imenso.»

2. Em Janeiro, o General Spínola tornou-se vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Carvalho afirma que, a partir dessa altura, ele e o Capitão Lourenço eram os intermediários do Movimento com Spínola, com

quem tiveram muitos contactos. «Discutimos muito o “assunto”, ele deu-nos muitos conselhos, especialmente sobre as «formas de actuar». Quando a decisão de avançar com o golpe foi tomada, ele «ficou a par»³⁴. Carvalho manteve o contacto com Spínola (que estava sem trabalho nessa altura) através de um intermediário que era amigo de Spínola e estava em contacto diário com ele em casa. O próprio Carvalho, temendo a vigilância da DGS, não contactou directamente Spínola depois das Caldas. Algum tempo depois do episódio das Caldas, Carvalho disse a Spínola que os preparativos do golpe estavam a decorrer, e deu-lhe o intervalo entre 22 e 29 de Abril como datas prováveis de acção.

3. Mais ou menos na mesma altura em que Spínola era informado dos planos do golpe, o Movimento criava o seu comité político, a quem foi dada a tarefa de esboçar o programa do MFA. O presidente do Comité de Redacção era o Coronel Vasco Gonçalves (agora primeiro-ministro). Outros membros do Comité eram o Major Vítor Alves (no Conselho de Estado); o Tenente-Coronel Charais (no Conselho de Estado); o Tenente-Coronel Brás (ministro da Administração Interna); e Major Melo Antunes (agora Ministro sem pasta e o homem que escreveu o grosso da versão final do Programa). Carvalho era o intermediário entre a comissão de redacção do programa e o General Spínola. O Coronel Vasco Gonçalves manteve a ligação com Costa Gomes e mostrou-lhe cópias da proposta de Programa.

4. Alegadamente, o General Spínola terá feito algumas mudanças na proposta de programa depois de o discutir com o General Costa Gomes. Um conjunto de revisões e sugestões foram feitas pelos dois generais, por um lado, e pelo Comité do Programa, por outro, antes do documento final ser aprovado na véspera da revolta. Uma versão final do programa foi dada a Spínola às 21h do dia 24 de Abril, hora à qual Spínola foi informado que o golpe ia começar. Carvalho tor-

³⁴ O telegrama traduz «ficou a par» por «he was with us», ou seja, «ele estava connosco», que não é precisamente a mesma coisa. Neste caso, como a citação em português acompanha o telegrama, fica evidente a falha de tradução, que optámos por não replicar.

nou claro que ninguém fora do «grupo dos capitães» meteu a mão na execução do golpe: nem Costa Gomes nem Spínola, e certamente também não (ao contrário do algumas vezes alegado) a NATO ou o Vaticano.

5. O livro de Spínola *Portugal e o Futuro* não teve qualquer tipo de influência no desenvolvimento do MFA, que já estava activo quando o livro foi editado. Carvalho disse que ficou chateado quando soube que o livro seria publicado, porque acreditava que os observadores iriam atribuir erradamente a origem do Movimento à publicação do livro.

6. Comentário: Ao longo de toda a entrevista, Carvalho tem o cuidado de separar o apoio dado pelos generais Spínola e Costa Gomes às reivindicações profissionais dos capitães, em 1973 (fase militar), do apoio que deram ao movimento numa fase posterior. Parece claro que, apesar dos dois generais estarem «do lado» dos capitães no que respeita às queixas de cariz militar, eles não estavam na conspiração e subsequente golpe. Foram informados dos planos, deram conselhos de vários tipos, e aparentemente expressaram simpatia pelos conspiradores, mas não «interferiram» com o planeamento e a execução dos acontecimentos de 25 de Abril, que foi um espectáculo inteiramente dos capitães. Até que uma versão oficial do golpe seja publicada no futuro (como temos entendido que será), este relato de Carvalho aparece como a única versão coerente e credível das origens do Movimento das Forças Armadas e o papel nela das suas principais figuras.

TELEGRAMA 1974LISBON 03277_b

TÍTULO Acabou a greve na Fundação Gulbenkian

DATA 02-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. A Fundação Gulbenkian cedeu às reivindicações dos empregados, que exigiam que três administradores de topo fossem removidos.

2. Os empregados exigiam que eles fossem despedidos. A Gulbenkian ofereceu-se para os recolocar noutras funções. O compromisso foi aceite pelos empregados.

3. Para salvar a face, o acordo diz que a Fundação não reconhece o direito legal de os empregados forçarem mudanças na administração da Fundação, e que essas mudanças são feitas voluntariamente.

4. O princípio da prerrogativa de gestão é assim mantido.

5. As actividades da Gulbenkian já recomeçaram.

TELEGRAMA 1974LISBON 03279_b

TÍTULO Rosa Coutinho preside a Junta de Angola

DATA 02-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. Com base em informações recolhidas de diversas fontes, reforçada por um contacto directo da embaixada, acreditamos que Rosa Coutinho é um líder dinâmico e competente, que inspirou os seus subordinados da mesma forma que os generais Costa Gomes e Spínola. É politicamente ambicioso, de inclinações liberais e de forma alguma atraído pelo PCP ou por outras filosofias totalitárias. Justificadamente, a direita política em Portugal (em relação aos seus próprios pontos de vista) considera-o um «esquerdista»; aqueles na direita que o conhecem pessoalmente têm-lhe respeito.

2. Uma biografia detalhada é enviada à parte por correio.

TELEGRAMA 1974LISBON 03281_b

TÍTULO Contribuição da Alemanha Oriental para a Intersindical

DATA 02-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. A imprensa de Lisboa de 29 de Julho trouxe como novidade que os sindicatos da Alemanha de Leste estão a contribuir com 40 000 dólares para a Intersindical. Esta contribuição é aumentada pela oferta de equipamentos, incluindo duplicadores, fotocopiadoras, máquinas de escrever, gravadores, etc.

2. O anúncio foi feito depois de concluída a visita de duas semanas de uma delegação da «Associação de Sindicatos Livres da República Democrática da Alemanha». Uma visita realizada a convite do Secretariado da Intersindical. Os alemães orientais terão visitado as zonas industriais em redor de Lisboa e do Porto com o objectivo de contactar com trabalhadores e sindicatos.

3. As contribuições têm sido apregoadas como «primeira assistência económica de um sindicato estrangeiro ao movimento sindical português desde o 25 de Abril.»

TELEGRAMA 1974LISBON 03286_b

TÍTULO Relatório sobre a situação na Applied Magnetics

DATA 02-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. Um funcionário da administração local da Applied Magnetics relatou a 1 de Agosto que o administrador canadiano da empresa partiu de Lisboa na tarde de 31 de Julho sem informar ninguém. Este funcionário recebeu depois um telex de Londres dizendo que o administrador estava a caminho da sede da Applied Magnetics, na Califórnia, para relatar os últimos desenvolvimentos e ajudar a empresa a tomar uma decisão sobre o futuro das operações em Portugal. Sobre o último aspecto, o telex concluía que as perspectivas não eram brilhantes. O telex ordenava ao funcionário que informasse o ministro do Trabalho da missão e localização do administrador.

2. O funcionário disse que o ministro do Trabalho ficou muito chateado com a partida não anunciada do administrador, porque sente que tal pressagia o encerramento da fábrica, que os deixará com um grande problema de desemprego nas mãos. O funcionário também teme uma reacção violenta dos trabalhadores da fábrica quando souberem da partida do administrador.

3. Sobre as negociações da Applied Magnetics com o ministro das Finanças para receber assistência financeira, fomos informados (a 29 de Julho) que as discussões decorriam bem, com uns «75% de hipóteses de sucesso». Questionado sobre essas discussões, o referido funcionário informou que o administrador ficou preocupado com os desenvolvimentos. O ministro das Finanças terá oferecido um empréstimo de curto prazo, a ser pago no final de 1974, desde que a Applied Magnetics aumentasse substancialmente o seu capital social. A Applied Magnetics

sentia que o prazo de pagamento era muito curto, pois a companhia não deveria atingir mais que um equilíbrio até Dezembro, e ele não queria arriscar um aumento do capital arriscado em Portugal num momento em que o clima político-social era ainda incerto.

Comentário: Com base na limitada informação disponível, concluímos que o administrador da Applied Magnetics partiu secretamente porque estava pessimista sobre o futuro da operação em Portugal e temeu que a sua segurança pessoal estivesse em risco assim que esse pessimismo fosse conhecido pelos trabalhadores (o administrador foi muito sacudido pela multidão numa acção já reportada). Apesar de ser compreensível que o administrador quisesse, nestas circunstâncias, deixar o país sem anúncio prévio, fazê-lo deixa, aparentemente, um mau sabor de boca ao ministro do Trabalho, o que pode afectar outras companhias americanas que procuram assistência e compreensão por parte do ministro.

TELEGRAMA 1974LISBON 03292_b

TÍTULO Mais desenvolvimentos na greve da Central Soja

DATA 30-07-74³⁵

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: Os trabalhadores regressaram temporariamente ao trabalho enquanto decorrem as negociações. Fim do Sumário.

1. Durante a reunião do final de 26 de Julho no Ministério do Trabalho, os trabalhadores e a administração acordaram no seguinte: (a) A administração pagará um «bónus especial» aos trabalhadores, igual ao salário perdido durante a greve; (b) Os trabalhadores regressam ao trabalho por seis dias; (c) As negociações continuarão até 3 de Agosto, se um acordo não for alcançado até então os trabalhadores regressam à greve.

2. A administração reportou a 29 de Julho que os trabalhadores apareceram mais receptivos. A administração está mais optimista de que será possível um acordo satisfatório.

³⁵ Mesmo nesta altura os telegramas já datarem de Agosto, este é do final de Julho como consta nos documentos originais.

TELEGRAMA 1974LISBON 03299_b

TÍTULO Governo português suspende a publicação de três jornais lisboetas

DATA 02-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: O Governo português ordenou a suspensão temporária de três grandes jornais de Lisboa, invocando que esta acção punitiva é permitida pela primeira vez na lei temporária de imprensa. Se os rumores que circulam forem verdadeiros, a suspensão pode constituir um ponto de viragem no desenvolvimento da liberdade de imprensa e provocar uma primeira crise interna no Segundo Governo Provisório. Fim do Sumário.

1. Os matutinos de Lisboa *O Século* e *Diário de Notícias* trazem ambos uma breve referência na edição de 2 de Agosto para constatar que três dos quatro vespertinos de Lisboa (*República*, *A Capital* e *Diário de Lisboa*) tinham sido temporariamente suspensos. A suspensão do *República* é por um dia, os outros jornais ficam suspensos dois dias cada. Os artigos afirmavam que não se conhecia a causa das suspensões.

2. Numa conversa com um funcionário da embaixada, um jornalista empregado num dos jornais suspenso forneceu a seguinte informação:

a) A suspensão do *Diário de Lisboa* deve-se à publicação na primeira página de uma história sobre os distúrbios civis em Luanda; o título era «População de Luanda dominada pelo medo».

b) A *Capital* foi encerrada devido ao aparecimento da notícia, a 31 de Julho, do comício do MRPP, de extrema-esquerda, na Baixa de Lisboa. (Comentário: de acordo com a anterior tendência deste jornal, de dar cobertura destacada aos comícios do MRPP, a notícia ocupava meia

página e incluía uma dramática foto tirada no comício. A notícia também mencionava, como numa anterior que já tinha levado à aplicação de uma multa à Capital, o assunto tabu da participação no comício de membros das Forças Armadas).

c) O encerramento do *República* esteve também relacionado com a notícia do comício do MRPP (comentário: também de acordo com anteriores tendências, o relato do socialista *República* era mais moderado do que o d'A *Capital*).

d) Uma questão que circula entre os jornalistas de Lisboa é porque foi suspenso o *República* enquanto o matutino *O Século* não foi? A notícia do *República* é retirada de um relato impresso primeiro n'O *Século*.

e) A decisão de suspender três jornais foi tomada, não pela Comissão *Ad Hoc* para os Media, mas pela Junta de Salvação Nacional; os membros da Comissão estão a considerar uma resignação massiva em protesto.

3. Comentário: Qual foi o propósito destas ordens de suspensão? Já que é a primeira vez que é imposta esta sanção permitida pela temporária lei de imprensa (mesmo no velho regime, nos seus últimos anos, não ordenou quaisquer suspensões³⁶), a nossa teoria é que o Governo português recorreu a esta penalidade mais drástica (em vez de multas) para pressionar também do ponto de vista económico: a imprensa deve reportar as notícias «responsavelmente» ou deverá enfrentar as consequências. Desde que a lei foi promulgada foram aplicadas seis multas. Apesar dessas multas poderem ter tido algum efeito a subjugar a imprensa, elas claramente não produziram

o resultado que o Governo português desejava. Tanto o limitado período das suspensões, como as limitadas multas, sugerem que o Governo português não pretende atacar a imprensa, apenas aplicar-lhe um pontapé rápido numa zona sensível.

4. Porque foram as ordens de suspensão dadas pela Junta, em vez da Comissão *Ad Hoc*? Não temos uma luz que ilumine esta importante questão. Combinado com o furor que as próprias ordens criarão seguramente, confrontarão o Segundo Governo Provisório (dominado pelo MFA) com a sua primeira crise política interna.

5. A embaixada acaba de confirmar o rumor sobre o papel da Junta na decisão, e sobre a consequente resignação dos membros da Comissão *Ad Hoc*. Todos os membros terão resignado na tarde de 1 de Agosto. Até ao momento, as notícias sobre esta resignação em massa ainda não foram publicadas, mas o vespertino que resta – *Diário Popular* – chega às ruas muito cedo.

6. Segue, noutra telegrama, relatório sumário do funcionamento, até agora, da lei de imprensa.

³⁶ Comparação desonesta: o velho regime censurava previamente a imprensa, até ao último dia da sua existência. Ia suspender o quê? O que tinha autorizado a publicar?

TELEGRAMA 1974LISBON 03300_b

TÍTULO Don Juan pede para ver encarregado da embaixada

DATA 05-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. Don Juan, Conde de Barcelona, pediu que o encarregado da embaixada lhe ligasse às 14h de segunda-feira para a sua residência no Estoril.

2. Têm alguma questão que lhe queiram colocar?

TELEGRAMA 1974LISBON 03301_b

TÍTULO Guiné-Bissau na ONU

DATA 05-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: Ainda não temos uma ideia precisa sobre como pensa o Governo português transferir o poder na Guiné-Bissau. O Governo português está à espera de uma resposta do PAIGC ao pedido de reunião para tratar deste assunto e acredita que uma tentativa dos soviéticos de levantar a questão da entrada da Guiné-Bissau na ONU pode ser enfrentada usando táticas parlamentares de empastelamento até que as conversações com o PAIGC estejam completas. O Governo português está preocupado com a possível ligação de Cabo Verde à Guiné-Bissau. A embaixada espera ter uma melhor informação depois da reunião de Soares com os chefes de missão «amigos» que está agendada para segunda-feira de manhã. Fim do Sumário.

1. A 2 de Agosto, no jantar dado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, em honra do secretário-geral da ONU, Waldheim, o encarregado discutiu o assunto com Soares, o secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, Campinos, o embaixador da ONU, Veiga Simão, o chefe de gabinete, Cunha Rego, e o director político Magalhães Cruz. Não emergiu um cenário claro. O Governo português propôs ao PAIGC uma reunião em Bissau para discutir as modalidades de transferência de poder (a um nível não especificado, apesar de Simão ter indicado que Spínola não seria o representante português). O Governo português esperava que a visita de Waldheim clarificasse as coisas, mas tal ainda não aconteceu. Todos acham que a questão não será levantada no Conselho de Segurança até que as conversações do Governo português com o PAIGC tenham atingido um ponto em que o primeiro possa reconhecer e patrocinar o pedido de entrada da Guiné-Bissau.

2. Perante a hipótese de que o representante soviético, como presidente do Conselho de Segurança em Agosto, possa precipitar a questão antes do reconhecimento da Guiné-Bissau pelo Governo português, quer Campinos, quer Simão acham que umas tácticas parlamentares de empastelamento evitariam que a questão fosse a votos antes das reuniões do Governo português com o PAIGC chegarem a conclusões. Apresentada a possibilidade de que os soviéticos poderiam levantar a questão para embaraçar os EUA, Rego indicou que o Governo português não ficaria chateado se os EUA se abstivessem, apesar de que apreciaria um aviso prévio de que os EUA o fariam. Simão, no entanto, expressou a esperança de que os EUA usariam o veto tendo por base a ideia de que a decisão não deveria ser tomada quando as negociações entre o Governo português e o PAIGC estão tão avançadas. Campinos opinou que o trabalho com outras delegações poderia prevenir um voto prematuro, mas admitiu que o governo português não conversou com os soviéticos. Quando o encarregado sugeriu que o Governo português tinha agora os meios para um contacto directo com os soviéticos, referindo-se à presença em Lisboa do encarregado soviético (que fez a sua primeira aparição pública neste jantar a Waldheim), Campinos indicou que o Governo português iria considerar contactar os soviéticos sobre esta questão.

3. Simão expressou a confiança de que o PAIGC iria agora respeitar o acordo de que o reconhecimento do Governo português abrange apenas a Guiné-Bissau, não Cabo Verde. Ele apontou que a Constituição da Guiné-Bissau não engloba Cabo Verde e que os 80 reconhecimentos também só incluem a Guiné-Bissau, e não Cabo Verde. Ele admitiu, no entanto, que o atraso na resposta do PAIGC à proposta do Governo português e a possibilidade de que a OUA [Organização da Unidade Africana] pressione levantam preocupações sobre a questão de Cabo Verde.

4. Soares expressou a esperança de que estaria em condições de ter uma clara imagem do assunto quando conversar

com os chefes de missão de países «amigos» (incluindo os EUA), que ele convidou para um encontro, ao meio-dia de segunda-feira.

5. Comentário: lamento que não exista uma imagem mais clara disponível. Claramente, o Governo português espera que a resposta do PAIGC chegue brevemente, o que afastaria para já um cenário mais definitivo. Entretanto, espera que os seus amigos sejam capazes de evitar que a moção admitida chegue à fase de votação, e esperemos que eles tentem persuadir os soviéticos.

TELEGRAMA 1974LISBON 03313_b

TÍTULO Tradução portuguesa de Solzhenitsyn

DATA 05-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO A tradução portuguesa do livro de Solzhenitsyn³⁷, *Arquipélago Gulag*, está em preparação. A Livraria Bertrand, uma das maiores editoras livrarias de Portugal, espera publicar o livro no final do ano. Os tradutores são Francisco Augusto Ferreira e G. Augusto Seabra. A Bertrand tem a rede de distribuição de livros mais eficaz do país.

³⁷ O interesse pelo acesso do povo português à propaganda anti-soviética e anti-comunista.

TELEGRAMA 1974LISBON 03314_b

TÍTULO Leis e política económica

DATA 05-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. O Conselho de Ministros, de acordo com um comunicado oficial de 4 de Agosto, fez progressos para a saída de legislação económica, incluindo uma lei da greve e do *lock-out* que «será submetida brevemente ao Conselho de Estado».

2. O breve comunicado, editado depois de uma reunião de 17 horas, diz que aprovaram unanimemente as propostas prioritárias para a política económica, cujos objectivos são a reanimação e o estímulo da actividade económica. Está também dito que o Conselho de Ministros acordou de forma unânime adoptar um pacote de medidas para a austeridade, a reforma fiscal, as reivindicações dos trabalhadores, pensões e salários máximos.

3. A unanimidade sempre sublinhada nas outras questões estava notoriamente ausente no caso da lei da greve *lock-out*³⁸. Aqui o comunicado diz apenas que um esboço de lei foi discutido e que será submetido ao Conselho de Estado.

4. As curtas conferências de imprensa dos ministros, quando saíam da «mais longa reunião do Conselho de Ministros na História Portuguesa», acrescentaram pouco ao comunicado da reunião. O ministro do Trabalho foi no entanto citado como tendo dito que a lei da greve *lock-out* foi aprovada em princípio. O ministro sem pasta, Álvaro

³⁸ É mais fácil fazer consensos em tudo, menos nas questões laborais. Porque será?

Cunhal, por outro lado, evitou uma pergunta sobre se a lei da greve era satisfatória dizendo que ainda era prematuro comentar.

5. Entre outras questões tratadas no comunicado, estava a aprovação de João Salgueiro para vice-governador do Banco de Portugal.

6. Comentário: (a) Como relatado antes, as díspares facções dentro do Governo estão a ter dificuldades em acordar sobre a legislação laboral. Em contraste, se o comunicado está correcto, tem havido um consenso nas políticas e leis que promovem a austeridade pedida pelo General Spínola e pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves quando da posse do novo governo. Até que o conteúdo dessas leis e dessas políticas seja melhor conhecido, é pouco provável que a comunidade de negócios deixe de estar na expectativa. (b) A nomeação de João Salgueiro para vice-governador do Banco de Portugal termina com as especulações sobre o destino de um quadro de topo da planificação oficial no Governo de Caetano, que, apesar de uma dita relação próxima com Marcelo Caetano, desempenhou um papel predominante na SEDES (olhada nos dias pré-golpe de 25 de Abril como um potencial partido de oposição) e era visto com desconfiança por muitos no velho governo. A sua nomeação para um posto de responsabilidade sugere que terá sido ultrapassada qualquer mácula que ainda transportasse do anterior regime.

TELEGRAMA 1974LISBON 03315_b

TÍTULO O Governo português diferencia o processo de descolonização em cada território africano e especifica os parceiros de negociação

DATA 05-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: Em comunicado emitido no final da visita de Waldheim a Lisboa, o Governo português tornou claro, pela primeira vez, com quem irá negociar a futura independência de cada território africano e dá pistas sobre a ordem provável pela qual a independência será dada. Fim do Sumário.

1. Na conclusão da visita de três dias a Lisboa do secretário-geral da ONU Kurt Waldheim, este emitiu um comunicado de oito pontos que resume as suas conversações com líderes portugueses sobre o problema do Ultramar.

2. O comunicado aponta que o Governo português: (a) Preparou acordos para assinar de imediato com a República da Guiné-Bissau, transferindo o poder para esta. E apoiará totalmente a entrada deste novo Estado na ONU; (b) Garante e assegurará a unidade e integridade territorial de todos os territórios sobre o seu controlo, contra qualquer tentativa, seja de quem for, de os desmembrar.

3. O direito do povo de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe à auto-determinação e independência é reconhecido pelo Governo português, que irá implementar as decisões da ONU (presumivelmente passadas e futuras) sobre o assunto. No caso de Cabo Verde, o Governo português irá coop com as Nações Unidas no acelerar da descolonização das Ilhas.

4. Os direitos dos povos de Moçambique e Angola à auto-determinação e independência é igualmente reiterado pelo

Governo português, que, no caso de Moçambique, «tomará medidas imediatas para negociar com os representantes da Frelimo» de forma a acelerar o processo de independência. Em Angola, promete «estabelecer contactos com os movimentos de libertação num futuro próximo com vista a iniciar negociações formais o mais cedo possível».

5. Portugal expressa a esperança de que agora que cumpriu a Resolução 1514 da ONU, a Assembleia-Geral permita que Portugal participe plenamente nos programas sociais, económicos, financeiros e técnicos da ONU e das suas agências especializadas.

6. Comentário: O Governo português tornou claro que o processo de descolonização decorrerá a ritmos diferentes para cada território africano: a Guiné-Bissau será o primeiro a quem será concedida a independência, talvez seguida por Cabo Verde. Não há qualquer referência ao papel do PAIGC na descolonização das Ilhas. Aparentemente, a ONU irá desempenhar um papel predominante na determinação da vontade dos cabo-verdianos no que respeita ao seu futuro. Moçambique aparece logo a seguir nas prioridades, e o Governo português especificou que é com a Frelimo que irá discutir a independência. Segue-se Angola, mas ao contrário do caso de Moçambique, o comunicado não faz qualquer referência com quem especificamente o Governo português irá contactar para começar as negociações formais. Irá negociar com os «movimentos de libertação», e não com partidos políticos. No fim da linha está São Tomé e Príncipe, sobre o qual o Governo português está disponível para seguir as decisões da ONU sobre o seu futuro.

TELEGRAMA 1974LISBON 03319_b

TÍTULO Artigo do *Expresso* sobre as negociações da Base das Lajes

DATA 05-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: O artigo no respeitado semanário *Expresso* dá aparentemente um relato credível sobre a posição do Governo português com os EUA nas próximas negociações sobre a Base das Lajes, e toca um conjunto de benefícios que o Governo português espera retirar da renovação dos acordos. Fim do Sumário.

1. O semanário *Expresso* publicou um artigo de primeira página na sua edição de 3 de Agosto, intitulado «o Governo português procura novas condições nas negociações das Lajes». Suspeitamos que a informação no artigo sobre a posição negocial portuguesa venha de uma fonte de alto nível no Governo português, que terá filtrado a informação para o *Expresso* na expectativa que pudesse alcançar o Governo dos EUA.

2. O artigo afirma que o embaixador Themido tornará conhecido a 3 de Agosto o interesse do Governo português de manter o acordo com o Governo dos EUA sobre a base dos Açores. Esta declaração será seguida de negociações, nas quais o Governo português não procurará qualquer alteração significativa do presente acordo, mas antes obter mais vantagens em troca do uso da Base. Portugal tentará obter um maior rendimento e/ou ajuda concreta na forma de material, subsídios, etc. O artigo também refere a possibilidade de serem solicitados empréstimos americanos com condições especiais.

3. As negociações, que serão formalmente iniciadas por um intercâmbio de declarações, serão conduzidas por uma delegação de técnicos portugueses, encabeçada pelo embaixador Themido. Entretanto, um comité interministerial, composto por representantes do ministério da Defesa, Negócios Estrangeiros, Finanças e Economia, tam-

bém se reunirá em Lisboa «em virtude dos diversos aspectos cobertos pelo problema das Lajes».

4. O lado português, diz o artigo, mostra a sua clara disposição para alcançar uma solução rapidamente «por forma a criar novas condições, e mais favoráveis, no que respeita à utilização das instalações das Lajes.» Outro desejo do Governo português é que vantagens concretas revertam para os residentes dos Açores «destas novas condições». Mencionado de forma específica, é a utilização das características vulcânicas das ilhas para a produção de energia geotérmica.

5. «As negociações das novas vantagens para Portugal da cedência da Base das Lajes também constitui um excelente pretexto para um estudo e uma revisão geral das relações entre os dois países», prevê o *Expresso*.

6. O lado dos EUA, apesar da crise interna provocada pelo Watergate, «parece bastante receptivo aos pedidos que Portugal irá apresentar», e reconhece o valor estratégico da base. O valor estratégico da base para a Marinha dos EUA parece estar a aumentar.

7. O *Expresso* continua, afirmando que é lógico presumir o interesse do Governo dos EUA em colaborar na estabilidade económica de Portugal, já que disso depende, em grande medida, a estabilidade política desejada pelo governo norte-americano.

Na parte final do artigo, este aborda o papel decisivo do Senado nas negociações da Base das Lajes. É assinalado que o Senado reclama agora o seu direito de ratificar acordos alcançados pelo Executivo, e que tem em mente acordos, como o das Lajes e do Bahrein. O Governo dos EUA, refere o *Expresso*, defende que, como o Acordo dos Açores é um acordo Executivo e respeitante a assuntos militares, a aprovação do Senado não é necessária. O *Expresso* não faz qualquer previsão de qual seria a atitude do Senado sobre os Açores, mas refere que poderia ser diferente.

TELEGRAMA 1974LISBON 03322_b

TÍTULO A imprensa estabelecida emerge vitoriosa, jornal extremista paga o preço

DATA 05-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: Face à oposição unida da imprensa estabelecida de Lisboa, a Junta recuou e formalmente levantou as ordens de suspensão contra três diários de Lisboa. A Junta fez seguir a essa retirada um assalto frontal a um dos presumidos alvos originais da Lei de Imprensa, o maoísta *Luta Popular*, que foi suspenso indefinidamente. Foi assim superada a crise potencial para o Governo Provisório. Enquanto os direitos de «livre imprensa» foram afirmados com sucesso, a ordem de suspensão contra um jornal da extrema-esquerda constitui um significativo estreitamento dos limites entre os quais será tolerada a dissidência contra a ordem prevalecte. Fim do Sumário.

1. As ordens de suspensão contra três dos quatro vespertinos de Lisboa estimularam uma reacção unânime imediata de toda a imprensa estabelecida. Apesar do vespertino restante – *Diário Popular* – ter ido para imprimir a 2 de Agosto (com um editorial condenando as ordens de suspensão contra as publicações irmãs), uma multidão de jornalistas e outros empregados dos jornais juntaram-se frente aos edifícios do jornal e conseguiram impedir que fossem distribuídos exemplares dessa edição. Assim, Lisboa sobreviveu no dia 2 de Agosto sem que aparecesse qualquer dos seus quatro vespertinos.

2. Como mostra de solidariedade com os jornais suspensos, os semanários *Expresso* e *Sempre Fixe* decidiram não se publicar no dia 3 de Agosto. (O *Expresso* tinha planeado, no entanto, sair a 5 de Agosto). O pessoal do matutino *O Século* decidiu que o jornal também não se publicaria, e o de outro matutino estava à beira de decidir o mesmo quando a crise se resolveu abruptamente.

3. Cedendo à pressão, o representante da Junta reuniu-se com os editores dos jornais suspensos na tarde de 2 de Agosto e chegaram a um acordo, tornado público perto da meia-noite, levantando as ordens de suspensão. Todos os diários de Lisboa e o semanário *Expresso* (mas não o *Sempre Fixe*) apareceram normalmente a 3 de Agosto. Apesar dos detalhes desta reunião não terem sido tornados públicos, a contenção com que o assunto foi tratado, a 3 e a 5, sugere um acordo de cavalheiros: a Junta passará a actuar com maior contenção no futuro (ver parágrafo 6), e os jornais diários relatarão as matérias sensíveis com maior discrição.

4. Os jornais de 5 de Agosto trazem o texto de dois comunicados emanados da Junta durante o fim-de-semana. O primeiro denuncia «alguns elementos, constituídos em movimentos políticos extremistas ou actuando individualmente», que tentam desacreditar as Forças Armadas e minar as instituições políticas. Esses elementos, culpados de «agressão ideológica contra as Forças Armadas ou contra os princípios proclamados pelo seu movimento», são para serem rigorosamente punidos. Quer as publicações, quer as demonstrações públicas estão especificamente incluídas no âmbito deste comunicado. O segundo, dirigido especificamente ao semanário *Luta Popular*, esquerdista-maoísta MRPP, ordenou a sua suspensão indefinida.

5. Uma questão não respondida que pode ser clarificada nas próximas 24 horas diz respeito ao papel e ao comportamento da Comissão *Ad Hoc* para os *media*. Apesar de todos os membros da Comissão se terem demitido no dia 1 de Agosto à tarde, as resignações não terão sido aceites. A decisão da Junta de levantar as suspensões pode providenciar a base para os membros da Comissão se manterem ao serviço, assim acabando de imediato com a crise política sobre a questão da liberdade de imprensa.

6. Comentário: o cerrar de fileiras dos membros da imprensa estabelecida foi visto como uma acção pelo

princípio da liberdade de imprensa - e um alerta para aqueles que assumiram que a Lei de Imprensa interina era uma arma apontada somente contra a extrema-esquerda, nunca contra aqueles que se consideram apoiantes fiéis dos princípios do Movimento das Forças Armadas. No entanto, a não ser que a imprensa estabelecida reaja com o mesmo vigor ao efectivo encerramento do *Luta Popular*, o resultado líquido será mesmo uma perda de princípio da imprensa livre em Portugal. O precedente hoje estabelecido pode acabar por ser aplicado à imprensa não-extremista numa data futura, especialmente quando a actual coligação se estilhaçar. Da mesma forma, o «acordo de cavalheiros» (se existe) entre a Junta e a imprensa, um recorrendo com mais suavidade à Lei de Imprensa, o outro não tratando os assuntos politicamente mais sensíveis, pode levar à censura mais insidiosa, aquela que é feita pelos editores e jornalistas contra si próprios.

7. Uma segunda questão que merece destaque nesta crise, no que respeita ao desenvolvimento da democracia em Portugal, é que a ameaça da Junta, parcialmente implementada, de se mover contra os grupos extremistas é para implementar totalmente. Até agora tem sido possível a estes grupos libertar vapor em reuniões públicas, no essencial inofensivas, e imprimindo publicações de um impacto popular limitado. A extrema sensibilidade da Junta aos apelos subversivos de grupos que tentam politizar soldados nas suas unidades pode levar à total ilegalização do MRPP e de outras organizações menores da extrema-esquerda.

TELEGRAMA 1974LISBON 03328_b

TÍTULO Comentários de Soares ao comunicado Waldheim

DATA 06-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: O ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, informou 20 chefes de missão amigos sobre o comunicado de 4 de Agosto de Waldheim. Disse que o Governo português pode reconhecer imediatamente a Guiné-Bissau e retirar as suas tropas; que trataria de Cabo-Verde separadamente; deseja ter a Frelimo num governo de coligação e ter eleições para uma Assembleia Constituinte; e espera negociar com os rebeldes em Angola. Fim do Sumário.

1. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, convocou para 5 de Agosto um grupo de 20 chefes de missão «amigos», todos de governos ocidentais que não tinham reconhecido a Guiné-Bissau, para uma reunião informativa sobre o comunicado de Waldheim acerca de Portugal, de 4 de Agosto.

2. Guiné-Bissau (G-B) – Soares disse que o Governo português estava a tentar que as negociações avançassem para as modalidades de transferência de poder para o PAIGC. O PAIGC tinha proposto conversações para Estocolmo, depois Argel, e finalmente disse que esperava até depois da visita de Waldheim. O Governo português aceitou, mas continua à espera da iniciativa do PAIGC. Soares disse que o Governo português poderia reconhecer a independência unilateralmente, mas isso levaria logicamente a uma retirada imediata das tropas, o que poderia não ser do interesse do PAIGC. O governo está preparado para patrocinar a admissão da G-B à ONU, mas só se a G-B o pedir. Respondendo a uma questão do norueguês, Soares disse suavemente que Portugal preferiria que os outros países dessem a Portugal a hipótese de reconhecer primeiro a G-B. Soares prometeu um aviso prévio aos presentes antes de o Governo português anunciar o reconhecimento da G-B.

3. Cabo-Verde (CV) – Soares disse que CV deve ser tratado separadamente porque: (a) as pessoas lá são culturalmente diferentes das da G-B; (b) ele duvida que procurem ligações com a G-B; e (c) as resoluções da ONU diferenciam CV e G-B. O povo de CV deve determinar o seu próprio futuro.

4. Moçambique – A Frelimo quer o poder de imediato, mas isto é impossível, pois em algumas áreas a Frelimo ainda não é aceite. O Governo português quer um cessar-fogo e procurou os bons ofícios do Reino Unido, do Vaticano e da Zâmbia. O Governo português espera conseguir que a Frelimo participe num governo de coligação com os portugueses, e realizar eleições dentro de um ano, um ano e meio, para uma Assembleia Constituinte.

5. Angola – A situação é muito diferente por causa do número de grupos de libertação, mas o Governo português teve alguns contactos com grupos e espera começar as negociações.

6. São Tomé e Príncipe – Soares disse que as pessoas destas ilhas têm direito a determinar o seu futuro.

7. Comentário: O comentário de Soares sobre um reconhecimento unilateral seguido da retirada das tropas pode ser uma ameaça destinada a levar o PAIGC à mesa de negociações. Pelo menos alguns observadores estão convencidos que o PAIGC não pode consolidar o poder sem a presença do Exército Português para dissuadir grupos dissidentes de agirem contra o PAIGC durante a transferência de autoridade.

TELEGRAMA 1974LISBON 03336_b

TÍTULO Guiné-Bissau na ONU

DATA 06-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. O encarregado contactou hoje o ministro dos Negócios Estrangeiros para um update dos planos portugueses no que respeita à Guiné-Bissau. O ministro Soares, complementado em vários momentos pelo embaixador na ONU, Veiga Simão, disse que Portugal planeia reconhecer a Guiné-Bissau, mas só após ter alcançado um acordo sobre a transferência de poderes. O Governo português está ainda à espera de uma resposta do PAIGC sobre o momento e local onde irão decorrer as negociações para concluir o acordo para a transferência de poderes. Conforme o atraso na resposta do PAIGC se prolongue, o Governo português teme que o PAIGC seja instado, provavelmente pelos soviéticos, a insistir que Cabo Verde seja incluído na entidade reconhecida pelo Governo português. O Governo português também congemina que o PAIGC, possivelmente com os soviéticos, espera que as acções na ONU reforcem o seu caso junto do Governo português. Este espera assim que os EUA sejam capazes de fazer o máximo na ONU, junto dos soviéticos e dos Estados africanos, para procurar atrasar a consideração, no Conselho de Segurança, da admissão da Guiné-Bissau.

2. Pelo seu lado, o Governo português procurou estimular a resposta do PAIGC através de vários canais. A demora do PAIGC foi baseada no desejo de esperar até que a visita de Waldheim estivesse completa. Agora, a desculpa do PAIGC é a de que a resposta não pode ser dada até que Aristides Pereira chegue a Dakar, o que está previsto para 8 de Agosto. O Governo português indicou ao PAIGC que deseja completar a transferência de poder para permitir que o reconhecimento possa ser anunciado a 13 de Agosto. Deu também a entender que um acordo de transferência de

poder era essencial se se pretendesse que, depois do reconhecimento, algum pessoal técnico e tropa portuguesa devesse permanecer na Guiné-Bissau. Eles tinham a esperança de que a perspectiva de algum aventureirismo da Guiné-Conacri e do Senegal depois da retirada das tropas portuguesas, estimulasse o PAIGC à acção. Se não houver qualquer resposta recebida do PAIGC até dia 8, o Governo português está preparado para emitir um comunicado afirmando que está pronto a reconhecer a Guiné-Bissau após a conclusão de um acordo de transferência de poderes, e que informou o PAIGC que estava disponível para reunir a qualquer altura e em qualquer lugar, mas que o PAIGC ainda não aceitou esta oferta. O Governo português espera que tal posição pública ajude os esforços em Nova Iorque para atrasar a aceitação do pedido de admissão da Guiné-Bissau, bem como para colocar pressão sobre o PAIGC para se chegar à frente.

3. Soares disse que falou ontem com o encarregado soviético, explicando a posição portuguesa, e a necessidade da conclusão da transferência de poderes e do reconhecimento antes da consideração, no Conselho de Segurança, da admissão do pedido. Soares solicitou a intervenção neste sentido do encarregado soviético junto do governo soviético. O encarregado, por falta de segurança nas comunicações em Lisboa, voou para Paris, ontem, para comunicar a mensagem ao seu governo.

TELEGRAMA 1974LISBON 03341_b

TÍTULO Pedido de Don Juan para ver o encarregado

DATA 07-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: Don Juan pediu para ver o encarregado de forma a deixar dois pontos claros ao Governo dos EUA: (a) Ele não pretende criar problemas sobre a questão da sucessão quando a posição de Chefe de Estado passar directamente de Franco para Juan Carlos, e (b) dissocia-se completamente dos comunistas e assegura com firmeza que Espanha mantém o seu compromisso com os países ocidentais, incluindo o seu acordo sobre as bases americanas. No decurso da conversa, Don Juan deu a sua visão sobre os desenvolvimentos em curso e futuros em Espanha e anunciou a sua intenção de delinear, perante os seus seguidores, o seu programa, quando Juan Carlos se tornar definitivamente Chefe de Estado. Fim do Sumário.

1. Don Juan disse que tinha pedido para ver o encarregado (ele viu o conselheiro económico, o encarregado estava no Porto) de forma a deixar dois pontos claros ao Governo dos EUA: (a) Quando Juan Carlos se tornar o Chefe de Estado permanente, seja por morte de Franco seja por proclamação antes de Franco morrer, ele, Don Juan, não tomará quaisquer medidas relativamente à sucessão que possam prejudicar a transição – desde que o Governo instale uma democracia genuína e não seja uma mera continuação do regime autocrático de Franco. Por «democracia genuína» ele entende, nomeadamente, a abolição das Cortes e um Parlamento eleito livremente. (b) Sobre a «Junta Democrática» anunciada em Paris a 29 de Julho, Don Juan disse que se queria dissociar completamente dos comunistas porque eles não são democratas e nunca o serão, apesar de tentarem manipular a democracia para atingirem os seus objectivos. Ele defendeu com firmeza que Espanha mantenha os seus compromissos com os países Ocidentais, incluindo o seu acordo sobre as Bases dos EUA.

2. No decurso da conversa, Don Juan colocou os seguintes pontos:

a) Programa de Don Juan: afirmando ter hoje em Espanha um forte apoio por causa dos 37 anos que leva defendendo a democracia, Don Juan declarou que uma monarquia, hoje, não pode sobreviver se não for democrática. Tão pronto se concretize a sucessão de Juan Carlos a Franco como Chefe de Estado, Don Juan diz que planeia tornar público o seu (de Don Juan) programa através de uma declaração pública aos seus seguidores. Ele não o fez no dia 24 de Junho, como muitos lhe pediram, porque «não quis queimar os seus cartuchos»; isto é, quis guardar essa declaração para uma altura onde o impacto fosse maior. Don Juan não revelou o conteúdo do programa, no qual está actualmente a trabalhar, mas indicou que conteria as reformas democráticas que ele apoiou toda a sua vida.

b) Don Juan diz que nunca ninguém lhe pediu para abdicar e que ele não vê razões para que tal seja necessário para melhorar a posição do seu filho. «Juan Carlos», disse, «foi nomeado para ser Chefe de Estado, e no que respeita à sucessão monárquica, eu não pretendo ser um incómodo». Don Juan afirmou, no entanto, que se Juan Carlos se colocasse a si próprio como parte de um regime que prosseguisse as tradições de Franco, ele se oporia ao seu filho e nomearia seu neto como herdeiro legítimo.

c) Sobre a actual situação: o presente interregno, de acordo com Don Juan, é mau e não se deveria permitir que durasse muito mais. Ele sente que Juan Carlos ainda está muito sob a tutela de Franco e dos homens de Franco, como testemunha o acordo de Juan Carlos, de presidir à sua primeira reunião do Conselho de Ministros no Palácio de Franco, em vez do Palácio Real. «Se eu fosse o meu filho», disse Don Juan, «eu teria insistido que a reunião fosse realizada no Palácio Real, e planeio dizer-lhe isso quando ele telefonar (Don Juan estava à espera de uma chamada de Juan Carlos a qualquer momento). Don Juan acredita que

a Espanha, de facto, já entrou no período pós-Franco. Ele recebeu relatórios confiáveis, incluindo um do sobrinho de Franco, Nicolas, que o visitou na semana passada, que Franco não poderá sobreviver para lá do Natal.

d) Sobre a liberalização na era pós-Franco: Don Juan espera que depois de Franco exista uma liberalização, mas a uma velocidade menor que a que ele desejaria, pois o actual poder é muito forte e relutante a aceitar mudanças. O Exército, por exemplo, é muito forte, com os coronéis e generais firmemente identificados com o actual regime. Apesar de que alguns oficiais superiores e a maioria dos oficiais de baixa patente gostariam que «as coisas se abrissem um pouco», Don Juan duvida que eles encontrem ou desenvolvam a liderança necessária para um movimento de oposição.

e) Calvo Serer e a Junta Democrática: apesar de Don Juan querer deixar perfeitamente claro que ele não tem nada a ver com o movimento de Serer, de se juntar aos comunistas espanhóis no anúncio da formação de uma Junta Democrática, ele não pareceu perturbado ou magoado com a acção de Serer. Ele descreveu Serer como um amigo de longa data e desculpou-o dizendo que «ele é um homem que falará com qualquer pessoa» e um homem disposto a «desenvolver acções expeditas». Don Juan diz que leu o programa da Junta, que lhe pareceu bom na sua maior parte, mas não acredita que os comunistas realmente subscrevam todos os pontos.

3. Don Juan sublinhou que os dois pontos colocados no parágrafo 1 são para os ouvidos do Governo dos EUA, e que ele não tem qualquer intenção de os tornar públicos. As suas razões para fazer chegar nesta altura esses pontos ao Governo dos EUA são que Juan Carlos pode, a qualquer momento, suceder permanentemente a Franco como Chefe de Estado e que o anúncio em Paris de uma Junta Democrática podia levar o Governo dos EUA a acreditar que Don Juan tinha entrado num acordo com os comunistas espanhóis.

4. Comentário: As palavras e o tom de voz de Don Juan transmitiram a impressão que ele sinceramente apoiará o seu filho, se Juan Carlos prosseguir o tipo de ideias que Don Juan abraça. Sobre a abdicação, no entanto, Don Juan não deu qualquer indicação de que ele daria tal passo ou que pensasse ser necessário tal passo para aplanar o caminho a Juan Carlos. Um antigo funcionário do Governo dos EUA que agora reside em Portugal e conhece bem Don Juan, não acredita que este abdique, a não ser que a falta de legitimidade estivesse a prejudicar a capacidade de o filho implementar as reformas necessárias.

TELEGRAMA 1974LISBON 03349_b

TÍTULO Análise ao jornalismo português: 25 de Abril a 25 de Julho 1974

DATA 07-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. Sumário: O Relatório referido, enviado por correio aéreo, é uma análise detalhada da imprensa portuguesa do golpe até ao presente. Sublinha o seguinte:

2. Noventa dias depois do golpe militar que aboliu a censura em Portugal, uma nova forma de censura está de facto a ser aplicada aos jornalistas, editores e comentadores, até aos tipógrafos. As notícias sobre Portugal são manipuladas em favor dos partidos Comunista e Socialista. Seja por convicção política, ou por um sentimento de culpa por não terem tido a coragem de activamente se oporem aos regimes de Salazar/Caetano, os homens e as mulheres que noticiam, editam e moldam as notícias em Portugal discriminam contra os moderados no centro político. Resumindo, socialistas, comunistas e a extrema-esquerda têm um cadeado colocado nas notícias diárias.

3. Aqueles que divergem das elites de esquerda que hoje dirigem os *media* e aqueles que contestam as purgas que estão a ser conduzidas nas instituições portuguesas são chamados de «fascistas». É a nova expressão para manchar as pessoas com quem se desacorda.

4. O semanário *Expresso*, considerado pela maioria dos observadores o mais bem editado jornal de Portugal, era, antes do golpe de 25 de Abril, o mais liberal dos grandes jornais publicados em Portugal. Hoje é o menos radical.

5. Os bancos são donos de nove dos dez jornais publicados em Portugal. O socialista *República* é o único grande jornal que não é propriedade de um banco. Os banqueiros

estão paralisados. Eles estão, até agora, ou sem vontade, ou com medo de agir para restaurar³⁹ um equilíbrio noticioso.

6. Antigos repórteres do socialista *República* têm agora posições chave nas rádios nacionais e nas estações de televisão. Eles podem e manipulam as notícias, e não são amigos dos EUA. Uma reportagem equilibrada não é o seu estilo.

7. Raramente se passa um dia sem que uma alegada actividade da CIA seja tratada na imprensa portuguesa. A CIA teria centenas de agentes em Portugal. (Alguns temem que isto seja verdade, outros esperam-no fervorosamente).

8. Já começou a reacção anti-comunista, que provocou um par de incidentes feios.

9. Comentário: A liberdade de expressão é agora supostamente garantida pelo Programa do Movimento das Forças Armadas. Os comunistas e socialistas portugueses e os membros da extrema-esquerda, formalmente, respeitaram este princípio, mas eles reagem asperamente quando é usado contra eles.

10. A esquerda sabe perfeitamente bem que os países da Europa Ocidental e os EUA têm interesses políticos e estratégicos em Portugal, e não podem acreditar que o Ocidente fique parado a assistir enquanto a política portuguesa é organizada por uma coligação de comunistas e socialistas. Eles temem uma interferência externa, daí as histórias de susto sobre a CIA.

³⁹ Esta é a palavra-chave: restaurar o equilíbrio que havia antes do 25 de Abril! «*To restore balanced news reporting*».

11. Comentário: Às tarefas urgentes de Governo, podemos acrescentar os *media* como uma área a exigir uma vigorosa atenção. Na perspectiva de muitos portugueses preocupados, **a restauração do equilíbrio** na reportagem e apresentação das notícias em Portugal é vital para a conquista com sucesso da democracia neste país⁴⁰.

⁴⁰ Restaurar o equilíbrio onde só falava o *Expresso* e a direita fascista, e onde havia censura. Um conceito de democracia bastante claro.

TELEGRAMA 1974LISBON 03362_b

TÍTULO Guiné-Bissau: Candidatura à ONU

DATA 08-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. O encarregado contactou o designado Director Político do MNE – Magalhães Cruz – que forneceu a seguinte informação: O ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, conjuntamente com o ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, e o membro do Movimento das Forças Armadas, Major Monge, partiram de Lisboa a noite passada para a Argélia, via Paris, para uma reunião, hoje, com o PAIGC. O PAIGC respondeu ontem ao pedido do Governo português para uma reunião para completar o acordo de transferência de poderes e o PAIGC escolheu a Argélia. Soares partiu com a ideia de completar o Acordo de Transferência de poderes, hoje, e regressar a Lisboa, amanhã. Se este cenário se mantiver, a data do reconhecimento pelo Governo português da Guiné-Bissau será imediatamente calendarizada.

2. Em todos os contactos anteriores, o PAIGC solicitou que os portugueses mantivessem tropas e pessoal médico e técnico na Guiné-Bissau por um período de tempo, na sequência do reconhecimento formal da independência. Como o Governo português condicionou a sua vontade de deixar pessoal civil e militar na Guiné-Bissau à conclusão de um acordo de transferência de poderes, o Governo português não vê qualquer razão para o PAIGC não concluir imediatamente um acordo de transferência de poderes. A única possibilidade é que o PAIGC tenha sucumbido à pressão da OUA e/ou dos soviéticos para insistir na inclusão de Cabo Verde no acto de reconhecimento do Governo português⁴¹. Abby Farah, das Nações Unidas,

⁴¹ O PAIGC, Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde, exigia a independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde? De facto, só pode ser uma conspiração soviética.

agindo em nome da OUA, defendeu a inclusão de Cabo Verde com a Guiné-Bissau durante a recente visita de Waldheim, mas os portugueses têm sido irredutíveis em manter Cabo Verde separado. Ontem, a posição do Governo português foi sublinhada num discurso do Presidente Spínola no juramento do novo governador de Cabo Verde, no qual Spínola declarou que a independência de Cabo-Verde seria realizada através de um referendo para determinar a vontade soberana do seu povo. Se os representantes do PAIGC, na reunião da Argélia, hoje, renegarem os acordos prévios para manter Cabo Verde separado, o Governo português pretende proceder unilateralmente e reconhecer imediatamente a Guiné-Bissau de acordo com a Constituição da Guiné-Bissau, que deixa a questão de Cabo Verde para uma solução posterior. O governo português retirará então o seu pessoal civil e militar.⁴²

3. Magalhães Cruz compreendeu completamente que não se poderá esperar que os EUA usem o direito de veto se falharem os esforços para adiar a discussão no Conselho de Segurança da adesão da Guiné-Bissau.

4. Comentário: Espero que o exposto dê suficiente indicação da iminência de um reconhecimento pelo Governo português da Guiné-Bissau, para permitir o adiamento da iniciativa no Conselho de Segurança.

⁴² Nunca foram os movimentos de libertação, mas sim o Governo português, em conluio com o imperialismo norte-americano, que ameaçou, promoveu e organizou a saída imediata de todos os portugueses das colónias, como forma de criar o caos económico e social.

TELEGRAMA 1974LISBON 03364_b

TÍTULO O estilo português de divórcio

DATA 08-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: O movimento pró-divórcio ganhou gás desde o 25 de Abril e o debate trava-se agora publicamente, na imprensa e na TV. Os papéis que estão a ser desempenhados (ou não) por aqueles que deveriam ser os principais intervenientes no debate reflectem algumas das verdades fundamentais da actual situação política. Apesar desta actividade, no entanto, antecipamos que não existam alterações durante a vida do Governo Provisório.⁴³ Fim do Sumário.

1. As leis portuguesas distinguem entre duas classes de cidadãos no que respeita ao divórcio: os casados no seio da Igreja Católica e os casados fora dela. Os textos legais básicos a este respeito são o artigo 24.º da Concordata assinada a 7 de Maio de 1940, entre Portugal e o Vaticano, e a Constituição Portuguesa de 1933. A Concordata estipula que os cidadãos portugueses casados no seio da Igreja Católica depois de 1 de Agosto de 1940 não se podem divorciar. O artigo 1790 do Código Civil português dá reconhecimento formal a esta provisão. Prevalece assim uma situação anómala, na qual a Constituição portuguesa garante a separação da Igreja e do Estado bem como a igualdade de todos os cidadãos perante o Estado, enquanto o Código Civil reconhece a supremacia de um Tratado Internacional, no qual uma das provisões mitiga essas garantias constitucionais.

⁴³ A revisão da Concordata seria assinada a 15 de Fevereiro de 1975, pelo III Governo Provisório, retirando a proibição de divórcio civil aos casados pela Igreja.

2. Apesar de existir um movimento organizado pelo divórcio desde Fevereiro de 1965, só depois do 25 de Abril ganhou gás. Agora afirma ter o apoio de pelo menos 50 000 pessoas que assinaram petições, enquanto recentes sondagens indicam que 64,2% de todos os portugueses estão a favor da eliminação da proibição de divórcio para os casados no seio da Igreja.

3. Quantos portugueses são afectados pela presente discriminação legal? Apesar de os números não estarem disponíveis, o Movimento pelo Divórcio afirma que, por causa dessa discriminação, Portugal é o quarto país do mundo com mais bastardos legais (mais de um milhão). É uma certeza que este problema se agravou nos últimos anos pelas prolongadas separações matrimoniais provocadas pela guerra em África e pela crescente emigração.

4. Além de artigos de jornais, debates na TV e acções de massas organizadas em Junho, em Lisboa, as forças pelo divórcio averbaram os seguintes sucessos: uma petição entregue ao Nuncio Apostólico, em Julho, para ser apresentada ao Papa Paulo VI pedindo a revogação do artigo 24.º da Concordata; pedido ao Conselho de Estado a 23 de Julho para que considere o artigo 24.º da Concordata inconstitucional; e o apoio público dado a 27 de Julho pelo Partido Socialista à proposta de que Portugal formalmente denuncie o artigo 24.º.

5. No entanto, parece improvável que esta agitação pública resulte em alguma acção do Governo Provisório para reformar a actual situação legal. O ministro da Justiça, contactado pela embaixada, disse que o Governo, dominado pelo MFA, não está interessado em criar uma desavença diplomática com o Vaticano ou mexer num assunto que poderia promover a divisão social no país. Se a pressão pública aumentar, é provável que o Governo Provisório justifique a sua inacção na parte do programa do Movimento das Forças Armadas que adia as mudanças sociais radicais para depois da consulta eleitoral da população portuguesa.

6. Comentário: É de registar que esta relutância do Governo em tomar a iniciativa de reformas contrasta, nomeadamente, com o registo da 1.ª República – que, menos de um mês após a Revolução de 5 de Outubro de 1910, promulgou a reforma do divórcio. Isto sugere, mais uma vez, perspectivas sociais básicas cautelosas dos oficiais do MFA. Também nos parece útil comparar atitudes diferentes nesta questão, como noutras, do PCP e do PS. Os comunistas não parecem interessados em colocar pressão em assuntos que lhes podem custar apoio eleitoral em grupos significativos da população, particularmente numa altura em que tentam convencer o povo português que a religião não será colocada em causa por um governo do PCP. Os socialistas, por outro lado, aparecem motivados por um idealismo desligado de considerações eleitorais. É difícil ver como os socialistas podem lucrar ao tomar partido na questão do divórcio, no entanto, isto não os impediu de tomar uma posição pública num assunto que todos os outros partidos tentaram evitar. Por exemplo, o líder centrista Sá Carneiro, que lutou pela reforma do divórcio enquanto membro da ala «liberal» da defunta Assembleia Nacional, entendeu ajustado não entrar no debate agora. Temos a opinião que mesmo a Igreja Católica, que como instituição seria de esperar que se opusesse à reforma do divórcio, está interessada em evitar um assunto que seria promotor de divisões. Assim, a Igreja não entrou na batalha por agora e, apesar de ser de esperar que alguns bispos mais conservadores se oponham à mudança, a Igreja como um todo não reagirá de forma intensa, como ocorreu recentemente em Itália.

TELEGRAMA 1974LISBON 03373_b

TÍTULO Applied Magnetics Portugal - Uma aparente casualidade

DATA 09-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: É razoavelmente seguro que a sede da Applied Magnetics nos EUA decidiu fechar a sua subsidiária portuguesa através de uma bancarrota. Esta decisão gerou má-vontade contra os EUA, no Ministério do Trabalho, e gerou má publicidade para os EUA e para as firmas dos EUA, em geral. Ao mesmo tempo, a Applied Magnetics pode ter ajudado aqueles que estão preocupados com a economia no Governo português a perceber a importância das firmas estrangeiras e tê-los encorajado a tomar medidas para assegurar a continuação da operação dessas firmas em Portugal. As vítimas imediatas da decisão da Applied Magnetics são os trabalhadores, que aparentemente não irão receber os salários de Julho ou as indemnizações por despedimento, até que o processo de falência leve a leilão os bens físicos da Applied Magnetics. Fim do Sumário.

1. De acordo com um director de topo (português) da Applied Magnetics Portugal (AMP), uma subsidiária da Applied Magnetics California (AMC), a AMP vai para falência. Os seus bens físicos serão vendidos e os resultados dessa venda serão usados para pagar os salários de Julho, as indemnizações por despedimento e as dívidas aos credores.

2. A mesma fonte disse-nos que tinha sabido destes desenvolvimentos, não pela AMC, mas por um funcionário do Ministério do Trabalho. Este disse ter recebido um telegrama da AMC, no início da semana, com uma contraproposta à oferta de assistência financeira do Governo português e dizendo que se a contraproposta não fosse aceitável, a AMP avançaria com o processo de falência. Este funcionário informou a nossa fonte que a contraproposta não era satisfatória, e que o Governo português

tomaria medidas para guardar a fábrica até que os seus activos pudessem ser avaliados e vendidos em leilão.

3. A fonte, que não critica qualquer das acções ou decisões da AMC, está, no entanto, preocupada com o sofrimento imediato dos trabalhadores, a maioria dos quais estão dependentes dos seus salários mensais. Disse que o ministro do Trabalho informou os trabalhadores que haveria fundos disponíveis para se aguentarem um tempo, mas duvida que o ministro possa cumprir essa promessa. (Um pequeno grupo de trabalhadores foim visto nas ruas, a 7 e 8 de Agosto, com placards dizendo que o administrador americano fugiu sem pagar os salários de Julho e pedindo contribuições para lhes permitir comprar comida. Também tivemos informações que os trabalhadores da AMP se iriam concentrar em frente à embaixada a 8 de Agosto, mas nenhum apareceu).

4. Comentário:

a) Apesar de não termos uma palavra autorizada das intenções da AMC, parece ser verdadeira a informação de que a falência da AMP está decidida. Na ausência de um conhecimento completo, temos dificuldade em avaliar os méritos do comportamento da AMC. A oferta de assistência financeira era curta, e parece que o período em que tinha de ser desenvolvida era desadequado (até ao fim de Dezembro de 1974), mas não conhecemos os termos da contraproposta da AMC e quão razoável esta era. Sem dúvida, no entanto, a decisão de avançar com a falência cria um problema humanitário ao privar os trabalhadores, de momento, dos salários que possam ter ganho durante o conturbado mês de Julho. Na sequência do pedido de falência, os trabalhadores poderão vir a receber uma grande parte do que lhes é devido, mas isso não responde às suas necessidades imediatas.

b) Independentemente de quem tem razão, o facto é que o ministro do Trabalho não está satisfeito com o resultado - especialmente depois de se ter avançado nos aspectos la-

borais do caso e de o ministro das Finanças ter oferecido assistência. As atitudes do ministro, e especialmente dos seus subordinados que já têm preconceitos contra os EUA e/ou as multinacionais, podem agora endurecer. O administrador de uma firma de contabilidade dos EUA, operando em Portugal, acredita que a AMC teria deixado uma melhor impressão de si se tivesse feito uma declaração inequívoca de que, apesar de estar a encerrar as suas operações em Portugal, cumpriria totalmente todas as suas obrigações financeiras para com os trabalhadores e os credores.

c) Por outro lado, temos razões para esperar que algo de bom possa ter resultado deste episódio. Para os responsáveis governamentais, como o ministro do Trabalho, que estão mais preocupados em fazer avançar a economia que com questões ideológicas, fica mais presente que as multinacionais garantem um emprego considerável, que tanto os trabalhadores como a administração devem adoptar um comportamento responsável e razoável, e que a administração deve ter, nas suas decisões administrativas, alguma protecção face a reivindicações laborais caprichosas. Uma indicação de que o caso AMP foi instrutivo para o ministro do Trabalho é o facto de outra firma electrónica dos EUA, com problemas similares mas não idênticos aos da AMP, ter encontrado o ministro, no início desta semana, receptivo e flexível para ajudar a encontrar o que eles acreditam poder vir a ser uma solução satisfatória (de facto, a própria AMC considera que o ministro do Trabalho tem sido útil. A sua decisão de encerrar, se verdadeira, aparentemente deriva mais da inadequada assistência financeira oferecida pelo ministro das Finanças do que propriamente dos problemas laborais).

d) No curto prazo, pelo menos, a decisão da AMC criou um problema de relações públicas para outras firmas dos EUA, para os EUA e para as multinacionais em geral. Os *media*, que nos últimos três meses deram uma cobertura extensa e frequentemente crítica dos problemas na AMP (apesar de ainda não terem noticiado a falência), sublinharam as ligações americanas da firma.

TELEGRAMA 1974LISBON 03375_b

TÍTULO Deputado do SPD da Alemanha Ocidental nega entrega de armas a Portugal

DATA 09-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. Bruno Friederichs, figura destacada do SPD e membro do Parlamento, esteve em Portugal a convite do Partido Socialista. Durante a conferência de imprensa, no dia 1 de Agosto, ele respondeu a um conjunto de questões relativas ao fornecimento pela Alemanha de armas da NATO a Portugal, durante o velho regime.

2. Friederichs reconheceu que foi dada uma ajuda económica («um povo não deve ser condenado porque tem um governo autoritário»⁴⁴). No entanto, no respeito por uma resolução do Parlamento, a ajuda militar foi dada a Portugal apenas com o acordo da NATO. Essa ajuda não podia ser usada nas guerras coloniais. As armas não eram fornecidas, mas eram dadas licenças aos portugueses, como aliados na NATO, para construir equipamento militar alemão em Portugal. Se, de facto, esse equipamento acabou por ser usado nas guerras coloniais, foi apenas porque foi impossível aos alemães controlar de que forma o equipamento era usado.

⁴⁴ Argumento que só será válido para justificar o apoio a Estados fascistas.

TELEGRAMA 1974LISBON 03392_b

TÍTULO O Governo português trava uma marcha da extrema-esquerda

DATA 09-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: O Governo português deu sequência à suspensão de um jornal de extrema-esquerda com o bloqueio físico de uma manifestação para protestar contra essa acção. A atitude do Governo português para com a extrema-esquerda está agora próxima da pura e simples proibição legal. Fim do Sumário.

1. A suspensão indefinida do *Luta Popular*, órgão do maoísta MRPP, provocou esse grupo a apelar a uma manifestação de protesto na Baixa de Lisboa, na tarde de dia 7 de Agosto. Os objectivos da manifestação eram protestar contra o decreto-lei interino que levou à suspensão do *Luta Popular*, apelar à suspensão da ordem e exigir a libertação do editor Saldanha Sanches.

2. Como no caso da última grande manifestação de protesto da extrema-esquerda, o gabinete de imprensa das Forças Armadas emitiu uma declaração pública à tarde, horas antes da manifestação, avisando a população para não se envolver em processos que poderiam ter «consequências imprevisíveis». Ao contrário do que aconteceu dessa vez, no entanto, desta vez os militares deram passos claramente muito além de uma fase «obstrucionista». Utilizando uma grande quantidade de tropas de vários serviços militares, bem como camiões e 11 transportes blindados, as forças militares ocuparam fisicamente a praça onde a manifestação estava para acontecer e encerraram todos os seus pontos de acesso. As pessoas dentro das linhas militares (a praça fica no coração da Baixa lisboeta, com vários milhares de pessoas normalmente trabalhando em escritórios ou apreciando bebidas em cafés e restaurantes) eram relativamente livres de se

movimentarem dentro do cordão, mas depois de passar as linhas não podiam voltar para a praça. Os forasteiros só podiam olhar de uma certa distância.

3. Um funcionário da embaixada, já depois da hora marcada para a manifestação, observou vários milhares de espectadores interessados (a praça é visível de miradouros nas colinas), poucos deles poderiam ser considerados favoráveis aos promotores da manifestação. Por outro lado, eram comuns os comentários depreciativos sobre o MRPP e observações de apoio ao Movimento das Forças Armadas. A imprensa de Lisboa, no dia seguinte, relatou que vários «pequenos incidentes» ocorreram no início da tarde, resultando na destruição de várias bandeiras do MRPP e na prisão de um número indeterminado de pessoas.

4. Comentário: O Governo português não proibiu o MRPP. No entanto, é aparentemente intenção do Governo português que este grupo não possa beneficiar do direito de expor publicamente as suas ideias através de um jornal publicado legalmente ou de manifestações marcadas legalmente. Parando à beira de forçar o grupo à clandestinidade, o Governo só permite ao MRPP fazer propaganda das suas ideias através de comunicados dados em mão, cartazes de parede e reuniões interiores. Está para ser apurado se o movimento do Governo contra o MRPP será alargado a outros grupos da extrema-esquerda, ou se ficará limitado ao seu elemento mais barulhento.

TELEGRAMA 1974LISBON 03394_b

TÍTULO Prestes a ser nomeado o líder da Junta de Moçambique

DATA 09-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. A imprensa de Lisboa especula que o ministro sem pasta (e membro do Conselho de Estado pelo MFA), Major Ernesto Melo Antunes, está prestes a ser nomeado para encabeçar a Junta de Moçambique. Em resposta a perguntas dos jornalistas, Melo Antunes reconheceu a possibilidade da nomeação sem confirmar totalmente. No entanto, não foi feito qualquer anúncio oficial.

2. Melo Antunes regressou a Lisboa a 5 de Agosto, tendo estado vários dias em Roma numa «missão secreta e oficial». A imprensa especula que a missão envolveu contactos com a Frelimo, por intermédio do Vaticano, sobre a possível participação de membros desse grupo num governo provisório em Moçambique.

3. A biografia já foi enviada.

4. Um membro da Junta disse a um funcionário da embaixada no último fim-de-semana que, de facto, Melo Antunes iria chefiar a Junta de Moçambique, o nosso informador (que está à direita do centro) estava satisfeito com essa possibilidade, pois isso significava que dois dos mais esquerdistas dos actuais líderes militares, Rosa Coutinho e Melo Antunes, eram colocados fora, nas províncias, e assim não podiam exercer uma influência disruptiva na metrópole.

TELEGRAMA 1974LISBON 03398_b

TÍTULO Dirigente do Partido Socialista sobre a negociação da Base das Lajes

DATA 09-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. O Dr. Francisco Ramos da Costa, dirigente do Partido Socialista e responsável da Secção Internacional do Partido, disse o seguinte a um funcionário da embaixada, a 9 de Agosto, numa reunião pedida por este último.

2. Perguntou-se a Da Costa se havia alguma verdade no rumor de uma oferta árabe ao Governo português de 400 milhões de dólares e o fim do embargo de petróleo, em troca da não renovação dos direitos sobre a base dos Açores. Com relutância, Da Costa confirmou a oferta, mas não deu qualquer outra informação sobre esse assunto. Sublinhou, no entanto, que Portugal não solicitou esta oferta e disse que o Governo Português não tem que aceitar todas as propostas que lhe são feitas. Nesta altura da conversa, Da Costa assinalou que ele esperava que não aparecessem na imprensa novas estórias sobre esta oferta, pois isto iria «complicar as coisas para o Governo, que quer chegar a um acordo sobre a Base com o Governo dos EUA». (Comentário: A imprensa local não agarrou a estória).

3. Quando questionado sobre a posição do Partido Socialista sobre a renovação do Acordo da Base dos Açores, Da Costa respondeu: «Posso garantir que nem dentro nem fora do Governo irão os socialistas causar problemas para os EUA sobre os Açores». A Comissão Política do Partido já se reuniu, disse, e esteve de acordo em apoiar a renovação do acordo sobre a Base. E que significa aquela parte do programa do Partido Socialista, que apelava ao fim das bases estrangeiras em solo português? Da Costa disse que isso é uma posição do partido «a longo prazo, não para o curto prazo» e, de qualquer forma, a renovação do acordo traria uma ajuda económica

necessária ao país. Em resumo, «nós (socialistas) somos muito flexíveis sobre a questão dos Açores».

4. Da Costa também previu que o Partido Comunista não faria da Base dos Açores uma questão política, pelo menos por agora. «Brejnev quer boas relações com os EUA, e não quer que Álvaro Cunhal cause problemas entre os EUA e a União Soviética.» Da Costa repetiu o que ele já tinha dito à embaixada numa visita anterior, nomeadamente **que Cunhal lhe tinha dito**⁴⁵ que tinha instruções de Brejnev para que o PCP não criticasse publicamente os EUA.

5. Comentário: Que a embaixada conheça, nem os comunistas nem os socialistas criticaram os EUA em qualquer dos seus comícios públicos, ou em qualquer comunicado de imprensa. Além disso, nenhum dos partidos mostrou qualquer intenção de transformar a questão da Base dos Açores numa questão política, provavelmente pelas razões apontadas por Da Costa.

6. A imprensa local tratou a reabertura das negociações sobre a Base das Lajes como um «não-acontecimento». Excepto o artigo do Expresso, de 3 de Agosto, os jornais de Lisboa têm-se escusado a comentar ou criticar as renegociações, ou se seria desejável a presença militar dos EUA em solo português. Esta pouca habitual falta de reacções adversas pode reflectir instruções do Governo português para desvalorizar a questão, bem como avisos dos socialistas-comunistas aos seus jornalistas para não abordarem o assunto.

⁴⁵ Além da total falta de credibilidade da ideia de que Cunhal teria dito fosse o que fosse deste género a um dirigente do PS, reparemos que a posição do PS e do PCP é formalmente a mesma: contra a presença de bases estrangeiras, mas sem colocar essa questão como uma prioridade. Mas o que no PS é responsabilidade, no PCP são ordens de Moscovo. Entretanto, o PCP continua com a mesma posição, já o PS passou a ser, também publicamente, pró-bases.

TELEGRAMA 1974LISBON 03406_b

TÍTULO Ministro da Comunicação Social demite esquerdista Director-Geral da Cultura e Entretenimento Popular

DATA 10-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: O Dr. Fernando Piteira Santos, apontado para o cargo de director-geral da Cultura e Entretenimento Popular pelo anterior ministro da Comunicação Social, Raul Rego, foi despedido pelo novo ministro, Major José Sanches Osório. A demissão é apontada pela esquerda política como outro exemplo de discriminação contra um antifascista, pois Piteira Santos é de extrema-esquerda e foi um dos líderes da FPLN em Argel, e está activo em organizações esquerdistas que procuram politizar os soldados. O afastamento de Piteira Santos aparece como uma indicação das visões políticas de Osório (moderadas⁴⁶) e outro exemplo da determinação do Movimento das Forças Armadas em manter a extrema-esquerda fora do Governo e fora dos quartéis. Fim do Sumário

1. Sessenta dias depois da sua nomeação pelo socialista Raul Rego como supervisor geral dos Assuntos Culturais portugueses, foi pedido ao Dr. Piteira Santos que resignasse pelo Major Sanches Osório, ministro da Comunicação Social do Segundo Governo Provisório. Não foi dada pelo ministro qualquer explicação oficial para esta demissão, mas Piteira Santos deu à imprensa a sua versão.

2. Piteira Santos afirmou que a base técnica para a sua demissão foi o facto de a sua nomeação nunca ter sido publicada no *Diário do Governo*, e assim ele não tem le-

⁴⁶ Sanches Osório viria a ser fundador do PDC, de extrema-direita, e esteve ligado à rede bombista e ao ataque a sedes do PCP.

galmente direito ao emprego. Ele alega que Raul Rego não avançou com a formalização da sua nomeação porque o anterior responsável, o Dr. Caetano de Carvalho, é um funcionário público de carreira para o qual não existia, imediatamente disponível, um emprego equivalente, e que sofreria economicamente se não lhe fosse atribuída outra posição. A solução encontrada por Rego foi permitir que Piteira Santos dirigisse extra-legalmente e Carvalho mantivesse o seu título legal.

3. Piteira Santos afirma que, apesar da sua demissão ser legal, na realidade, Sanches Osório afastou-o pura e simplesmente por «razões pessoais e arbitrárias». A decisão, queixou-se, é um «acto político» do ministro em resultado de influências reaccionárias não identificadas. Ele também rotula a sua demissão de «discriminação contra um velho militante anti-fascista», e avisa que faz parte de uma mais vasta campanha insidiosa para remover «antifascistas» e «democratas» do Governo. «O que aconteceu comigo hoje acontecerá amanhã com outros», previu, e «mesmo ministros e secretários de Estado antifascistas podem ser os próximos a ir».

4. Outra razão dada por Piteira Santos para a sua demissão é o facto de lhe ter sido pedido por Raul Rego para «limpar de fascistas» o Ministério. O seu zelo em concretizá-lo contribuiu para a pressão «fascista» para que ele fosse afastado. Indicou ainda que o facto de ser um líder dos «Centros Populares 25 de Abril», cuja tarefa é politizar os soldados com ideias marxistas, era um motivo adicional dos reaccionários. Resumindo, ele conclui que fascistas, antigos agentes da ANP e os seus lacaios, começaram uma campanha contra os democratas, da qual ele foi vítima.

5. Comentário: Piteira Santos era o único militante da extrema-esquerda com uma tarefa de alto nível no Primeiro Governo Provisório. Ele é um antigo membro do Partido Comunista (rompeu com o PCP por questões

estratégicas), esteve preso no passado por actividade oposicionista. Ele ajudou a preparar a revolta falhada de Beja, em 1962, depois disso foi para o exílio em Argel, onde se tornou um dos principais líderes da Frente Popular de Libertação Nacional (FPLN). A FPLN era um grupo comunista disfarçado que haveria de dar origem às Brigadas Revolucionárias. No seu regresso de Argel, depois do 25 de Abril, Piteira Santos criou os «Centros Populares 25 de Abril», para tentar transformar os soldados em marxistas.

6. Raul Rego nomeou-o no final de Maio, provavelmente, porque eram amigos ou porque o PS acreditou que nomear um homem de extrema-esquerda seria bom para a sua imagem junto dos marxistas independentes, ajudando a manter a sua ala esquerda intacta. Nós compreendemos o Major Osório, que não é um esquerdista, ansioso por se libertar de Piteira Santos, que conhecia de ter sido delegado da Junta no Ministério e considerava perigoso, incontrolável e detestável. A demissão também parece ser parte de uma campanha em curso das Forças Armadas para erradicar a extrema-esquerda da sociedade. O Partido Comunista permaneceu em silêncio sobre a demissão de Piteira Santos, e sem dúvida feliz de o ver ser saneado, tal como outros da extrema-esquerda. Só o Partido Socialista e um heterogéneo conjunto de facções extremistas tomaram posição sobre a demissão. A extrema-esquerda e os seus líderes estão crescentemente sob pressão de todos os lados, e esperamos que rolem mais cabeças nas próximas semanas.

TELEGRAMA 1974LISBON 03408_b

TÍTULO Alcançado acordo Portugal – PAIGC

DATA 10-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: O Governo português acordou, em princípio, reconhecer a Guiné-Bissau e transferir os poderes antes da Assembleia-Geral (AG) da ONU, provavelmente a 12 de Setembro. Cabo-Verde fica separado da Guiné-Bissau e exercerá o direito à auto-determinação através de consulta com a população. O Governo português apela a todos os governos amigos, especialmente aos EUA, para proceder imediatamente ao reconhecimento da Guiné-Bissau e apoiar a sua admissão na ONU. Fim do Sumário.

1. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, convocou para a tarde do dia 10 de Agosto os chefes de missão dos países representados em Lisboa que ainda não reconheceram a Guiné-Bissau para anunciar os resultados da reunião de dia 9, na Argélia, entre representantes do PAIGC e uma delegação do Governo português composta por Mário Soares e o ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos. O acordo rubricado na Argélia proclama o acordo de princípio do Governo português em reconhecer a Guiné-Bissau antes da abertura da AG da ONU, a 16 de Setembro, sendo que, provavelmente, a data escolhida será 12 de Setembro, dia nacional da Guiné-Bissau. A principal razão para convocar os chefes de missão foi que uma das provisões do acordo apela a Portugal para usar os seus bons ofícios com os países amigos para que estes não impeçam a admissão da Guiné-Bissau na ONU, antes a facilitar. Soares disse aos diplomatas reunidos que Portugal urge os seus países a reconhecer a Guiné-Bissau e a facilitar a sua admissão à ONU.

2. Em privado, Soares confirmou ao encarregado que Portugal acolheria bem o reconhecimento «imediato» da Guiné-Bissau

pelos EUA, sendo que o Governo português gostaria que a declaração fizesse alguma referência ao facto de os EUA agirem em resposta a um pedido do Governo português, ou, pelo menos, na sequência do acordo de 9 de Agosto, entre o Governo português e o PAIGC. Quando o encarregado sublinhou que o reconhecimento da Guiné-Bissau pode bem ser o primeiro acto de política externa do novo Presidente, Soares expressou a sua satisfação por esse pensamento.

3. Soares disse ao grupo que o acordo incluía uma provisão para que as tropas portuguesas e o pessoal técnico fossem retirados de forma progressiva, de acordo com um calendário a ser negociado. A retirada das tropas portuguesas, a pedido do PAIGC, não se completaria até algum tempo após a transferência formal de poderes, mantendo-se até que o novo governo tivesse a situação controlada. O acordo estabelece que o actual cessar-fogo passe, de facto, a ser *de jure*.

4. Soares disse que o acordo estabelecia que o povo de Cabo Verde teria o direito de decidir o seu próprio destino através de um acto de auto-determinação que deveria incluir uma consulta da população de Cabo Verde. Ele sublinhou que o Governo português se comprometeu em reconhecer a Guiné-Bissau e transferir o poder para o PAIGC, mas que manteria a soberania sobre Cabo Verde, sob observação da ONU, até que o processo de auto-determinação de Cabo Verde estivesse completo.

5. Soares acrescentou que o Governo português apoia a entrada da Guiné-Bissau na ONU, mas não a vai patrocinar (aparentemente para evitar qualquer aparência de um paternalismo continuado) e espera que a decisão favorável do Conselho de Segurança seja tomada a 12 de Agosto, por unanimidade.

6. Em reunião com o encarregado uma hora antes da reunião com os outros diplomatas, Soares disse que tinha tido algumas dificuldades em conseguir o acordo do Presidente

Spínola. Este defendia o regresso imediato a Portugal de todas as tropas assim que a bandeira portuguesa fosse arreada, contra o que Soares apontou a impossibilidade prática de mover 35 000 homens tão depressa e para o facto de existirem amplos precedentes de tropas estacionadas em países hasteando bandeiras estrangeiras. O acordo também tem uma provisão sobre a qual ocorrerão simultaneamente três cerimónias formais de transmissão de poderes por volta de 12 de Setembro, uma em Lisboa com representantes de topo da Guiné-Bissau, uma em Conacri na sede do PAIGC com a presença de Soares, e uma em Bissau com a presença de Almeida Santos. Spínola estava relutante com a presença de Soares em Conacri por causa do seu ódio a Sekou Toure e a sua ansiedade de não ofender Senghor. No entanto, Soares está confiante de que Spínola acabará por aceitar.

7. Soares também disse que o Governo português considerava que tinha assegurado **uma grande vitória para si e para o Ocidente**⁴⁷ ao manter Cabo Verde separado da Guiné-Bissau. O PAIGC tentou manter pelo menos que a administração de Cabo Verde fosse uma comissão conjunta entre o Governo português e o PAIGC, mas a delegação portuguesa foi inflexível e ganhou o dia.

⁴⁷ Os anos passaram e a base naval soviética nunca aconteceu, mesmo depois duma independência de Cabo Verde dirigida pelo PAIGC. Mas esta visão colonialista, e completamente indiferente aos povos do imperialismo e dos seus lacaios, fica registada.

TELEGRAMA	1974LISBON 03409_b
TÍTULO	Acordo Portugal -PAIGC
DATA	11-08-74
ASSINADO	POST
CONTEÚDO	<p>1. O secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros explicou que o Acordo foi alcançado e rubricado em Argel, mas exige a ratificação dos respectivos governos já que foi alcançado entre equipas negociais. Assim, o documento tem actualmente o estatuto de esboço de acordo rubricado por representantes dos dois lados mas aguardando ratificação. Além disso, o acordo em si não representa um reconhecimento pelo Governo português da Guiné-Bissau, mas é um acordo ainda não ratificado de reconhecer a Guiné-Bissau antes da abertura da Assembleia Geral da ONU.</p> <p>2. Tudo isto é, até um certo ponto, maquilhagem, mas acreditamos que a Casa Branca pode considerar positivo «o acordo de princípio» negociado por representantes de Portugal e do PAIGC em Argel, que facilita o caminho para o reconhecimento da Guiné-Bissau pelo Governo português. Nada na natureza provisória do Acordo altera o facto de o governo português ter formalmente libertado os seus aliados, e especificamente os EUA, para procederem ao reconhecimento da Guiné-Bissau.</p> <p>3. Não conseguimos contactar Spínola, Soares ou outros principais responsáveis do Governo português, mas teremos brevemente um jantar com Costa Gomes e reportarei imediatamente se ele aconselhar algo diferente do exposto.</p>

TELEGRAMA 1974LISBON 03436_b

TÍTULO Reconhecimento da Guiné-Bissau

DATA 12-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Os jornais de Lisboa de 12 de Agosto trazem um anúncio do ministro dos Negócios Estrangeiros. Cito: «visto que a reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas se realizará na segunda-feira 12 de Agosto, no qual será discutido o pedido de admissão da República da Guiné-Bissau nesta organização internacional, o Governo português decidiu enviar o seu embaixador nas Nações Unidas, Veiga Simão, à reunião. O embaixador entregará uma mensagem escrita do ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Mário Soares, ao Presidente do Conselho de Segurança, expressando a intenção de Portugal formalizar brevemente o acto de reconhecimento *de jure* da República da Guiné-Bissau. Neste documento é enfatizado que os passos necessários para este objectivo serão tomados brevemente, pois já existem acordos concluídos para a transferência progressiva da administração, entre o Governo português e o PAIGC. No acordo com o PAIGC – continua o documento – o Governo português, através do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros, já requereu aos países amigos e aliados que procedam ao reconhecimento imediato da República da Guiné-Bissau e que facilitem a admissão deste terceiro país de língua portuguesa nas Nações Unidas. Esta medida representa a implementação do discurso de sua Excelência, o Presidente da República, do passado 27 de Julho e da comunicação entregue pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros ao secretário-geral da ONU no decurso da sua última visita a Portugal.»

TELEGRAMA 1974LISBON 03454_b

TÍTULO Anunciado o calendário do Governo português para a descolonização de Angola

DATA 13-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. A Junta de Salvação Nacional publicou um comunicado estabelecendo as linhas gerais e o calendário para a descolonização de Angola.

2. O comunicado reitera o «direito dos povos de Angola à auto-determinação, com todas as consequências que tal possa implicar, incluindo a aceitação da sua independência». Neste momento procura-se um cessar-fogo com os vários movimentos de libertação como primeiro e indispensável passo para negociações formais.

3. Depois de alcançado um cessar-fogo, o Governo português promete formar um governo provisório de coligação, no qual todos os movimentos de libertação estarão representados, bem como «os mais significativos grupos étnicos do estado de Angola», incluindo os brancos.

4. O governo de coligação preparará a lei eleitoral assegurando o direito de livre expressão a toda a população de Angola, e levará a cabo o censo eleitoral com base no princípio «um homem, um voto».

5. Dentro de cerca de dois anos, o governo provisório de coligação organizará eleições para uma Assembleia Constituinte através do voto directo, universal e secreto. Esta Assembleia preparará a Constituição do novo Estado e decidirá que tipo de laços quer ter com Portugal. Ao aprovar esta Constituição, a Assembleia Constituinte dissolver-se-á e decorrerão eleições, no quadro da nova Constituição, para uma Assembleia Legislativa e para formar um governo representativo da soberana vontade popular.

6. O comunicado diz que o Governo português, como sinal da sua boa-fé, não objectaria a que as Nações Unidas enviassem observadores para certificar a honestidade da consulta popular.

TELEGRAMA 1974LISBON 03467_b

TÍTULO Applied Magnetics Portugal

DATA 14-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: O caso da Applied Magnetics continua a atrair atenção pública, incluindo uma manifestação de trabalhadores e um comunicado do Partido Comunista. O Governo português espera que a companhia o alivie de um problema espinhoso, pagando rapidamente as suas obrigações para com os trabalhadores e os credores e liquidando rapidamente os seus negócios. De acordo com o ministro do Trabalho, a Applied Magnetics indicou que é isso que está a pensar fazer, mas sem abandonar completamente a alternativa de declarar falência. É crença geral, de responsáveis do Governo português, de especialistas legais, de empresários americanos e estrangeiros, que a Applied Magnetics prestaria um mau serviço a si própria e a outros se prolongasse os procedimentos da falência, que inevitavelmente atrairiam uma publicidade desfavorável. E que inclusive poderiam sujeitar a empresa a acusações criminais. Fim do Sumário.

(...)

TELEGRAMA 1974LISBON 03469_b

TÍTULO Partidos políticos manobram pelo melhor posicionamento para as próximas eleições

DATA 14-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: Segue-se um esboço dos maiores e menores partidos políticos que actualmente manobram para construir alianças vantajosas para as próximas eleições para a Assembleia Constituinte. São analisadas as estratégias preliminares e a busca de parceiros pelos comunistas, socialistas, PPD (social-democratas), PCDS (direita moderada) e a coligação de extrema-direita, bem como o papel crucial que é jogado pelo instável Partido Socialista na estratégia dos outros. Fim do sumário.

1. Um olhar sobre o actual tabuleiro de xadrez político em Portugal, quase quatro meses depois do golpe de 25 de Abril, revela os seguintes actores principais em acção: PCP (comunistas), PS (socialistas), PPD (centro-esquerda, sociais-democratas) e o PCDS (centro-direita moderada). Os jogadores menores são o PPM (monárquicos), PDC (cristão democrata) e a coligação informal da ala direita, liderada pelo Partido do Progresso – Movimento Federalista Português. Esta coligação inclui o MPP (Movimento Popular Português) e o PTDP (Partido Trabalhista Democrático Português). O PL (Partido Liberal) participa regularmente com os outros. Os outros partidos existentes não terão, previsivelmente, peso eleitoral (PSDI, FTD, PCSD, PNP, PSDP, etc.) e são alheios à disputa que agora decorre entre os jogadores maiores e os menores na busca de alianças vantajosas para as próximas eleições para a Assembleia Constituinte.

2. Nenhum partido tomou ainda uma decisão firme sobre as suas futuras alianças ou estratégicas básicas, e esperamos que essas opções só sejam tomadas mais próximo

do período eleitoral, e sempre depois do Congresso de cada partido, este Outono. Se se realizarem eleições locais, entretanto, a votação de cada partido será importante para determinar quem se alia com quem. Apesar de não terem sido feitas quaisquer alianças, nós entendemos, de conversas realizadas com líderes dos respectivos partidos, que as seguintes possibilidades de alianças e estratégias estão em activa discussão nos partidos:

3. PCP:

a) Os comunistas acima de tudo não desejam estar isolados eleitoralmente nas próximas eleições, nas quais a maioria dos observadores prevê que eles receberão apenas 18 a 20% dos votos. Eles preferirão formar uma coligação eleitoral com outros grupos de esquerda e usurpar os créditos dos votos extra trazidos pelos seus parceiros. A sua estratégia seria a de apresentar as eleições como «a direita» contra «a esquerda», e esperar atrair para essa aliança votos que estariam relutantes em apoiar os comunistas se eles concorressem sozinhos.

b) Aplicando a sua estratégia, o PCP tanto pode criar um novo grupo frentista ou remodelar e usar a actual coligação suave conhecida como MDP (Movimento Democrático Português), que o PPD, o MES (Movimento Socialista de Esquerda), o PS e o PCP apoiam em diferente grau. As evidências disponíveis levam-nos a acreditar que o PCP pode ter decidido apoiar o MDP, que apresentaria os seus próprios candidatos nalgumas áreas nas eleições de Março. O PCP tanto poderia não apresentar candidatos nessas zonas e apoiar completamente o MDP, ou apresentarem ambos candidatos e apoiar o MDP discretamente. Um membro da Comissão de Redacção da nova lei eleitoral diz que a lei permitirá que grupos como o MDP apresentem os seus próprios candidatos se estes não forem membros de qualquer outro partido. Isto dá um sopro de vida ao MDP que parecia estar, até recentemente, a caminho do esquecimento.

c) O PCP, pela primeira vez, veio publicamente apoiar a continuação da existência do MDP, contra os ataques do PPD, que, para todos os efeitos práticos, saiu do MDP, e por Mário Soares, que disse que o MDP deveria progressivamente desaparecer. Num editorial de primeira página no *Avante!* de 2 de Agosto, intitulado «O MDP sem coloração partidária tem um grande papel a desempenhar», o PCP avisa os seus críticos de que é falsa a premissa de que partem para atacar o MDP (que é apenas uma frente do PCP). O MDP agrupa um grande número de pessoas que não estão em qualquer partido, nem se querem associar com um, avisam, e, «dialecticamente, ainda tem um importante papel a preencher». A sua «liquidação artificial não beneficiaria as forças democráticas, mas apenas os conservadores», nas próximas eleições, conclui o editorial.

d) Um elemento importante da estratégia do PCP é o apoio do Partido Socialista. Quer decida ou não apresentar candidatos com a sua bandeira, ou sob a bandeira do MDP, precisa da participação e apoio dos socialistas para evitar ficar isolado.

4. PS:

a) O Partido Socialista é o partido mais instável em cena em virtude da sua decisão de institucionalizar dentro de si próprio três correntes: marxistas, católicos progressistas e sociais-democratas. Estes três grupos são encorajados a colocar as suas opiniões na construção das políticas do PS, e foram asseguradas posições a cada um deles na direcção do partido. Devido a isso, o Partido Socialista, ao contrário dos outros três maiores, é de facto uma coligação. O partido não é consistente na acção nem são facilmente previsíveis as suas relações internas. Os jovens marxistas parecem estar a ganhar força no interior do PS e gostariam de levar o partido ainda mais para a esquerda. A maioria dos mais antigos membros da facção social-democrata são mais cautelosos e gostariam de manter o partido onde

está, fulcral entre o PCP e o PPD. A relativa instabilidade do PS por causa das dinâmicas internas destacadas acima, fá-lo ser vítima de tentativas do PP, do CDS e do PCP para dividir e conquistar.

b) Os marxistas no PS estão a favor de uma ampla frente eleitoral na linha do «compromisso histórico» em Itália, no qual o PPD, o PCP e o PS suportariam uma plataforma comum, mas apresentavam candidaturas separadas. Se o PPD bloquear, como é expectável, uma aliança com os comunistas, a posição de recuo dos marxistas será uma aliança eleitoral com o PCP e talvez o MES. O grupo católico dirigido por Manuel Serra já nos confessou recentemente que é a favor dessa aliança.

c) Em oposição a uma aliança eleitoral com o PCP estão os sociais-democratas e Mário Soares (que fora isso se identifica com os marxistas). Esta corrente teme que uma aliança resultaria no domínio do PS pelo mais forte PCP. Eles opõe-se a que o MDP continue a existir e estão a tentar sair elegantemente dele. A estratégia dos comunistas é contrariar os argumentos anti-MDP deste grupo e, ao fazê-lo, tornar politicamente difícil ao PS sair do MDP.

5. PPD:

O PPD é relativamente homogéneo comparado com o PS, apesar de ter a sua esquerda socialista (muitos dos quais teriam aderido ao PS se Mário Soares, que consideram um oportunista sem princípios, não fosse o seu líder) e uma direita mais conservadora. Este partido, que em privado afirma ter 50 000 «membros» e 300 funcionários, procura fundamentalmente isolar o PCP nas eleições de Março. Teme que uma frente PCP-PS-MES pudesse obter 40% ou mais dos votos. Para prevenir isto, o PPD preferiria como «melhor» opção a criação de uma frente eleitoral com os socialistas, estando actualmente a tentar os socialistas com esta oferta. Eles acreditam que esta frente poderia conseguir 55% dos votos (*versus* 20% para

o PCP, 20% para o PCDS e 5% para a extrema-direita). Se isto falhar, eles considerariam uma aliança com o PCDS. O PPD torna claro, no entanto, que não farão qualquer acordo com o PCP ou com a coligação de extrema-direita.

6. PCDS:

O novo partido de centro-direita parece ser uma grande, se não a maior, força da direita. Tem muito dinheiro, bons gestores e líderes proeminentes, e o apoio daqueles que não gostam de o PPD estar integrado no MDP com os socialistas e comunistas. O PCDS está no processo de expandir a sua organização através do país e, de acordo com uma fonte do PPD, poderia ter até 20% dos votos.

b) A estratégia preferida do PCDS neste momento é abordar outros partidos na tentativa de criar uma frente que rivalize com o MDP, que eles gostariam que englobasse os socialistas, o PPD, os monárquicos e talvez os liberais e democratas-cristãos. Compreendem a dificuldade da tarefa e de momento concentram-se em convencer o PPD a apoiar uma aliança com eles, e depois em coagir os socialistas a apoiar os dois partidos. Se os socialistas recusarem alinhar, como parece certo, eles então ficarão satisfeitos com uma aliança com o PPD, os monárquicos e os democratas-cristãos. A sua terceira opção, aquela que eles querem evitar, se possível, é uma aliança com a extrema-direita, que eles considerariam se o PSD rejeitasse os seus convites. Eles compreendem que a imprensa os etiqueta de ala direita (uma etiqueta que consideram injusta e desejam afastar) e daí terem rejeitado propostas dos liberais e dos quatro grupos da extrema-direita (mencionados em 1) para essa aliança.

7. A extrema-direita está agora composta pelo PP, MPP e PTDP. O Partido Liberal, que está mais próximo do centro que estes três, coopera com eles num grupo informal de «ajuda mútua». Estes quatro partidos têm programas similares e são aberta e militantemente anti-comunis-

tas. São activos nos campos do Norte, e organizaram o seu calendário de reuniões para evitar conflitos entre eles nas diferentes cidades. A não ser que consigam forjar uma aliança com o PCDS, que parece provável que receba uma importante parte do voto conservador, estes pequenos partidos parecem vir a desempenhar um papel eleitoral menor.

8. Os monárquicos e os democratas-cristãos não se associaram com qualquer partido até agora, e não são forças maiores. Ambos são mais fortes nas regiões atrasadas das áreas rurais do Norte e entre os pequenos proprietários de terra. Eles prefeririam alianças eleitorais com «forças progressistas», mas não indicaram ainda publicamente as suas preferências até agora. Os monárquicos, no entanto, disseram à embaixada que estariam receptivos a uma aliança com os socialistas e o PPD.

9. Comentário: Estas estratégias são todas preliminares e irão provavelmente ser revistas face à fluída situação económica e social, e em resposta às dinâmicas políticas internas dos próprios partidos. Um factor-chave é o partido socialista, que ainda tem que decidir de forma coerente o que é que quer ser ideologicamente e qual o seu lugar no palco político a longo prazo. O cerne da questão é que o PPD ocupou o espaço social-democrata e antecipou-se aos socialistas aí, e os comunistas têm a etiqueta de marxistas ortodoxos agarrada. Assim, o que é a esquerda para os socialistas? Muitos observadores políticos estão a fazer essa questão e a questionar-se se o partido pode manter a sua independência, integridade e imagem face aos esfomeados predadores à sua esquerda. A sua habilidade de crescer para uma força com significado capaz de sobreviver e desafiar os comunistas... [o telegrama acaba aqui]

TELEGRAMA 1974LISBON 03476_b

TÍTULO Negociações da Base dos Açores: Comentário do ministro dos Negócios Estrangeiros

DATA 14-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: O responsável da secção americana do ministro dos Negócios Estrangeiros abordou as negociações sobre a Base dos Açores e fez um forte apelo para uma significativa ajuda económica como parte do acordo da base dos Açores. Diz que os militares têm os seus pedidos prontos e que o Governo português também pedirá um programa educacional, um programa geotérmico, uma renda anual e comida. Fim do Sumário.

1. Numa recente conversa com a embaixada, o Dr. Manuel Lopes da Costa, chefe da secção da Europa e América do Ministério dos Negócios Estrangeiros, fez um forte apelo a uma generosa e rápida resposta ao pedido de Portugal de assistência no quadro das negociações dos Açores. A principal preocupação de Lopes da Costa era a de que os EUA aparecessem publicamente dispostos a providenciar apoio económico e financeiro numa altura (princípio do Outono) para a qual o Governo prevê uma séria crise económica.

2. O público português ficará muito desapontado, disse Lopes da Costa, se os EUA forem incapazes de apresentar alguns sinais bem visíveis de apoio a Portugal em resultado da negociação da base. Lopes da Costa enfatizou a importância de criar o impacto psicológico certo; de outra forma, ele prevê, com tristeza, um infeliz recuo nas relações dos portugueses com os EUA.

3. Lopes da Costa afirma que os militares portugueses se sentiram frustrados com a incapacidade portuguesa de conseguir um bom negócio nos anteriores acordos da Base dos Açores. Os militares estão chateados porque Espanha

foi capaz de fazer um negócio muito mais vantajoso que Portugal nas suas negociações sobre bases militares dos EUA. Os militares têm uma grande necessidade de «brinquedos» modernos para jogar com eles⁴⁸; o seu actual equipamento é não só antiquado como está desgastado pela guerra em África.

4. Lopes da Costa disse que, para efeitos das negociações, Portugal deveria ser tratado como uma Nação subdesenvolvida e receber assistência nos mesmos termos que um país como a Turquia, apesar do facto de o rendimento *per capita* de Portugal o colocar fora da categoria de subdesenvolvido.

5. Lopes da Costa, que afirma trabalhar directamente com Soares, foi cuidadoso ao assegurar-nos que os EUA não terão problemas com o ministro dos Negócios Estrangeiros ou o seu Partido Socialista (PS) para alcançar um acordo sobre a base (apesar do anúncio do PS de se opor a bases estrangeiras).

6. Lopes da Costa disse que estava consciente que os EUA, excepto no caso do Panamá, não pagavam «renda», mas ele voltou a dizer que Portugal deveria ser tratado de forma diferente.

7. Lopes da Costa disse que os dirigentes dos ministérios da Economia e das Finanças esperavam ter uma lista de projectos prontos no fim do mês. Da experiência passada ele percebe a importância da ajuda dos EUA ser na forma de projectos e espera que os projectos concebidos pelo Governo português sejam adequadamente trabalhados para satisfazer os requerimentos mínimos da ajuda dos EUA.

8. Lopes da Costa expressou grandes dúvidas que o Governo português tenha a sua lista de compensações pronta até Setembro. Ele criticou o Executivo por anunciar o início das negociações e depois adiar o seu início um mês.

9. Quanto a outras compensações, além das financeiras e económicas, Lopes da Costa diz que a lista portuguesa incluirá, quase de certeza, os seguintes itens: (a) Militar: os militares têm os seus pedidos trabalhados e impressos; (b) Educação: o programa será a continuação do actual, iniciado com os acordos de 1971; (c) Geotérmico: Lopes da Costa acredita que isto será fácil de trabalhar; (d) Trigo: ele pensa que isto será simples e directo.

10. Comentário: Esta informação foi passada à embaixada por iniciativa de Lopes da Costa, que se lançou na sua apresentação sem delongas e alguma paixão, especialmente no que respeita à necessidade de uma assistência económica e financeira significativa como símbolo do apoio dos EUA a Portugal. Foi difícil perceber se Lopes da Costa estava a falar por sua conta ou estava instruído para passar uma mensagem da direcção do Ministério. Lopes da Costa parece ansioso em deitar tudo cá para fora, e desenrolou a sua apresentação ponto a ponto sem intervenção da embaixada. Notamos a semelhança da lista de Lopes da Costa com a lista que já apareceu em dois artigos do *Expresso*.

⁴⁸ Esta frase, num país cujos militares acabavam de derrubar uma ditadura fascista, diz muito sobre o que foram e são estas pessoas.

TELEGRAMA 1974LISBON 03479_b

TÍTULO Ministro dos Negócios Estrangeiros Soares em Dar es Salaam para negociar com a Frelimo

DATA 14-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. O dirigente do Ministério dos Negócios Estrangeiros confirmou que o ministro Soares, o ministro sem pasta e membro do MFA, Melo Antunes, e o ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, estão em Dar es Salaam para negociar os acordos de independência com representantes da Frelimo.

2. A fonte (Sá Machado, que é um dos colaboradores de Soares) disse que esta é a terceira reunião entre Soares e representantes da Frelimo. A primeira aconteceu em Kinshasa pouco depois do golpe de 25 de Abril, e a segunda ocorreu recentemente na Europa.

3. Dependendo dos resultados desta reunião, outra poderá vir a realizar-se no Zaire, não se excluindo um quinto encontro secreto, novamente em Dar es Salaam, se necessário.

4. O mesmo quadro mencionou-nos que, uma semana depois de regressar de Dar es Salam, Soares regressará a Argel para tentar concluir os detalhes da transferência de poderes para o PAIGC, até ao final do mês.

TELEGRAMA 1974LISBON 03481_b

TÍTULO Manifestação pró-MPLA dissolvida pelo Governo

DATA 15-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: Um morto e vários feridos quando a polícia destruiu uma manifestação pró-MPLA previamente proibida.

1. Foi marcado um comício pró-MPLA para o Pavilhão dos Desportos, na Baixa lisboeta, para a tarde de 14 de Agosto. O Governo Provisório e o Estado-Maior das Forças Armadas anunciaram, na rádio, na televisão e nos vespertinos, que a reunião estava proibida porque, cito, na actual situação político-militar, este comício seria muito inoportuno para o normal desenvolvimento dos actos políticos relativos aos interesses do povo de Angola, fim de citação.

2. Apesar da proibição, várias centenas de pessoas marcharam pela Avenida da Liberdade até ao Rossio, depois de terem sido impedidas pela Polícia de Segurança Pública (PSP) e pela Polícia Militar de se juntarem no Pavilhão. A polícia dissolveu o grupo no Rossio, mas, depois da meia-noite, um pequeno ajuntamento de manifestantes começou a atirar pedras a uma unidade da PSP, que retaliou abrindo fogo, o que resultou na morte de um bombeiro (que podia ser um simples transeunte) e ferindo um turista alemão. Vários outros manifestantes e dois jornalistas foram alegadamente hospitalizados como resultado das acções policiais contra a manifestação.

Comentário: Esta é a primeira morte causada pelas forças de segurança desde o 25 de Abril. As circunstâncias, pelo menos como relatadas na imprensa, dificilmente justificam uma morte. Dois matutinos trouxeram um relato factual do incidente.

TELEGRAMA 1974LISBON 03488_b

TÍTULO Estabelecimento de Associação de Amizade Portugal-Alemanha Oriental

DATA 16-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: A formação da «Associação de Amizade» para melhorar os laços portugueses com a Alemanha Democrática foi o último evento de uma campanha que coloca a Alemanha Oriental na vanguarda do esforço de penetração do bloco oriental. Fim do Sumário.

1. Sob a égide de liga portuguesa para as trocas culturais, científicas e sociais com os países socialistas, foi formalmente anunciada a 13 de Agosto a criação da Associação de Amizade Portugal-RDA. Este grupo toma agora o seu lugar ao lado das já criadas associações de amizade com Cuba e com a URSS.

2. Porquê uma Associação de Amizade com a Alemanha Oriental (já que as relações diplomáticas com outros países do Leste Europeu não deram ainda azo a tal prole)? Os alemães orientais estão a avançar a ideia que Portugal tem mais em comum com o Estado socialista da Alemanha de Leste que com quaisquer outro: um passado fascista, e um período de reconstrução no qual «todas as forças populares, democráticas e antifascistas participaram». Esta citação é de Werner Manneberg, secretário-geral da Associação da Alemanha de Leste de Amizade com os Povos, e que encabeçava a delegação dessa associação que veio a Portugal, que explicou igualmente que os esforços unidos desses grupos, combinados com o esforço da classe trabalhadora, haviam garantido a vitória sobre o fascismo no passado, e que disso podem os alemães de Leste sentir-se hoje orgulhosos.

2. Uma outra razão pela qual Portugal deveria olhar para a Alemanha de Leste como inspiração: é a oitava potência industrial do mundo. De acordo com o Dr. Alexandre Babo, membro da Associação portuguesa, o nível de desenvolvimento económico alcançado pela RDA permite aos portugueses avaliar as verdadeiras possibilidades do socialismo em liberdade.

4. A nova organização planeia procurar membros de várias tendências políticas que partilhem ideias anti-fascistas. O grupo apresentará filmes sobre a RDA, intercambiará grupos de pessoas entre os dois países, atribuirá bolsas de estudo e encorajará visitas de estudantes, trabalhadores e «pessoas prestigiadas».

5. Comentário: Parece haver poucas dúvidas que a nova Associação de Amizade desenvolverá, de facto, um extenso programa sobre as linhas apresentadas. A recepção calorosa do novo embaixador da Alemanha de Leste demonstra que numerosos membros e simpatizantes do PCP na imprensa e na televisão estão mais que preparados para fornecer a máxima cobertura favorável aos esforços dos alemães do Leste. (A chegada do embaixador recebeu uma vasta cobertura, aumentada por um documentário na TV sobre o moderno, jovem, progressista e dinâmico Estado alemão no seio da Europa). Paralelamente, o tratamento da imprensa à contribuição de 40 000 dólares à portuguesa Intersindical, pelos sindicatos da Alemanha de Leste, já deu o mote para fraternas e generosas assistências financeiras de outros que a Norte sofreram igualmente sob a opressão fascista.

TELEGRAMA 1974LISBON 03497_b

TÍTULO Proposta de Programa: convidar os responsáveis das campanhas eleitorais a observar as eleições dos EUA

DATA 16-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: A embaixada propõe um projecto para convidar os responsáveis de campanha dos três mais fortes partidos democráticos para observar a campanha para as eleições dos EUA deste ano. Fim do Sumário.

1. Apesar da fluída situação política em Portugal não ter permitido completar a sua avaliação anual e propor um programa de acção completo para o próximo ano, é claro que um dos principais objectivos dos EUA deve ser procurar impedir que o PCP ganhe as próximas eleições ou que obtenha uma significativa (e se possível alguma) participação no futuro governo permanente. Se isto soar demasiado «guerra fria», o objectivo pode ser alterado para maximizar a participação num futuro governo permanente dos partidos políticos genuinamente democráticos. O principal objectivo em qualquer dos casos será o mesmo: a instalação em Portugal de um regime que honre as obrigações para com a NATO e permita aos EUA continuarem a utilizar a Base dos Açores.

2. Obviamente, a maior dificuldade para atingir este objectivo é o PCP, que é descrito por todos os observadores como o Partido mais bem organizado em Portugal, altamente disciplinado e financiado em abundância. Pior ainda, tem seguido uma linha muito responsável com o objectivo de ser aceite pelos agentes políticos como uma entidade política inteiramente responsável, dedicada à expansão das liberdades civis, permitindo a liberdade religiosa, preservando a propriedade privada e trazendo maiores benefícios económicos e sociais às massas anteriormente privadas. É tentador (e pode ser acertado) as-

sumir que a «maioria silenciosa» portuguesa é altamente conservadora e rejeitará o PCP nas votações. No entanto, é concebível que demasiados portugueses, observando a respeitabilidade do PCP, concluem que podem ter sido enganados sobre o PCP pelo governo autoritário dos últimos 50 anos, e que o PCP representa a melhor forma de assegurar uma melhor partilha da riqueza nacional. Acreditamos que a única forma prudente de proceder é acreditar que este «pior cenário» pode ser real. Os EUA devem fazer tudo para ajudar os democratas portugueses a superar a vantagem organizacional e talvez emocional do PCP.

3. A equipa para o país está a estudar medidas dirigidas a superar a relatada vantagem organizacional dos comunistas face aos partidos democráticos. Entre as ideias estudadas está o projecto, que exigirá o apoio do Congresso, destinado a melhorar a eficácia dos operacionais dos partidos democráticos, e, ao mesmo tempo, dar algum empurrão aos partidos democráticos.

4. O projecto envolverá convidar um (ou vários, se os fundos o permitirem) representante de cada um dos três maiores partidos políticos não-comunistas para visitar os EUA por dez dias em Outubro para observar a campanha para as eleições dos EUA deste ano. Os convidados seriam de nível político/administrativo/organizacional do Partido Socialista (PS), Partido Popular Democrático (PPD) e Partido do Centro Democrático Social (CDS). Os nossos contactos nesses partidos já expressaram interesse num programa desses.

5. O objectivo do projecto é aproximar políticos dos partidos democráticos às técnicas de organização e campanha nos EUA para possível aplicação em Portugal, e, mais importante, para demonstrar o interesse e apoio dos EUA aos partidos políticos portugueses não comunistas.

6. A não inclusão do PCP nos convidados é deliberada e tem como intenção ser vista como tal. Isto pode resul-

tar numa acusação de os EUA estarem a interferir com os assuntos internos portugueses⁴⁹. Essa acusação, no entanto, será feita em qualquer caso, de facto já foi frequentemente feita, por exemplo, através de informação plantada na imprensa alegando que existiam mais de 200 agentes da CIA no país conspirando para o fazer regressar ao seu passado fascista. Sentimos que se os partidos não-comunistas aceitarem o nosso convite, assim mostrando estarem dispostos a enfrentar a inevitável acusação de serem lacaios dos EUA, nós devemos estar dispostos a ver aumentar as acusações de interferência que já fazem contra nós. De facto, a prova que este projecto fornece de apoio dos EUA aos partidos não comunistas terá o efeito saudável de encorajar o centro e a direita moderada e, esperemos, estimulá-los a uma actividade política mais efectiva. Entretanto, o facto de os EUA não convidarem o PCP dará um sinal para muitos que o mundo exterior, representado pelos EUA, não se deixa enganar pela aparente respeitabilidade do PCP.

7. O projecto também pode ser criticado por excluir muitos outros partidos de centro-direita e de centro-esquerda. Também isso é deliberado, destinado a sugerir que não é desejável a proliferação de partidos para dispersar o voto do campo não-comunista.

8. Comentários do Departamento serão apreciados.

⁴⁹ Alguma vez!

TELEGRAMA 1974LISBON 03498_b

TÍTULO Reacções políticas e na imprensa do tiroteio contra a reunião pró-MPLA

DATA 16-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: Continua a controvérsia sobre a morte e os feridos ocorridos em resultado da manifestação pró-MPLA, com o comunicado do Governo português a afirmar que elementos na manifestação usaram armas. Todos os principais partidos políticos pediram um inquérito oficial e atribuíram responsabilidades de acordo com as suas inclinações políticas. Fim do Sumário

1. Na sequência da grande publicidade dada ao tiroteio no Rossio, os comunicados do Governo português e dos partidos políticos podem ser resumidos assim:

2. O comunicado de 11 pontos do Governo português, publicado a 16 de Agosto, afirma que elementos provocadores na manifestação pró-MPLA «usaram» armas de fogo e que a polícia foi obrigada a reagir. O comunicado enfatiza a ilegalidade e desadequação da manifestação e anuncia que está a decorrer um inquérito oficial.

3. Reação do PCP: o Partido Comunista condenou o tiroteio, mas afirma que a «criação de um clima de insegurança e conflito nas ruas é fomentado por reaccionários e pseudo-revolucionários esquerdistas com o mesmo objectivo de provocar descontentamento contra o Governo Provisório e o Movimento das Forças Armadas».

4. O Partido Socialista qualificou o incidente de «escandaloso» e criticou a PSP por não usar métodos adequados de controlo de multidões.

5. O PSD é o único que apoiou a proibição da manifestação

pró-MPLA e acrescentou que a ordem tinha e tem que ser mantida. O PPD também criticou a utilização de métodos que colocam vidas em perigo.

6. A CDE publicou um longo comunicado identificando o homem morto como antigo membro da CDE e exigindo um julgamento imediato e a punição daqueles que ordenaram a intervenção da PSP, e o «saneamento» da PSP e outras forças policiais.

7. A LUAR emitiu um forte ataque à PSP e apelou a todos os progressistas nas Forças Armadas a «terem consciência do processo em que estão envolvidos em nome das forças reaccionárias».

8. O editorial de 16 de Agosto do *Jornal de Notícias* pede moderação a todas as partes, contrasta o actual Governo com o anterior em matéria de dissidência, aponta o carácter fortuito do tiro que atingiu um inocente e sublinha que um incidente destes está fora do carácter português.

TELEGRAMA 1974LISBON 03505_b

TÍTULO Pedido da Força Aérea dos EUA para treinos de baixa altitude em Portugal

DATA 19-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: A embaixada apoia o pedido da Força Aérea dos EUA (USAF) para procurar autorização do Governo português para treinos de baixa altitude em Portugal dos C-130 da USAF. Fim do Sumário.

(...)

4. A embaixada apoia este pedido. Vemos poucas possibilidades de estes treinos, que se desenvolveriam afastados de zonas urbanas, serem objecto de atenção pública adversa. Por outro lado, vemos verdadeiras vantagens em fomentar este tipo de contactos profissionais entre unidades operacionais das nossas respectivas forças militares. Devido às restrições nas nossas relações com militares portugueses, especialmente com as forças associadas a África, esses contactos foram bem menos frequentes daquilo que consideramos desejável numa situação política onde os militares são quem toma as decisões. Esperamos que os militares portugueses fiquem agradados com a oportunidade de desenvolver um acordo tão mutuamente vantajoso. Deve ser sublinhado que os paraquedistas, que formam parte da Força Aérea em Portugal, são considerados fortes apoiantes do Presidente Spínola.

TELEGRAMA 1974LISBON 03523_b

TÍTULO Negociações do Governo português com a Frelimo

DATA 19-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: O ministro dos Negócios Estrangeiros Soares deu hoje ao encarregado a seguinte descrição do estado actual das negociações com a Frelimo; se forem aceites pelo Presidente Spínola, levarão à transferência de poder para a Frelimo e à independência num ano. Fim do Sumário.

1. A proposta trazida de Dar es Salaam por Soares, Almeida Santos e Melo Antunes era a da formação de um governo provisório com uma participação substancial da Frelimo. A Frelimo procura a maioria, mas Soares acha que eles não são inflexíveis nesse ponto. O governo provisório funcionaria por um ano, após o que o poder seria transferido para a Frelimo. A Frelimo é peremptória na insistência de que as eleições não devem preceder a concessão de independência. Durante o ano de vigência do governo provisório, um alto oficial português presidirá ao Governo como governador-geral. Soares indicou que esse oficial poderia ser Melo Antunes, mas isso ainda não é certo. Estas propostas estão agora colocadas ao Presidente Spínola, mas Soares e os outros membros da delegação ainda não se encontraram com Spínola para saber da sua reacção.

2. Soares indicou que Spínola parece ainda fixado no referendo para Moçambique e Angola. Soares fez uma pergunta retórica sobre onde, em África, alguma vez houve eleições livres. Ele disse que a transferência de poder para a Frelimo era a única saída para Portugal. Se eles eram ou não verdadeiramente representativos da maioria de Moçambique era irrelevante. O poder ou era transferido para a Frelimo ou a guerra continuaria, mas seria uma guerra onde as tropas portuguesas se recusariam a par-

ticipar e o resultado final seria um Moçambique independente, hostil a Portugal. Com uma transferência ordeira de poder de Portugal para a Frelimo, Portugal estaria numa posição de exercer influência no novo governo de Moçambique. Soares disse que estava convencido, pelas suas conversas com Samora Machel, que este não tinha intenção de permitir que um Moçambique independente caísse nas mãos dos chineses ou dos russos. Soares encontrou Machel perfeitamente realista e razoável sobre a futura relação de Moçambique com a África do Sul, e esse foi um dos factores externos que credibilizaram, aos olhos de Soares, as declarações de Machel sobre não cair sob o domínio soviético ou chinês. Soares acredita assim que, se Portugal aproveitar o presente momento e aceitar o cenário da Frelimo para a independência, então o Moçambique do futuro será neutral face ao balanço de poderes do mundo e reterá os laços linguísticos, culturais e económicos com Portugal, acolhendo com agrado a permanência dos portugueses brancos.

3. Soares não forneceu qualquer data ou lugar para o retomar das conversações com a Frelimo, mas indicou, numa base de absoluta confidencialidade⁵⁰, que ele provavelmente iria a 22 de Agosto à Argélia para continuar as conversações com o PAIGC.

⁵⁰ Claro que quem pede confidencialidade na informação dada a uma embaixada estrangeira sabe que está a fazer um pedido retórico. Ainda assim, é curioso ver para onde foi enviada a confidência: embaixada ou consulado dos EUA na Argélia, Angola, Bélgica, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Dinamarca, Etiópia, Finlândia, França, Alemanha Federal, Guiné Conacri, Itália, Malawi, Moçambique, Nações Unidas, Nigéria, Noruega, Rússia, Senegal, África do Sul, Espanha, Tanzânia, Reino Unido e Zâmbia; para os consulados do Porto e de Ponta Delgada; para o Departamento de Estado e para o secretário de Estado.

TELEGRAMA 1974LISBON 03527_b

TÍTULO Conselho de Radiodifusão Livre⁵¹: facilidades de retransmissão em Portugal

DATA 20-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: A Comissão de Trabalhadores da RARET Retransmissores⁵² reivindica a saída de directores portugueses, e uma excessiva indemnização por rescisão. A administração pede aos directores para se demitirem e considerarem alternativas se forem incapazes de alcançar um acordo sobre a indemnização por despedimento e os próximos salários. Fim do Sumário.

(...)

Comentário: As idas e voltas da negociação com um sindicato militante não é exactamente o que o médico prescreveu a Harry Black, um homem recuperando de um recente ataque cardíaco. Ele reconhece que tem perdido o sono com o aumento da pressão pelo sindicato. Não é claro até onde se irá nas reivindicações salariais e sobre a rescisão, e quais as alternativas que existem à RARET, mas uma coisa é certa: **acabaram os dias da retransmissão pacífica em Portugal, praticamente sem problemas.**

⁵¹ O Board for International Broadcasting emitia a *Rádio Liberdade* e a *Europa Livre*. Que os seus retransmissores estivessem no Portugal fascista é uma piada que se faz sozinha.

⁵² A RARET era a empresa, no Ribatejo, de onde a rádio foi retransmitida, entre 1951 e 1996.

TELEGRAMA 1974LISBON 03530_b

TÍTULO A FLING planeia apoderar-se do poder na Guiné-Bissau

DATA 20-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: Um grupo de líderes da FLING, acompanhados pelo muito condecorado antigo comandante da unidade de comandos africanos, contactaram a embaixada a 19 de Agosto para nos revelar os planos de um levantamento armado de nativos guineenses contra o novo governo de Bissau, após a partida das tropas portuguesas. Fim do Sumário.

1. Um grupo de três líderes da FLING, incluindo Françoise Mendes e Cirilo A. Rodriguez Oliveira, contactaram a embaixada a 19 de Agosto, acompanhados pelo Alferes Marcelino da Mata⁵³, antigo líder da Unidade de Operações Especiais dos Comandos Africanos, e detentor da Torre e Espada, a mais alta condecoração militar portuguesa.

2. A Delegação pediu que os seus comentários ficassem em estrita confidência. Eles disseram que estavam a planear começar brevemente acções armadas contra as forças do PAIGC. Para este objectivo, o Alferes Mata, **que agora trabalha como guarda-costas e ajudante do Presidente Spínola**, e que afirma ter sido afastado de Bissau pelo Governador da Guiné, Brigadeiro Fabião, para debilitar os comandos, planeia regressar secretamente e incógnito a Bissau num futuro próximo. À chegada, Mata planeia contactar comandantes de várias unidades militares africanas em todo o país para alistar o seu apoio a um levantamento militar

⁵³ Marcelino da Mata, nascido na Guiné-Bissau, combateu pelas forças colonialistas, ao serviço das quais cometeu incontáveis crimes de guerra. Os mesmos que o protegeram na Guiné-Bissau contariam com o seu apoio no Portugal pós-25 de Abril.

contra o PAIGC. Mata diz que tem mantido contacto com esses líderes e que eles marcharão atrás dele numa tentativa de se apoderarem do Governo após a partida das tropas portuguesas. Apesar de muitas unidades terem sido desarmadas, Mata alega que há armas disponíveis, muitas das quais capturadas do PAIGC e guardadas por soldados individuais.

3. Os planos específicos de Mata são apoderar-se de arsenais, **colocar bombas-relógio em cafés e outros lugares** frequentados por líderes do PAIGC, e alistar o apoio de guineenses nativos numa campanha armada contra os cabo-verdianos e os marxistas. A FLING garante que uma grande parte da população nativa, apesar de silenciosa e intimidada pelo PAIGC, opõe-se a esta organização e ao seu «neo-colonialismo» cabo-verdiano. Garantem-nos que muitos cabo-verdianos estão a chegar à Guiné a cada semana, e estão a usurpar as posições económicas e administrativas que deveriam ser reservadas para os nativos guineenses⁵⁴. A FLING planeia capitalizar este descontentamento contra estes cabo-verdianos e contra a liderança cabo-verdiana do PAIGC para levantar o povo contra o novo governo.

4. Mata não pretende revelar a sua conspiração a ninguém no Governo. No entanto, afirma ter recebido permissão, alguns dias atrás, do Presidente Spínola e do Coronel Bruno (fundador dos comandos africanos) para «fazer o seu próprio futuro». Ele diz que ambos sabem o que ele tem na cabeça e estão indirectamente a dar o seu consentimento.

5. O grupo diz que espera obter apoio estrangeiro e diplomático assim que o grau do seu apoio popular for conhecido. Eles acreditam que os nigerianos, a Costa do Marfim e o Senegal os apoiariam se mostrassem que têm apoio popular. Dizem que estiveram igualmente em contacto com as embai-

xadas da França e do Reino Unido, em Lisboa, para explicar quem são e o que defendem antes de começar as hostilidades.

6. A embaixada deixou claro, em resposta a um pedido indirecto de apoio do Governo dos EUA, que não apoiamos qualquer grupo na Guiné, e apesar de termos interesse em conhecer o que o grupo sente, os seus planos e programa, isso não deve alimentar qualquer ilusão de que os EUA os apoiam ou os encorajam. O grupo respondeu que não esperava realmente um apoio americano, mas que, de qualquer forma, queria que os EUA estivessem a par dos seus planos.

7. Comentário: Não conseguimos ter a certeza de qual o grau de apoio que Mata tem entre as tropas negras do Exército e entre as irregulares na Guiné, nem qual a capacidade dessas forças para montar uma operação efectiva contra o PAIGC. Da nossa conversa com o grupo da FLING, no entanto, acreditamos que eles planeiam seriamente opor-se ao PAIGC, pelo menos enquanto estiver dirigido por cabo-verdianos e for de orientação marxista. Pode bem ser que as razões para a oposição ao PAIGC sejam mais terra-a-terra. Eles podem simplesmente desejar ser os líderes do novo Estado em vez do PAIGC. Seja como for, se o grupo avançar com os seus planos existem riscos reais de guerra civil, especialmente se o movimento for capaz de evitar o extermínio nos primeiros dias. O ressentimento contra os cabo-verdianos parece provável que venha a crescer no futuro entre a população, nem que seja porque a FLING e outros grupos aproveitarão a sua presença como uma desculpa para afastar o PAIGC.

8. O desejo do PAIGC, de que as tropas portuguesas se mantenham no país após a transferência de poderes, é provavelmente alimentado pelo receio de pessoas, como Mata, que são capazes de liderar um movimento de oposição e que temem eles próprios a eliminação pelo PAIGC devido ao zelo colocado no passado em lutar contra eles. Se Mata e seus consortes são sérios, o PAIGC tem razões para fazer os compromissos necessários para assegurar a continuação de tropas portuguesas no país.

⁵⁴ Isto dito por quem há cinco meses combatia em defesa da ocupação colonial da Guiné-Bissau...

TELEGRAMA 1974LISBON 03547_b

TÍTULO Imprensa e Governo trabalham juntos para limpar os jornais de esquerdistas

DATA 20-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: Depois de semanas ameaçando agir contra os críticos de extrema-esquerda do regime, o Governo avançou frontalmente para eliminar o autêntico espinho cravado, jornalistas na imprensa diária de Lisboa. Aparentemente, o Governo está a receber a cooperação da direcção editorial em realizar a operação de «limpeza». O PCP apoia o movimento para silenciar elementos que considera os seus inimigos mortais. Fim do Sumário.

1. O pequeno número de críticos de extrema-esquerda do Governo operou sob a assumpção de que as liberdades após o 25 de Abril incluíam a liberdade de criticar amplamente (e irresponsavelmente) os elementos que constituem o actual Governo português, bem como várias das políticas principais do Governo. Assim, a extrema-esquerda denunciou Spínola e a Junta de Salvação Nacional, refreou-se no amontoar de elogios ao sacrossanto Movimento das Forças Armadas (em rigor, sobre todos os participantes no processo político), desafiou a boa-fé da proclamada política de descolonização do governo, apoiou greves, denunciou a colaboração do PCP com as classes inimigas ao furar greves, e, o mais grave de tudo, desafiou o direito dos militares determinarem como as suas fileiras se devem comportar e a quem os soldados devem ouvir.

A atitude da Junta, de suspender três diários de Lisboa, representou o culminar de uma série de acções dirigidas a atingir os críticos da extrema-esquerda por meios indirectos. O Governo (ainda) não banuiu formalmente as manifestações de rua da extrema-esquerda, mas proibiu o comício do MRPP e procurou desencorajar os *media* de reportarem tais eventos. Nos últimos dias, o Governo português tomou medidas mais directas contra um jornal da extrema-esquerda.

2. O movimento directo inicial envolveu a suspensão indefinida do *Luta Popular*, órgão do maoista MRPP. A reacção da imprensa à suspensão tem sido limitada a breves relatos e igualmente a breves menções à prisão, em Lisboa e no Porto, de cinco jovens que cometeram a insensatez de vender cópias do jornal. O Partido Socialista (PS) emitiu uma declaração dizendo estar inquieto com esta acção; a rádio clandestina do PCP – *Portugal Livre* – apoiou a ordem de suspensão, ligando a extrema-esquerda com a extrema-direita como inimigos da unidade das massas populares com o MFA.

3. O segundo movimento «directo» foi agora executado através dos gestores editoriais da imprensa. Três jornalistas de extrema-esquerda do *Diário de Lisboa*, cujas colunas tinham uma notória inclinação «maoista», foram despedidos (as razões formais do despedimento são indisciplina e falta de diligência). Os «jornalistas progressistas» organizados denunciaram estes despedimentos, defendendo que representam uma campanha dirigida contra a extrema-esquerda. Em conversas com a embaixada, um jornalista independente não associado com os progressistas concordou com esta interpretação.

4. A embaixada já tinha previamente reportado que «um representante da Junta» se reuniu com os editores dos jornais suspensos a 2 de Agosto, reunião da qual resultou o levantamento das ordens de suspensão. Supusemos então, com base em provas circunstanciais, que as partes reunidas tinham chegado a um «acordo de cavalheiros». Soubemos, entretanto, que o termo «representante da Junta» era um exercício de desinformação, já que a pessoa envolvida era o primeiro-ministro Gonçalves. (Já que o decreto-lei que estabelece a Comissão *Ad Hoc* para os *media* a tornou responsável perante a Junta, o primeiro-ministro, Gonçalves, não tem qualquer ligação ao trabalho da comissão. A sua intervenção nesta situação indica que o Governo português tomou uma decisão política, além das competências da comissão, para resolver a crise). A existência do acordo foi confirmada à embaixada pelo editor assistente do semanário *Expresso*.

5. Discernimos melhor a política do Governo português para os *media* através das observações do Presidente Spínola a 7 de Agosto, na cerimónia de tomada de posse de, entre outros, o sub-secretário de Estado Luís de Barros. O Presidente delineou as áreas que requeriam a imediata atenção dos agora empossados: «O país começa a perceber que não pode continuar com este clima perturbado de contínua agressão ideológica, um clima que só é aceitável em período de campanha eleitoral.» A democratização em Portugal e a implementação do Programa do MFA requer um exame detalhado da situação dos *media*, na qual «existe algo profundamente errado».

6. Comentário: De facto, a administração da imprensa e o Governo estão agora a trabalhar de mãos dadas e a única fonte de verdadeira oposição ao programa de limpeza reside entre os próprios jornalistas profissionais. Se esses jornalistas identificarem os seus interesses com os dos extremistas, a oposição de ambos teria a capacidade de embaraçar o Governo português por fechar jornais. Por outro lado, se eles recusarem carregar a tocha pelos camaradas comprometidos ideologicamente, a operação de limpeza prosseguirá provavelmente. Com base na reacção inicial do *Diário de Lisboa* (onde o pessoal terá votado 23 a 8 a favor de uma proposta que, no essencial, apoiava a administração do jornal), julgáramos que a maioria dos jornalistas profissionais seguirão o último rumo.

7. Os jornalistas «profissionais» acima referidos incluem um número considerável de membros ou simpatizantes do PCP. Como o próprio PCP, eles estão sem dúvida desejosos de se verem livres dos colegas da extrema-esquerda dentro e fora da imprensa diária, que, no actual quadro político, têm sido os elementos mais estrategicamente colocados para criticar o Governo (incluindo a Junta, o Movimento das Forças Armadas e o Governo Provisório) e a política do PCP de total apoio a este. O PCP tem mostrado a sua extrema sensibilidade à crítica (a crítica da direita é analisada num telegrama à parte), e desta vez

o partido pode ter adoptado uma posição «mais católica que a do Papa» (o Movimento das Forças Armadas), ao incentivar o poder a começar o processo de limpeza de jornalistas. A oposição dos socialistas, apesar de expressa pública e rapidamente, é equivocada. Enquanto os elementos sociais-democratas (o maior segmento do partido) incluem sem dúvida algumas pessoas que estão interessadas em defender o ideal da «liberdade de expressão», a maioria não nutre simpatia pela causa esquerdista e sente-se bastante confortável com esta acção de limpeza. No entanto, os elementos mais à esquerda do PS identificam-se com os esquerdistas, e o desejo da liderança do partido de manter a sua lealdade (e atrair o apoio de esquerdistas independentes nas eleições da Primavera) impõe algum gesto de solidariedade para com eles.

TELEGRAMA 1974LISBON 03552_b

TÍTULO O Governo português espera cooperação dos profissionais para alcançarmos uma imprensa «responsável»

DATA 20-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: A apresentação pública dos recém-nomeados para a sua equipa ministerial deram ocasião ao ministro da Comunicação Social de apresentar a linha política sobre informação. A nota-chave é «responsabilidade», e o Governo português espera ter dos profissionais a completa cooperação para o alcançar. Está a ser preparada uma medida que substituirá a actual lei de imprensa. Fim do Sumário.

1. O ministro da Comunicação Social, Sanches Osório, numa recente conferência de imprensa, apresentou o recém-empessoado sub-secretário de Estado para a Comunicação Social (Luís de Barros), o recém-nomeado director de Informação, Freire Montez, e o director-geral da Cultura e Espectáculos, Vasco Pinto Leite (que substituíra o afastado Fernando Piteira Santos). Cada um dos quatro fez uma breve intervenção e respondeu a perguntas.

2. Tema predominante: Os *media* informativos têm a responsabilidade de assistir o governo no cumprimento do programa do Movimento das Forças Armadas, e isto envolve a tarefa de educar e preparar o público português para viver numa sociedade livre e democrática. «Informar é estar comprometido e iluminar um povo que durante 48 anos esteve desinformado. Neste sentido, não procuramos meios de informação que sejam absolutamente independentes» (Freire Montez). Os princípios pelos quais os meios de informação devem pautar as suas acções devem ser encontrados nos princípios do programa do MFA e no espírito com que foi elaborado: imparcialidade e pluralismo; a crítica é parte da missão dos *media*, mas não os ataques contra o princípio da autoridade (Sanches Osório).

O ministro enfatizou que, nem o Governo português teme palavras críticas, nem terá medo de exercer as suas responsabilidades para garantir que os *media* operam de uma forma responsável.

3. Não fica claro das intervenções da equipa ministerial exactamente onde os limites do criticismo cruzam a área da irresponsabilidade. As linhas mestras dadas envolvem «retreinar» os jornalistas a reconhecer e seleccionar entre o que é importante e o que é supérfluo. Respondendo à questão de um jornalista sobre como a imprensa deveria ter coberto o comício de 7 de Agosto do MRPP, na Baixa de Lisboa (bloqueado pelos militares), o ministro disse que a função dos jornais é dar os factos e também apreciar a importância que têm. (Comentário: Com base nas reacções passadas do Governo português à cobertura mediática de eventos do MRPP, interpretaríamos estas crípticas observações como significando que o Governo português não tem objecções à cobertura dos factos básicos, mas terá objecções a coberturas que tendam a romantizar o MRPP ou a dar a impressão que a sua influência e impacto são mais que negligenciáveis. As maiores objecções serão para qualquer tipo de menção à participação de elementos das Forças Armadas nessas iniciativas ou mesmo a assistir a elas como espectadores).

4. O Governo português tem actualmente à sua disposição os seguintes canais de informação/comunicação: Ministério da Comunicação Social, televisão portuguesa (RTP), rádio portuguesa (*Emissora Nacional*), duas agências de notícias (*ANI*, *Lusitânia*), e um diário (*Diário de Notícias* - matutino de Lisboa no qual o governo tem a maioria das acções). Freire Montez enfatizou que o Governo português não cederá o seu controlo sobre nenhum destes órgãos. Mas estes órgãos, por si só, não são suficientes para concretizar a missão educativa e, assim, o Governo considera indispensável a cooperação de outras organizações de notícias e dos próprios jornalistas. Espera-se que estes últimos se «retraiam» de forma a escolher novas estórias

de forma mais sábia e que saibam distinguir entre o que é falso e o que é verdadeiro.

5. A nova lei de imprensa, destinada a substituir a medida interina sob a qual vários jornais foram multados ou suspensos (incluindo a suspensão indefinida do *Luta Popular*, órgão do MRPP), será preparada no próximo mês. Durante este mês, uma comissão, nomeada especificamente para tal, estudará uma proposta que tem como base legislação similar de 1926, um projecto apresentado na velha Assembleia Nacional por membros da «ala liberal», como Sá Carneiro e Pinto Balsemão (actualmente líderes do centrista Partido Popular Democrático), e alguma legislação estrangeira sobre o assunto (particularmente a francesa e a inglesa). A comissão será livre de alterar os termos da proposta, mas a sua recomendação final deve ser submetida ao Governo Provisório (Gabinete) e ao Conselho de Estado para aprovação. Até à aprovação final não serão libertadas informações sobre as disposições contidas na proposta.

6. Os membros da Comissão são: António Sousa Franco⁵⁵, presidente (um dos dois autores da proposta base); Rui Almeida Mendes⁵⁶ (outro co-autor da proposta); Marcelo Rebelo de Sousa (Partido Popular Democrático); Alberto Arons de Carvalho (Partido Socialista); Pedro Soares (Partido Comunista); Figueiredo Filipe, editor do *República* e José da Silva Pinto, editor assistente do jornal *O Século* (União Nacional de Jornalistas – até recentemente dirigida por

⁵⁵ ANTÓNIO SOUSA FRANCO: Foi militante do PSD e seu máximo dirigente num curto período. Foi ministro das Finanças em dois governos; Pintassilgo e Guterres. Foi presidente do Tribunal de Contas. Foi cabeça de lista do PS às eleições para o Parlamento Europeu.

⁵⁶ RUI ALMEIDA MENDES: Viria a ser deputado eleito pelo PSD ao Parlamento Europeu.

Barros); Adriano Lucas (representando a imprensa diária portuguesa); e Francisco Pinto Balsemão (do *Expresso*, representando a imprensa não diária).

7. A eventual lei de imprensa que emergirá das deliberações da comissão e das eventuais revisões, no Conselho de Ministros e no Conselho de Estado, não se aplicará à rádio e à TV. Está previsto para eles um estatuto separado, apesar de, aparentemente, nenhuma medida comparável à proposta de lei de imprensa estar já escrita.

8. Comentário: Apesar de construída como incluindo «representantes» de diferentes elementos da comunidade de imprensa e dos partidos que participam no governo de coligação, os membros da comissão não terão visões muito divergentes. Os elementos da extrema-esquerda e da extrema-direita, que teriam concepções diferentes sobre o significado de «responsável» e «liberdade de imprensa», foram deliberadamente afastados. A composição da comissão sugere que é firme a intenção do Governo de criar uma imprensa mais responsável.

TELEGRAMA 1974LISBON 03553_b

TÍTULO Antigo primeiro-ministro Palma Carlos sai do Partido Social Democrata Português

DATA 20-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: Palma Carlos demitiu-se do novo partido de centro-esquerda que ele ajudou a fundar há apenas umas semanas – o partido parece destinado a murchar. Fim do Sumário.

1. Apenas duas semanas depois da sua criação, o novo Partido Social Democrata Português (PSD)⁵⁷ sofreu a sua primeira cisão, não sendo seguro qual a causa da disputa, mas aparentemente resultará da falta de vontade de alguns membros de subscrever a parte do programa que afirma que o objectivo do PSD é a realização de um socialismo não marxista em Portugal.

(...)

⁵⁷ Não confundir com o actual PSD, que então se chamava PPD.

TELEGRAMA 1974LISBON 03558_b

TÍTULO Jorge Jardim

DATA 21-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. No decurso de uma conversa com o encarregado, a 19 de Agosto, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, expressou a opinião de que Portugal deve avançar para alcançar um acordo para a transferência de poderes para a Frelimo, em vez de continuar o curso contraproducente de realizar eleições, antes da independência, participadas por um conjunto de partidos «marionetas», como o que poderia ser apoiado por Jorge Jardim. O encarregado aproveitou a oportunidade para perguntar se o Governo português sentia que Jardim deveria ser levado a sério. Soares replicou que Jardim vinha de facto desempenhando um papel nefasto, e que Samora Machel providenciara uma prova disso mesmo ao mostrar a Soares uma carta que a Frelimo tinha recebido de Jardim (Soares não deu uma data). Nessa carta, Jardim informava a Frelimo que tinha uma força mercenária privada começada em Moçambique, que ele colocava à disposição da Frelimo se esta estivesse disponível para cooperar com ele na construção de um Moçambique independente. (Soares acrescentou que Machel também lhe mostrou uma carta de Joana Simião oferecendo-se para juntar forças à Frelimo, uma oferta que a Frelimo não está disposta a aceitar).

2. Como indicação do grau de seriedade com que os actuais líderes portugueses vêem as actividades de Jardim, o Major Ravara, ajudante do General Costa Gomes, disse a um contacto da embaixada que a única ocasião em que viu Costa Gomes perder a calma foi quando soube que Jardim se tinha escapado da Embaixada do Malawi em Lisboa e chegado a Espanha. Essa notícia fez Costa Gomes explodir de raiva.

3. A entrevista de Jardim à *Tribuna* é publicada no semanário *Expresso*. Jardim tornou-se assim um tópico comum de conversa local, o que deve permitir à embaixada sondar o assunto sem ser mal-interpretada, se o Departamento desejar remover as restrições contra levantar este assunto.

TELEGRAMA 1974LISBON 03575_b

TÍTULO Rumores sobre a resignação de Spínola

DATA 21-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. Desenvolve-se desde a última semana uma disputa entre o General Spínola e o Movimento das Forças Armadas (MFA). A origem do conflito é uma série de questões, entre as quais a descolonização, o programa de «saneamento» do MFA para purgar «fascistas» e incompetentes do corpo de oficiais, e sobretudo a relação do MFA com a regular hierarquia militar.

2. Diz-se que vários militares, incluindo alguns oficiais do MFA, pediram para terminar com o actual sistema ambíguo onde a estrutura militar normal de comando é obscurida pelos capitães e majores do MFA, que detêm igual ou mesmo superior autoridade sobre a cadeia de comando.

3. Como resultado destes conflitos, tem decorrido uma certa contagem de cabeças para determinar que unidades militares se colocariam ao lado de Spínola e quais as que ficariam com o MFA. Temos recebido relatórios diametralmente opostos como resultado desta contagem de cabeças.

4. Foi reportado que Spínola terá colocado a sua resignação na passada semana, por causa deste assunto, mas que foi dissuadido pelo General Costa Gomes, que tem servido como intermediário e conciliador.

5. O conflito foca-se na continuação da existência da Comissão Coordenadora do MFA. O grupo de Spínola espera abolir a Comissão Coordenadora, uma medida que deixaria o MFA sem cabeça e, presumivelmente, o removeria do seu papel na estrutura de comando. É provável que esta esperança seja vã.

6. O papel de Costa Gomes em tudo isto é particularmente importante, pois Costa Gomes é respeitado em todos os lados e tem a estranha habilidade de detectar de que lado o vento sopra e orientar as suas velas de acordo. Se Spínola concretizar a sua ameaça de demitir-se, Costa Gomes seria o candidato provável para o substituir. No entanto, duvidamos que Spínola concretize a sua ameaça. A nossa avaliação é que está a usar a ameaça para reunir apoios à sua posição, e a nossa estimativa é que as suas hipóteses de sucesso são superiores a 50%.

7. Comentário: Esperamos ter algum comentário mais autorizado quando o encarregado se reunir, separadamente, com o General Galvão de Melo e o Major Vítor Alves, amanhã. Alves é um dos três líderes-chave da Comissão Coordenadora do MFA.

TELEGRAMA 1974LISBON 03582_b

TÍTULO O Governo português começa a nomear os novos governadores civis

DATA 22-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: O ministro da Administração Interna apontou seis novos governadores civis no início do processo de preencher as vagas criadas pela demissão, a 25 de Abril, de todos os responsáveis. Parece que a maioria dos postos de Governador Civil serão ocupados por independentes, socialistas e homens de centro, e que os comunistas não serão excluídos. Os novos nomeados serão responsáveis por, entre outras coisas, supervisionar as eleições do próximo ano e assegurar que estas são conduzidas com equidade e honestidade. Fim do Sumário.

1. O ministro da Administração Interna, o Tenente-Coronel Manuel da Costa Brás, começou a nomear os novos governadores civis para preencher as vagas em todos os 18 distritos do continente e os quatro distritos autónomos nas ilhas adjacentes. Até agora foram preenchidas seis posições. Os cargos permaneciam vazios desde 25 de Abril, quando foram demitidos pela Junta todos os governadores civis e seus substitutos, através do Decreto-Lei 170/74. Desde essa altura que os secretários actuavam como representantes do Governo central nos distritos (uma jurisdição que nalguns aspectos equivale aos estados nos Estados Unidos).

(...)

6. O processo através do qual os governadores são escolhidos é o seguinte: o PPD, os comunistas, os socialistas e o MDP encontram-se em cada distrito e tentam chegar a acordo sobre um candidato único a apresentar ao ministro. Se isto se demonstra impossível, cada Partido ou grupo envia um ou mais nomes de candidatos para o

ministro. O ministro faz então a escolha e procura a aprovação de um subcomité do Governo com seis pessoas. A votação é por maioria simples. Temos o entendimento que o Conselho de Estado não está diretamente envolvido na escolha de nomes.

7. Entendemos, através do chefe de gabinete de Magalhães Mota (anterior ministro da Administração Interna), que membros do PPD e do Partido Socialista, bem como independentes dos partidos, serão escolhidos para preencher a maioria das vagas. O interesse principal do Governo é escolher administradores competentes, que não é o forte dos comunistas. Assim, poucos deles serão escolhidos, de acordo com Luís Nandim de Carvalho⁵⁸, novo sub-secretário da Administração Interna. No entanto, Carvalho diz que se suspeita que um dos escolhidos é comunista, e outros poderão ser. Para alguns distritos serão seleccionados oficiais das Forças Armadas.

⁵⁸ LUÍS NANDIM DE CARVALHO: Viria a ser deputado do PSD, secretário de Estado do Turismo e Grão-Chefe da Maçonaria.

TELEGRAMA 1974LISBON 03589_b

TÍTULO Disputa laboral envolvendo as companhias aéreas estrangeiras

DATA 22-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: A questão central que divide os trabalhadores e as administrações de 17 transportadoras aéreas operando em Portugal (o direito a despedir sem justa causa) pode não ser tanto uma questão de confrontação aguda e antes o resultado de equívocos e medos exagerados de ambos os lados. A embaixada pode estar em condições de aliviar alguns desses medos, relacionados com a proposta de fusão MANAM/TWA. O Governo português aparece sem uma certeza de como manejar esta disputa; se exercer pressão sobre as transportadoras aéreas através de meios indirectos ou manter separados assuntos que não estão relacionados. Fim do Sumário.

1. Theriaga, da Pan Am, notificou a embaixada que:

a) O Governo Português pode estar a tentar colocar pressão na Pan Am face à actual disputa laboral, ao negar-lhe permissão para retomar os direitos de aterragem em Santa Maria (Açores), na rota Lisboa-Boston. (A Pan Am suspendeu o serviço para Santa Maria no princípio de 1974 como medida de poupança de combustível durante a crise energética). (...)

b) Quanto à questão central na disputa laboral (o direito de as companhias aéreas despedirem sem causa), Theriaga suspeita que a principal motivação das reivindicações dos trabalhadores é o medo que essa cláusula seja usada para efectuar um despedimento massivo de trabalhadores da Pan Am/TWA que se tornarem supérfluos depois da fusão ou acordo cooperativo entre as transportadoras aéreas ordenado pelo Governo dos EUA. Os empregados das transportadoras aéreas leram notícias, regularmente

te disseminadas nas publicações das companhias sobre a proposta de «fusão», e interpretam-nas como uma certeza próxima. (Um medo secundário está relacionado com o uso desta cláusula em anos recentes pela TWA, um facto que Theriaga desconhecia antes de 20 de Agosto).

2. Theriaga admite que o direito a despedir sem causa não é, em si próprio, importante para as transportadoras aéreas (no último ano, esta acção só foi usada contra quatro empregados em todas as 17 companhias). No entanto, o princípio de manter as provisões do contrato intactas até ao fim do mesmo é considerado importante pelas companhias aéreas que temem que, cedendo nesta provisão, espoletem o desafio de outras provisões. Em resposta a um comentário da embaixada, de que o jogo pode não valer o esforço, Theriaga confidenciou-nos (protejam esta confidência) que ele pessoalmente sente que o princípio não vale a actual luta, mas que tem que aceitar a posição da sua companhia e das outras transportadoras aéreas.

3. Acção requerida: a embaixada deseja estar preparada para responder rapidamente e com autoridade caso seja questionada sobre a atitude do Governo dos EUA sobre a fusão ou o arranjo cooperativo Pan Am/TWA. Por favor, aconselhem. O Departamento também poderá desejar discutir com a Pan Am se é recomendável insistir em manter o direito a despedir sem causa quando é tão raramente usado e quando as consequências de insistir em mantê-lo parecem demasiado graves para valer a pena manter o princípio.

4. O Departamento pode desejar contactar o responsável da Pan Am em Nova Iorque, Robert Shields, a quem Theriaga reporta. Shields pode ser encontrado no número 212 973-770.

TELEGRAMA 1974LISBON 03590_b

TÍTULO O primeiro-ministro sobre as questões económicas

DATA 22-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: Numa intervenção difundida no plano nacional por TV e rádio, intitulada «Algumas considerações gerais sobre a situação social e económica», o primeiro-ministro, Gonçalves, esboçou os problemas económicos de Portugal, e as bases dos esforços do Governo para os resolver. A mensagem básica, repetida muitas vezes desde o 25 de Abril por porta-vozes de menor peso no Governo, é de que a situação económica é séria, com os preços a subir e quando salários como «os de Itália ou França» são um objectivo inatingível. O facto de estas palavras virem do primeiro-ministro, que é também um dos dinamizadores da revolução, pode ajudar a levar à população a ideia que o 25 de Abril não criou uma solução mágica para as doenças económicas nacionais, nem uma cornucópia da qual pudessem ser satisfeitas expectativas laborais inflacionadas. Fim do Sumário.

1. O primeiro-ministro, Gonçalves, numa intervenção para a rádio e a TV, a 18 de Agosto, esboçou para o povo português os problemas económicos do país e o que o Governo espera fazer acerca deles.

2. Como os porta-vozes do Governo têm feito, inevitavelmente, desde o 25 de Abril⁵⁹, Gonçalves colocou a culpa da maioria dos problemas no anterior «regime fascista»; isto é, inflação, especulação, elevadas despesas militares, subsídios anti-económicos, e orçamentos enga-

⁵⁹ E nestes telegramas, a embaixada reconhece, por diversas vezes, ser a verdade absoluta.

nadoramente equilibrados. Reconheceu, no entanto, que alguns dos desenvolvimentos posteriores ao 25 de Abril – a subida dos salários mais baixos, uma redução temporária das remessas dos emigrantes, a queda do turismo – agravaram as dificuldades.

3. O programa económico de Gonçalves não é tanto um programa, mas uma lista de banalidades: «reanimação económica» através de meios como a revisão dos procedimentos de licenciamento industrial, incentivos fiscais financeiros, estímulo e garantia dos investimentos; «desenvolvimento económico»; «uma indústria avançada e dinâmica»; e «uma agricultura que ultrapasse os seus atrasos». Concedendo que ele estava a tratar questões gerais, Gonçalves disse que explicações mais detalhadas seriam dadas posteriormente pelos responsáveis dos ministérios.

4. As «boas notícias» no discurso limitaram-se ao anúncio de que tinha sido aprovado um esquema para aumentar os ganhos dos trabalhadores da Administração Pública. E mesmo esta boa notícia é parcialmente nublada pelo facto de que só os trabalhadores dos níveis salariais mais baixos receberão aumentos superiores à actual taxa de inflação. Os trabalhadores dos graus médio e superior, que já ganham menos que similares funções na indústria, encontrarão pouco incentivo para permanecer na Administração Pública – um facto destacado pelo primeiro-ministro, que indicou que o Governo corrigirá a situação assim que puder. Alargando os seus comentários a todos os trabalhadores portugueses, ele comentou que, nas actuais circunstâncias, a economia não consegue suportar salários como os de França ou Itália ou mesmo uma redução do horário de trabalho. Descreveu o actual congelamento de salários como temporário, mas não deu ideia de quando poderia terminar.

5. Entre as, predominantes, más notícias estava o anúncio que subiriam substancialmente os preços de bens

essenciais, como o combustível, o açúcar, o arroz, o bacalhau e os fertilizantes. Isto porque o governo decidiu eliminar subsídios injustificados a esses produtos instituídos pelo anterior regime. O primeiro-ministro argumentou que esses subsídios estavam a desviar recursos públicos para o consumo e não para investimentos produtivos. O primeiro-ministro disse não ter esperança numa rápida cura do mais persistente problema económico do país, a inflação, mas afirmou que serão tomadas medidas para o reduzir. Gonçalves também deu a notícia que a cessação das guerras em África não trará uma rápida redução da despesa, porque um grande número de tropas deverá permanecer lá por algum tempo, as tropas e os mantimentos terão de ser transportados, e as «despesas da descolonização» ocorrerão. Ele estimou que o alívio na despesa só se notará daqui a dois anos.

6. Sobre o investimento estrangeiro, Gonçalves disse apenas que esse investimento e as garantias do Governo a esse investimento eram um dos pontos principais do programa de acção do Ministério da Economia.

7. Gonçalves concluiu as suas observações dizendo que tinha acabado o tempo em que os governantes mentiam ao povo⁶⁰. Disse que a Revolução do 25 de Abril não «gerou prosperidade e abundância onde prevalecia a miséria», e apelou a todos os indivíduos a aceitarem sacrifícios e estarem preparados para trabalhar no duro num «clima de ordem verdadeiramente democrática e paz social».

8. Comentário: (a) O significado do discurso de Gonçalves reside tanto na natureza da pessoa que o assumiu como no seu conteúdo, até porque a mensagem já tinha sido

⁶⁰ Como todos sabemos demasiado bem, os sucessores de Vasco Gonçalves encarregaram-se de desmentir esta sua afirmação, trazendo de volta o tempo em que os governantes mentiam ao povo.

transmitida por outros porta-vozes menos destacados. O Governo acredita, obviamente, que teria mais peso o anúncio da gravidade da situação económica e da necessidade de sacrifícios, se este anúncio viesse do próprio primeiro-ministro, que é simultaneamente reconhecido como um dos dinamizadores da revolução, do que de um ministro da Economia (uma fonte governamental altamente colocada estava de facto surpreendida que Gonçalves tivesse tomado - na opinião dessa fonte - um considerável risco político ao permitir-se ser o transportador destas más notícias). (b) para os observadores da economia portuguesa, o discurso teve a mesma fraqueza revelada em todos os anteriores anúncios oficiais sobre a economia. Apesar de saudados pelo tom do discurso, revelavam, no entanto, uma falta de substância. Se o Governo português não publicar brevemente as suas leis económicas, prometidas há muito, os discursos serão tomados como exortações vazias.

TELEGRAMA 1974LISBON 03598_b

TÍTULO Agitação nos círculos militares portugueses

DATA 22-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: Conversas com um membro da Junta e um líder do MFA indicam que a actual disputa no interior do Governo centra-se no futuro da Comissão Coordenadora do MFA. A informação recolhida pela embaixada aponta que o desejo dominante nas Forças Armadas é de que Spínola continue como Presidente. Apesar de a situação não estar completamente clara, parece que Spínola ganhou ascendência e que a Comissão Coordenadora será degradada ou desaparecerá. De alguma forma o MFA continuará a existir e a procurar evitar desvios do seu programa. Fim do Sumário.

1. O contacto com o General Galvão de Melo foi relativamente improdutivo, excepto quando ele reflectiu uma considerável confiança na situação. Galvão de Melo sugeriu que dificilmente teria ficado a dançar até às 2h30 na última noite se houvesse uma crise severa envolvendo a resignação de Spínola.

2. A conversa com o Major Vítor Alves cobriu uma vasta gama de assuntos e durou duas horas. Sobre a actual eferescência militar, ele disse que o problema é alimentado pela preocupação de muitos oficiais, dentro ou fora do Movimento das Forças Armadas (MFA), sobre o que entendem ser as actividades da Comissão Coordenadora. Pelo menos numa reunião, dois dias atrás, alguns oficiais com essas dúvidas reuniram-se com representantes da Comissão Coordenadora, sendo que ele sente que ficaram satisfeitos com as clarificações fornecidas pela Comissão. Outra reunião estava marcada para esta tarde, bem como uma aparição televisiva do primeiro-ministro, iniciativas que, segundo ele, tenderiam a acalmar a situação.

3. Colocada a questão sobre a anunciada deslocação física dos escritórios da Comissão Coordenadora, de São Bento (onde estão localizados alguns gabinetes ministeriais) para a Cova da Moura (anterior Ministério da Defesa e agora o quartel-geral do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Costa Gomes), Alves explicou que este movimento resulta em parte do facto de membros do MFA serem agora ministros no Governo, assim evitando a necessidade da Comissão Coordenadora monitorizar as actividades do Governo. A outra explicação dada por ele é que a alteração serviu para facilitar a incorporação da Comissão Coordenadora na estrutura normal das Forças Armadas. (Ele não indicou se isto significava que a Comissão Coordenadora ocuparia, enquanto tal, um novo lugar na estrutura das Forças Armadas ou se ela seria dispersa nessa estrutura, Galvão de Melo tinha indicado que a Comissão Coordenadora estava para ser partida em vários comités).

4. Alves disse que não tinha sido entregue ao Conselho de Estado qualquer resignação por Spínola, como teria de ser para poder ser formalmente considerada. Apesar de não poder saber o que se passa na cabeça de Spínola, ele duvida que este tenha qualquer intenção de resignar e que a palavra sobre essa intenção possa ter sido espalhada a partir de gente próxima de Spínola. Em qualquer caso, ele insistiu que a opinião claramente maioritária, se não unânime, dentro das Forças Armadas e do MFA era de que a continuação de Spínola como Presidente era essencial nas actuais circunstâncias. (Outra fonte indicou que o MFA tinha rejeitado o pedido de Spínola para resignar e insistira para que ele continuasse.)

5. Alves confirmou que os oficiais da estrutura militar no Portugal metropolitano estavam a ser questionados se a Comissão Coordenadora deveria continuar como está. Ele afirmou que os resultados ainda não estão todos centralizados. O inquérito foi iniciado pelo General Costa Gomes como um movimento conciliatório face, por um lado,

à generalizada incompreensão sobre as actividades da Comissão Coordenadora, e, por outro lado, à determinação do Movimento das Forças Armadas em continuar a monitorizar o cumprimento do programa das Forças Armadas.

6. Comentário: Apesar de a situação estar ainda longe de clarificada, parece ter ficado estabelecido nestes contactos, e noutros da embaixada, que o sentimento a favor da continuação de Spínola é dominante. A descrição de Alves do significado da mudança da sede da Comissão Coordenadora soa como uma fórmula para salvar a face para descrever o que parece ser o efectivo dismantelar da Comissão Coordenadora na sua forma anterior. Apesar de duvidarmos que esse desenvolvimento represente um regresso do MFA aos quartéis, as actuais indicações são de que Spínola está a acompanhar esta crise e que continuará como Presidente. No entanto, esperamos que continuem as tensões entre Spínola, acostumado à obediência dos seus subordinados, e o MFA, com a sua concepção idealista da sua obrigação, perante o povo português, de assegurar o cumprimento do seu programa.

TELEGRAMA 1974LISBON 03615_b

TÍTULO Negociações Portugal/Guiné-Bissau

DATA 23-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: As negociações com o PAIGC enrolam-se com a questão da cerimónia de transferência em Conacri e as condições sobre as quais as tropas portuguesas permanecerão. O Governo português irá requerer a assistência aérea dos EUA se decidir realizar uma retirada unilateral das tropas. Fim do Sumário.

1. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, e o Dr. Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial, deixaram Lisboa ontem e estão agora em Argel para continuar as negociações com o PAIGC.

2. O embaixador português na ONU, Veiga Simão, disse hoje ao encarregado que o acordo estava todo pronto para uma transferência de poder a 12 de Setembro, excepto por dois elementos com os quais o Presidente Spínola não podia concordar. O primeiro problema, o desejo do PAIGC de haver três cerimónias no dia da transferência; uma em Lisboa, uma na Guiné-Bissau, e uma em Conacri com a presença de Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros. Spínola acha a cerimónia em Conacri completamente inaceitável. O segundo problema são as condições sob as quais os portugueses aceitariam o pedido do PAIGC de deixar as suas tropas para trás. Spínola insiste que, se as tropas ficarem, têm de ter o controlo do porto e do aeroporto localizados na Ilha de Bissau. Não se conhece ainda a reacção do PAIGC a estas propostas portuguesas.

3. Se nenhuma solução for encontrada para os dois problemas acima descritos, os portugueses retirarão unilateralmente as suas tropas. Veiga Simão diz que isto criará dificuldades ao PAIGC em manter o controlo, e

pode resultar numa intervenção de Conacri, algo que o PAIGC deseja evitar.

4. Veiga Simão disse que o PAIGC pediu para as tropas portuguesas serem reduzidas em 50%, antes do fim de 1974, seguida de uma redução faseada até zero, no final de 1975.

5. No entanto, mesmo que as tropas sejam retiradas unilateralmente, os portugueses farão todos os esforços para deixar técnicos portugueses, incluindo médicos militares que são virtualmente a única fonte de assistência médica no país.

6. Veiga Simão disse que se os portugueses forem forçados a realizar uma retirada unilateral, eles pretendem requerer apoio aéreo dos EUA. Acção requerida: A embaixada precisa de saber o que responder se este pedido for apresentado.

7. Comentário: Veiga Simão é, há longo tempo, uma fonte confiável e a sua descrição da posição portuguesa em Argel encaixa na informação que recolhemos de outras fontes.

TELEGRAMA 1974LISBON 03616_b

TÍTULO O Governo português e a Frelimo próximos de um acordo

DATA 23-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: O embaixador português na ONU diz que o Governo português e a Frelimo estão próximos de um acordo. As negociações retomam a 5 de Setembro. Os problemas estão relacionados com o anúncio público de, no acordo, o Governo português dar à Frelimo dois terços do governo, e a referência a procedimentos democráticos para seleccionar o Governo depois da independência total a 25 de Junho de 1975. Fim do Sumário.

1. O embaixador português na ONU, Veiga Simão, disse ao encarregado que o Governo português e a Frelimo estão próximos de acordar a transferência de poder. Os portugueses e a Frelimo retomarão as negociações a 5 de Setembro, provavelmente em Lusaca.

2. O Governo português, incluindo Spínola, estiveram de acordo que o governo provisório seja formado sob um alto comissário (da Junta ou Governador-Geral), a ser apontado pelo Governo português, com o primeiro-ministro a ser seleccionado pela Frelimo e um governo que deverá incluir dois terços de escolhas da Frelimo (a Frelimo pretendia três quartos, mas ficou acordado dois terços). A independência total será concedida a 25 de Junho de 1975.

3. Dois pontos complicados são o desejo português de ter a extensão da participação da Frelimo secreta num anúncio de acordo, e a insistência do Governo português que o acordo público afirme que o governo, após o 25 de Junho, será seleccionado por meios «democráticos». Os portugueses estão completamente conscientes que a Frelimo optará por um Estado de partido único após a independência, mas o Governo português necessita desta referência a procedimentos democráticos para lavar a cara.

4. Veiga Simão perguntou pelo grau de influência dos EUA junto da FRELIMO, especialmente com a viúva de Mondlane. O encarregado respondeu que a influência era virtualmente nula. Veiga Simão disse que isso era trágico porque a Frelimo estava dividida entre facções comunistas e não comunistas, e a influência dos EUA poderia ser útil durante o período do governo provisório.

5. Veiga Simão é um confidente de Spínola e acaba de regressar de uma visita ao Presidente, que está no seu retiro de férias, no Buçaco. Consideramos-lo uma fonte confiável e com autoridade.

TELEGRAMA 1974LISBON 03617_b

TÍTULO Imprensa e partidos portugueses reagem à importante declaração económica do Governo

DATA 24-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: PCP, PS e PPD saíram todos a favor do plano de austeridade do Governo. A crítica do PPD é a mais detalhada e específica. A posição da imprensa foi favorável, excepto nos comentários sobre o *timing*, o estilo e, num caso, a teoria económica. Mais reacções são de esperar com o fim do período de férias. Fim do Sumário.

1. A resposta política à substância do discurso de 18 de Agosto, do primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, onde esboçou o programa do Governo português para a fraca e subdesenvolvida economia portuguesa tem sido unanimemente favorável. As reacções até à data podem ser resumidas como se segue:

2. O porta-voz do PCP valorizou o plano económico como «corajoso» e saudou medidas sociais progressistas, como uma reforma fiscal e a construção de habitação como garantia que o peso do programa de austeridade não cairá somente sobre as «classes desfavorecidas». O porta-voz previu que os trabalhadores entenderão a necessidade das medidas e responderão favoravelmente.

3. O comunicado do PS saúda o primeiro-ministro pela frontal apresentação dos duros factos económicos, quando podia ter passado os problemas para o futuro governo, após eleições. A declaração do PS dá todo o apoio às medidas de austeridade do Governo, cita sacrifícios e aponta como primeira responsabilidade governamental o controlo dos grupos económicos dominantes como um elemento vital na «batalha pela democracia» em Portugal⁶¹.

4. A declaração do PPD saúda o discurso como «um acto de coragem», mas, ao contrário do PS, avalia criticamente vários pontos e relaciona-os com o programa do PPD. O PPD refere o novo nível de preços como o mais prejudicial para os detentores de pequenas poupanças que não tenham tido um correspondente aumento salarial. A solução do PPD é a institucionalização de um mecanismo automático para o aumento dos salários. O PPD destaca todas as medidas para promover a construção civil de habitação social como a mais importante tarefa nacional. O desemprego aparece como o segundo mais importante problema e a declaração exige um sistema de investimento público para absorver e formar trabalhadores desempregados como parte de um programa de habitação. Além disso, o PPD elogia os esforços do Governo para reduzir a enorme disparidade de rendimentos e cita esse ponto como parte do programa do PSD. A declaração também se refere ao aumento salarial dos empregados públicos como «um primeiro passo, necessariamente modesto», e pede uma reestruturação do sector agrícola.

5. A 19 de Agosto, o editorial do *Diário Popular* sublinha que, se tal discurso tivesse sido proferido logo depois do golpe de 25 de Abril, a nação não teria perdido tempo até enfrentar a verdadeira dimensão da crise económica.

⁶¹ Não estão a reconhecer o PS? O que está a dizer é o oposto do que fez? Mas esse é o PS.

6. O editorial do *República*, de 19 de Agosto, elogia o discurso pela sua clareza e o agudo contraste com os discursos vagos e adocicados do governo de antes do golpe. A 20 de Agosto, o *República* analisa a relação entre salários e preços e acusa o primeiro-ministro de não explicar a natureza universal dos «preços políticos» subsidiados, que drenam recursos públicos que devem ser usados no investimento público.

7. A 20 de Agosto, o editorial do *Diário de Lisboa* trata da questão do primeiro-ministro ter uma imagem insuficientemente preparada, e que não deveria dar, por princípio, «más notícias» na TV. O *Diário de Lisboa* conclui que o discurso foi pobre, que a tarefa deveria ter sido delegada noutro ministro e que da próxima vez gostariam de ouvir «boas notícias» de Gonçalves.

8. Comentário: Apesar das reacções gerais terem sido extremamente favoráveis até agora, João Salgueiro, vice-governador do Banco de Portugal, disse a um funcionário da embaixada que, quando regressarem das férias de Verão, no final de Setembro, os empregados públicos irão perceber que o aparentemente generoso aumento salarial que receberam não cobre o aumento de preços causado pela inflação. Salgueiro espera muito descontentamento por parte dos funcionários públicos.

TELEGRAMA 1974LISBON 03619_b

TÍTULO Encontro de Spínola com Mobutu⁶² em Cabo Verde

DATA 24-08-074

ASSINADO POST

CONTEÚDO O embaixador português na ONU, Veiga Simão, disse ao encarregado, a 23 de Agosto, que o Presidente Spínola se ia encontrar nesse dia com o Presidente Mobutu do Zaire, em Cabo Verde, e que a reunião tinha sido organizada pelo ajudante de Spínola para os Negócios Estrangeiros, o Dr. Nunes Barata, durante uma visita recente a Kinshasa. A reunião, para discutir o futuro de Angola, foi adiada, mas será reagendada para o mais depressa possível, logo após o acordo final com o PAIGC sobre os mecanismos de transferência de poderes na Guiné-Bissau, o que pode acontecer este fim-de-semana.

⁶² MOBUTU: Representa o tipo de democracia africana que Spínola e os EUA defendem. Mobutu tornou-se ditador do Congo, e depois do Zaire, ao mudar o nome ao próprio país, num golpe de Estado apoiado pela CIA e pela Bélgica contra o governo eleito de Patrice Lumumba, que foi barbaramente assassinado no acto. Um democrata, portanto.

TELEGRAMA 1974LISBON 03621_b

TÍTULO Sobre o consulado Soviético nos Açores⁶³

DATA 26-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. Durante a sua recente permanência em Lisboa, o antigo secretário do Tesouro, David Kennedy, foi informado por um velho banqueiro seu amigo que os soviéticos tinham pedido permissão para instalar um consulado nos Açores, na sequência do 25 de Abril. Ao relatar isto ao encarregado, Kennedy reconheceu que recebeu a informação com desconfiança, pois o seu amigo é altamente conservador.

2. Questionado pelo encarregado, o director político do Ministério de Negócios Estrangeiros, Magalhães Cruz, afirmou que o relatório carecia de validade.

⁶³ Mais um telegrama a ser espremido, apesar da sua aparente inocência. Vejam o banqueiro a espalhar veneno. O antigo dirigente sempre no activo. O responsável político português ao serviço da embaixada. E o anti-sovietismo primário, primo de uma subserviência neocolonial aos EUA: mas porque raio a URSS não haveria de ter um consulado nos Açores, se assim o desejasse?

TELEGRAMA 1974LISBON 03641_b

TÍTULO Portugal deu luz verde à Igreja Mórmon

DATA 26-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. O representante da Igreja Mórmon, David Kennedy⁶⁴, conseguiu garantir autorização para os mórmones operarem em Portugal.

2. Na terceira de uma série de ligações com ministros do Governo Português, o ministro da Justiça, Salgado Zenha, informou o embaixador Kennedy, a 22 de Agosto, que os mórmones e qualquer outro grupo religioso poderiam estabelecer igrejas e praticar em Portugal. O ministro da Justiça ofereceu apoio se os mórmones encontrarem dificuldades criadas por leis antiquadas, prestes a ser removidas, que discriminam contra instituições não católicas.

3. O embaixador Kennedy também fez ligações essencialmente de cortesia com o ministro das Finanças, Dr. Silva Lopes, e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, durante as quais Mário Soares mencionou a necessidade portuguesa de assistência dos EUA e sugeriu o pacote dos Açores como o veículo apropriado.

4. Comentário: Antes da mudança de governo, Portugal era o único país da Europa Ocidental que mantinha os mórmones fora. O Exército de Salvação também recebeu autorização, a 22 de Agosto, depois de anos de infrutíferas esforços de *lobby* com o regime anterior ao 25 de Abril.⁶⁵

⁶⁴ Sim, o mesmo que no telegrama anterior almoçava com banqueiros e informava a embaixada.

⁶⁵ E, apesar disso, os EUA só conspiraram contra o novo regime. Usando também, seguramente, os novos instrumentos que este, ingenuamente, legalizou.

TELEGRAMA 1974LISBON 03644_b

TÍTULO Ministros das Finanças e da Economia falam sobre economia

DATA 27-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: A 21 de Agosto, os ministros das Finanças e da Economia apareceram na televisão e rádio complementando o discurso do primeiro-ministro a 18 de Agosto. A reanimação da actividade económica face ao desemprego aparece como a principal preocupação do Governo. Os negócios terão de demonstrar a sua eficiência e «utilidade social» face a fortes sindicatos e um governo independente, mas quaisquer mudanças no actual sistema serão relativamente lentas. A necessidade de aumentar o crédito líquido, mas também o desejo de estimular a agricultura doméstica, explicam os aumentos de preços recém anunciados nos produtos básicos. O Orçamento, carregado pelos aumentos salariais e pelos compromissos militares que se mantêm, será de certa forma ajudado por um aumento de taxas inicial, com maiores aumentos a serem planeados. A balança de pagamentos melhorou, com um renovado fluxo de remessas de emigrantes demonstrando a sua confiança no futuro do país. Boas reservas estrangeiras, maior poder de compra, fim do isolamento internacional, e novas possibilidades de investimento público em infra-estruturas são vistas pelos ministros como razões para confiança. Fim do Sumário.

1. A 21 de Agosto, as aparições do ministro da Economia, Rui Vilar, e do ministro das Finanças, Silva Lopes, complementaram o discurso do primeiro-ministro de 18 de Agosto. Eles enfatizaram os aspectos positivos da actual situação económica, clarificaram os passos legais que têm sido dados para implementar as anunciadas medidas de autoridade, e anunciaram novas medidas que o Governo está a concretizar ou a estudar. O ministro da Economia enfatizou que a linha fundamental da política económica do Governo é a «reanimação da vida económica do país», e o seu principal problema é o desemprego.

2. Clima de negócios. O ministro das Finanças discutiu o actual clima de negócios com algum detalhe, dando de certa forma uma imagem mais clara do pensamento do Governo. O entrevistador perguntou-lhe se os empresários portugueses, «num estado de choque», enfrentam «uma opinião pública em geral hostil ao capitalismo». Silva Lopes replicou que eles enfrentam agora uma nova situação, com sindicatos fortes e livres e um governo independente deles, que acabou com «as protecções e o favoritismo», mas também enfrentam um desafio para serem mais eficientes e mostrarem a «sua utilidade social». Ele referiu vagamente alterações no actual sistema de tomada de decisões, fundamentalmente privado, mas apontou que tais medidas de mudança político-social teriam de desenvolver-se relativamente devagar.

3. Cruzamento de Crédito. Foi colocada uma grande ênfase na necessidade do crédito para «dinamizar» a economia, especialmente para os pequenos e médios negócios. Silva Lopes disse que o Governo tinha feito subir os preços nas mercadorias-chave, antes de mais para reduzir o seu défice e garantir mais recursos em crédito. O ministro da Economia acrescentou que os aumentos foram também desenhados para estimular a produção doméstica de cereais e o possível começo do cultivo de beterraba açucareira. Silva Lopes reconheceu que, apesar da intenção do Governo ser assegurar a protecção dos interesses das classes trabalhadoras, eles teriam de suportar um peso relativamente mais pesado derivado aos aumentos de preço.

4. Orçamento. Ao discutir o Orçamento com alguma profundidade, o ministro das Finanças descreveu o problema causado pelo recente e sem precedentes aumento salarial de 40% aos funcionários públicos, que significou um fardo adicional de 220 milhões por ano. Nas despesas militares espera-se uma redução significativa a partir do próximo ano, mas haverá um aumento substancial este ano devido a compromissos prévios e aos recentes aumentos de salário dos militares. Para ajudar a alcançar um

orçamento de certa forma equilibrado enquanto se alcança uma maior justiça fiscal, as taxas serão reduzidas para rendimentos entre 2000 e 4000 dólares e subirão para os que tenham rendimentos superiores a 14000 dólares. A taxa suplementar para salários acima de 6000 dólares também será ligeiramente aumentada, e subirão as taxas para as transacções de bens menos essenciais. No entanto, Silva Lopes disse que estes aumentos não serão, nem de perto, o que será necessário implementar, e que entre outras coisas, se estão a estudar taxas sobre os lucros das companhias e nos rendimentos de acções e obrigações.

5. Balança de pagamentos. A questão da disponibilidade de crédito também apareceu em conexão com a balança de pagamentos. O ministro das Finanças discutiu os problemas monetários enfrentados nos últimos meses do anterior regime, **especialmente um défice de 6 biliões de escudos (240 milhões de dólares) no primeiro trimestre de 1974.** A emissão de dinheiro pelo Banco de Portugal apenas cobriu parcialmente o capital perdido com o Ultramar, o que contribuiu para uma falta de liquidez no crédito. Mas ele enfatizou que a perda de capital tem sido menos importante desde o 25 de Abril, devido à facilitação de algumas importações e à não materialização de certas e não especificadas operações. Silva Lopes também sublinhou que, ao contrário do que muita gente pensava, as remessas dos emigrantes estão a regressar a um ritmo muito encorajador, indicando que «os emigrantes têm uma grande confiança no futuro do nosso país».

6. Os ministros terminaram de uma maneira optimista, citando «as boas razões para ter confiança»: as reservas de moeda estrangeira do país; o aumento do poder de compra devido aos aumentos salariais; o fim do isolamento internacional do país e a conseqüente esperança de novos mercados; e novas possibilidades de o Governo realizar investimentos em «infra-estruturas» devido à descolonização.

7. Comentário: Os comentários dos ministros das Finanças e da Economia, tal como o discurso de 18 de Agosto do primeiro-ministro, que estes comentários se destinavam a complementar, foram mais num tom de conversa motivadora que um plano de acção. Até estas palavras estarem apoiadas em leis e acções, a comunidade de negócios, que estas palavras procuram tranquilizar, vai continuar céptica.

TELEGRAMA 1974LISBON 03650_b

TÍTULO Perspectiva de um líder do MFA

DATA 27-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: A acrescentar ao abordado no telegrama anterior, na conversa de 22 de Agosto com o Encarregado, o ministro sem pasta, e dirigente do MFA, Major Vítor Alves, discutiu o apoio económico, financeiro e comercial dos EUA a Portugal, e o alegado apoio privado norte-americano a elementos reaccionários em Portugal. O memorando da conversa foi enviado por correio. Face aos factos que apresentou, Alves será membro da equipa que negociará os Açores, bem como o ministro da Defesa, Tenente-Coronel Firmino Miguel, o resumo que se segue da conversa poderá ser útil. Fim do Sumário.

1. Alves indicou que o actual Governo sente que os benefícios para Portugal resultantes de uma negociação sobre os direitos da Base devem corresponder não apenas, numa base justa, às vantagens que os EUA retiram da base, mas recompensar o facto de o Governo português estar a adoptar, a respeito da África portuguesa, a política há muito defendida pelos EUA, e por ter aceiteado domesticamente uma democracia ao estilo dos EUA. (Uma linha similar tem sido usada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, em contactos recentes). A clara implicação é que Portugal espera que as negociações dos Açores sirvam para fornecer a Portugal uma ajuda substancialmente maior que o que seria justificado pelos direitos da Base simplesmente.

2. Alves demonstrou uma certa ingenuidade sobre certos aspectos financeiros e comerciais. Referindo-se aos esforços recentes do First National City Bank de Nova Iorque e do Morgan Guaranty Trust para organizar uma linha de crédito para Portugal de 150 milhões de dó-

lares, Alves estava indignado com o facto de os bancos cobrarem 15% de juros «usurários». Ele não ficou apaziguado com a explicação de que isto eram juros normais para transacções comerciais, e não ficou muito impressionado com a sugestão de que a vontade dos bancos de abrir uma linha de crédito era um importante gesto de confiança no futuro de Portugal. Ao discutir a adversa balança comercial, Alves indicou que representantes dos países comunistas da Europa Oriental mostraram-se dispostos a absorver virtualmente todas as exportações portuguesas, mas indicou que Portugal preferiria não estar dependente do Leste para o seu comércio. Ele sente que os EUA deveriam estar preparados para ajudar neste campo, insinuando que os EUA poderiam estar dispostos a comprar as exportações portuguesas para as revender em África, onde Portugal tem falta de laços comerciais.

3. A parte mais perturbadora da entrevista foi quando Alves expressou a sua convicção de que fontes privadas dos EUA, que não quis identificar, estavam a dar apoio financeiro às forças reaccionárias em Portugal. Ele aponta para a imagem negativa de Portugal dada pela imprensa «reaccionária» dos EUA, especialmente a *Times Magazine*, como uma forma desse apoio dos EUA à direita portuguesa.

4. Comentário: Alves repetidamente sublinhou o seu apoio para um maior contacto com os americanos em Portugal, e pareceu em geral bem intencionado face aos EUA, o que parece ser comprovado pela sua completa franqueza para discutir mesmo assuntos desagradáveis. A sua ingenuidade em matérias económicas, especialmente sobre o que os EUA podem fazer por Portugal, e a sua credulidade sobre um alegado apoio americano à direita reaccionária em Portugal não deve ser tomada com ligeireza, principalmente porque pode ser uma visão amplamente difundida no MFA e fora dele. Tivemos essa visão de qualquer português, que sempre consideram que as negociações dos Açores devem assegurar a ajuda de que Portugal desesperadamente necessita para sobreviver a este momento

difícil. Simultaneamente, a atitude de Alves também reflecte outro sentimento generalizado dos portugueses: a desconfiança face aos EUA pela proximidade deste com o passado regime, e que a generosidade, ou falta dela, dos EUA nas negociações provarão a Portugal se os EUA preferem, o antigo ou o novo.

TELEGRAMA 1974LISBON 03659_b

TÍTULO Transporte aéreo das tropas desde a Guiné

DATA 27-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: A imprensa portuguesa reporta, mas o Governo nega, que o transporte aéreo de tropas da Guiné para a metrópole está em progresso. Fim do sumário.

1. A imprensa de Lisboa relata que o transporte aéreo das tropas da Guiné está em progresso. De acordo com o vespertino *A Capital*, um total de 1800 soldados e dependentes chegaram ao aeroporto de Lisboa entre a manhã de 25 de Agosto e o princípio da tarde de 26 de Agosto. A evacuação terá sido realizada usando dez voos da companhia aérea portuguesa TAP. Os evacuados terão evidentemente sido avisados com pouca antecedência, chegando sem sequer ter tido a oportunidade de avisar familiares e pedir que os esperassem no aeroporto.

2. O diário matutino *Diário de Notícias* relata que um eventual total de setenta desses voos estão planeados para esta semana. Adicionalmente, navios sairão de Bissau para Lisboa com tropas. De acordo com vários relatos na imprensa, as forças portuguesas que permanecerão na Guiné não serão mais de 300 homens.

3. O serviço de informação pública das Forças Armadas emitiu um comunicado confirmando os relatos, mas negando que a retirada de tropas constitua um verdadeiro transporte aéreo. O comunicado sublinha que há muito que está planeada uma progressiva retirada de tropas e que o que acontece desde 24 de Agosto não é mais que uma aceleração do ritmo. O comunicado ainda declara que as autoridades portuguesas não tomaram decisões definitivas sobre o volume de tropas a retirar ou o número das que permanecerão na Guiné-Bissau, que em

parte dependerá das solicitações do futuro governo da Guiné-Bissau ao Governo português. Movimentos de tropas desta natureza estão naturalmente sujeitos a atrasos e acelerações, e este não é mais que uma aceleração.

4. Comentário: O texto do comunicado Portugal-Guiné-Bissau, de Argel, inclui, como terceiro ponto, a seguinte cláusula: «As duas delegações acordam que as Forças Armadas portuguesas se retirarão completamente do território da República da Guiné-Bissau até 31 Outubro de 1974.» Sobre esta declaração parece que o PAIGC não esteve de acordo com a condição do Governo português, de que o porto e o aeroporto deveriam permanecer sob controlo militar português para que o Governo português acedesse ao desejo do PAIGC de que fossem apenas retiradas metade das tropas até ao final de Dezembro e o resto de forma balanceada durante o ano seguinte⁶⁵. Claramente, para retirar cerca de 30 000 tropas até 31 de Outubro é necessária e está a decorrer uma «verdadeira» retirada por ar e mar. Parece que o Governo português acha os meios portugueses suficientes para a tarefa. O comunicado dos serviços de informação pública das Forças Armadas parece desenhado para evitar falsas esperanças de um regresso, no curto prazo, estar pendente de um acordo entre o Governo português e o PAIGC para, entretanto, manter o pessoal médico e técnico na Guiné-Bissau.

5. A aparente disposição do PAIGC, de estar disposto a ver as tropas portuguesas partir para não aceitar as limitações de soberania inerentes a ter Portugal a controlar o porto e o aeroporto, reflecte o grau de confiança de que Sékou Touré não fará um movimento para

⁶⁶ É importante esta noção de que não foram os movimentos de libertação – na Guiné como nos outros países – que exigiram a retirada imediata das tropas portuguesas.

incorporar a Guiné-Bissau na Guiné devido ao reconhecimento mundial do novo governo, se é que ele alguma vez teve tais intenções. A decisão também reflecte a confiança do PAIGC na sua habilidade de lidar com os elementos anti-PAIGC na população.⁶⁶

⁶⁷ Portugal deixou-se enrolar nestes cálculos, e esqueceu-se (ou melhor, alguém esqueceu-se por ele) que o que melhor servia os interesses das populações na Guiné-Bissau, incluindo da comunidade portuguesa aí residente, e o que melhor servia os interesses do povo português, era aceitar – sem condições neocoloniais – o pedido do PAIGC.

TELEGRAMA 1974LISBON 03671_b

TÍTULO Bomba explode a Norte

DATA 28-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: Dois actos políticos menores, mas violentos, ocorreram numa pequena localidade perto do Porto. Desconhecem-se os culpados, mas existem rumores que atribuem a responsabilidade tanto a grupos de esquerda como de direita. Fim do Sumário.

1. A imprensa de Lisboa de 26 de Agosto traz umas pequenas notícias sobre a explosão, a 24 de Agosto, na freguesia de Lavra (perto do Porto), de um pequeno engenho colocado perto da janela do Salão da Junta de Freguesia. A reunião que aí decorria, e o presumível alvo do(s) bombista(s) desconhecido(s), era do Movimento Democrático dominado pelo Partido Comunista (PCP). Total de baixas: uma janela partida, cortes menores em dois dos presentes devido a estilhaços de vidro.

2. Apesar da investigação policial ainda estar a decorrer, os organizadores da reunião e a célula local do PCP não perderam tempo em denunciar o acto «terrorista». O comunicado do PCP considera o acontecimento como inseparável da «campanha reaccionária espalhada por todo o país». O comunicado também relaciona a explosão à não conclusão do programa de «limpeza» política dos elementos associados com o anterior regime dos órgãos de governo locais. (Os membros da Junta local recusam-se a sair e ser substituídos por novos «representantes do povo», seleccionados numa reunião pública, na freguesia, a 18 de Maio. O Movimento Democrático tem procurado a remoção da actual Junta).

3. Reforçando a confusão, uma segunda pequena explosão ocorreu na manhã do dia seguinte (25 de Agosto). A explosão ocorreu perto do Salão da Junta, mas não era

dirigida contra qualquer alvo específico. Não houve estragos nem mais especulações na imprensa sobre o motivo ou a identidade do bombista.

4. Comentário: De acordo com informações recebidas pelo cônsul do Porto, a primeira explosão foi trabalho de forças «direitistas», já que foi provavelmente plantada por amigos da Junta de Freguesia. A segunda explosão pode ter sido trabalho de forças de esquerda, a fim de mostrar aos oponentes que também são capazes de jogar.

TELEGRAMA 1974LISBON 03686_b

TÍTULO Reunião anual do BIRD/FMI

DATA 29-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. A delegação portuguesa às reuniões referidas é a que se segue:

BIRD:

Dr. José da Silva Lopes, ministro das Finanças, chefe da delegação;

Dr. Vítor Constâncio, secretário de Estado para o Planeamento Económico;

Dr. Hernâni Caeiro Pereira, presidente do Banco de Fomento Nacional;

Dr. Alexandre Vaz Pinto, presidente da Sociedade Financeira Portuguesa;

FMI:

Dr. Jacinto Nunes, governador do Banco de Portugal, chefe da delegação;

Dr. Carlos Saldanha do Valle, quadro do Banco de Portugal.

2. Mais uma pessoa poderá ser nomeada para a delegação do FMI, de acordo com o Dr. Do Valle. Quanto aos assuntos, ele disse que a delegação portuguesa ao FMI não tem questões concretas a colocar, seja com o FMI, seja bilateralmente com o Governo dos EUA.

3. O ministro das Finanças, Silva Lopes, informou-nos que ele pretende discutir questões conosco mais próximo da reunião, mas nada que queira comunicar já. Acreditamos que ele poderá pedir algumas discussões bilaterais.

⁶⁸ BIRD: Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento.

TELEGRAMA 1974LISBON 03687_b

TÍTULO Mobilização militar numa TAP paralisada por greve

DATA 29-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: A TAP foi colocada sob mobilização militar devido à greve do Sindicato da Manutenção, que decorria há um dia. A greve, realizada apesar da oposição do comité intersindical da empresa e da tentativa de mediação do ministro do Trabalho, também afectou as companhias aéreas que recebem apoio da TAP na manutenção. A imprensa relata que os restantes trabalhadores não apoiaram a greve, até porque a negociação colectiva tem decorrido com normalidade. Do ponto de vista do Governo, a greve foi particularmente inoportuna porque a TAP, além de desenvolver a sua actividade normal, está a garantir um número extra de voos para Angola e Moçambique e a ajudar a repatriar tropas da Guiné-Bissau.

1. Ao fim da tarde de 27 de Agosto, o ministro da Comunicação Social, Sanches Osório, anunciou na televisão que o Conselho de Ministros tinha decidido colocar a TAP sob mobilização militar e lei marcial devido à greve dos trabalhadores da Manutenção, que começou às 19h de 26 de Agosto. Este movimento é justificado face aos custos para a Nação e face à necessidade militar de continuar os voos de repatriamento das tropas da Guiné-Bissau.

2. O porta-voz dos 2500 trabalhadores da divisão de Manutenção e Engenharia, citando o que consideram ser os interesses de classe opostos dos 24 sindicatos da transportadora aérea, e condenando o comité intersindical e os representantes dos trabalhadores na administração da empresa por impedirem a satisfação das suas reivindicações, submeteram uma lista de reivindicações próprias a 18 de Agosto com o prazo limite das 15h30 de dia 26 de Agosto. A lista incluía, entre outras reivindicações: o

«saneamento» da administração; um salário base de 16 000 escudos (640 dólares) por mês; proibição do despedimento sem justa causa; julgamento da «criminosa polícia anti-distúrbios» que «invadiu» as instalações da TAP durante uma disputa em 1973; e a punição dos responsáveis pelos despedimentos realizados antes do 25 de Abril.

3. A 26 de Agosto, o ministro do Trabalho, Costa Martins, reuniu-se no Ministério com a administração, o comité intersindical e representantes dos trabalhadores da Manutenção, e depois fez uma aparição pessoal na empresa, onde os trabalhadores se recusaram a negociar através de representantes eleitos tendo o ministro recusado-se a negociar com a massa.

4. Depois da decisão de greve, foram estabelecidos piquetes e a TAP começou a cancelar os seus voos «por razões operacionais», sem qualquer aviso prévio aos seus passageiros. Como a TAP garante serviços de apoio a um conjunto de outras companhias aéreas (só a Pan AM, a TWA, a Lufthansa, a SAS e a BEA terão os seus próprios serviços), estas foram igualmente forçadas a cancelar os seus voos para Lisboa. Os únicos voos que tinham manutenção, por ordem do Governo, eram os voos da Guiné-Bissau.

5. Os relatos iniciais indicavam que os restantes quase 9000 trabalhadores da TAP (6500 em Lisboa) estavam a honrar ou mesmo apoiar a greve. No entanto, os últimos relatos na imprensa dizem que o comité intersindical da empresa declarou o seu não apoio à greve, e que «numerosos» outros trabalhadores estavam a cantar «Greve Não» e tinham editado o seu próprio comunicado apontando que uma matéria desta importância deve ser uma decisão conjunta de todos os trabalhadores. Quer o Governo, quer a administração, quer a comissão intersindical, todos apontaram que a negociação colectiva estava a decorrer com normalidade, com mais de 120 cláusulas já acordadas, sendo esta greve contrária aos interesses da maioria dos trabalhadores. Um membro da administração da TAP

afirmou à imprensa que a greve era totalmente política e divisionista, e servia os interesses do Movimento de Esquerda Socialista (MES) e do maoista MRPP. Em resposta, os trabalhadores da Manutenção declararam que eles eram apoiados por quase todos os sectores da empresa, excepto pela «aristocracia pequeno-burguesa» de trabalhadores bem remunerados do aeroporto e do pessoal de voo, e condenaram a tentativa do Governo de incitar a opinião pública contra eles.

6. De acordo com funcionários da embaixada, havia tropas no aeroporto ontem à noite, mas hoje de manhã não eram visíveis. No entanto, não há uma indicação de quando os voos serão retomados.

7. Comentário: A greve vem exactamente na altura em que a TAP estava a realizar serviços extraordinários. Já em plena época alta de Verão, a TAP tem providenciado até oito voos extra por dia para Angola e Moçambique, (já que todos os voos regulares de lá estão cheios até Outubro), e desde o fim-de-semana passado a companhia recebeu a tarefa, conjuntamente com a Força Aérea, de repatriar tropas e equipamento da Guiné-Bissau, o que tem significado, pelo menos inicialmente, até dez voos por dia. Veio ainda numa altura em que outras companhias aéreas estavam a ter greves próprias parciais. A mobilização militar da TAP pelo Governo demonstra, como aconteceu com as acções face à recente greve nos CTT, que o Governo não permitirá perturbações nos sectores que considere vitais.

TELEGRAMA 1974LISBON 03700_b

TÍTULO Circula documento a exigir a abolição da Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas

DATA 29-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: Correspondentes estrangeiros reportam ter visto documento que circula entre os militares que, entre outras coisas, apela ao regresso da hierarquia militar e da disciplina, ao uso de processos democráticos no seio do Movimento das Forças Armadas e a abolição da Comissão Coordenadora do MFA. Fim do Sumário.

1. Correspondentes estrangeiros⁶⁹ reportam ter visto um documento que circula entre os militares para assinatura que contém as seguintes reivindicações (tradução do português pelo correspondente):

a) Que a Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA) seja abolida⁷⁰;

b) Que a selecção dos membros que preencherão as futuras vagas no Conselho de Estado seja feita democraticamente;

c) Que seja restringido o uso de militares para preencher posições essencialmente civis;

d) Que seja rapidamente restabelecida a hierarquia militar;

⁶⁹ Os jornalistas (neste caso correspondentes estrangeiros) reportam à embaixada.

⁷⁰ É muito significativo que esta seja a primeira reivindicação. Mas todo o programa da conspiração spinolista assenta nos mesmos traços, que serão usados em futuras conspirações e golpes de Estado.

e) Que o sentido da disciplina seja recriado nas Forças Armadas;

f) Que o MFA seja alargado para incluir todos os oficiais que aceitem o espírito do MFA e declarem a sua lealdade ao Programa do MFA.

2. O documento, que não tinha data nem título, e que não tinha quaisquer assinaturas, conclui que «os abaixo-assinados comprometem-se a garantir e apoiar o respeito e a obediência da hierarquia das Forças Armadas e da Junta de Salvação Nacional.»

3. O correspondente também alega que o documento em questão se queixa de reuniões clandestinas, tidas a 7 e 8 de Agosto, onde «foram atacadas as mais altas autoridades». Além disso, o documento diz que a Comissão Coordenadora do MFA não está prevista no Programa do MFA, e por isso é ilegítima.

4. Comentário: Foi-nos explicado pelo DAO [adido militar dos EUA] que este documento foi esboçado por quatro militares e foi assinado por Costa Gomes. O documento circula entre os oficiais do quadro para determinar as suas visões sobre o papel futuro da Comissão Coordenadora do MFA. O facto de Costa Gomes figurar entre os assinantes mostra que ele está firmemente a favor do regresso da hierarquia regular⁷¹.

5. Aparentemente há uma divisão no MFA sobre, entre outras coisas, a questão da democracia no seio do Movimento. Quatro dos dirigentes do MFA na Guiné (Alferes Barros Moura, Tenente Sabino Guerreiro, Capitão Jorge Alves e

Capitão Duran Clemente) aludiram ao carácter não democrático do processo de decisão na metrópole numa entrevista na TV, onde alegaram que, em contraste com a metrópole, na Guiné-Bissau, todos «os oficiais, os sargentos e os homens alistados» podem participar no processo de decisão, e sugeriram que essa prática fosse seguida nos outros locais.

6. Sobre a abolição da Comissão Coordenadora Política do MFA, o respeitado semanário *Expresso* refere-se, na sua edição de 24 de Agosto, a um ainda não publicado protocolo anexo ao Programa do MFA, que, alegadamente, está de acordo com a abolição desta Comissão num tempo não especificado, depois do 25 de Abril. O *Expresso* sugere que a recusa do MFA em respeitar o protocolo se baseia no facto de a sua continuação ser ainda necessária para garantir o respeito pelo Programa do MFA.

⁷¹ A própria embaixada, mais à frente, corrige esta informação, dizendo que a assinatura de Costa Gomes não está como a de subscritor do documento, mas aparece a autorizar a circulação do documento.

TELEGRAMA 1974LISBON 03702_b

TÍTULO Disputa laboral envolvendo a aviação estrangeira

DATA 30-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. As linhas aéreas estrangeiras parecem dirigir-se a uma greve, no dia 2 de Setembro, que iria reduzir seriamente o tráfego internacional.

2. Os trabalhadores das linhas aéreas estrangeiras anunciaram publicamente que convocariam uma greve para 2 de Setembro se não fosse atendida a sua reivindicação de acabarem todos os despedimentos sem justa causa. O presidente da Associação de Transportadoras Estrangeiras informou-nos que as companhias aéreas não estão dispostas a ceder, mas que poderia concordar com a proposta do Ministério, de estabelecer uma comissão para avaliar os casos de demissão. Ele duvida, no entanto, que os trabalhadores possam ser persuadidos a retirar uma anterior rejeição dessa proposta.

3. Antevendo uma greve, a Associação das Linhas Aéreas Estrangeiras solicitou uma reunião com o director-geral da Aviação Civil para discutir as medidas de segurança que serão tomadas para proteger a propriedade das linhas aéreas.

4. Comentário: Dada a intransigência das partes nesta disputa, a chave para uma solução está de momento no Ministério do Trabalho. Para evitar uma greve, poderá ser necessária uma intervenção de força do Governo.⁷²

⁷² Esta luta é por algo tão básico – a proibição do despedimento sem justa causa – que está aqui para nos recordar que aquilo que hoje achamos ser «básico» só foi conquistado com a Revolução e a luta dos trabalhadores, e posteriormente consagrado na Constituição. Por outro lado, a resposta do patronato às reivindicações e o comentário da embaixada sobre a necessidade de uma intervenção «de força» do Governo revelam o que ambos esperam de um Governo «democrático» – que reprima a justa luta dos trabalhadores.

TELEGRAMA 1974LISBON 03706_b

TÍTULO Implementação de uma reforma fiscal parcial

DATA 30-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: De acordo com o Programa do MFA, que promete uma reforma fiscal, a primeira fase dessa reforma foi implementada a 20 de Agosto. Foram revistas as taxas de diversos impostos, directos e indirectos. Foi prometida uma reforma fiscal completa para o futuro. Fim do Sumário.

1. O decreto-lei 375, que prevê uma reforma parcial do sistema fiscal, foi promulgado a 20 de Agosto. O preâmbulo do decreto-lei descreve-o como um primeiro passo para uma reforma fiscal completa, que é uma das maiores prioridades do MFA e do Governo Provisório. Embora seja reconhecidamente um começo «modesto», pretende «corrigir algumas das distorções mais marcantes» rumo a um sistema tributário mais eficiente e simplificado. Esperam «contribuir significativamente, embora ainda não suficientemente», para uma distribuição mais equilibrada da carga tributária.

2. Ao explicar o decreto na televisão nacional, o secretário de Estado do Orçamento, António Costa Leal, salientou que as novas medidas beneficiariam os grupos de rendimentos mais baixos, e observava que as pessoas de rendimentos superiores têm de fazer «maiores sacrifícios financeiros». Alguns dos principais benefícios para os sectores mais pobres são:

1) Aumentar o valor mínimo tributável no imposto de rendimentos, aliviando os agregados de menores rendimentos da responsabilidade fiscal;

2) Diminuir as taxas de imposto para o segundo grupo de menores rendimentos;

3) Aumentar as deduções pessoais, dos dependentes e outras;

4) Aumentar a isenção de impostos imobiliários rurais para agricultores e camponeses. Inversamente, os agregados de rendimentos mais elevados terão taxas mais altas e pagarão impostos sobre o consumo de bens de luxo mais elevados. O imposto sobre vendas de produtos essenciais permanecerá inalterado. O decreto-lei também refere medidas destinadas a combater a especulação urbana, prevendo um pesado imposto sobre lotes urbanos não urbanizados e medidas de incentivo à produção agrícola com a tributação de terras férteis não utilizadas.

3. O Governo português espera que a combinação das medidas acima descritas contribua para um ligeiro aumento das receitas fiscais, com o grosso do aumento a vir dos impostos indirectos (vendas e selo), que fornecem mais de dois terços da receita fiscal. Costa Leal refere que Portugal tem uma das cargas tributárias mais leves (arrecadação em percentagem do PIB) na Europa, e que são necessárias maiores receitas para redistribuir rendimentos através da amplificação dos serviços públicos. Não estão ainda disponíveis estimativas do total de aumento da colecta de imposto nem da repartição entre o tipo de imposto.

4. Tanto o preâmbulo do decreto-lei como o próprio Costa Leal, repetidamente salientam que estas medidas são apenas a primeira fase da reforma tributária. O secretário de Estado prometeu que a segunda fase ocorreria em alguns meses. A fase 2, actualmente em estudo numa Comissão Especial Interministerial, pode incluir uma revisão significativa dos impostos comerciais (industriais) e impostos sobre os rendimentos de títulos. Vai tentar ainda corrigir «distorções» existentes e adaptar o sistema tributário às necessidades políticas e económicas de desenvolvimento. Um segundo grupo de estudo foi estabelecido para reformar a administração tributária e os procedimentos de cobrança para reduzir a evasão fiscal.

5. [Detalha as alterações]

6. Comentário: Na sequência do discurso do primeiro-ministro sobre a economia, o bloqueio sobre a legislação económica parece ter sido, pelo menos, parcialmente quebrado. Uma lei para a greve e o *lock-out* foi promulgada, e outras medidas (por exemplo, a nacionalização de bancos de emissão e a contratação laboral) são relatadas como superando dificuldades existentes. Quanto à lei da reforma fiscal, pelo descrito acima é modesta. As reacções contidas nas informações concretas que foram sendo publicadas indicam que o Governo conseguiu demonstrar as suas intenções de melhorar a vida dos mais desfavorecidos sem alarmar os que estão no topo da escala dos rendimentos.

TELEGRAMA 1974LISBON 03707_b

TÍTULO Conversa ao almoço com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, a 28 de Agosto

DATA 30-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: Durante a conversa ao almoço com um funcionário da embaixada, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, disse que assistiria à cerimónia de transferência de poder, em Bissau, a 10 de Setembro, e que vai realizar mais uma ronda de conversações com a Frelimo a 5 de Setembro. Soares negou que o seu ministério tenha recebido qualquer oferta árabe como recompensa pela não renovação da Base das Lajes e negou que os soviéticos tenham solicitado permissão para estabelecer um consulado nos Açores. Soares também disse que a China está disposta a estabelecer relações assim que o processo de descolónização esteja acertado com Moçambique. Fim do Sumário.

1. Quatro funcionários da embaixada participaram no almoço a 28 de Agosto com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, o embaixador português na ONU, Veiga Simão, o assessor de Soares e líder do Partido Socialista, Jorge Campinos, e o funcionário do ministério, Sá Machado.

2. Durante a conversação, Soares tinha o seguinte para dizer sobre a reunião em Argel com o PAIGC: os portugueses sugeriram que a cerimónia final de transferência de poder para o PAIGC fosse realizada em Bissau e em Lisboa, a 12 de Setembro (aniversário do mártir do PAIGC, Amílcar Cabral). No entanto, para sua surpresa, a delegação do PAIGC sugeriu que a cerimónia fosse realizada a 10 de Setembro. Soares disse que mais tarde descobriu pelo Presidente argelino Boumédiène que os guineenses na delegação vetaram o dia 12 porque seria um elogio a um cabo-verdiano (embora nascido na Guiné, Amílcar era

cabo-verdiano). Soares disse que as tensões entre os guineenses e os cabo-verdianos estavam em ascensão, e que a questão da data apenas reflecte a gravidade dessa disputa que é essencialmente racial.

3. Segundo Soares, o PAIGC, que originalmente tinha insistido numa cerimónia tripartida (Lisboa, Bissau e Conacri) aceitou deixar cair a parte de Conacri durante as negociações. Haverá uma cerimónia no dia 10 de Setembro em Lisboa e outra em Bissau, no mesmo dia, que será atendida por Soares e Almeida (ministro da Coordenação Interterritorial)

4. Perguntámos a Soares se as tropas portuguesas permaneceriam em Bissau depois de 31 de Outubro. Ele disse que tropas de combate não permanecerão. No entanto, o PAIGC solicitou uma extensa assistência portuguesa de todos os tipos e ele acredita que, nos acordos técnicos dessa assistência, será possível que médicos militares, bem como especialistas civis e militares possam permanecer. No entanto, os detalhes só serão acertados no futuro.

5. O ministro disse que iria para Lusaca a 5 de Setembro, para realizar mais uma ronda de conversações com a Frelimo. Está «muito optimista» com a possibilidade de as conversações rapidamente alcançarem o resultado pretendido, mas não garante que o acordo seja alcançado já nesta reunião. Ele disse que, ao contrário dos relatos da imprensa (e do que ele próprio esperava), Spínola está «inteiramente com ele» sobre o processo de descolonização de Moçambique. Embora ele não tenha dado detalhes, presumimos que Spínola pode ter concordado com uma maioria de pelo menos dois terços para representantes da Frelimo no governo provisório moçambicano.

6. Sobre a questão da suposta oferta árabe para a não renovação do acordo sobre a Base das Lajes, Soares negou qualquer verdade nessa história, afirmando que o seu

ministério nunca recebeu tal oferta. Soares disse que o presidente Boumédiène também tinha feito a mesma pergunta e que ele lhe tinha dado a mesma resposta, que não havia qualquer fundamento. Ele sorriu e disse que se Portugal tivesse recebido tal proposta não a negaria, para assim colocar pressão sobre o Governo dos EUA. Ele sugeriu que o rumor original pode ter sido espalhado por «agentes israelitas»⁷³.

7. Da mesma forma, Soares negou totalmente que os soviéticos procurassem estabelecer um consulado nos Açores. Quanto ao número de russos que integrariam a nova Embaixada Soviética em Lisboa, disse que tinha na cabeça o número de 23. Sá Machado, rindo, disse que seriam tantos ou mais que os funcionários da Embaixada dos EUA.

8. Soares disse que os chineses querem estabelecer relações com Portugal assim que os acordos de descolonização estejam trabalhados com Moçambique (Comentário: aparentemente a China não insiste agora num acordo prévio com Angola). Questionado sobre como seria com Taiwan, Soares sorriu e disse «você, americanos, mostraram-nos a resposta a esta questão, seguiremos o vosso exemplo».

⁷³ Talvez valha a pena chamar a atenção que, uns telegramas acima, é um colaborador de Soares que confirma que a proposta foi recebida.

TELEGRAMA 1974LISBON 03710_b

TÍTULO Nacionalização dos bancos portugueses de emissão

DATA 30-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. Inserido num comunicado oficial da semana passada estava o anúncio de que o Conselho de Ministros tinha pensado em nacionalizar os três bancos emissores de Portugal: Banco de Portugal (Portugal metropolitano), Banco de Angola e Banco Nacional Ultramarino (Moçambique e todos os outros territórios). Não foi dada qualquer indicação sobre quando essas leis poderiam aparecer.

2. O referido anúncio provocou grandes títulos, e alguns interpretaram-no como um prelúdio para mais nacionalizações pelo Governo Provisório.

3. Comentário: A reacção foi inflacionada. Em primeiro lugar, porque logo depois da Revolução o Governo informou que defendia a nacionalização destes três bancos. Assim, como indicação do pensamento do Governo, o anúncio de que estava a pensar em Leis sobre este assunto não é novo. Em segundo lugar, como questão prática, a nacionalização, quando ocorrer, não será particularmente significativa. O Governo de há muito que controla a administração dos três bancos. Ninguém, seja no Governo ou nos círculos bancários, considera a nacionalização dos bancos emissores como um primeiro passo para assumir a banca comercial. Vêem-no mais como um passo que ajusta as práticas portuguesas com as de outros países.

TELEGRAMA 1974LISBON 03717_b

TÍTULO Socialistas e PPD saem do Movimento Democrático

DATA 30-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: O Partido Socialista e o PPD romperam com o Movimento Democrático (MDP) dominado pelos comunistas e retiraram os seus militantes da organização. A acção foi tomada quando o Partido Socialista soube que os comunistas pretendiam transformar o MDP num partido que apresentaria candidatos nas próximas eleições nas áreas onde o PCP é mais fraco. Fim do Sumário.

1. A Comissão Política do Partido Socialista reuniu-se na noite de 28 de Agosto para considerar a posição do partido face ao Movimento Democrático (MDP), dominado pelos comunistas, que junta socialistas, MES (Movimento da Esquerda Socialista), PPD e comunistas. Os socialistas tinham a informação de que em breve os comunistas iriam fazer uma proposta formal para que o MDP fosse transformado num Partido Político, e que os comunistas pretendiam usar o MDP nas áreas rurais onde o apoio ao PCP parece mais fraco.

2. Dez dos 14 membros da Comissão Política do PS participaram na reunião (o ministro da Justiça, Salgado Zenha, participou; Mário Soares não participou). Ramos da Costa apresentou uma moção para que o PS se separe do MDP com base em que: (a) Se estava a tornar uma óbvia ferramenta do PCP; (b) Que todos os membros da coligação tinham acordado que o MDP não apresentaria candidatos.

3. Foram apresentadas duas contrapropostas a favor da continuação do PS no MDP. Estas propostas eram de pesos-leves do partido e foram fortemente combatidas por Zenha, Ramos da Costa e outros. Finalmente, às 2h da manhã a Comissão Política decidiu, por unanimidade, a ruptura com o MDP.

4. O comunicado do PS, emitido a 29 de Agosto, diz que os socialistas «retiram o seu apoio da CDE (MDP) em Lisboa e das organizações dela dependentes, nomeadamente o MDM (Movimento Democrático de Mulheres) e MJT (Movimento de Jovens Operários), enquanto a CDE de Lisboa não declare explicitamente que não apresentará candidatos à Constituinte».

5. A resposta do MDP lamentou que o PS tenha tomado tal atitude quando as forças reaccionárias também o atacam. O MDP diz que é verdade que discutiu a possibilidade de participação em eleições futuras, mas que nenhuma decisão será tomada antes da publicação da nova lei eleitoral, pelo que considera o ultimatum do PS prematuro. Que esta não é a altura de pensar quantos votos terá cada partido, mas sim que votos terá a direita política se as forças progressistas não se unirem.

6. A resposta do MDP ao PS não constitui a aceitação das suas condições. A declaração do MDP, de que tem um papel importante a desempenhar no futuro, é interpretada pelo líder socialista⁷⁴ como uma indicação clara de que as informações do PS são correctas, e que o MDP pretende apresentar os seus próprios candidatos no futuro.

7.0 Partido Comunista emitiu um comunicado expressando solidariedade com o MDP e «enfatizando o importante papel que o MDP, com uma base popular onde participam portugueses de todas as tendências políticas, continua a ter na actual situação política».

8. Depois da retirada do PS, a Comissão Executiva do PSD também emitiu um comunicado formalizando a sua não par-

ticipação no MDP (que já não acontecia). A declaração do PPD sublinhava que nunca tinha participado na estrutura do MDP apesar de ter ocasionalmente participado em actos do MDP. O comunicado do PSD diz que o MDP já não é legítimo, e que só aos partidos políticos deve ser autorizada a apresentação de candidatos às próximas eleições.

9. Comentário: É altamente improvável que esta ruptura do PS e do PSD com o MDP possa ser revertida. O MDP deverá pressionar os socialistas para regressar, e esperará que uma decisão nesse sentido possa sair do Congresso de Dezembro do PS. A decisão do PS de sair do MDP não significa que eles não formarão algum tipo de aliança com a esquerda no futuro. No entanto, o partido quer demonstrar primeiro, nas eleições para a Assembleia Constituinte, o apoio que tem para que esteja em melhor posição de negociação se (na segunda volta das eleições no final de 1975) optar por uma estratégia de aliança. A tentativa de o MDP se institucionalizar como Frente Eleitoral é vista pelos socialistas como um truque sujo, que não ganhariam nada com isso e perderiam muito.

10. O PPD rejubilou com o facto de o PS ter dado o **primeiro passo** para romper com o MDP, algo que há muito queria fazer, mas não ousou por medo de ser acusado de dividir as forças democráticas. É agora provável que o PSD tente atrair o PS para uma futura aliança eleitoral com eles. Não é de forma alguma seguro que o PS esteja receptivo à oferta. As opções de o PS concorrer sozinho ou negociar com o PCP não estão encerradas.

⁷⁴ Estamos em Agosto, o 25 de Abril foi há quatro meses, há um processo para consolidar e faltam oito meses para as eleições. Qual é a preocupação de Mário Soares: o melhor resultado eleitoral possível do PS.

TELEGRAMA 1974LISBON 03718_b

TÍTULO A FSM planeia organizar «Conferência Mundial do Trabalho em apoio do povo chileno» em Lisboa de 11 a 15 de Setembro

DATA 30-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: A FSM [Federação Sindical Mundial] planeia convocar uma Conferência Mundial do Trabalho em apoio ao Chile, em Lisboa, de 11 a 15 de Setembro. A Federação Sindical portuguesa hospedará os convidados. Até agora, os partidos Comunista e Socialista não indicaram se participam abertamente. Mitigando a sua participação está o desejo de ambos de não serem colocados numa situação de terem de criticar o Governo dos EUA. Fim do Sumário.

1. De acordo com o jornal comunista *Notícias da Amadora* (10 de Agosto), será organizada em Lisboa, entre 11 e 15 de Setembro, uma Conferência Internacional do Trabalho em solidariedade com o povo chileno. Cremos que o principal promotor é a FSM, que espera ganhar outras organizações sindicais a participar.

2. O objectivo da Assembleia de quatro dias é manifestar a solidariedade activa para com os trabalhadores e o povo do Chile e discutir a melhor forma de executar e intensificar as acções dos sindicatos e dos trabalhadores de todo o mundo para: (a) Colocar um fim imediato à repressão e a liberdade para todos os presos políticos e sindicalistas; (b) Final do Estado de Sítio, e estabelecimento das liberdades democráticas e sindicais no Chile.

3. A Intersindical portuguesa, como anfitriã, pede a cada delegação participante na Conferência para pagar a sua própria viagem e outras despesas em Lisboa, e para ajudar a compensar as despesas com a organização contribuindo com 100 dólares por delegação. As línguas de trabalho da Conferência serão português, espanhol,

francês, alemão, inglês, árabe e russo. (Comentário: o órgão do PCP, *Avante!*, de 23 de Agosto, publicou pequeno anúncio para tradutores de espanhol, francês, inglês, italiano, alemão e russo. Esse pedido pode estar relacionado com a Conferência.)

4. Esta Conferência segue-se à celebração em todo o mundo (entre 4 e 11 de Setembro) da «semana Chilena». O Conselho para a Paz e a Cooperação, em nome do Conselho Mundial da Paz, convidou os seguintes grupos locais para participar na semana chilena: Partido Comunista; Partido Socialista; Movimento Democrático Português (coligação, dominada pelos comunistas, de Comunistas, Socialistas, sociais-democratas e independentes); Intersindical (Federação Sindical Nacional); Movimento da Juventude Trabalhadora (organização de jovens trabalhadores, dominada pelos comunistas); Movimento Democrático de Mulheres (grupo de mulheres, dominado pelos comunistas). A declaração apela aos militantes dos grupos acima mencionados para participarem nas actividades da semana, apresentando-o como um dever internacional, mas integrado na necessidade de lutar contra um possível ressurgimento do fascismo em Portugal.

5. Além dos grupos mencionados, todos os «democratas» e amigos do Chile para organizarem assembleias, festivais e reuniões sobre o Chile, e para exigir a saída da prisão de Luís Corvalán, Clodomiro e outros presos. As pessoas também devem inundar a Junta Militar chilena com telegramas de protesto contra o governo «fascista» do Chile.

6. Até agora, os comunistas, os socialistas e a Liga Comunista Internacional (um pequeno grupo trotskista) indicaram que participarão na semana do Chile. No entanto, nem o Partido Socialista nem o Partido Comunista publicaram uma declaração sobre a intenção de participar na Conferência Sindical Internacional que se seguirá à semana do Chile. No que respeita à Conferência Sindical, o líder do Partido Socialista (PS) disse a um

funcionário da embaixada, a 30 de Agosto, que o PS não é responsável pelo convite à participação na Conferência e ainda não decidiu se pretende participar.

7. Quer o PCP, quer o PS têm, desde o golpe de 25 de Abril, evitado críticas directas ao Governo dos EUA. É seguro que o Governo dos EUA receberá pesados ataques no período de 11 a 15 de Setembro. Não é seguro que, quer o PS, quer o PCP desejem estar abertamente associados com uma Conferência que provavelmente produzirá retórica e resoluções críticas do Governo dos EUA.

TELEGRAMA 1974LISBON 03729_b

TÍTULO Lei da greve promulgada

DATA 30-08-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Sumário: A há muito esperada lei da greve foi promulgada. Reconhece direitos, quer aos empregados, quer aos empregadores. A lei enfatiza a responsabilidade de as partes, numa disputa laboral, desempenharem os seus papéis de forma ordeira, disciplinada e apolítica. O Governo português vai manter uma vigilância próxima e institucionalizada sobre as disputas laborais e intervirá directamente quando as partes não consigam resolver por si próprias as questões pendentes. Perspectivas: a nova lei dará um contributo para eliminar a praga de greves que aflige o país desde 25 de Abril, mas terá que ser reforçada por legislação complementar sobre sindicatos, contratação colectiva e as responsabilidades dos empregadores. Fim do Sumário.

1. Depois de um atraso de dois meses face ao «prazo» original colocado para a promulgação, o Governo português emitiu o primeiro de uma série de decretos-lei que afectam vitalmente o sector laboral. A nova lei regulamentando o direito dos trabalhadores à greve e do patronato ao *lock-out* foi promulgada a 28 de Agosto, na sequência da aprovação do texto pelo Conselho de Estado.

2. Enquanto a arma da greve é agora um direito legalmente reconhecido aos trabalhadores portugueses, pela primeira vez em 40 anos, o seu uso tem procedimentos cuidadosamente circunscritos, é afastado em certas condições e totalmente proibido em sectores vitais específicos. Os grupos limitados incluem: (a) Os militares, os paramilitares, a polícia, os bombeiros, os guardas-prisionais e as autoridades judiciais não podem fazer greve. (b) Os empregados dos governos nacional e local

terão direito à greve, mas apenas de acordo com os termos de uma outra lei, ainda não promulgada. (c) Aos trabalhadores das «empresas de utilidade pública» (defesa nacional, banca, comunicações e transportes públicos, saúde, funerárias, recolha de lixo, distribuição de água, leite e electricidade) é exigido que assegurem a continuação do serviço público durante a greve e é-lhes exigido um maior período de pré-aviso que aos trabalhadores dos outros sectores (dez em vez de sete dias).

3. Os seguintes tipos de greve não são permitidas: (a) As convocadas por razões políticas e religiosas; (b) Greves de «solidariedade» com trabalhadores que não tenham interesse profissional directo e estejam em greve noutra empresa (a não ser que esses trabalhadores sejam empregados em diferentes filiais de uma mesma empresa); (c) As greves convocadas para procurar alterações a acordos ou contratos colectivos já existentes (excepto os que sejam anteriores à revolução do 25 de Abril); (d) Paragens parciais de trabalho, quando essas paragens ocorram num sector estratégico de uma firma e estejam orientados a perturbar a produção; (e) As greves convocadas apesar de a administração ter aceitado substancialmente as reivindicações dos trabalhadores.

4. As limitações nos procedimentos incluem: (a) Um período obrigatório de congelamento de 30 dias, no qual devem realizar-se negociações, conciliações e uma mediação; (b) Um pré-aviso de greve de sete dias úteis, com o aviso a ter que ser dado simultaneamente ao empregador e ao Ministério do Trabalho; (c) O pré-aviso de greve deve incluir uma declaração formal das causas e objectivos da greve, e deve nomear os representantes escolhidos pelos trabalhadores para negociar um acordo; (d) As greves só podem ser autorizadas por sindicatos de trabalhadores, ou, se o sindicato não existir no sector afectado, por um plenário de trabalhadores convocado para esse efeito.

A Assembleia pode, ela própria, convocar uma greve se 50% dos trabalhadores empregados na empresa afectada apoiarem a greve (ou seja, a não ser que 100% dos trabalhadores estejam no Plenário, a percentagem necessária para convocar greve é superior a 50% dos presentes no plenário) ou a Assembleia pode delegar essa autoridade num grupo «intersindical» legalmente reconhecido.

5. O direito dos empregadores fazerem *lock-out* é igualmente reconhecido, apesar da sua efectiva utilização ser limitada a circunstâncias específicas: (a) Não pode ser usado para obrigar os trabalhadores a aceitar as condições laborais dos patrões; nunca pode ser utilizado por «empresas de utilidade pública»; (b) Pode ser usado se os trabalhadores (ilegalmente) ocuparem as instalações ou se envolverem em sabotagem ou destruição de equipamentos da firma: o *lock-out* deve terminar quando a segurança for restabelecida; (c) pode ser usado se os trabalhadores não respeitarem outras obrigações que lhes são impostas por lei; nessas circunstâncias, deve ser dado um pré-aviso de sete dias, quer aos sindicatos, quer ao Ministério do Trabalho.

6. A legislação que deve sair brevemente sobre a contratação colectiva deverá, presumivelmente, assegurar que é garantido o interesse do Governo português em alcançar uma rápida resolução das disputas laborais. Entretanto, a lei da greve exige, em firmas ameaçadas de greve, o estabelecimento de Comissões *Ad Hoc* com dois representantes da gestão, dois do trabalho e um do Ministério do Trabalho. (A lei não especifica os poderes do representante do ministro, que só está encarregado de presidir às reuniões da Comissão).

7. Comentário: A lei da greve está desenhada para manter um equilíbrio cuidadoso entre a protecção dos direitos dos trabalhadores à greve e o interesse do Estado em manter a ordem pública e a produtividade nacional. Entre as duas, é o interesse do Estado que recebe um

tratamento «mais igual». A ênfase é colocada nos procedimentos ordinários. Artigos específicos estimulam ambos os lados a manter negociações durante a disputa, enquanto os trabalhadores são estimulados a não cometer actos destrutivos e a permitir que a gestão garanta a segurança das instalações no decorrer de uma greve. O direito a continuar a trabalhar dos trabalhadores que não fazem greve também é garantido. As penalidades, que podem atingir os 200 000 escudos, podem ser impostas em casos de violência ou do não cumprimento pelas partes em disputa dos prazos estabelecidos por lei. Ao estabelecer um procedimento elaborado que deve preceder a convocatória de uma greve (necessidade de explicar as causas da greve, os seus objectivos; identificação de quem está autorizado a convocar uma greve), o Governo português parece ter como objectivo as perturbações laborais espontâneas que têm ocorrido desde 25 de Abril, muitas das quais contaram com a oposição da Intersindical ou das lideranças sindicais formais. No entanto, apesar desta lei ajudar a estabilizar o actual turbulento cenário sindical, não pode fazer o trabalho necessário, a não ser que acompanhada rapidamente de legislação complementar. O Ministério do Trabalho, já inundado com um sem fim de reivindicações, quer dos trabalhadores, quer dos empregadores, não conseguirá desempenhar o seu papel institucionalizado. As prerrogativas legais não ajudarão os Sindicatos e a gestão a lidar de forma expedita com aceleradas exigências dos trabalhadores. A potencial efectividade da lei da greve dependerá da rápida promulgação de medidas complementares sobre sindicatos, contratação colectiva e responsabilidade dos empregadores.

8. O texto da lei segue por mala.



1974LISBON

Setembro



TELEGRAMA 1974LISBON 03733_b

TÍTULO Comentários do ministro dos Negócios Estrangeiros sobre a Base das Lajes

DATA 03-09-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. Os jornais daqui reportam que o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, durante a visita aos Açores, foi entrevistado no Terminal das Lajes, a 31 de Agosto, e fez as seguintes afirmações: a) Estava a visitar a Base a convite da embaixada simplesmente para ter ideia do tamanho e natureza das instalações, e não estava ali para conduzir quaisquer negociações. b) Somos amigos e aliados dos americanos e queremos manter a Base, mas pensamos que devemos ter alguma compensação para todos os portugueses, mas especialmente para os habitantes dos Açores, que é perfeitamente normal que beneficiem. c) Ele falará com Kissinger sobre a Base durante a Assembleia-Geral da ONU.

2. O Comando da Base poderá desejar providenciar à embaixada e ao secretário de Estado um relato mais completo das declarações de Soares e dos detalhes da sua visita à Base.

TELEGRAMA 1974LISBON 03710_b

TÍTULO Transporte aéreo das tropas portuguesas da Guiné-Bissau

DATA 03-09-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Num rápido encontro no *resort* de férias do Buçaco, o Presidente Spínola disse ao encarregado que os recursos «nacionais» (isto é, portugueses) serão suficientes para o regresso das tropas da Guiné-Bissau.⁷⁵

TELEGRAMA 1974LISBON 03710_b

TÍTULO Participação portuguesa em seminário americano de juizes

DATA 04-09-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. Um funcionário da embaixada colocou, a 22 de Agosto, o assunto da participação de juizes portugueses no Seminário do Reno ao ministro da Justiça, Salgado Zenha. O ministro informou a embaixada a 3 de Setembro que seis juizes participarão num dos dois programas e no *tour* a Washington.

2. O Governo português cobrirá os custos com o transporte transatlântico e local. Pedimos aprovação, o mais rápido possível, da atribuição de uma bolsa para despesas diárias durante o programa de duas semanas. Será necessária tradução simultânea no Seminário e um guia-intérprete em Washington.

(...)

⁷⁵ O que é relevante neste telegrama é o encontro com Spínola, e não o conteúdo mencionado desse encontro.

TELEGRAMA 1974LISBON 03756_b

TÍTULO Desenvolvimentos sobre o aeroporto

DATA 04-09-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. O secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, Ferreira Lima, informou-nos a semana passada que a decisão sobre o novo Aeroporto Internacional de Lisboa em Rio Frio será tomada nas próximas quatro ou cinco semanas.

2. Ferreira Lima disse que não há dúvidas para ninguém que Lisboa precisa de um novo aeroporto. No entanto, face às alterações que ocorrem nos territórios ultramarinos, o projecto previsto antes do 25 de Abril parece demasiado ambicioso. Ele espera que seja aprovado um plano prevendo um aeroporto que possa ir-se expandindo conforme se revelar necessário. Ferreira Lima não se comprometeu quando perguntado se o Governo continuaria a lidar apenas com aquelas empresas que já tinham sido pré-seleccionadas. Também disse que não estava decidido se o aeroporto seria um projecto chave-na-mão, ou construído na base de contratos separados para as diferentes fases.

3. Sobre o novo terminal de passageiros no actual Aeroporto de Lisboa (Portela), Ferreira Lima disse que estava a trabalhar num relatório que tem que entregar ao ministro (ministro das Obras Públicas e Ambiente) «dentro de cinco dias». Este terminal, disse, é essencial e deve ser construído o mais depressa possível. Ele não disse, no entanto, se apenas as firmas pré-seleccionadas poderiam concorrer à obra. Ele indicou que este seria um dos pontos onde o ministro teria agora de decidir.

4. Comentário: As necessidades do Aeroporto de Lisboa estão entre os projectos anteriores à revolução que estão a ser «repensados» pelo novo Governo. O Governo, no entanto, está completamente consciente que não pode adiar a

decisão por muito tempo se quer que o projecto se concretize quando faz falta. Acreditamos que Ferreira de Lima é sincero quando diz que as intenções sobre o novo aeroporto devem ser tornadas públicas dentro de um ou dois meses, mesmo antes do novo terminal de passageiros de Lisboa.

TELEGRAMA 1974LISBON 03770_b

TÍTULO Direita portuguesa unifica-se

DATA 04-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Três partidos de direita anunciaram a sua intenção de formar uma coligação eleitoral. Não é provável que a nova coligação tenha sucesso na competição, quer com o PSD, quer com o CDS, pelo voto conservador. Fim do Sumário.

1. Os líderes do Partido do Progresso - Movimento Federalista Português (PP-MFP), do Partido Trabalhista Democrático Português (PTDP) e do Partido Liberal emitiram um comunicado conjunto anunciando a sua intenção de estabelecer uma coligação eleitoral (a ser conhecida como Frente Democrática Unida - FDU) para concorrer às eleições para a Assembleia Constituinte, que se espera sejam realizadas na próxima Primavera. O curto comunicado anuncia o objectivo de dar ao eleitorado uma alternativa democrática «não-marxista», prometendo trabalhar para concretizar a parte do Programa das Forças Armadas que refere a transferência de poderes para os órgãos representativos democraticamente eleitos. O comunicado também fala de criar as condições nas quais o «pluralismo partidário» esteja garantido.

2. Comentário: Este movimento não é inesperado e é resultado de vários meses de discussões informais entre os partidos de centro-direita. Estes partidos acreditam que a unidade é necessária para enfrentar o desafio da esquerda. A razão deste anúncio agora será a expectativa de que o Governo Provisório publique proximamente a lei sobre os partidos políticos. (É esperado que a lei contenha provisões estabelecendo mínimos numéricos - não é claro se de militantes ou subscritores da petição - que os grupos têm de cumprir para serem considerados partidos, podendo então participar nas eleições.)

3. A FDU dificilmente será mais que a soma das suas três partes, nenhuma das quais, no passado, mostrou sinais de poder desafiar os mais liberais PPD ou CDS. A coligação tem falta de dinheiro e de uma organização de base, e sofre com a sua imagem de «pseudo-fascistas». Esta etiqueta pode ou não ser justa, mas tem-lhes sido aplicada pelos partidos de esquerda. Poucos observadores esperam que esta coligação obtenha mais de 5 a 10% dos votos nas próximas eleições. É interessante notar que partidos mais à direita (MPP) e mais liberais (como os Democratas Cristãos e Monárquicos) ou não foram convidados ou optaram por não se juntar à coligação.

4. A coligação, de facto, operou como tal nas últimas semanas, realizando diversas reuniões nas quais cada partido teve um representante. A imagem que o grupo pretende dar é a de que representa a maioria silenciosa de votantes que eram contra o fascismo e o comunismo (que eles equivalem). O anti-comunismo será o principal tema de campanha da coligação, que ainda não editou um programa conjunto.

TELEGRAMA 1974LISBON 03778_b

TÍTULO Apreendidas na Beira armas da República da China⁷⁶ para o Malawi

DATA 05-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Em conversação com o DCM Chinês⁷⁷, encarregado Benjamin Tu, este indicou que poderá ter que ir a Moçambique para resolver um problema. Como ele descreveu, um carregamento de material agrícola destinado aos jovens pioneiros do Malawi chegou à Beira por volta do 25 de Abril, e foi aberto pelo oficial do Movimento das Forças Armadas (MFA), que descobriu que o seu conteúdo eram armas pequenas e munições. Apesar dos esforços que Hu fez em Lisboa, onde as autoridades contactadas tentaram ser úteis, o MFA e/ou o Governo de Moçambique não permitem que a carga prossiga⁷⁸. Tu acredita que só visitando Moçambique conseguirá que a carga siga para o Malawi ou que regresse a Taiwan.

2. O DCM questionou se seria sensato Tu ir a Moçambique para tratar deste problema, dada a actual efervescência política no país, e a forte probabilidade de as autoridades portuguesas em Moçambique suspeitarem que o carregamento de armas tivesse como destino Jorge Jardim, uma

⁷⁶ A República da China é o nome oficial do país hoje apresentado como Taiwan.

⁷⁷ Da mesma forma, este «DC Chinês» é da embaixada dessa República da China que hoje se conhece como Taiwan. A República Popular da China só teria embaixada em Portugal a partir de 1979. As relações próximas entre Taiwan e os EUA que este telegrama reflecte, bem como o seu conteúdo – o tráfico ilegal de armas, falam por si próprios.

⁷⁸ O Malawi não tem porto. As mercadorias chegam ao porto da Beira e seguem de comboio para o Malawi.

suspeita aumentada pela falsificação. O DCM sugeriu que as suspeitas poderiam aumentar se a República da China pedisse agora o regresso da carga a Taiwan, já que se o carregamento se destina de facto aos Pioneiros, estes continuam no Malawi, onde Jorge Jardim já não estará. O encarregado Tu não fez mais comentários.

3. Seja o que for que aconteça agora com o carregamento, parece muito provável que os portugueses de facto suspeitem que Jardim fosse o verdadeiro destinatário e este incidente pode ter repercussões nas relações diplomáticas entre Portugal e a República da China.

TELEGRAMA 1974LISBON 03782_b

TÍTULO Viagem/Seminário sobre as eleições de 1974 nos EUA

DATA 05-09-74

ASSINADO CONLEY⁷⁹

CONTEÚDO 1. Em Junho passado, quando estive em consultas em Washington, o PAO discutiu os desenvolvimentos políticos em Portugal, na sequência da Revolução do 25 de Abril, com o seu velho amigo e congressista John Brademas (democrata, Indiana). Discutiu-se a vantagem de dar força aos democratas portugueses⁸⁰. Brademas sugeriu que a Agência ou o Departamento pudessem enviar dois congressistas, que tivessem ganho a reeleição em Novembro, numa viagem por países da Europa seleccionados, numa espécie de viagem/seminário sobre as eleições de 1974 nos EUA.

2. Brademas via o seminário como tendo três partes. A primeira parte seria uma discussão sobre os temas da campanha do congressista (Watergate, a economia, etc.). A segunda seria devotada ao «como nós fizemos». O congressista iria ao concreto, de como se organiza o voto, como obter os votos, as técnicas de jornalismo (impresso e electrónico) que resultaram ou não e porquê. A terceira sessão seria sobre a agenda para o futuro, questões que estão colocadas à nação, esse tipo de coisas.

3. Brademas acredita que um tal seminário despertaria interesse no Reino Unido, na Alemanha, na França e talvez noutros sítios, e que ao incluir outros países,

⁷⁹ James D. Conley foi o Oficial de Relações Públicas (PAO) da embaixada dos EUA entre 1971 e 1975.

⁸⁰ Dar força aos democratas depois de derrotada a ditadura, que antes tal questão não se colocava, claro!

além de Portugal, a embaixada de Lisboa não poderia ser acusada de tentar interferir nos assuntos internos portugueses.

4. Brademas disse que a equipa deve consistir em dois homens, um democrata e um republicano. Ele disse que teria todo o gosto em participar, se estivesse livre, e em recomendar participantes, se estivesse ocupado. A embaixada recomendaria o congressista John Heinz III pelo lado republicano. Heinz é casado com uma moçambicana e, disseram-nos, fala português. (A proposta de uma equipa Brademas-Heinz depende da sua reeleição, claro.)

5. São razões para realizar este projecto: o redescoberto interesse de Portugal pela política, a sua importância para os interesses dos EUA e a falta de especialistas em organização política (excepto os comunistas, que são actualmente a força mais bem organizada da política portuguesa). Se o Departamento pudesse pagar o seu transporte internacional, talvez os diferentes postos dos serviços de informação dos EUA na Europa pudessem fazer um acordo de partilha de custos nas viagens europeias e nas diárias.

6. Argumentos adicionais para apoiar este pedido seguem noutro telegrama. Peço que a Agência consulte com o departamento e os seus contabilistas, e, se o projecto for financiável, que o discutam com os congressistas Brademas e Heinz.

TELEGRAMA 1974LISBON 03792_b

TÍTULO Acordo Frelimo-Portugal em Moçambique

DATA 05-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO O embaixador de Portugal na ONU, Veiga Simão, em conversa com o embaixador, disse que o Governo português esperava assinar hoje o acordo (5 de Setembro) e anunciá-lo amanhã.

Os elementos do acordo são os seguintes:

Governo de Transição (e não Provisório) seria formado para governar de 26 de Setembro de 1974 até 25 Junho 1975, quando a independência total seria concedida.

Portugal nomeará o alto-comissário; a Frelimo nomeará o primeiro-ministro. O Major Melo Antunes está definitivamente fora dos candidatos para alto-comissário. Spínola tem três outros candidatos, mas a Frelimo quer o membro do Conselho de Estado e membro do Movimento das Forças Armadas (MFA), Vítor Crespo, que está associado com a ala de Antunes no MFA.

Uma comissão militar conjunta, 50% portuguesa e 50% Frelimo será criada, com os portugueses a reportar directamente ao alto-comissário e a Frelimo a reportar ao alto-comissário através do primeiro-ministro.

Dois terços dos ministros serão da Frelimo e isto fará parte do acordo (ao contrário do que o Governo português esperava).

O acordo não se referirá a um governo «democraticamente» escolhido depois da independência. O Governo português tentou-o, mas numa recente reunião secreta em Londres com o ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida

Santos, os representantes da Frelimo rejeitaram a posição do Governo português. O Governo português não insistirá que esse ponto conste do acordo, mas poderá encontrar uma ocasião pública (como a ONU) para expressar a sua «confiança», «esperança» ou «entendimento» que a Frelimo assegurará que o povo de Moçambique terá a possibilidade de decidir o seu próprio futuro através de meios democráticos.

TELEGRAMA 1974LISBON 03793_b

TÍTULO Reunião Spínola-Mobutu

DATA 05-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Em conversa com o embaixador e outros funcionários da embaixada, a 5 de Setembro, o embaixador português na ONU, Veiga Simão, avisou que a reunião entre os Presidentes Spínola e Mobutu, em Cabo Verde, fora reagendada para 14 de Setembro. Disse que era virtualmente certo que o presidente da FNLA, Holden Roberto, e o presidente da UNITA, Jonas Savimbi, estariam presentes na reunião. Ele acrescentou que o Governo português estava a fazer contactos secretos com o MPLA na esperança de o convencer a enviar também um representante, e ele espera que o facto de os outros dois movimentos estarem presentes convença o MPLA a aceitar o convite. Ele espera que alguns resultados dessa reunião possam ser tornados públicos a tempo de dar a Portugal a melhor imagem possível na Assembleia-Geral da ONU deste ano.

TELEGRAMA 1974LISBON 03800_b

TÍTULO Partido Comunista queixa-se da existência de campanha anti-comunista

DATA 06-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O Partido Comunista levanta crescentemente o espectro da cruzada anti-comunista, numa tentativa de ajudar a construir uma aliança à esquerda. **Existe alguma substância nas suas acusações** de que decorre uma campanha anti-comunista. Fim do Sumário.

1. Durante as últimas semanas, o Partido Comunista (PCP) e os seus simpatizantes começaram a queixar-se da existência de uma campanha anti-comunista concertada organizada pelos «reaccionários fascistas», para difamar o Partido e agitar a população contra ele. A acusação baseia-se parcialmente em factos e é parcialmente preparada para unir a esquerda.

2. Pequenos partidos políticos de extrema-direita começaram de facto uma concertada campanha anti-comunista. Posters e pinturas anti-comunistas (únicos meios que estes partidos têm ao seu dispor) vêem-se na metrópole e nos Açores, comparando fascismo e comunismo. Os três partidos que constituíram a Frente Democrática Unida (FDU) fizeram do anti-comunismo (e do anti-Rússia) o tema principal das suas iniciativas.

3. Um representante de um dos partidos da FDU, o Partido de Progresso – Movimento Federalista Português (PP-MFP), disse a um funcionário da Embaixada há algumas semanas que o seu partido tinha decidido começar a atacar abertamente os comunistas onde os encontrasse. O jornal semanal *Tribuna Popular* é o seu principal veículo para este ataque, mas a fonte disse que o seu partido também se envolveria em «pancadas» e assaltos físicos a militantes do PCP

(especialmente no Norte rural e conservador onde o PP-MFP afirma ter o maior apoio). O mesmo indivíduo confirmou que essas «pancadas» já foram dadas várias vezes a Norte.

4. Existem indicações que alguma da extrema-direita está a tentar adquirir armas para se protegerem dos esperados ataques da esquerda. Apesar de ataques armados de esquerdistas ou direitistas parecerem improváveis, existe um caso confirmado em que militantes armados do PCP entraram na casa de um activista anti-comunista, o conhecido escultor José de Almeida Araújo, um orador popular e frequente nos comícios dos partidos da FDU, que se sabe ter contactado um banqueiro estrangeiro com um pedido de assistência para a compra de armas. Araújo disse a este banqueiro que estava em contacto com Roy Cohn (antigo advogado para Joseph Mccarthy), mas a natureza e o propósito dos contactos não foi revelado.

5. O PCP também começou a alegar que os «fascistas» estão por detrás da perturbação de comícios de forças «progressistas». Estas acusações até podem ser verdadeiras, no entanto, parece que são principalmente militantes do PCP quem dificulta que os socialistas, o PPD e o CDS tenham reuniões públicas. Além disso, as principais vítimas da destruição de cartazes são estes partidos, não o PCP.

6. Comentário: Apesar de haver substância nas acusações do PCP sobre a existência de uma cruzada anti-comunista, provavelmente, se a mesma não existisse o PCP inventava-a. O espectro do ressurgimento de uma direita armada que indiscriminadamente ataca a esquerda é um bom tema de comício para o PCP. Agora que o movimento democrático MDP se dividiu, o PCP procura convencer o Partido Socialista da necessidade de se unirem contra «os fascistas». Se o PCP conseguir provar convincentemente que a direita está a armar-se ou que o fascismo está em ascensão, eles estarão numa melhor posição para construir a aliança à esquerda que desejam. Se isso acontecer, muita da culpa deve cair, acertadamente, na extrema-direita.

TELEGRAMA 1974LISBON 03804_b

TÍTULO Governo termina com o congelamento salarial

DATA 06-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O Conselho de Ministros votou para acabar com o congelamento dos salários superiores a 7500 escudos (300 dólares) mensais que fora estabelecido no fim de Maio. Ao mesmo tempo, uma parte dos aumentos salariais para certos níveis terá de ser pago em títulos do tesouro não resgatáveis antes de cinco anos.

2. Com as novas regras, válidas até 31 de Março de 1975, qualquer aumento nos salários inferiores a 9000 escudos (360 dólares) não exigirão que uma parte seja paga em títulos do tesouro, a não ser que o salário aumente acima de 9900 escudos (396 dólares). Os aumentos em salários entre 9000 e 20 000 escudos por mês também não serão sujeitos a pagamentos em títulos do tesouro, excepto se forem superiores a 10%. Metade de qualquer destes excessos, bem como metade de qualquer aumento em salário superior a 20 000 escudos, será pago em títulos do tesouro.

TELEGRAMA 1974LISBON 03812_b

TÍTULO Empresa dos EUA fecha subsidiária em Portugal

DATA 06-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A DS Electrónica portuguesa SARL, uma subsidiária de uma firma de Hong Kong detida pela Duluth Scientific, Inc de Superior no Wisconsin, encerrou em Portugal a operação de montagem de componentes electrónicos. Esta pequena firma tinha um capital social de 100 000 e empregava 62 trabalhadores, além de três cidadãos dos EUA como supervisores.

2. O encerramento, de acordo com a administração, deve-se à agitação laboral e aos significativos pedidos de aumento do salário pelos trabalhadores, que tornariam impossível uma operação lucrativa. Os cidadãos dos EUA relatam que os problemas laborais reduziram a eficiência a 40% do normal.

3. A firma chegou a acordo com os ministros das Finanças, do Trabalho e da Economia sobre os procedimentos de encerramento e negociou um acordo de indemnização com os trabalhadores. A firma tinha recebido uma licença para exportação de «materiais e equipamentos electrónicos críticos».

4. Comentário: Apesar de não quereremos implicar que a situação da Applied Magnetics e da DS-Electrónica são idênticas, a segunda pelo menos conseguiu encerrar a sua operação de forma relativamente satisfatória, com um mínimo de maus sentimentos do Governo e pouca ou nenhuma má publicidade. Tanto quanto sabemos, todas as outras firmas de electrónica foram capazes de se acomodar à nova situação pós-25 de Abril.

TELEGRAMA 1974LISBON 03813_b

TÍTULO Disputa laboral na Blue Bell Portugal, uma subsidiária de empresa dos EUA

DATA 06-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O despedimento de duas trabalhadoras pela Blue Bell, outro incidente na continuada agitação laboral na firma, levou a uma greve de uma semana e finalmente ao confinamento forçado na fábrica do seu directorgeral, um cidadão dos EUA. O administrador foi finalmente libertado depois de 12 horas, através dos bons ofícios da embaixada e da intervenção directa das autoridades. A Blue Bell está a pensar seriamente em fechar a operação portuguesa, adicionando mais 300 ao rol de desempregados.

1. Depois de mais de quatro meses de efervescência laboral, incluindo pelo menos uma greve selvagem e dois diferentes confinamentos na fábrica dos gestores (cidadãos dos EUA), a Blue Bell of Portugal (uma subsidiária da Blue Bell of Greensboro, Carolina do Norte, que fabrica Jeans Wrangler) foi atingida outra vez, a 26 de Agosto. A causa imediata foi o despedimento de duas empregadas, uma por causa de «constante agitação» e outra por «pequenos actos de sabotagem». A principal causa dos problemas laborais é a reivindicação dos trabalhadores que o sistema de pagamento adopte uma base predominantemente salarial em vez de ser predominantemente um sistema de pagamento à peça⁸¹. A firma responde que desde o 25 de Abril já subiu os salários acima do salário mínimo e que melhorou todos os aspectos das condições de trabalho. No entanto, satisfazer a reivindicação sobre a

⁸¹ Pois é, pagamento à peça. E foi preciso uma revolução e muita luta depois dela para que este método pré-capitalista fosse abolido.

forma de pagamento iria reduzir os incentivos à produção e o aumento de custos tornaria impossível a operação com lucro.

(...)

6. Comentário: As exigências dos trabalhadores parecem ser um pouco extremas. O conjunto de reivindicações que está agora a ser negociado será o terceiro conjunto apresentado nos últimos quatro meses. Os gestores da Blue Bell admitiram ter provocado a última confrontação ao despedir a empregada. A ideia deles era testar a vontade do Governo português de proteger as prerrogativas da gestão e de implementar a recente lei laboral. Apesar de não estarem satisfeitos com a intervenção do Governo⁸², os gestores reconheceram que este mostrou-se mais resolutivo que anteriormente.

7. Este tipo de incidente tem-se tornado muito menos prevalectante que durante os meses imediatamente posteriores à revolução. De facto, tanto quanto a embaixada sabe, todas as outras fábricas de subsidiárias dos EUA estão a operar normalmente desde o regresso ao trabalho depois das tradicionais férias de Agosto.

⁸² Que saudades da PIDE e da GNR.

TELEGRAMA 1974LISBON 03816_b

TÍTULO Decreto-Lei define competências do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas

DATA 06-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Um novo Decreto-Lei confirma o General Costa Gomes como o comandante operacional das Forças Armadas Portuguesas e dá-lhe o mesmo grau protocolar que o primeiro-ministro. A lei também reafirma a responsabilidade de Costa Gomes coordenar os contactos militares com a NATO e de emitir opiniões sobre os acordos militares internacionais. Fim do Sumário.

1. O artigo 19.º da Lei Constitucional 3/74, de 14 de Maio de 1974, estabeleceu o preceito constitucional de que a estrutura das Forças Armadas seria totalmente independente da estrutura do Governo Provisório. A Lei Constitucional 4/74 de 1 de Julho dava ao Conselho dos Chefes de Estado-Maior (composto pelos Chefes de Estado-Maior do Exército, da Força Aérea e da Marinha, mais Costa Gomes) o poder exclusivo de legislar sobre a estrutura e organização das Forças Armadas.

2. A 29 de Agosto, o Conselho fez uso desses poderes e promulgou o Decreto-Lei 400/74, regulando em detalhe o estatuto, competências e poderes do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (CEMGFA), que é actualmente Costa Gomes. Destacamos do Decreto-Lei:

3. O CEMGFA é o oficial mais graduado das Forças Armadas, «com igual Estatuto ao do primeiro», e que reporta única e directamente ao Presidente da República. Tem a responsabilidade do uso das Forças Armadas em tempos de paz e de guerra.

4. A lei retira ao primeiro-ministro poderes que lhe eram dados pela legislação (pré-25 de Abril) no campo

militar, e entrega-os ao CEMGFA. O CEMGFA é assistido por dois vices, graduados em quatro estrelas, e por assessores de todas as armas, graduados em três estrelas.

5. Entre as funções do CEMGFA estão: aprovar os planos estratégicos e de operações; coordenar o orçamento dos projectos e dos departamentos militares dentro dos limites estabelecidos pelo Ministro das Finanças; coordenar com o governo civil através do ministro da Defesa (o único ponto de contacto com o Governo Provisório); orientar e coordenar os contactos militares e as relações com instituições similares noutros países e com as organizações internacionais; superintender as questões relativas ao pessoal militar e civil (contratação, despedimento, etc.)

6. Comentário: O DAO acredita que, apesar desta lei não revelar qualquer mudança drástica, dá sentido a legislação anterior. Dois aspectos relevantes da lei é que reafirma a responsabilidade do CEMGFA por coordenar e orientar os contactos dos militares portugueses com a NATO, e por estudar e dar opiniões sobre acordos militares internacionais (que deve incluir o acordo da Base das Lajes).

TELEGRAMA 1974LISBON 03817_b

TÍTULO Conversa do DATT com o Chefe de Estado-Maior da Força Aérea

DATA 06-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Em conversa com o DATT, o Chefe de Estado-Maior da Força Aérea discutiu a actual situação política, o possível apoio dos EUA, as negociações das Lajes e os territórios portugueses ultramarinos. Fim do Sumário.

1. Durante uma conversa ao jantar, o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e membro da Junta, General Diogo Neto, disse ao DATT⁸³, a 3 de Setembro, que há uma tensão permanente entre os esquerdistas politicamente activos do Movimento das Forças Armadas (MFA) e a facção Spínola-Costa Gomes – Neto. Ele disse que a jurada lealdade dos paraquedistas, o 11.º Batalhão de Comandos e a Força Aérea colocam a correlação de forças a favor de Spínola, mas que, apesar disso, eles não estão a correr quaisquer riscos e vão localizar em Oeiras, nos arredores de Lisboa, tropas que regressam da Guiné-Bissau e são leais a Spínola. E ele estacionou seis G-91S e um esquadrão de helicópteros no Montijo, do outro lado do rio, frente a Lisboa.

2. Neto disse que a estratégia do grupo de Spínola é baseada em receber um forte sinal de apoio dos EUA para manter⁸⁴ a orientação democrática de Portugal e a continuação de Portugal na NATO. Ele diz que isto é muito importante para os EUA face à saída grega da NATO bem

⁸³ Principal conselheiro militar do chefe de missão.

⁸⁴ Este «manter» diz tanto do que vale a palavra «democracia» na boca destes traidores.

como para a continuação do regime de Spínola. Ele revela-se impaciente com a forma de diplomacia dos EUA, que ele caracteriza como de esperar, antes de agir, «até a casa estar a cair-lhes em cima». Ele disse que o bloco de Spínola tem apenas dois ou três meses no máximo antes que a pressão dos esquerdistas do MFA, dirigidos por Gonçalves, estejam numa posição de dizer «nós avisámos, os americanos não estão interessados em ajudar Portugal». Então, o poder mudará para os esquerdistas como o grupo capaz de garantir apoio a Portugal desde a URSS e outras nações comunistas⁸⁵.

3. Ele então virou-se para as negociações dos Açores, que na sua opinião deveriam incluir o uso pelo Governo dos EUA das instalações de Cabo Verde, para evitar que estas caíam nas mãos da URSS. Ele explicou que a razão porque Portugal é tão lento em apresentar pedidos concretos é por causa da resistência a qualquer proposta de Spínola do grupo esquerdista no Conselho de Estado. (Neto diz que é por causa disso que ele apresentou informalmente a lista de compras da Força Aérea). Alguns argumentam que, por causa do Governo ser provisório, não é competente para entrar em negociações com implicações de longo alcance e que as negociações devem ser empatedadas até o novo Governo permanente tomar posse. Eles simplesmente não podem nem querem estar de acordo sobre o que deve ser pedido. Neto diz que o Governo dos EUA deve ser razoável, até generoso, mas deve dizer «aqui, isto é o que vocês vão receber porque é o que vale para o Governo dos EUA e porque é o que vocês precisam». A uma oferta destas o governo de Spínola pode responder, e, apesar da muita conversa que iria gerar, no fim aca-

⁸⁵ Esta incapacidade de olhar para o desenvolvimento nacional a partir do País, esta busca permanente do apoio externo a troco da submissão nacional, é uma característica antiga de uma certa elite nacional. E uma das explicações da sua sistemática traição.

baria por ser aceite, porque a alternativa seria odiosa, isto é, entregar o poder aos comunistas. Neto diz que apesar de ser um oficial da Força Aérea e querer tanto novo equipamento que até lhe sente o sabor, «a assistência económica para preservar um Portugal democrático deve ser a primeira prioridade». Ele acrescentou que o Governo português quer comprar a terra onde está situada a base, e precisam de pelo menos 2,5 milhões de dólares para o fazer.

4. Neto diz que, na sua opinião, seis meses depois de Portugal sair da Guiné-Bissau, a Rússia estará firmemente entrincheirada lá. Ele acredita que um grupo anti-PAIGC e anti-comunista tentará tomar o poder. Conacri apoiaria o PAIGC com o apoio massivo da Rússia, e quando a poeira assentasse a Rússia estaria no comando. Neto disse que o Governo de Spínola quer saber como os EUA vêem a Frelimo, para a tratar de acordo com as linhas políticas dos EUA.

5. O DATT perguntou o porquê de Outubro ser constantemente mencionado por tantos contactos da embaixada como o mês onde as coisas iriam acontecer em Lisboa. Neto disse que, além de uma crise económica, eles esperam muitas dificuldades com os estudantes universitários e que a reacção à combinação desses factores levará inevitavelmente a confrontações entre os grupos dentro do Governo.

6. Neto explicou que, em parte, a fricção entre os elementos politicamente esquerdistas do MFA e Spínola é devido ao facto de que o MFA pretendia apontar Costa Gomes como Presidente, depois do golpe do 25 de Abril, mas a Junta não sabia disso e, agindo por sua conta, seleccionou Spínola com a premissa de que ele era a bandeira mais conhecida à volta da qual os portugueses se podiam reunir, ao mesmo tempo que se enviava uma mensagem para o mundo ocidental que Portugal permaneceria no campo ocidental.

7. Para um indivíduo geralmente descrito como apolítico, Neto exibiu um grande interesse nas relações de poder no actual sistema político português. Descrevendo-se como politicamente de centro-esquerda (a embaixada colocá-lo-ia na ala direita da Junta, com Spínola e Galvão de Melo), ele, no entanto, dá grande importância na **preservação** de uma democracia de tipo ocidental em Portugal e está a ultrapassar todos os limites para transmitir essa mensagem aos EUA.

TELEGRAMA 1974LISBON 03820_b

TÍTULO Cerimónia da independência da Guiné-Bissau

DATA 06-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO

1. O chefe de gabinete do Ministério de Negócios Estrangeiros, Cunha Rego, e o ajudante diplomático de Spínola, Nunes Barata, avisaram que a informação do PAIGC, recebida a noite passada, indica que não haverá, repito, não haverá qualquer cerimónia a 10 de Setembro na Guiné-Bissau, seja bilateral ou outra, seja em Bissau, em Madina do Boé ou noutra sítio. Eles confirmam o relato de que haverá uma cerimónia algures na Guiné-Bissau a 24 de Setembro para marcar o primeiro aniversário da independência.

2. O Ministério acabou de receber um telex de Bissau confirmando que os representantes de Bissau que viajarão para as cerimónias, em Lisboa, serão o ministro dos Negócios Estrangeiros, Victor Maria, e o negociador Major Pedro Pires. A decisão sobre a forma da cerimónia em Lisboa aguarda a decisão de Spínola. No entanto, como a representação do PAIGC será abaixo do nível de Chefe de Estado, Spínola não está envolvido na cerimónia que incluirá os representantes do PAIGC. Em vez disso, o Ministério recomenda a Spínola que assinasse algum tipo de documento, para satisfazer os requisitos legais/constitucionais, como um acto unilateral de transferência de poderes, e que faça um anúncio à Nação na Rádio-Televisão. A transferência de poderes assinada por Spínola será então apresentada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Maria, numa cerimónia no Palácio das Necessidades (sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros). O Ministério assume que, se houver alguma forma de representação estrangeira no acto, será através de embaixadores acreditados em Portugal.

3. Em qualquer caso, 10 de Setembro será a data efectiva para o que o Governo português chama de «Independência da Guiné-Bissau», apesar de eles admitirem que será mais prudente e tático formalmente referir-se a esse dia como o «dia de transferência de poderes», já que o PAIGC presumivelmente deseja considerar que a República da Guiné-Bissau é independente desde 24 Setembro de 1973.

TELEGRAMA 1974LISBON 03825_b

TÍTULO Ponto de situação da greve nas companhias aéreas estrangeiras

DATA 06-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: A greve contra as companhias aéreas a operar em Portugal começou na manhã de dia 6 de Setembro e ainda estava a decorrer ao meio-dia, apesar de continuarem os esforços do ministro do Trabalho para resolver a disputa. As diferenças entre os dois lados já se reduziram a uma única questão, quão grandes serão as indemnizações em caso de despedimento sem justa causa, mas uma solução de compromisso pode ainda ser difícil de alcançar. Fim do Sumário.

(...)

8. Comentário: A nota mais esperançosa é que a presente disputa está reduzida a um único ponto, o tamanho das indemnizações, deixando o caminho aberto para uma solução de compromisso. Alcançar tal compromisso será, no entanto, difícil, com os trabalhadores a procurarem que o custo do despedimento seja proibitivo e as companhias aéreas a procurar que esse custo não torne as reduções de pessoal quase impossíveis se a necessidade surgir.

TELEGRAMA 1974LISBON 03828_b

TÍTULO Reunião anual do FMI e do BIRD

DATA 06-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O Dr. Jacinto Nunes tem sido, durante muitos anos, um dos mais eminentes economistas, financeiros e educadores de Portugal.

2. Desde 1968 que está associado ao Banco de Portugal, o banco central do país. Foi apontado vice-governador em Outubro de 1968, uma posição que manteve até Julho deste ano, quando foi nomeado governador. Antes de se juntar ao Banco, em 1968, o Dr. Nunes era sub-secretário de Estado do Tesouro.

3. O Dr. Nunes tem estado igualmente muito ligado à Faculdade de Economia e Finanças da Universidade de Lisboa, e já foi seu director (foi nomeado em Setembro de 1968). Antes disso, tinha sido professor lá. O Dr. Nunes escreveu vários trabalhos sobre Economia e Educação.

4. O Dr. Nunes, que fala um inglês razoável e um bom francês, tem representado Portugal externamente. Tem sido um membro frequente, por exemplo, das delegações às reuniões do FMI/BIRD e da OCDE.

5. Em contactos recentes com a embaixada, o Dr. Nunes tem sido extremamente amigável e cooperante. Participou pessoalmente, por exemplo, num recente seminário patrocinado pelos Serviços de Informação dos EUA com o Dr. Triffin de Yale. Na sequência de uma visita aos EUA, em Junho, o Dr. Nunes reconheceu publicamente a assistência prestada pela embaixada, que muito lhe facilitou a viagem.

6. Apesar de ser uma figura importante nos círculos governamentais anteriores à revolução, o Dr. Nunes era

olhado como um tecnocrata cuja promoção estava ligada mais ao seu talento e conhecimento do que a qualquer favoritismo político. A sua selecção para governador do Banco de Portugal pelo Governo revolucionário destaca isso mesmo.

TELEGRAMA 1974LISBON 03830_b

TÍTULO Negociações da Base das Lajes

DATA 06-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O Governo português, por razões burocráticas e talvez políticas, ainda não tem pronta a lista de compra a apresentar na negociação das Lajes. Fim do Sumário

1. Em resposta a uma pergunta do Departamento, sobre porque é que o Governo português não tem sido capaz de desenvolver uma posição negocial sobre a Base das Lajes, podemos começar por notar que «acelera e espera» é um procedimento comum na forma de governar em Portugal. No entanto, há obstáculos burocráticos que o Governo não foi capaz de superar e, possivelmente, alguma oposição política a um acordo, o que pode estar a atrasar o desenvolvimento da posição do Governo português.

2. Lopes da Costa, o chefe da secção da América do Ministério dos Negócios Estrangeiros, expressou grandes dúvidas no início de Agosto sobre se o Governo português conseguiria reunir a sua lista de compras das Lajes tão depressa. Não só Agosto é mês de férias, como os ministérios (Economia e Finanças) com um papel mais importante na produção de requisitos económicos não estão bem organizados para produzir os projectos que Lopes da Costa estava convencido seriam necessários para obter, com sucesso, ajuda ou assistência dos EUA. Por exemplo, o conselheiro económico foi informado ontem, pelo dirigente do Ministério da Economia encarregado dos assuntos da OCDE, que Portugal esperava receber alguma ajuda dessa organização, mas quando perguntado qual, ele foi completamente incapaz de especificar qualquer coisa em concreto. O ministro das Finanças perguntou ontem à noite ao conselheiro económico se ele conhecia algo da negociação das Lajes. Quando o conselheiro económico

deu a resposta *standard* sobre as negociações serem realizadas apenas em Washington, o ministro apontou que as propostas do Governo português «não estão prontas». O líder do Movimento das Forças Armadas e ministro sem pasta, Victor Alves, disse ontem ao DCM que o Governo português não tinha acabado de trabalhar nos pedidos e que era uma questão de mais alguns dias.

3. O embaixador português na ONU, Veiga Simão, um confiante de Spínola e uma fonte consistentemente confiável da embaixada, disse ao embaixador, ontem, que a lista do Governo estaria pronta no final deste mês. Quando a nossa surpresa por este atraso ficou evidente, durante a subsequente conversação, um Veiga Simão algo embaraçado reviu o prazo para oito a dez dias. (A embaixada suspeita que a primeira estimativa estará mais perto da realidade). Simão disse que o General Spínola estava aborrecido com o atraso e estava a tomar o assunto nas suas próprias mãos. Veiga Simão disse que a lista militar, o pedido de grão e a questão da renda, estavam decididas. (Na questão da renda, Veiga Simão perguntou-nos se os EUA aceitariam essa ideia. Nós respondemos que só Washington poderia responder, mas que uma compensação de qualquer tipo por uma base num país da NATO era muito pouco habitual, quanto mais uma renda). Veiga Simão disse que o pedido económico, técnico e cultural ainda não estava completo.

4. Oposição política - Veiga Simão disse que há elementos dentro do Governo que se opõem à presença de Portugal na NATO e à continuação do acordo da Base das Lajes. Os seus esforços para travar e atrasar as negociações não podem ser desvalorizados. Apesar da alegada oferta árabe de petróleo e dinheiro em troca da recusa das Lajes aos EUA não ser, de acordo com Veiga Simão, um factor no actual atraso das negociações, é uma ideia atraente para alguns dirigentes do Governo. O associado de Veiga Simão, Vítor Crespo, disse-nos mais tarde que aqueles que no Governo estão contra o acordo das Lajes estão a favor do negócio árabe, incluindo o primeiro-ministro Gonçalves.

5. Comentário: O ministro Soares expressou interesse numa reunião com o secretário durante a sua visita aos EUA para a Assembleia-Geral da ONU. Parece-nos que este seria um prazo natural para Portugal ter os seus pedidos alinhados. Pode também haver um pouco do ego de Soares no adiamento. Depois de completar com muito sucesso negociações na Guiné-Bissau e em Moçambique, provavelmente desejará ter o reconhecimento por gerir o Acordo das Lajes.. Muitos contactos de alto nível dizem-nos que uma acção dos EUA que coloque um valor nos direitos da Base das Lajes e faça uma oferta correspondente ao Governo português iria rapidamente resolver o problema e (assumindo que a oferta era substancial) iria imediatamente retirar argumentos aos que se opõem à presença dos EUA nas Lajes e à permanência de Portugal na NATO. No entanto, duvidamos que o Governo esteja à espera de uma oferta e atribuímos o atraso essencialmente a fraquezas burocráticas.

TELEGRAMA 1974LISBON 03831_b

TÍTULO Mensagem presidencial na independência da Guiné-Bissau

DATA 06-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Recomendamos mensagens do Presidente Ford para o Presidente Cabral e para Spínola a 10 de Setembro, saudando a independência da Guiné-Bissau e congratulando Spínola pela sua iluminada liderança. Fim do Sumário.

1. Sentimos que a data da transferência formal de poder de Portugal para o PAIGC constitui uma oportunidade única e histórica para que a Administração Ford se identifique com as aspirações africanas e, ao mesmo tempo, tornar público uma declaração dos EUA de apoio ao Presidente Spínola que iria ajudar a reforçar as forças políticas de centro em Portugal. Assumimos que o receptor apropriado na Guiné-Bissau de um telegrama presidencial seja o Presidente Luís Cabral, e que o modo de entrega tenha de ser através da Guiné-Conacri. Se isto colocar dificuldades, poder-se-á pensar em usar o formato de uma nota de imprensa da Casa Branca contendo uma mensagem aplicável quer à Guiné-Bissau quer a Portugal.

2. No caso de serem enviadas mensagens separadas aos respectivos presidentes, sugerimos que seria útil, aos nossos objectivos aqui, algo como o seguinte: «Caro Senhor Presidente, Estou bem ciente que uma das principais dificuldades que enfrentou com a sua chegada à Presidência da República de Portugal foi o problema do futuro dos territórios africanos de Portugal. Hoje, quando transfere formalmente o poder de Portugal para o Governo independente da República da Guiné-Bissau, demonstra ao mundo a sinceridade da determinação do novo Portugal em alcançar soluções na África portuguesa que respeitem a vontade dos povos desses territórios. Parágrafo. A sua acção, hoje, reflecte decisão, realismo, e coragem. Por possuir estas

qualidades ganhou no passado as mais altas honras no seu país e garante ao povo português e aos seus amigos, entre os quais os Estados Unidos se orgulham de encontrar, com a total confiança que os muitos outros desafios que enfrenta em casa e no estrangeiro serão resolvidos com sucesso. Quero que saiba que pode contar com o apoio dos Estados Unidos enquanto dirige o seu país no caminho de uma verdadeira democracia.»

TELEGRAMA 1974LISBON 03834_b

TÍTULO Ministro dos Negócios Estrangeiros cubano visita Lisboa

DATA 07-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Os matutinos de 7 de Setembro reportam que o ministro dos Negócios Estrangeiros de Cuba, Dr. Raul Roa, que está de visita à Europa, chegará ao aeroporto de Lisboa, amanhã, para uma breve visita a convite do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Roa chegará a meio do dia, reunirá com o primeiro-ministro e os ministros sem pasta (Major Alves, PPD Magalhães Mota, PCP Cunhal). Depois disso será recebido pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Dr. Jorge Campinos, e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, se este já tiver regressado de Lusaca. Roa será o convidado de honra do jantar dessa noite, oferecido por Mário Soares, que contará com a participação dos ministros sem pasta, do ministro da Justiça e «outros indivíduos». A partida está prevista para segunda-feira.

TELEGRAMA 1974LISBON 03835_b

TÍTULO Termina a greve contra as companhias aéreas estrangeiras

DATA 07-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A greve contra as companhias aéreas estrangeiras terminou à meia-noite do dia 6 de Setembro. A conclusão do processo foi conseguida pelo ministro do Trabalho Costa Martins, que negociou todo o dia com representantes das companhias (RENA) e dos trabalhadores.

2. No final, os trabalhadores concordaram basicamente com a proposta feita a 5 de Setembro pela RENA, isto é, em troca de um compromisso de não realizar greves durante a negociação do novo contrato (o antigo termina a 31 de Dezembro de 1974), as transportadoras acordam em indemnizar qualquer trabalhador despedido sem justa causa durante esse período na base do novo acordo e não do acordo existente. O ministro do Trabalho, no entanto, no seu despacho sobre o assunto, emitido no final do dia 6, determina que as negociações devem estar terminadas até 15 de Novembro de 1974. Com o acordo anterior, as negociações poderiam prolongar-se até Maio de 1975, apesar de o novo contrato ter efeitos retroactivos a 1 de Janeiro.

(...)

TELEGRAMA 1974LISBON 03840_b

TÍTULO Portugal e o Conselho da Europa

DATA 09-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O *Diário de Notícias* (o Governo português é o maior accionista e o jornal mantém-se próximo das linhas políticas oficiais) deu a primeira página a uma notícia vinda de Paris de que o Conselho da Europa tinha convidado Portugal para participar na sua próxima reunião em Estrasburgo. O artigo diz que o «bureau» da Assembleia Parlamentar tinha convidado os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Grécia «para estarem presentes» na reunião de 24 de Setembro a 1 de Outubro.

2. Notícias relacionadas com a entrada de Portugal no Conselho da Europa têm aparecido frequentemente na imprensa de Lisboa nas últimas semanas. Uma notícia de Viena (20 de Agosto) sobre a reunião da Comissão do Conselho para os Estados-não-embros especulava que a adesão formal de Portugal ocorreria assim que as eleições parlamentares se realizassem. A visita a Portugal de uma delegação de exploração (princípio de Agosto) motivou calorosas descrições na imprensa sobre a importância do Conselho («Conselho da Europa – Sentinela dos Direitos Humanos») e títulos que sugeriam que a entrada de Portugal estava iminente. Mesmo o respeitado e sóbrio semanário *Expresso* apresentou o tópico mais como um facto consumado do que como algo ainda a ser decidido.

3. Comentário: Calorosa, mesmo ansiosa, resposta portuguesa ao interesse do Conselho da Europa de convidar Portugal a aderir demonstra, uma vez mais, o interesse do Governo português de cultivar provas de apoio externo para o novo regime democrático. Enquanto a imprensa e dirigentes do Governo não hesitaram em apontar que Portugal não está por agora preparado para aderir

economicamente à Europa, ao mesmo tempo enfatizaram a importância de Portugal reforçar as ligações políticas à Comunidade Europeia. Personalidades da Comunidade em visita (como o primeiro-ministro holandês, Den Uyl, em férias privadas, e a visita semi-oficial de Agosto do sub-secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros de Itália, Cesare Bensì) providenciaram ocasiões oportunas para a imprensa sublinhar o interesse e simpatia da Europa Ocidental pelo novo Portugal.

TELEGRAMA 1974LISBON 03846_b

TÍTULO Reacção na metrópole aos acontecimentos em Moçambique

DATA 09-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: A declaração do Governo português, bem como a cobertura noticiosa, reconhecem que a situação em Lourenço Marques não está ainda sob controlo, mas afirma que as Forças Armadas Portuguesas controlam a situação no resto do país. A rebelião é veementemente criticada, o acordo de Lusaca vigorosamente apoiado, especialmente pela referência à sua ratificação por Spínola a 8 de Setembro. O comunicado do Governo português enfatiza que a posição dos brancos será defendida, e a que o Governo português e a Frelimo cooperam agora para restaurar a ordem. Fim do Sumário.

1. Uma série de quatro comunicados emanados do gabinete do primeiro-ministro reconhecem que as forças rebeldes controlam o Rádio Clube de Moçambique e que 200 agentes da PIDE/DGS fugiram da prisão de Machava. As notícias nos dois matutinos de Lisboa dão conta de manifestações pró-rebeldes de milhares de pessoas, principalmente brancos, que desfilam nas ruas de Lourenço Marques. A razão dada para o falhanço das Forças Armadas em travar a rebelião é o desejo de evitar derramamento de sangue. O segundo comunicado do gabinete do primeiro-ministro fala dos rebeldes usarem, no Rádio Clube, mulheres e crianças como «escudos humanos».

2. O terceiro comunicado do gabinete do primeiro-ministro, às 19h30 de 8 de Setembro, afirma que o Governo português foi capaz de confirmar que a calma reina no resto de Moçambique e que as Forças Armadas, assistidas pela polícia, controlam todos os outros centros populacionais bem como as zonas de fronteira.

3. Apesar do comunicado inicial do Governo português se referir aos rebeldes como «uma minoria reaccionária da população de Moçambique», a linguagem usada no quarto comunicado (23h30, 8 Setembro) ao ponto de os descrever como «extremistas reaccionários... posição criminosa». Os jornais usaram a mesma linguagem para condenar os rebeldes. O *Diário de Notícias*, em contacto com o *Rádio Clube de Moçambique*, publicou um excerto do comunicado dos rebeldes onde proclamam o desejo do movimento de construir um Moçambique democrático. O jornal de imediato sublinha que os rebeldes supostamente «democráticos» começaram por libertar da prisão os agentes da PIDE/DGS. (Comentário: no Portugal contemporâneo, tal acto automaticamente «fala por si» – a imprensa e os *media* deram ao público português a impressão que os agentes da PIDE/DGS eram capazes de cometer qualquer crime contra a humanidade)⁸⁶.

4. O calendário para celebrar a conclusão dos Acordos de Lusaca com a Frelimo estará a ser acelerado. O facto de o Presidente Spínola ter aprovado o Acordo partilha as primeiras páginas com as notícias da rebelião. O texto oficial de Spínola não faz qualquer referência aos desenvolvimentos de Lourenço Marques, falando antes da esperança do Presidente que a política de descolonização em progresso se desenvolva «em ordem e com dignidade» e conduza a uma cooperação próxima entre Portugal, Moçambique e os restantes países africanos. No entanto, o terceiro comunicado do primeiro-ministro sobre a situação em Lourenço Marques enfatiza a ratificação por

⁸⁶ Não foram 48 anos a ser alvo da repressão da PIDE/DGS que fizeram o povo português saber muito bem o que significa «democratas» apoiarem a PIDE. Foram calúnias mediáticas, como insinua a embaixada. Mas é natural esta declaração, afinal vem de um regime que nessa mesma altura entregava listas de democratas chilenos a Pinochet para serem torturados e mortos...

Spínola dos Acordos de Lusaca como «outro passo histórico no processo de descolonização». A mensagem do primeiro-ministro aos rebeldes parece ser a de que se tinham como objectivo encorajar Spínola a reverter para a sua anterior insistência num referendo pré-independência, não teriam sucesso.

5. Os jornais também dão grande cobertura à declaração oficial da África do Sul saudando a conclusão do Acordo de Lusaca.

6. O Acordo de Lusaca também é citado por assegurar aos brancos que os seus direitos serão protegidos numa futura Moçambique dominada pela Frelimo. A rádio portuguesa difundiu uma mensagem à população de Moçambique do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Costa Gomes. Dos três pontos, o primeiro era que o Acordo de Lusaca salvaguardava tanto as pessoas como os seus legítimos interesses, e que não havia qualquer razão para alarmismos ou reacções precipitadas. O segundo ponto era de que o Governo Provisório e o Estado-Maior das Forças Armadas repudiavam quaisquer acções ilegítimas em Moçambique que pudessem conduzir a divisões sociais e a um conflito fratricida; e que às Forças Armadas fora dada a ordem de restaurar a ordem em Lourenço Marques.

7. O Governo português também enfatizou que está a trabalhar para, em harmonia com a Frelimo, restaurar a ordem. O quarto comunicado do gabinete do primeiro-ministro sublinha «a atitude firme e digna» durante a crise do Presidente da Frelimo, Samora Machel, que «procurou evitar a intervenção das suas forças por forma a evitar um derramamento de sangue sem sentido».

8. O *Diário de Notícias*, em contacto com o jornalista Guilherme de Melo do jornal Notícias, de Lourenço Marques, perguntou quem estava por detrás do movimento rebelde. Guilherme de Melo respondeu que a situação estava confusa, mas que o «Dr. Velez Grilo, o Dr. Pires

Moreira, e sobretudo aquele grupo que recentemente foi à metrópole», estavam envolvidos. Ele acrescentou que muita juventude (do secundário, não da faculdade) estava nas ruas a apoiar os rebeldes. Talvez o consulado de Lourenço Marques possa dar mais informações sobre os indivíduos mencionados e sobre o grupo que teria recentemente visitado a metrópole.

9. A denúncia mais severa contra os rebeldes de Lourenço Marques veio do Comité Coordenador do Movimento das Forças Armadas (MFA), que emitiu um comunicado onde condena veementemente os irresponsáveis reaccionários de Lourenço Marques por «actos de alta traição contra os superiores interesses do povo português e moçambicano».

10. Comentário: O grupo rebelde de Lourenço Marques pode encontrar algum conforto no facto de o Presidente Spínola, enquanto tal, não ter, repito, não ter realizado qualquer declaração condenando os acontecimentos. No entanto, esse conforto deve ser arrefecido por ele ter ratificado os Acordos de Lusaca e pelo facto de todas as outras declarações desde Lisboa serem condenatórias dos rebeldes. A mensagem que estará a chegar aos rebeldes é a de que não podem esperar qualquer ajuda ou simpatia da metrópole.

TELEGRAMA 1974LISBON 03856_b

TÍTULO Governo português solicita assistência na reforma fiscal

DATA 10-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O ministro das Finanças do Governo português, Dr. Silva Lopes, pediu a ajuda dos EUA para localizar especialistas que venham a Portugal assessorar a revisão do sistema fiscal do país. O Governo português está preparado para pagar todas as despesas. Acreditamos que uma rápida e positiva resposta a este pedido confirmaria que os EUA estão com o Governo português. Fim do Sumário.

(...)

TELEGRAMA 1974LISBON 03857_b

TÍTULO Carta presidencial de reconhecimento da Guiné-Bissau

DATA 10-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Quero destacar que os representantes da Guiné-Bissau que chegaram a Lisboa tornaram claro que não consideram, repito, não consideram o 10 de Setembro como a data da independência. Para eles, 10 de Setembro é a data da transferência de poderes e do reconhecimento por Portugal do Governo da Guiné-Bissau. A independência, na sua visão, foi ganha a 24 de Setembro de 1973. Assim, recomendamos que a primeira frase da mensagem presidencial seja revista para que se leia «Estou satisfeito por informá-lo que, a partir de hoje, o Governo dos EUA reconhece o Governo da Guiné-Bissau.»

2. Continuamos com esperança que a mensagem para Spínola, antes solicitada, seja rapidamente enviada.

TELEGRAMA 1974LISBON 03862_b

TÍTULO Comissão Nacional de Descolonização criada sob a égide de Spínola

DATA 10-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O novo grupo consultivo para a descolonização, criado às ordens do Presidente Spínola, serve para manter este no controlo dos problemas que inevitavelmente surgem durante um processo de descolonização, e para permitir a Portugal manter a influência económica e cultural nos novos estados. Fim do Sumário.

1. O Presidente Spínola emitiu um despacho criando a Comissão Nacional de Descolonização (CND). A Comissão, de natureza consultiva, destina-se a analisar e discutir opiniões sobre problemas que surgirão durante o processo de descolonização. A comissão serve igualmente para ajudar a coordenar os vários ministérios e grupos relacionados com a descolonização.

2. A CND será presidida pelo Presidente e incluirá o primeiro-ministro, Gonçalves, o General Costa Gomes, o ministro da Defesa, Miguel, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, o ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, e o embaixador na ONU, Veiga Simão. Outros podem ser convidados pelo Presidente a participar.

[Detalha extensamente as responsabilidades formais do grupo]

9. Comentário: O novo grupo parece desenhado para ajudar o Presidente Spínola a manter-se a par da situação no Ultramar que evolui rapidamente, e permitir a Portugal manter laços culturais, económicos e sociais próximos com os novos Estados, ao oferecer-lhes assistência técnica específica. É do completo interesse de Portugal

encorajar os colonos do ultramar a permanecer lá. Com o desemprego a crescer e com tendência a agravar-se no próximo ano, a última coisa de que Portugal precisa é de um influxo de centenas de milhares de novas pessoas à procura de emprego. Notamos a presença de Veiga Simão na Comissão, que lhe parece dar um estatuto quase ministerial.⁸⁷

TELEGRAMA 1974LISBON 03866_b

TÍTULO Carta presidencial de reconhecimento da Guiné-Bissau

DATA 10-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O Presidente Spínola assinou a declaração formal de reconhecimento por Portugal da República da Guiné-Bissau às 12h de Lisboa. A declaração foi então entregue ao Major Pedro Pires, que encabeça a delegação da Guiné-Bissau. Nenhuma, repito, nenhuma outra cerimónia está planeada. A delegação almoça agora com o Presidente Spínola. Planeamos contactar Pires e entregar-lhe a carta do Presidente assim que possível.

2. Para o Departamento: solicito resposta urgente ao telegrama anterior.

⁸⁷ É por telegramas destes que Kissinger apelidava Scott de idiota. Por um lado, ele simplesmente não se dá conta de que a única razão para Spínola criar o CND é para tentar controlar o processo de descolonização, colocando-o num organismo em que acreditava ter a maioria e afastando-o do Governo. Por outro lado, as considerações ingénuas sobre o que seria melhor para Portugal devem ter despertado gargalhadas em Washington. Não que estejam incorrectas, mas porque as razões que apontam para não se promover o regresso massivo dos colonos são exactamente algumas das razões pelas quais os EUA irão tudo fazer para promover esse regresso, desestabilizando Portugal e os novos Estados.

TELEGRAMA 1974LISBON 03868_b

TÍTULO Governo restringe ainda mais as despesas dos turistas portugueses no estrangeiro

DATA 10-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Numa tentativa de limitar as despesas dos turistas no estrangeiro, o Ministério das Finanças reduziu na última semana a quantidade de dinheiro que os residentes em Portugal podem transportar ou receber no estrangeiro para despesas turísticas. Anteriormente, estavam limitados a 30 000 escudos (\$1 200) por pessoa, por viagem. Agora estão limitadas a 6000 escudos (\$240) por pessoa em viagens até três dias, e 20 000 por pessoa (\$800) para viagens mais prolongadas. As crianças com menos de 18 anos estão limitadas a metade dos montantes acima descritos.

2. O limite para transferências não turísticas de fundos pessoais para países estrangeiros sem prévia autorização do Banco de Portugal continua nos 30 000 escudos por transação.

3. Comentário: Como meio de conservar divisas estrangeiras, as novas medidas têm um impacto marginal. Serve, no entanto, para recordar ao povo que a austeridade está na ordem do dia. A nova restrição não altera, de forma alguma, as regras existentes para a importação e exportação de capitais para propósitos comerciais e não deve ser causa para alarme naqueles que conduzem operações de negócios em Portugal.

TELEGRAMA 1974LISBON 03885_b

TÍTULO Documento exige a abolição da Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA)

DATA 11-09-74

ASSINADO [NÃO ASSINADO]

CONTEÚDO 1. A embaixada obteve uma cópia do documento de uma página que foi distribuído no dia 31 de Agosto por militares à entrada da Unidade 6 do Quartel de Cavalaria do Porto. O documento não tem data nem está assinado.

2. O Manifesto diz que o povo português tem o direito de exigir a completa conformidade com o programa das Forças Armadas «confiamos no General Spínola», um oficial que já mostrou que sabe como cumprir a sua missão.

3. O Manifesto diz que os jornais não dizem a verdade «sobre algo muito sério» que ocorreu na semana passada. A verdade é que o MFA se encontra dividido entre aqueles que são fiéis ao MFA e regressaram às suas unidades depois do 25 de Abril, e aqueles que obedecem às ordens do Partido Comunista, oportunisticamente invadindo o Governo e reforçando o poder dos comunistas.

4. O programa do MFA deve ser cumprido e nós exigimos: (a) Imediata dissolução da Comissão Coordenadora do MFA, que não representa o movimento, que não foi democraticamente eleita e que é apenas um grupo comunista de pressão contra o Governo; (b) Que os comunistas sejam afastados do Governo, bem como o primeiro-ministro, Gonçalves, o ministro do Trabalho, Costa Martins, os ministros sem pasta Melo Antunes, Vítor Alves, Álvaro Cunhal e Brigadeiro Otelo Carvalho; e que (c) Exista um apoio completo ao General Spínola.

5. O Manifesto termina com vivas ao General Spínola, às Forças Armadas e a Portugal.

TELEGRAMA 1974LISBON 03889_b

TÍTULO Decreto-Lei garante liberdade de reunião

DATA 11-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O novo decreto-lei publicado garante o princípio do direito de liberdade de reunião e estabelece os procedimentos a seguir para aqueles que promovam reuniões públicas não religiosas. Fim do Sumário.

1. O Decreto-Lei 406/74 de 27 de Agosto estabelece o princípio de que todos os portugueses têm o direito de se reunir de forma pacífica e ordeira onde quiserem, sem prévia autorização do Governo. A única limitação ao princípio geral é a de que reuniões que ofendam «a honra ou a devida consideração aos órgãos de soberania e às Forças Armadas» estão proibidas (apesar de não ser proibido fazê-las para os criticar).

(...)

8. Comentário: A Lei remove restrições severas anteriores do direito de as pessoas se reunirem, e foi favoravelmente recebida por todos os partidos políticos. O Governo está agora a considerar outras leis na categoria de liberdades civis (imprensa, voto, etc.) que seguramente irão provocar controvérsia.

TELEGRAMA 1974LISBON 03890_b

TÍTULO Forma-se nova coligação de direita sob a égide do General Deslandes

DATA 11-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: A aliança de cinco partidos de direita será brevemente anunciada. Alegadamente, a aliança gozará do apoio de 20 oficiais de alta patente retirados e será dirigida pelo antigo chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, General Venâncio Deslandes.

1. O Eng. Camilo António de Almeida Mendonça, proeminente agricultor do Noroeste de Portugal, antigo vice-presidente da extinta Assembleia Nacional e presidente do Centro de Estudos Políticos da União Nacional (percursor da ANP)⁸⁸, telefonou a um funcionário da embaixada a 9 de Setembro para informar o Governo dos EUA que uma nova coligação de direita se estava a formar.

2. De acordo com Mendonça, que será o principal organizador da nova coligação, mas que não formará parte da sua direcção, a coligação chamar-se-á Aliança dos Portugueses para o Progresso Social. Ela incluirá quatro pequenos partidos, dois sociais-democratas e dois democratas-cristãos: Partido Social Democrata (PSD); Partido Social Democrata Independente (PSDI); Partido Social Democrata Cristão (PSDC); e Partido Cristão Social Democrata (PCSD). O grupo de extrema-direita conhecido como Movimento Popular Português (MPP) trabalhará em proximidade com a aliança.

⁸⁸ Ou seja, um fascista.

3. Mendonça afirma que, quando a aliança for lançada, daqui a uns dez dias, terá o apoio de 300 proeminentes conservadores do Porto, Coimbra e Lisboa. Entre os apoiantes estarão 20 militares de alta patente retirados e 70 professores universitários. O líder da Aliança será o militar retirado General Venâncio Augusto Deslandes, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas antes de Costa Gomes, um salazarista de linha dura, fervoroso anti-comunista. Mendonça espera que outros proeminentes conservadores se juntem à aliança no futuro.

4. A estratégia da Aliança será concentrar-se no Norte rural, onde eles esperam que as eleições sejam ganhas entre os agricultores conservadores. Acreditam que conseguirão o essencial dos seus votos porque os 300 apoiantes da Aliança são bem conhecidos e respeitados pelos líderes, os padres e os professores das escolas do Norte, que podem garantir o voto local. Mendonça diz que os antigos líderes da ANP não se associarão à aliança nesta fase, já que querem evitar novos ataques da esquerda que apresentaria a Aliança como ligada à ANP⁸⁹. Numa fase posterior, no entanto, os antigos membros da ANP adeririam abertamente.

5. Comentário: Mendonça é um político perspicaz, bem informado e hábil, que tem muitos amigos proeminentes ainda em posições de poder. Ele acredita que a esquerda está em declínio, e que a direita está a regressar. Na sua visão, os acontecimentos em Moçambique resultarão num aumento do poder de Spínola e na correspondente dissolução da esquerdista Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas. Acredita que a falta de vontade do Exército em esmagar a revolta em Moçambique tornará a UDI [Declaração de Independência Unilateral] uma forte

probabilidade em Angola. Ele também prevê um golpe em Portugal dentro de um mês para afastar o primeiro-ministro Gonçalves e aqueles esquerdistas no Governo que empurraram tanto e tão depressa para aquilo que ele chama a «entrega» de Moçambique e da Guiné-Bissau.

6. Não temos forma de saber qual o sucesso que a Aliança de Mendonça terá em alcançar os seus objectivos de capturar o voto do Norte conservador. No entanto, os partidos que a compõe têm existido essencialmente no papel até agora, e terão uma competição dura no Norte por parte do CDS e do Partido do Progresso que, de acordo com o nosso cônsul no Porto, estão activos na região. A estes últimos partidos falta-lhes líderes reconhecidos nacionalmente. Se a nova aliança conseguir de facto tais líderes do seu lado, isso pode criar dificuldades ao CDS e ao Partido do Progresso na luta pelo voto conservador.

⁸⁹ Um fascista a reconhecer que estão queimados perante o povo, mesmo a Norte.

TELEGRAMA 1974LISBON 03903_b

TÍTULO A política portuguesa de população

DATA 11-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Mudou a atitude do Governo português face ao controlo/planeamento familiar. O Governo português não tem ainda uma política coerente nesta área, mas agora reconhece «o direito humano» das famílias determinarem o número de crianças que desejam.

2. Será um trabalho particularmente difícil de concretizar, uma política multifacetada de planeamento populacional. No centro do problema, não mais afectado por uma visão política conservadora, estão duas incertezas principais: (a) O que acontecerá com o cerca de um milhão de imigrantes que trabalham na Europa Ocidental se esta entrar em recessão? (b) O que acontecerá no caso de os brancos «regressarem» de África a Portugal? (A actual corrente é moderada, mas pode transformar-se numa enxurrada no caso de Angola e Moçambique.)

(...)

TELEGRAMA 1974LISBON 03906_b

TÍTULO Espera-se a libertação do prisioneiro cubano Peralta

DATA 11-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Como consequência da breve visita a Lisboa do ministro dos Negócios Estrangeiros cubano, Raul Roa, dois vespertinos de Lisboa reportam que a libertação do prisioneiro cubano Peralta estará iminente. O *Diário de Lisboa* afirma que a notícia da libertação, divulgada primeiro por Roa na chegada ao aeroporto, foi confirmada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares. *A Capital* não atribui a confirmação do que foi apresentado como uma «troca de prisioneiros» na República da Guiné-Bissau.

2. O DCM falou com o Dr. Nunes Barata, assessor diplomático da Casa Civil do Presidente da República, na manhã de 10 de Setembro. Barata afirma que o jornal exagera sobre a iminência da libertação; no entanto, ele espera que Peralta seja libertado num curto período, talvez dentro de alguns dias. O embaixador na ONU, Veiga Simão, disse ao embaixador, a 11 de Setembro, que ele não estava muito familiarizado com a questão, mas que lhe parecia que a libertação de Peralta seria considerada pelas autoridades militares no quadro da troca de prisioneiros de guerra com a Guiné-Bissau.

3. O artigo do *Diário de Lisboa* recorda a recusa de Peralta em aceitar a amnistia como parte de uma troca «por alguém, seja quem for». A única referência, e muito indirecta, ao possível interesse dos EUA no caso foi o comentário, no mesmo artigo, de que o caso Peralta motivara manifestações de rua em Maio, o que evidentemente «não tinham ajudado de forma alguma a sua libertação».

4. A embaixada está a tentar obter mais informações do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Costa Gomes, que é quem terá agora a jurisdição sobre o assunto. No entanto, as perspectivas de conseguir a troca de Peralta por Lunt parecem agora muito negras.

TELEGRAMA 1974LISBON 03907_b

TÍTULO Discurso de Spínola ataca governos de um partido e os extremistas

DATA 11-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O Presidente Spínola realizou o mais duro discurso anti-extremismo até à data, atacando a entrega de poder em Portugal e nos territórios africanos a um partido totalitário, e comprometendo-se no uso de todos os seus poderes em defesa do processo democrático em Portugal. Fez um ataque velado à legitimidade da Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA) e comparou o comunismo ao fascismo. Fim do Sumário.

1. De seguida, os destaques do grande discurso à Nação do Presidente Spínola, realizado às 17h30 do dia 10 de Setembro, apenas umas horas depois do reconhecimento formal da independência da Guiné-Bissau.

2. O Presidente saudou a independência da Guiné-Bissau como outro membro do mundo Lusitano, recordando à Nação que ele, quando Governador da Guiné, tinha inspirado o movimento «Guiné para os Guineenses» que se tinha realizado plenamente hoje mesmo⁹⁰. Spínola afirmou que sempre defendera a tese de que a verdadeira independência africana não é possível se as pessoas simplesmente organizarem o poder de forma anti-democrática.. Portugal

⁹⁰ Este é o mesmo homem que tenta há meses travar o processo de independência, e que, enquanto Governador, tinha tentado derrotar o PAIGC (movimento de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde, entre outras coisas, promovendo o racismo anti-cabo-verdiano, e que umas horas antes reconheceu a independência da Guiné-Bissau perante Pedro Pires, dirigente cabo-verdiano do PAIGC.

acaba de escapar de um regime de partido único, notou o Presidente, e os regimes de partido único não são por definição estruturas democráticas. Esses regimes devem ser excluídos da política portuguesa, e não podemos em coerência aceitá-los no processo de descolonização.⁹¹ Assim, esperamos que o PAIGC honre as responsabilidades assumidas como representantes do povo da Guiné-Bissau. Spínola disse ainda ter confiança que os novos líderes da nova Nação saibam defender a democracia no novo Estado contra todas as formas de neocolonialismo num clima de perfeita liberdade, justiça social e progresso. Se tal não for feito, terão sido traídas as esperanças dos guineenses e os ideais que inspiraram os esforços portugueses de descolonização.

3. O Presidente então tratou do processo de descolonização em termos gerais, sublinhando que este processo não consiste («como alguns pensam com superficialidade») na transferência pura e simples de poder para aquelas organizações partidárias que levaram a cabo a luta armada contra Portugal. Nós defendemos uma descolonização que a história valorize, e na qual está defendida e institucionalizada a liberdade de diferentes opções políticas, na qual a sociedade está tão estruturada que sistemas verdadeiramente anticoloniais estão implantados e nos quais a liberdade de uma democracia multipartidária está assegurada. Aqueles que

⁹¹ O facto de os povos colonizados tenderem a unir-se para a luta contra o colonizador não tem nada a ver com o regime democrático que posteriormente venham a adoptar. Mas não é ao colonizador que cabe a tarefa de decidir esse caminho. É ao povo descolonializado. Ao colonizador cabe-lhe deixar de o ser. Mas Spínola será sempre um colonialista que sabe que já não há solução militar para manter o colonialismo, e procura uma alternativa política.

criticam a nossa intransigente⁹² defesa dessas liberdades estão interessados em apropriar-se do poder em nome de certas ideologias e os seus correspondentes regimes totalitários. O risco de uma nova escravidão dos territórios africanos por esses totalitarismos é uma possibilidade contra a qual, em consciência, todos os democratas devem lutar. A autêntica descolonização, avisou o Presidente, não resulta do rápido abandono do ultramar à arbitrariedade de novos ditadores que fariam dos novos estados satélites de uma terceira parte.

4. A primeira fase da descolonização, a de colocar um fim ao derramamento de sangue, foi alcançada. A segunda fase será responsabilidade daqueles que lutaram contra nós e que agora assumem responsabilidades políticas. Esta fase consiste em erguer instituições democráticas eficientes para salvaguardar os interesses de todos os cidadãos.

5. Sobre Angola, Spínola defendeu que um programa de descolonização, como previamente apresentado pela Junta de Salvação Nacional, será desenvolvido, pois temos a certeza que é o que melhor defende a independência e a democracia lá.

6. O resto do discurso é devotado à análise da situação política interna em Portugal, que ele, como no passado, caracterizou como um país «doente», com uma «grave crise» e vulnerável a «aventuras extremistas». Spínola destacou que a Nação tem testemunhado um assalto sistemático aos centros de decisão públicos e privados por grupos que actuam à beira dos limites da ordem legal e institucional. A coerção, a ameaça, a mistificação e os métodos antidemocráticos são usados por esses oportunistas.

⁹² Tão intransigente que já tentou um golpe, está a preparar um segundo e ainda vai lançar um terceiro para tentar impedir a realização de eleições multipartidárias em Portugal e substituí-las pela sua própria ditadura iluminada.

7. O programa das Forças Armadas, cuja execução é suprema responsabilidade do Presidente da República, torna claro que as reformas fundamentais na sociedade estão reservadas para as instituições democraticamente eleitas. No entanto, queixou-se, há situações de facto consumado que estão a ser criadas e prejudicam o direito do povo a decidir o seu futuro.

8. Spínola lançou-se então numa análise sobre o socialismo, dizendo que ele reconhece a contribuição do socialismo democrático para as modernas sociedades políticas. Ele aceita o verdadeiro socialismo democrático, isto é, o socialismo praticado num regime que permita a pluralidade de opiniões e que responda perante a vontade da maioria, mas não aceita o socialismo que é só um eufemismo para o controlo totalitário pelo Estado. A justiça social, que ele apoia, pode ser garantida de muitas maneiras sem impedir o papel da iniciativa privada (política fiscal, orientação orçamental, direcção da economia, etc.).

9. As mudanças rumo aos objectivos da justiça social e de uma verdadeira democracia não devem ser nem bruscas nem convulsivas, já que essas convulsões trazem consigo as sementes de novas ditaduras de esquerda ou de direita. A «maioria silenciosa» deve acordar e defender-se activamente do extremismo totalitário que espregueia na sombra à espera de ganhar vantagem perante uma população confusa e perplexa. Um clima anárquico de reivindicações incontrolladas é o que esses extremistas procuram para lucrar.

10. O Presidente acaba o discurso dizendo que este é o momento dele assumir a responsabilidade de enfrentar com firmeza aqueles que abusam da liberdade. Os burocratas ineptos, corruptos ou venais devem ser removidos, os trabalhadores parasitas e improdutos devem ser despedidos, e os políticos oportunistas, autocráticos ou demagógicos devem ser removidos. Invocando o Programa do Movimento das Forças Armadas, Spínola reitera que ou

a democratização é realizada completamente, ou «esperamos um futuro de miséria, sangue e escravidão.» Regimes extremistas só conduzem a extremos. O fascismo que nós abolimos era baseado na trilogia «Um povo, um Partido, um Chefe». Os portugueses devem ser alertados contra todos os regimes inspirados nessa trilogia⁹³.

11. O Presidente é a pessoa responsável por ver o Programa de democratização do MFA concretizado. Ele não abdicará dessa responsabilidade e utilizará todos os meios constitucionais ao seu alcance para garantir esse dever. Ele assumirá a responsabilidade da defesa da liberdade contra «a reacção da extrema-direita e o extremismo da extrema-esquerda», e acelerará a promulgação de novas leis, cujo atraso em ser aprovadas estão a tornar a situação presente mais complicada⁹⁴.

12. Comentário: Este discurso é o mais assertivo do Presidente até à data contra os extremistas, e o único onde ele atacou claramente pelo nome a extrema-esquerda e a extrema-direita. Ninguém acusou a extrema-direita de, sistematicamente, tomar o controlo de centros de decisão, e o verdadeiro alvo dos avisos de Spínola é o Partido Comunista e os grupos à sua esquerda, que raptam

⁹³ Isto dito pelo chefe do único movimento em Portugal que tinha como objectivo político impedir a realização de eleições multipartidárias, e fazer-se eleger líder supremo através de um plebiscito apressado.

⁹⁴ Um governo que inclui PS, PCP, PSD e um conjunto de militares tem naturais dificuldades em consensualizar um decreto-lei sobre temas estratégicos, como seja a contratação colectiva. Spínola tem a solução: ele decide. É mais rápido e os patrões até vão estar de acordo. Um democrata.

ram muitos dos governos locais⁹⁵ e controlam o conteúdo dos *media*⁹⁶.

13. Vale a pena destacar a afirmação de Spínola de que ele, como Presidente, é o homem responsável por supervisionar o Programa do MFA. Isto é um desafio público à legitimidade e autoridade da Comissão Coordenadora do MFA, que se recusa a dissolver com base na necessidade de defender o Programa do MFA. A crise política de há duas semanas foi, em grande parte, em torno da questão se esta Comissão deve ou não ser abolida e se profundas mudanças sociais devem ser feitas nesta fase transitória antes das eleições. Spínola atacou com força, neste discurso, as tentativas do Governo Provisório e de outros de realizar essas mudanças com o argumento de que as pessoas devem decidir o rumo da nação democraticamente em futuras eleições⁹⁷.

⁹⁵ Este «raptaram» o poder local, refere-se ao facto de as populações terem dele expulso os «eleitos» pelo Estado fascista, sem esperarem pelas eleições de 1976.

⁹⁶ Isto não é verdade, mas de facto a situação não é a ideal do ponto de vista dos EUA: para estes, os *media* só serão verdadeiramente democráticos quando todos silenciarem e deturparem as posições do PCP.

⁹⁷ Ou seja, que aquilo que foi imposto ao povo português pela força só poderia ser alterado depois das eleições, daí a dois anos. E como o fascismo era, antes de mais, o poder absoluto do grande capital e dos latifundiários, que os trabalhadores deviam pactuar com esse estado de coisas por mais dois anos e esperar pelas mudanças após o voto. Para ajudar a ilustrar a fraude, importa ainda recordar que, quando houve eleições, o povo português votou massivamente pelo socialismo e o fim do capitalismo monopolista... mandato que o poder político eleito nunca cumpriu, antes começou de imediato a violar.

14. O Presidente ameaçou usar os meios constitucionais à sua disposição para defender o processo democrático de tomada de decisões, o que é visto pela embaixada como uma ameaça velada de demitir o primeiro-ministro Gonçalves e o Governo se eles persistirem no que ele entende ser mudanças sociais básicas e talvez precipitadas. Muitos portugueses com quem falámos prevêem que Spínola, nas próximas semanas, demita o Governo e insista na dissolução da Comissão Coordenadora do MFA. O DAO confirma que há correntes nos próprios militares apelando a isso mesmo. Alguns observadores acreditam que o recente incidente de Moçambique reforçará a posição de Spínola na sua luta para acabar com a Comissão Coordenadora do MFA. Esses observadores acreditam que o Presidente usará como um dos argumentos a acusação de que uma descolonização precipitada e não democrática lhe foi imposta pelos líderes da Comissão, que foram os responsáveis pelos acordos de Lusaca que levaram aos recentes acontecimentos de Moçambique. (Deve ser sublinhado neste contexto que Spínola não tem palavras simpáticas a dizer no seu discurso sobre a Frelimo ou os Acordos de Lusaca).

15. As observações de «limpeza» dos políticos demagógicos da cena política e a sua quase equivalência entre fascismo e comunismo vão de certeza levantar uma tempestade de protestos dos esquerdistas, que apontarão semelhanças desta comparação com um poster similar de uma campanha anónima e com comentários similares feitos por Galvão de Melo.

TELEGRAMA 1974LISBON 03908_b

TÍTULO Portugal questiona sobre a possibilidade de compra directa de cereais

DATA 11-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: A embaixada solicita uma resposta urgente à questão colocada por Portugal sobre a possibilidade de compra directa de cereais aos EUA. Fim do Sumário.

1. O Instituto Português de Cereais pediu ao adido para a Agricultura que verificasse a possibilidade da compra directa de: 200 mil toneladas de trigo (para pão e massas); 800 mil toneladas de milho; 500/600 mil toneladas de sorgo ou cevada de 2.^a escolha. O Instituto pede que isto seja mantido confidencial.

(...)

4. Comentário: Durante algum tempo, a embaixada teve relatos de que o Governo Provisório estava muito interessado em assegurar um suprimento garantido de grão para 1974/1975, e que o grão seria incluído nos pedidos do Acordo da Base das Lajes. Os países do Leste europeu começaram a estabelecer missões diplomáticas em Portugal e indicaram que gostariam de ser úteis a Portugal. Fornecer cereais seria uma dessas ajudas. Isto poderia trazer uma publicidade muito favorável e diminuiria a importância do pacote dos cereais no Acordo da Base das Lajes⁹⁸.

⁹⁸ Edificante. Até para a alimentação dos portugueses esta canalha olha pensando primeiro nos seus interesses geopolíticos e na propaganda.

5. A embaixada está convencida que é do interesse comercial e político dos EUA que os fornecimentos de grão a Portugal venham dos EUA e que as firmas dos EUA sejam instadas a cooperar na satisfação desta necessidade.

6. Acção solicitada: Respondam, por favor, até 13 de Setembro sobre a possibilidade de compra directa pelo Governo português da quantidade de cereais referida anteriormente.

TELEGRAMA 1974LISBON 03912_b

TÍTULO A violência irrompe em São Tomé e Príncipe

DATA 12-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O Movimento pela Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) emitiu um comunicado a 8 de Setembro acusando o Exército Português naquele território de agir sob ordens para reprimir todas as manifestações e ser responsável por «várias mortes e feridos» que aconteceram a 5 de Setembro.

2. De acordo com relatos na imprensa, os conflitos começaram durante uma celebração pelos trabalhadores de um aumento salarial. Os incidentes resultaram num comunicado do Exército Português a proibir «actos de violência e vandalismo... fomentados por um grupo minoritário de agitadores.» O número de mortes e feridos é ainda desconhecido.

TELEGRAMA 1974LISBON 03914_b

TÍTULO Presidente da Internacional Socialista visita Portugal

DATA 12-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Bruno Piterman, presidente da Internacional Socialista, visitou Portugal entre 5 e 8 de Setembro a convite do Partido Socialista (PS). Falou com o ministro da Justiça, Salgado Zenha, o primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, e líderes do PS.

2. Numa entrevista ao jornal *A Capital*, Piterman atirou-nos alguns elogios e algumas pedradas. Recordando a ajuda dos EUA à Europa, depois da II Guerra Mundial, Piterman apelou aos países europeus para seguir o exemplo americano e garantir ajuda económica e material aos países que se libertam do fascismo (Grécia, Portugal). Depois criticou algumas forças internacionais (as multinacionais, a CIA, a poderosa classe capitalista internacional), que trabalharam contra os interesses democráticos em casos similares ao português, avisando que Portugal deve agora estar alerta. «Eu ainda não cheguei ao ponto de afirmar que o Congresso dos EUA está contra os esforços portugueses ou gregos de instalar a democracia...mas, por detrás das forças democráticas nos EUA, encontramos grupos capitalistas que exercem uma grande influência sobre o Governo de Washington.»

3. Para Viena: Piterman saiu de Portugal para participar na reunião do grupo socialista do Parlamento Europeu na Córsega, após a qual regressará a Viena. A embaixada de Viena pode desejar contactá-lo no seu regresso para discutir as suas impressões da viagem a Portugal⁹⁹.

⁹⁹ Agora, leiam primeiro esta parte sublinhada, e depois, novamente, o segundo ponto deste telegrama. É isto a Internacional Socialista.

TELEGRAMA 1974LISBON 03915_b

TÍTULO Esperada a libertação do capitão cubano Peralta

DATA 12-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O DCM discutiu com o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Costa Gomes, as informações da imprensa de Lisboa, segundo as quais a libertação do capitão cubano Peralta estava iminente, na sequência do acordo Portugal – Guiné-Bissau. O General Costa Gomes disse que, de facto, a libertação de Peralta estava iminente, e que apenas aguardava que a troca de prisioneiros entre Portugal e o PAIGC estivesse completa, existindo 11 militares portugueses sob custódia do PAIGC. A troca ainda não foi completada, mas assim que o seja é lógico que Portugal liberte todos os prisioneiros de guerra que detém por causa desse conflito, incluindo o Capitão Peralta. O DCM colocou que os EUA tinham tido esperança que Portugal insistisse que Cuba assumisse a obrigação internacional que assumiu em 1971, quando abriu relações com o Vaticano, de libertar o prisioneiro Lunt assim que Peralta fosse libertado. Ele também referiu a atitude favorável a Portugal que tal troca teria nos EUA, particularmente entre os senadores e congressistas que têm acompanhado com interesse o destino do Sr. Lunt. Costa Gomes replicou que não via como poderia Portugal usar legitimamente Peralta como permuta pela libertação de um americano que não tem nada a ver com Portugal. Ele disse que qualquer tentativa de fazer isso nesta fase resultaria numa tempestade de protestos em Portugal.

2. Comentário: Parece que os acontecimentos eclipsaram qualquer possibilidade de condicionar a libertação de Peralta à simultânea libertação de Lunt. É concebível que se faça um último apelo sobre esta questão ao Presidente Spínola, mas nós não o recomendamos já que sentimos que poderia enfraquecer a sua posição, e o que é de importância para os EUA neste momento é que essa posição se reforce. Parece que a única hipótese de libertar Lunt deve residir num acordo bilateral entre os EUA e Cuba.

TELEGRAMA 1974LISBON 03924_b

TÍTULO Questões portuguesas na 29.ª Assembleia-Geral da ONU

DATA 12-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O embaixador reuniu-se com o embaixador português na ONU, Veiga Simão, a 11 de Setembro para discutir os assuntos portugueses na Assembleia-Geral da ONU (AG ONU). Como sempre, Veiga Simão foi aberto e franco ao expor a posição do Governo português.

2. Sobre as questões colocadas no telegrama, Veiga Simão respondeu o seguinte:

a) O Governo português não está muito preocupado com ataques contra ele na AG ONU por causa da grande distância que Portugal percorreu num curto período no caminho da descolonização. Ele disse que os únicos países africanos que recentemente mostraram hostilidade para com Portugal foram, curiosamente, o Quênia e, especialmente, o Togo, que atacaram Portugal no recente debate do Conselho de Segurança sobre a Guiné-Bissau, numa forma que sugeria que desconheciam totalmente os acontecimentos em Portugal e nas colónias portuguesas desde o 25 de Abril. O Governo português apreciaria ser representado pelos EUA junto dos cinco países listados anteriormente, mais o Togo e a Guiné-Conacri. No que respeita à Nigéria, ele espera que os EUA possam contribuir para que a Nigéria conceda direitos de sobrevoo a Portugal, o que facilitaria o processo de descolonização. Ele referiu que a Argélia desistiu unilateralmente da proibição de sobrevoos portugueses decretada pela OUA, com base no facto de que a posição da OUA foi tomada porque Portugal se opunha ao processo de auto-determinação em África, uma política que tinha sido revertida. A Nigéria deixou passar um voo apenas. O Governo português ficaria muito agradecido se os EUA ajudassem a garantir que a Nigéria levanta a proibição de sobrevoos.

b) Como Portugal não tem relações diplomáticas em muitas das mais importantes capitais africanas, Veiga Simão sente que os esforços do Governo estarão limitados às suas discussões com os representantes africanos na ONU.

c) O Governo português gostaria de tornar muito claro que Portugal está a desenvolver uma política de descolonização tão rápida quanto possível¹⁰⁰. Especificamente:

– A Guiné-Bissau foi reconhecida por Portugal como um Estado soberano a 10 de Setembro. Todas as tropas portuguesas sairão antes do final de Outubro.

– Moçambique verá concedida a sua independência total em Junho de 1975, com os Acordos de Lusaca, assinados a 10 de Setembro. O protocolo é altamente favorável à Frelimo e cria um governo de transição onde a Frelimo dispõe do primeiro-ministro e de dois terços do governo.

– O direito de Angola à independência é reconhecido pelo Governo e estão marcadas eleições para uma Assembleia Constituinte para 1976. Entretanto, o Governo português ofereceu-se para incluir representantes dos movimentos de libertação no governo provisório. Apesar das melhores intenções do Governo português, negociações significativas com os movimentos de libertação são virtualmente impossíveis até que os movimentos estejam de acordo em trabalhar uns com os outros – um facto reconhecido por governos africanos amigos das forças de libertação. Extensos esforços têm sido feitos por esses governos amigos para forjar a referida unidade.

¹⁰⁰ Isto é dito por um colaborador próximo de Spínola, que acaba de fazer o discurso que fez contra o processo em curso. Enfim.

d) Recomendamos as seguintes alterações às instruções propostas no referido telegrama. Na primeira frase, a instrução deve ser alterada para ler-se «os postos destinatários estão agora conhecedores de que Portugal concedeu o reconhecimento total da independência do Estado da Guiné-Bissau e que o Governo português e a Frelimo assinaram o protocolo de Lusaca, fornecendo a independência a Moçambique em Junho de 1975». A segunda frase deveria ler-se, «estes dois eventos, mais a vontade afirmada de Portugal, de incluir representantes dos movimentos de libertação no novo governo provisório de Angola, o reconhecimento do direito de Angola à independência e a data de 1976 para eleições para uma Assembleia Constituinte fornecem uma prova firme de que o Governo português está rapidamente a cumprir com o seu compromisso de levar os territórios africanos para a auto-determinação».

Comentário: O departamento não deve contar com um esforço significativo do Governo português para levar o seu caso às capitais africanas, apesar de Veiga Simão pensar que o Governo português pode ser capaz de fazer algo na Tanzânia, Zâmbia, Zaire e Senegal. O Governo português não tem representação em África para o fazer, nem sente que necessita de defender o que, considera, tem sido um processo extraordinariamente rápido de descolonização na sequência do derrube do regime de Caetano, a 25 de Abril.

3. Veiga Simão aceita o facto de que, apesar do realizado pelo Governo português, este pode ser colocado sob pressão na ONU. Ele espera uma cooperação e apoio totais dos EUA na defesa de um programa de descolonização que responde a anos de apelos dos EUA.

TELEGRAMA 1974LISBON 03929_b

TÍTULO Posição Portuguesa em questões-chave na ONU

DATA 12-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO

1. Numa reunião com o embaixador, a 12 de Setembro, o embaixador português na ONU respondeu a questões sobre as posições do Governo português nos temas da próxima Assembleia-Geral da ONU. Veiga Simão é uma fonte próxima e confiável, que fala numa posição de autoridade pessoal sobre a ONU e outras matérias.
2. Em geral, Veiga Simão disse que o Governo dos EUA pode contar com o apoio de Portugal nos assuntos que interessam aos EUA.
3. Em pontos concretos de interesse dos EUA, Veiga Simão disse:
 - a) As credenciais dos Khmers: Portugal apoiará a posição dos EUA;
 - b) África do Sul: O Governo português **falará** contra o *apartheid*, mas não apoiará qualquer exclusão, suspensão ou expulsão da delegação da África do Sul;
 - c) Rodésia: O Governo português apoiará as sanções económicas se a ONU pagar a Moçambique os cerca de 41 milhões de dólares para salários, que perderá em tarifas de ferrovia e portos (números baseados nos resultados para Moçambique do comércio da Rodésia);
 - d) Namíbia: O Governo português abster-se-á em sanções contra a África do Sul nesta questão;
 - e) Coreia: O Governo português apoiará a posição dos EUA;

f) Direitos Humanos: O Governo português apoiará a posição dos EUA;

g) Médio Oriente – O Governo português apoiará a posição dos EUA;

h) UNRWA (Assistência à Palestina): O Governo português está preparado para pagar de acordo com o valor mais baixo anteriormente previsto. Veiga Simão disse que a contribuição foi elevada de 15 mil dólares para 45 mil dólares com base no facto de que, se Portugal podia pagar guerras coloniais, era obviamente um país desenvolvido e podia pagar mais. Isto é, agora, claramente injusto, diz Veiga Simão;

i) UNEF/UNDOF: Novamente, Portugal é considerado um país desenvolvido na definição do contributo financeiro. O Governo português apoiará os EUA contra a URSS sobre a fórmula de financiamento;

j) Desarmamento, proibição abrangente de teste, e zona livres de nuclear: os portugueses apoiarão as posições dos EUA, apesar de não estarem muito actualizados sobre estes assuntos;

k) Multinacionais: O Governo português vai abster-se. Esta é uma questão sensível em Portugal, onde múltiplas multinacionais estão a encerrar e a deixar os trabalhadores sem emprego;

l) Aumento de salário na ONU: A Veiga Simão parecia-lhe razoável o aumento proposto, face à inflação, mas nós podemos ter feito progressos para o convencer do contrário;

4. Comentário: Além de ser um confidente pessoal do Presidente Spínola, Veiga Simão tem uma boa relação pessoal com Mário Soares, o socialista ministro dos Negócios Estrangeiros, apesar de eles serem de diferentes áreas do espectro político. Suspeitamos que Veiga

Simão gozará de um bom bocado de autonomia como representante de Portugal na ONU. Com um longo historial de relações de amizade com a embaixada, pode-se contar com Veiga Simão para fazer tudo para apoiar as posições dos EUA onde estas não entrem claramente em conflito com os interesses portugueses.

TELEGRAMA 1974LISBON 03930_b

TÍTULO Nomeado alto-comissário para Moçambique

DATA 12-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O Governo português nomeou Vítor Crespo para alto-comissário para Moçambique. Fim do Sumário.

1. O Capitão-Tenente (temporariamente «promovido» a Contra-Almirante de três estrelas pela posição) Vítor Manuel Trigueiros Crespo tomou posse a 10 de Setembro como alto-comissário para Moçambique, partindo para Lourenço Marques na tarde do mesmo dia (com uma paragem em Luanda).

2. Durante a tomada de posse, Crespo referiu-se à revolta de Lourenço Marques nos seguintes termos: Depois de muitos anos de guerra e sacrifício «é natural que... alguns portugueses do Ultramar ainda não se tenham apercebido do caminho irreversível» que Portugal está a percorrer. Seria um erro, no entanto, interpretar as atitudes irresponsáveis de uns poucos como os sentimentos profundos de um povo que ajudou a construir e ama profundamente África.

3. Respondendo a uma pergunta de um repórter, Crespo disse que os responsáveis pela revolta seriam julgados. No entanto, ele reconheceu que muitos participantes foram envolvidos em virtude «de um clima emocional que é razoável compreender».

4. Crespo afirmou que a sua nomeação como alto-comissário implica que ocorrerão mudanças de comando brevemente. Um novo governo civil será nomeado dentro de uma semana, com a Frelimo a ser a força com mais participantes. Crespo também mencionou democratas moçambicanos, mas acrescentou que eles não constituem «um Partido» como tal, pois apoiaram a Frelimo. Crespo disse que ele não conhecia qualquer outro partido.

5. A Frelimo também participará na Comissão mista militar responsável por administrar o cessar-fogo.

6. Comentário: Na tarde de 22 de Agosto, depois dos programas normais de TV, Crespo apareceu com o camarada do Movimento das Forças Armadas (MFA) e do Conselho de Estado, Major Melo Antunes, para uma entrevista de 30 minutos. O moderador (que colocou as perguntas apropriadas de forma simpática) era Álvaro Guerra, um esquerdista director dos noticiários da TV. O objectivo do programa era negar as «insinuações» de que o MFA seguia qualquer linha política e afirmar que o objectivo do MFA continuava a ser assegurar uma democracia pluralista para Portugal, e que as reuniões do MFA eram perfeitamente normais e não deveriam ser sujeitas a especulação. Durante a entrevista, Crespo revelou-se trapalhão e incoerente, enquanto Antunes teve diversas vezes de avançar e clarificar ou refazer as respostas que Crespo falhara. (Guerra disse a um funcionário da embaixada que a desarticulação de Crespo se deveria ao nervosismo).

7. Biografia de Crespo: 42 anos, membro da Comissão Coordenadora Política do MFA, membro da equipa negociadora do Governo português que produziu os Acordos de Lusaka. Crespo é associado com a ala esquerda do MFA. Outras informações foram fornecidas pelo DAO noutra telegrama.

TELEGRAMA 1974LISBON 03933_b

TÍTULO Acontecimentos em Moçambique

DATA 12-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O DCM teve uma discussão, a 10 de Setembro, com o Major Vítor Alves, ministro sem pasta e membro da Comissão Coordenadora do MFA, sobre a questão do levantamento de Moçambique.

2. O DCM colocou que as tropas em Lourenço Marques pareceram relutantes em tomar acções contra a revolta dos brancos. Ele perguntou se isso não poderia ser um encorajamento para aqueles brancos em Angola que partilham o ponto de vista dos rebeldes de Lourenço Marques e agora viram que as tropas portuguesas não actuam contra rebeliões de brancos. O Major Alves disse que as coisas eram muito diferentes em Lourenço Marques e em Luanda. Em primeiro lugar, há relativamente poucas tropas na área de Lourenço Marques, enquanto em Luanda existe um número muito significativo de tropas. Em segundo lugar, as poucas tropas que estão estacionadas na área de Lourenço Marques são, sobretudo, brancos moçambicanos, que achariam sempre difícil abrir fogo em brancos moçambicanos como eles. Em Luanda, por outro lado, as tropas lá estacionadas são da metrópole e têm relativamente pouca simpatia pelos angolanos brancos. Além disso, os angolanos brancos terão reparado que a resposta do Governo de Lisboa aos acontecimentos de Lourenço Marques foi uma firme rejeição da acção dos rebeldes.

3. Questionado sobre a posição da África do Sul e da Rodésia sobre esses acontecimentos, o Major Alves notou que esses dois governos tomaram uma posição muito própria e que não considerou essas posições um subterfúgio. Ele reconhece que pode agradar a algumas pessoas na África do Sul aproveitar a situação e conquistar a

região de Moçambique, pelo menos a que fica a Sul de Limpopo. No entanto, ele duvida muito que a África do Sul faça um movimento desses, que praticamente lhe garantiria uma guerra racial na África Austral, especialmente quando o presidente do Uganda, Idi Amin, se tornar o presidente da OUA, no próximo ano.

TELEGRAMA 1974LISBON 03934_b

TÍTULO Mensagem Presidencial sobre a independência da Guiné-Bissau

DATA 09-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Apesar do 10 de Setembro já ter passado, parece-nos que ainda há espaço para uma mensagem do Presidente Ford a congratular o Presidente Spínola, aproveitando a oportunidade criada pelo primeiro acto de descolonização de Portugal. O acto de 10 de Setembro representa o primeiro passo na implementação da política de auto-determinação que os EUA há muito apelavam que Portugal desenvolvesse, apesar das dúvidas de muitos portugueses sobre a sinceridade da dedicação dos EUA a essa política. Desde o 25 de Abril, muitos portugueses acreditam que os EUA, que se tornaram virtualmente o último amigo no mundo do regime de Caetano, têm estado pouco entusiasmados com a substituição do anterior governo pelo regime de Spínola. Sentimos que ambas essas dúvidas seriam suavizadas por uma mensagem na linha da recomendada em passados telegramas, além de que essa mensagem daria força a Spínola na presente luta interna dentro do regime. E, face à carta do Presidente para o Presidente Cabral da Guiné-Bissau, é um bocado difícil explicar a ausência de uma carta similar para o Presidente Spínola.

2. Resposta imediata requerida.

TELEGRAMA 1974LISBON 03949_b

TÍTULO Nacionalização dos bancos portugueses emissores

DATA 13-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O Governo português determinou que a nacionalização dos bancos emissores produza efeitos a 15 de Setembro. Os três bancos envolvidos são o Banco de Portugal (banco central), o Banco de Angola e o Banco Ultramarino.

2. O Decreto-lei de nacionalização especifica que os detentores privados de acções sejam compensados com títulos do Tesouro, em locação com um vinte avos de cada a ser amortizado cada ano, começando a 1 de Janeiro de 1976. O valor das acções está por determinar através do seu valor médio em Bolsa, entre 1 de Janeiro de 1964 e 31 de Dezembro de 1973. Os juros sobre os títulos serão determinados na base do valor médio de ganhos das acções no mesmo período.

3. No final de 1974 serão promulgadas leis sobre a organização dos três bancos. Entretanto, continuam a operar com os actuais estatutos onde estes não entrem em conflito com a nacionalização. Estes bancos tornam-se empresas públicas a 15 de Setembro, com todas as acções a pertencer ao Estado. Eles continuarão com as mesmas funções que desempenham agora.

4. O semanário *Expresso* estima o valor das acções a ser trocadas entre \$120 milhões e \$200 milhões.

5. Comentário: Como já explicado, a nacionalização destes bancos não é particularmente significativa em termos de controlo público, uma vez que o Estado já dominava as suas administrações. Ao compensar os detentores de acções com títulos do Tesouro, que não começam a ser amortizados até 1976 e não precisam de estar completamente amortizados até 1996, o Governo garante que a nacionalização não tem um impacto directo no orçamento, e o custo para o Estado será repartido ao longo de anos.

TELEGRAMA 1974LISBON 03951_b

TÍTULO Dirigente do Governo faz amplo esboço dos planos de desenvolvimento

DATA 13-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Sumário: O secretário de Estado da Indústria e Energia falou na TV e numa reunião separada com líderes industriais sobre os planos do Governo para o desenvolvimento industrial, e o papel dos sectores público e privado. Ele disse que o crescimento industrial tem que aumentar para 12% com a criação de 20 000 empregos anualmente, e que decisões irão ser tomadas brevemente para projectos como refinarias de açúcar, uma fábrica de papel, uma fábrica de fertilizantes, facilidades para plataformas de exploração de petróleo, construção de uma grande fábrica de automóveis e uma fábrica de «máquinas e ferramentas», e que outros projectos estão a ser estudados. Ele criticou a falta de planos concretos de expansão industrial, expressou a confiança que o Governo limitaria a sua intervenção directa ao controlo de alguns sectores industriais-chave e sublinhou a prioridade na assistência às pequenas e médias empresas.

(...)

TELEGRAMA 1974LISBON 03959_b

TÍTULO Peralta libertado e a caminho de Havana

DATA 16-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A imprensa de Lisboa de 16 de Setembro relata a libertação, na manhã de 15 de Setembro, do capitão cubano Peralta, feito prisioneiro na Guiné, a 18 Novembro de 1969. A libertação original esteve marcada para cerca de 9 de Setembro, e era para ocorrer em simultâneo com a libertação de prisioneiros de guerra portugueses e do PAIGC em Kibo, no Sul da Guiné-Bissau. A imprensa especula que o atraso na libertação se deveu ao desejo português de confirmar a libertação dos sete soldados portugueses detidos pelo PAIGC, e pelo facto de as chuvas intensas terem tornado impossível viajar até ao local da troca.

2. Sábado, 14 de Setembro, a troca foi concretizada, e Peralta notificado de que era livre de deixar o Hospital Militar onde tem estado prisioneiro nos últimos meses. Às 18h locais de 15 de Setembro, o cubano partiu de Lisboa para Madrid com destino a Havana. As agências internacionais reportam que foi recebido em Madrid por oito diplomatas cubanos e levado para fora do aeroporto, provavelmente para a embaixada cubana.

3. O advogado do cubano, Manuel Palma Carlos, irmão do antigo primeiro-ministro, Adelino da Palma Carlos, disse aos jornalistas, depois da libertação de Peralta, que está a pensar escrever um livro sobre o caso Peralta a que chamará *Dossier Peralta*. A imprensa especula que o livro pode tratar da tentativa de trocar Peralta por Lunt.

4. Comentário: A imprensa não utilizou a ocasião da libertação de Peralta para criticar o Governo dos EUA ou a CIA por tentarem trocar Lunt por Peralta. Numa longa entrevista com Peralta, no *Diário de Notícias* de 16 de

Setembro, a única menção da troca Lunt-Peralta foi a referência ao facto de que «um advogado americano» representando Lunt, «certamente um agente da CIA», propôs essa troca, mas Peralta e o seu advogado imediatamente a rejeitaram.

TELEGRAMA 1974LISBON 03966_b

TÍTULO Delegação portuguesa visita a Comunidade Europeia

DATA 16-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Por convite do vice-presidente da Comunidade [Económica] Europeia [CEE], Carlo Mugnozza, dois líderes políticos portugueses partirão, na tarde de 16 de Setembro, para conversações de alto nível com os dirigentes da CEE em Bruxelas. Os delegados portugueses são o Dr. Francisco Sá Carneiro, secretário-geral do partido de centro-esquerda PPD, e o seu secretário-geral adjunto, Manuel Alegria.

2. A imprensa local afirma que os portugueses irão reunir-se com o presidente da CEE, com os responsáveis das questões agrícolas na CEE, com o ministro dos Negócios Estrangeiros belga e com o presidente do Senado belga, Pierre Harmel. Adicionalmente, têm contactos agendados com membros do Partido Social-Cristão belga. O regresso dos portugueses está previsto para 18 de Setembro.

3. Comentário: Soubemos de uma fonte confiável no PPD que Carneiro e Alegria vão à Bélgica em nome do Presidente Spínola à procura de ajuda económica para Portugal. Não temos qualquer indicação dos assuntos que vão ser discutidos, mas os tópicos de interesse para o Governo português que podem ser discutidos com a CEE incluem a possível venda ou doação de cereais ou outras mercadorias. Também é concebível uma discussão com o Governo ou figuras privadas belgas sobre a refinaria de petróleo nas Ilhas de Cabo Verde (com participação privada belga) que o Governo português acaba de aprovar.¹⁰¹

¹⁰¹ Devia parecer evidente que se trata de uma mera acção de propaganda do PPD, com o apoio de algumas forças europeias não socialistas, para contrariar o «Europa Connosco» de que o PS vinha beneficiando. Eles queriam lá saber do grão e das refinarias.

4. Apreciaríamos qualquer informação que nos possam dar esta viagem, que decorre num momento de dificuldades económicas para Portugal.

TELEGRAMA 1974LISBON 03971_b

TÍTULO Reacção ao discurso de Spínola a 10 de Setembro

DATA 16-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: A maioria dos maiores partidos políticos, com a excepção do PPD, não reagiram publicamente ao discurso de Spínola. Mário Soares (socialista) disse ao pessoal da embaixada, em privado, que os socialistas estão satisfeitos com a aceitação por Spínola de um socialismo moderado. O semanário *Expresso* afirma que a acreditar no conteúdo político do discurso, o presidente Spínola parece estar a alinhar com o centro-esquerda (PPD). Este súbito e aparente apoio ao centro-esquerda (isto é, socialismo não totalitário) apanhou outros sectores de surpresa, diz o *Expresso*. Fim do Sumário.

1. Até agora, só dois partidos, os democratas-cristãos (PDC) e o centrista PPD, comentaram o importante discurso de 10 de Setembro do Presidente Spínola. Os outros partidos escolheram manter-se em silêncio.

2. O comunicado do PPD saúda o discurso como «significativo» e concorda com Spínola que a autêntica descolonização coincida com a democracia. O partido também sublinhou o tema tratado por Spínola de que Estados de partido único não são compatíveis com democracia, e aproveitou para destacar a sua marca própria de social-democratas, «socialismo com democracia¹⁰²». O PPD recomendou a todos os portugueses que lessem o discurso do Presidente e reflectissem sobre o seu conteúdo.

¹⁰² Sim, o PPD (hoje PSD) de centro-esquerda, também prometia o socialismo. Mas democrático. Enfim, o que se disse para enganar o povo português.

3. O PDC também aplaudiu o discurso como «oportuno» e «lúcido». O comunicado não aborda as questões do discurso relativas ao ultramar, preferindo sublinhar os excertos anti-extremistas.

4. Só dois jornais comentaram o discurso, o socialista *República* e o conservador *Diário Popular*. O *Diário Popular* chamou ao discurso «significativo, controverso e discutível», e predisse que os próximos movimentos do Presidente na política interna seguiriam os parâmetros descritos no discurso. O *República* alega que o Presidente aprendeu os valores do pragmatismo com os americanos, como Kissinger, e sugere que se alguém quer entender a estratégia política de Spínola deve ler os manuais militares de luta de guerrilhas; esses manuais ensinam a flexibilidade, a rápida adaptação a realidades em mudança, a atacar onde o inimigo menos espera, o valor das retiradas tácticas quando necessárias, e a seguir um caminho não-linear até atingir o objectivo final.

5. O editorial do *Diário Popular* aprova o discurso e usa os seguintes adjectivos: «notável, corajoso, energético». E diz que Spínola demonstrou um profundo conhecimento da realidade portuguesa. O editorial ataca a extrema-esquerda e a extrema-direita, e afirma que Portugal pertence ao mundo democrático ocidental.

6. A edição de 14 de Setembro do *Expresso* devota meia página a analisar o discurso. As conclusões são as já referidas. O *Expresso* nota ainda que Spínola utilizou pela primeira vez a etiqueta «fascista» para referir-se ao velho regime, e que ele deitou por terra as esperanças da extrema-direita que pensou que ele poderia apoiar a sua causa. O jornal refere que mesmo a direita moderada (leia-se CDS) está desapontada com o discurso por causa do seu louvor ao socialismo não-totalitário. O *Expresso* conclui que Spínola pode ter decidido ter chegado a altura de passar a «líder político» do centro-esquerda (ler PPD). O jornal diz que o conteúdo do discurso apanhou muitos

observadores políticos de surpresa. O artigo comenta que, dos maiores partidos, só o PPD comentou o discurso, destacando que os pontos defendidos no programa do PPD são análogos aos apoiados pelo discurso presidencial.

7. Comentário: O discurso do Presidente parece ter apanhado a maioria dos partidos políticos de surpresa. Poucos esperavam uma grande análise da situação interna num discurso ostensivamente dedicado à independência da Guiné-Bissau. Um assessor do ministro sem pasta Magalhães Mota informou o pessoal da embaixada, na semana passada, que, como conclusão do discurso, Álvaro Cunhal e o primeiro-ministro Vasco Gonçalves saíram depressa da reunião do Governo, presumivelmente para consultar as respectivas forças sobre o discurso. Os líderes do PPD reuniram-se rapidamente e esboçaram o comunicado supra-mencionado de apoio ao discurso. Entendemos que o PPD rejubila com o que eles acreditam ser um claro sinal do presidente de que apoia o seu programa básico de Socialismo Democrático com espaço para a iniciativa privada.

8. Apesar do Partido Socialista não ter comentado publicamente o discurso, Mário Soares disse ao DCM, a 13 de Setembro, que os socialistas estão contentes com a aparente aceitação por Spínola do socialismo não totalitário nas sociedades modernas.

9. Não é claro se Spínola quis, no seu discurso, apoiar o PPD. No passado, muitos observadores acreditaram que Spínola estaria mais perto ideologicamente do **moderado e centrista CDS**, que do PPD de centro-esquerda. No entanto, percebemos que alguns dos mais próximos conselheiros de Spínola, como o embaixador na ONU Veiga Simão, decidiram não se associar ao CDS. Outros indecisos-chave, como João Salgueiro (amigo de Spínola) e Rogério Martins juntaram-se recentemente ao PPD. Se estas mudanças de fidelidade de amigos e conselheiros de Spínola são indicativos do que ele pensa, ainda falta saber.

TELEGRAMA 1974LISBON 03972_b

TÍTULO Reunião de Mário Soares com o secretário [Kissinger]

DATA 16-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, disse ao embaixador que, na reunião com o secretário de Estado Kissinger, apelará a uma assistência económica com base na necessidade de ajuda dos EUA para enfrentar uma crise económica. Soares **teme** que a URSS e os países do Leste Europeu estejam dispostos a decretar ajudas se o Ocidente não o fizer, e que isso beneficiaria o Partido Comunista com as eleições a aproximarem-se. A renovação do acordo para a base não está em causa. No entanto, a negociação da Base das Lajes é vista por Soares como um veículo útil para os EUA providenciarem e justificarem a ajuda.¹⁰³ Fim do Comentário.

1. A 13 de Setembro, num almoço com o embaixador, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, sublinhou o que pretende dizer quando se encontrar com o secretário de Estado Kissinger, em Washington, a 17 de Setembro. Mário Soares pretende fazer um forte apelo à ajuda económica dos EUA, ele explicará que a situação económica portuguesa se está a degradar e que a crise chegará provavelmente em Outubro com o regresso das tropas da Guiné-Bissau, o provável regresso de um elevado número de trabalhadores emigrados devido à recessão que ataca a Europa, um desemprego agravado e a continuação dos problemas de inflação.

¹⁰³ Um ministro dos Negócios Estrangeiros que teme que outros países possam ajudar Portugal, e que solicita apoios a pensar nos resultados eleitorais futuros e não nas necessidades do seu povo. Pragmáticas traições.

2. Mário Soares teme que a crise económica dê aos países comunistas uma oportunidade de ganharem influência em Portugal. Mário Soares espera que o líder do Partido Comunista e ministro sem pasta, Álvaro Cunhal, tente tirar a máxima vantagem da deterioração da situação económica através do anúncio da oferta de ajudas da URSS e dos países do Leste europeu. Se não estiverem disponíveis outros meios de enfrentar a crise, o Governo português dificilmente recusará as propostas de Cunhal. Apesar do Partido Comunista Português (PCP) estar bem atrás do Partido Socialista (PS) nas sondagens privadas, Mário Soares pensa que atingiu o seu limite natural de 18% do eleitorado (contra 25 de PS, 8 do PPD de centro-esquerda e o resto de indecisos), uma ajuda em larga escala dos países comunistas daria ao PCP um importante empurrão, com desvantagem dos partidos democráticos, quando as eleições estão mesmo ao virar da esquina.

3. Mário Soares disse que não planeia entrar em negociações detalhadas sobre os Açores com o secretário de Estado Kissinger, que serão deixadas para uma equipa técnica. No entanto, ele gostaria de discutir o enquadramento global das negociações de acordo com as seguintes linhas. Ele espera pela indicação, por parte do secretário de Estado Kissinger, que os EUA estarão dispostos a utilizar o Acordo sobre os Açores como um mecanismo para garantir ajuda para salvar Portugal da crise económica iminente.

4. Mário Soares quis sublinhar que não estava a levantar a possível ajuda comunista como chantagem sobre o Acordo dos Açores. Ele levantou a questão com um jovem quadro do PS, que, num comício recente, defendeu o fim do Acordo da Base dos Açores e a saída de Portugal da NATO: Mário Soares afirmou, com ênfase, que a renovação do acordo da base não é uma possibilidade, repito, não é uma possibilidade, mas, antes pelo contrário, estava assegurada pelo compromisso no Programa do Movimento das Forças Armadas de que o novo Portugal honraria os compromissos internacionais existentes.

5. Comentário: Há por aqui uma crescente sensação de desapontamento com os elementos liberais dos EUA. Recordando que os EUA eram virtualmente o único amigo respeitável do Governo de Caetano até à véspera do golpe, e que estão a concluir que os EUA preferiam o velho regime e que estão a reter o seu apoio ao novo regime na esperança que este derreta, assim permitindo a grupos mais do agrado dos EUA (ou seja, reacionários) tomar o poder. Os elementos mais conservadores sentem que os EUA, através da inação, estão a permitir o reforço dos comunistas em posições mais fortes. Mário Soares, que é acima de tudo um pragmático, parece não perfilhar nenhuma destas visões extremas, na medida em que não desconfia dos EUA como os primeiros, nem credita os comunistas com tanta força como fazem os segundos. No entanto, ele reconhece que a situação em Portugal é hoje muito delicada, e que se não ficar claro que Portugal pode verdadeiramente confiar no mundo democrático ocidental para lhe permitir tomar o seu próprio lugar no mundo, a metade indecisa do eleitorado pode ser atraída pela ajuda dos «amigos em necessidade» do Este.

6. Mário Soares olha para as negociações sobre os Açores como uma vantagem das forças anti-comunistas em Portugal. Ele assume que os EUA estão de facto inclinados a favor do novo Portugal, que implementou as visões há muito defendidas pelos EUA para a África portuguesa, bem como adoptou uma filosofia política democrática compatível com o sistema dos EUA. Ele claramente espera que os EUA estejam preparados para ajudar Portugal a superar as dificuldades causadas pela adopção destas políticas. O que ele agora parece estar ansioso por ouvir é que os EUA olham para as negociações dos Açores como fornecendo o mecanismo através do qual os EUA, mesmo num período de declínio da ajuda externa, podem assegurar o apoio necessário para prevenir dificuldades económicas e reforçar as forças políticas anti-comunistas em Portugal. Armado com essa declaração do secretário de Estado Kissinger, Mário Soares esperaria convencer os seus colegas de governo, e eventualmente o público em geral, que o destino de Portugal está com os EUA e a Europa Ocidental, e com as forças políticas não comunistas em Portugal, e não noutra sítio.

TELEGRAMA 1974LISBON 03984_b

TÍTULO Major Pedro Pires

DATA 17-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Ao almoço com funcionários da embaixada, no dia 13 de Setembro, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, e outros responsáveis do Ministério, reportaram que Pedro Pires (também referido como «Major» ou «Comandante») está a planear deixar o Governo da Guiné-Bissau no qual teria a posição de Comissário assistente para as Forças Armadas, para poder regressar ao seu nativo Cabo Verde onde coordenaria a campanha de propaganda do PAIGC. Com alguma alegria, os responsáveis do Governo português notavam que Pires, que foi o principal negociador nas conversações que levaram ao reconhecimento da Guiné-Bissau pelo Governo português, para o fazer teria de desistir da sua nacionalidade da Guiné-Bissau e reassumir a prévia nacionalidade portuguesa, de forma a poder operar como político em Cabo Verde.

TELEGRAMA 1974LISBON 03991_b

TÍTULO Rumores sobre crescentes divergências no interior do PCP

DATA 17-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Funcionários da embaixada ouviram de várias fontes rumores de crescentes diferenças no seio da direcção do Partido Comunista (PCP). Nenhuma fonte, no entanto, foi capaz de providenciar factos concretos sobre essas diferenças nem explicar como chegaram ao conhecimento das alegadas diferenças. Apesar disso, e porque onde há fumo pode haver fogo, passamos informação que ouvimos.

2. Dizem que o secretário-geral, Álvaro Cunhal, conta com a oposição de Octávio Pato ou de Carlos Aboim Inglês pelo controlo da direcção do partido. Alegadamente, as questões são sobre a abordagem de o partido ser nacional ou internacional; sangue velho ou juventude (a maioria dos membros do Comité Central são velhos); se o partido está numa situação pré-revolucionária ou não; política laboral.

3. Comentário: Apesar de, potencialmente, haver muitas questões decisivas onde a diferença possa aparecer no seio da direcção do PCP, a embaixada não está em condições de comentar rumores de uma cisão. À superfície, não aparecem indicações de problemas no seio do PCP, apesar de ter havido alguns casos de indisciplina nas fileiras locais do PCP com alguns militantes a assediarem oponentes, e um caso em que activistas armados do PCP entraram numa casa de militantes de extrema-direita. Sem contar esses casos isolados, o PCP continua a cultivar a sua imagem de partido moderado, responsável e não violento.

TELEGRAMA 1974LISBON 03996_b

TÍTULO Crédito internacional disponível

DATA 17-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Um comunicado do Governo anunciou que, a 16 de Agosto, o Governo português assinou um contrato de uma disponibilidade de crédito de 150 milhões de dólares com um grupo de bancos internacionais encabeçados pelo Citicorp International Bank e pelo Morgan Guaranty Trust Company. O período do contrato é de cinco anos, nos primeiros três dos quais o Governo pode sacar crédito à vontade.

2. O comunicado minimiza a possibilidade de Portugal, que tem fortes reservas e uma dívida externa pequena, ter que recorrer ao crédito. Também sublinha que a assinatura do empréstimo «estabelece uma presença portuguesa nos mercados de capitais estrangeiros, assim abrindo perspectivas para futuras operações».

3. O principal matutino, *Diário de Notícias*, dá primeira página ao comunicado, descrevendo o crédito como de uma remarcável importância porque demonstra que a banca internacional tem fé, quer no corrente processo democrático, quer na economia portuguesa. Outros jornais também dão destaque à assinatura do contrato. O comunicado coloca que este empréstimo é o primeiro negociado pelo Governo português «desde a restauração das instituições democráticas em Portugal».

4. Comentário: (a) Os responsáveis governativos esperavam que o público visse este contrato de crédito como prova de uma intervenção efectiva do Governo na esfera económica. Pelo menos no que respeita à imprensa, esse objectivo parece alcançado; (b) O secretário de Estado do Planeamento Económico informou-nos que o Governo português usará uma parte do empréstimo no final de 1974

para melhorar o aspecto das contas e que pagará o crédito no início de 1975 para que o custo de o ter usado seja mínimo. Ele e outros no Governo valorizam-no mais pela atmosfera que cria do que por responder a urgentes necessidades económicas; (c) A Embaixada trabalhou estreitamente com os representantes do Citibank e do Morgan que desenvolveram a proposta de crédito. A assinatura do acordo significa que o Citibank e o Morgan conseguiram reunir, junto de outros bancos americanos, 100 milhões de dólares. Os dirigentes portugueses que acompanharam este processo sem dúvida que registaram favoravelmente o facto de os bancos dos EUA terem rapidamente subscrito este crédito, enquanto os bancos europeus ainda estão a resistir a créditos similares. A generalidade do público português deverá ver este crédito como um voto de confiança no novo Portugal por parte da comunidade financeira americana.

TELEGRAMA 1974LISBON 04003_b

TÍTULO Situação do Reader's Digest em Portugal

DATA 17-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Um funcionário da embaixada falou com Jorge d'Orey Pinheiro, director da Reader's Digest Portugal. De acordo com Pinheiro, a lei de imprensa, como está actualmente escrita, colocará a Reader's Digest fora de circulação. A cláusula-chave é a 7 do Artigo 7, que determina que editoras devem ser detidas por portugueses em 66% (as Reader's Digest são detidas a 99% pelos EUA).

2. Os gestores da Reader's Digest têm uma reunião, dia 18 de Setembro à tarde, com o ministro das Comunicações. Vão propor que o artigo 57.º seja emendado para que as cláusulas 5 e 7 do artigo 7.º não lhes sejam aplicáveis. Pinheiro não está optimista com o resultado da reunião.

3. Pinheiro afirma que a intenção dos que propuseram a lei é afastar os Reader's Digest do negócio em Portugal, apesar de não competir com os jornais portugueses, nem economicamente, nem politicamente. O Comité que escreveu a lei é composto por representantes do PPD, PS, PCP, além de representantes de jornais diários, jornais não diários, sindicatos, e dois apontados pelo Governo. O principal defensor da cláusula que afecta os Reader's Digest é o representante do PPD, que, de acordo com Pinheiro, está a tentar ganhar o favor da indústria editorial para o PPD, que tem encontrado dificuldades em ver os seus comunicados publicados na imprensa de Lisboa. Por outras palavras, que os Reader's Digest são um alvo visível onde o PPD atirar.

4. O texto dos referidos artigos segue em telegrama separado.

TELEGRAMA 1974LISBON 04013_b

TÍTULO Reunião Spínola-Mobutu

DATA 18-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Não se conhece a substância das conversações entre Spínola e Mobutu, excepto por um curto comunicado. Não é seguro se se concretizou a participação secreta de guerrilhas angolanas. Fim do Sumário.

1. Os principais artigos da imprensa de Lisboa, de 16 de Setembro, reportam sobre a reunião do dia 14 de Setembro, entre Spínola e Mobutu, nas Ilhas de Cabo Verde. O breve comunicado diz que «os Presidentes da República do Zaire e de Portugal reuniram-se na Ilha do Sal para trocar pontos de vista». Entre outros assuntos, foram discutidos os problemas relacionados com a descolonização portuguesa em África.

2. De acordo com a imprensa, a delegação de Spínola incluía o ministro da Defesa, Firmino Miguel, o ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, o chefe da Casa Militar, o Tenente-Coronel Almeida Bruno, o chefe da Casa Civil, Coronel Dias Lima, e o chefe de protocolo.

3. A imprensa reporta igualmente que a delegação de Mobutu consistia no chefe da Casa Civil, Bisengimana Rwema, no Conselheiro Bula Mandungo, e no chefe de protocolo zaireense.

4. Depois de um almoço das duas delegações, que inclui igualmente o comandante militar do Sal, o Tenente-Coronel António José dos Santos, Spínola e Mobutu reuniram-se durante uma hora e meia à porta fechada. A imprensa não revela nada de substancial sobre as conversações.

5. Comentário: De acordo com rumores em Lisboa, a reunião no Sal era para incluir representantes dos grupos guerrilheiros em Angola. Não há qualquer indicação, no entanto, se algum dos líderes participou nas conversações. Poucos membros da imprensa parecem ter estado presentes, e uma reunião secreta pode ter acontecido. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, sugeriu ao pessoal da embaixada, no dia 13 de Setembro, que Savimbi (presidente da UNITA) estava doente e por essa razão não podia estar presente.

6. A 17 de Setembro, *O Século* de Lisboa dá credibilidade à teoria das conversações secretas citando, em comentário do vespertino *A província de Angola*, que o comunicado do Sal e as agências de notícias deixam em aberto a questão se Savimbi e Holden Roberto (FNLA) estiveram presentes.

TELEGRAMA 1974LISBON 04015_b

TÍTULO Assuntos portugueses na AG ONU

DATA 18-00-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O ministro dos Negócios Estrangeiros pediu a assistência dos EUA para evitar o tema do massacre de Wiryamu na AG ONU. Fim do Sumário.

1. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, expressou-nos a sua preocupação sobre a possibilidade de que a questão do massacre de 1972, em Wiryamu, em Moçambique, seja levantada na AG ONU. O problema para Portugal é que, apesar de o novo Governo provisório poder afirmar correctamente que Portugal reverteu a sua política africana e que as suas mãos estão limpas, o Exército Português pode ser implicado no massacre.

2. Dada a actual posição dominante dos militares em Portugal, o Governo português não está nada interessado em ter os militares, como instituição, expostos à crítica internacional. No seio dos militares a tensão existe, entre o Movimento das Forças Armadas e a hierarquia militar regular, e está a decorrer uma controversa e sensível purga nos serviços militares. Se o massacre de Wiryamu se tornar de novo uma questão internacional, pode ter uma importante influência desestabilizadora na cena política portuguesa.

3. Acção solicitada: que os EUA apoiem Portugal nos seus esforços de evitar ter esse assunto novamente levantado contra o Governo português na AG ONU ou em qualquer dos seus fóruns. Um argumento válido pode ser baseado no facto de que seria injusto para o novo Portugal, com o seu compromisso de eleições livres em casa e a rápida descolonização em África, criticá-lo por actos do regime precedente, cujos programas e políticas foram totalmente repudiados pelo Governo Provisório.

TELEGRAMA 1974LISBON 04023_b

TÍTULO Entrevista na imprensa do embaixador soviético em Portugal, Arnold Kalinin

DATA 18-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O embaixador soviético em Portugal, Arnold Kalinin, foi entrevistado a 16 de Setembro por um repórter de um vespertino local sobre o recente estabelecimento de relações entre Portugal e a União Soviética, e o seu possível significado para ambos os países com ênfase na possibilidade de ajuda económica. Fim do Sumário.

1. O *Diário Popular* publicou, na tarde de 16 de Setembro, uma entrevista de página inteira com o embaixador soviético Arnold Kalinin com o título «A URSS melhorará activamente o nível de vida do povo trabalhador». De seguida estão os excertos mais relevante das observações do embaixador Kalinin:

«Os acontecimentos de 25 de Abril de 1974 abrem o caminho para a colaboração entre os nossos dois países em sectores como a economia, a cultura, a ciência e a técnica, o desporto, a medicina, etc.»

«O poder económico da União Soviética é bem conhecido, tal como o seu crescente mercado interno para mercadorias de outros países e os seus altos níveis técnico-científico e cultural».

«Por causa disso, o conhecimento prático da experiência soviética e a colaboração com a União Soviética podem ser benéficas para o povo português. E, sem dúvida, o desenvolvimento das relações entre os nossos dois países será de grande benefício para a União Soviética».

«Decorrem agora negociações para um acordo comercial de longo termo entre os nossos dois países».

«O Governo português está agora a examinar propostas soviéticas concretas no que respeita às comunicações aéreas entre os nossos dois países. Foram estabelecidas relações comerciais entre os representantes de agências marítimas dos dois países. Penso que ligações directas entre Portugal e a URSS ajudarão os dois povos a conhecerem-se melhor...»

«A qualquer momento chegarão propostas para troca de delegações de jornalistas, representantes de TV, da rádio, de vários jornais, e a embaixada participará activamente na organização dessas visitas.»

«A Associação de Amizade Portugal-URSS já começou as suas actividades. A criação da sua contraparte na URSS está agora a começar...»

2. Quando perguntado se alguma ajuda económica da União Soviética a Portugal estava a ser trabalhada, o embaixador respondeu: «As relações económicas (entre Portugal e a URSS) servirão, da melhor forma possível, para realizar planos directamente relacionados com o desenvolvimento da economia portuguesa, com base no processo que começou a 25 de Abril».

3. Comentário: Os soviéticos e o Partido Comunista continuam a estabelecer bases para colocar a URSS e a Europa de Leste como parceiros para a assistência económica e financeira a Portugal. Esta opção é sedutora, não apenas para a esquerda, mas para outros que desejam uma alternativa competitiva ao ocidente e para aqueles que são atraídos pelo aparente mercado e possibilidades de ajuda das nações comunistas.

TELEGRAMA 1974LISBON 04026_b

TÍTULO Mensagem ao novo governo de Moçambique

DATA 18-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Um funcionário da embaixada foi informado, a 18 de Setembro, pelo adido diplomático presidencial e confidente de Spínola, Nunes Barata, que um gesto de Washington elogiando o Presidente Spínola seria «muito bem-vindo». O adido sublinhou que Spínola é o homem que os EUA devem apoiar no regime de Portugal.

2. Como reportado, a data da tomada de posse do novo governo moçambicano foi avançada para 20 de Setembro. A embaixada recomenda a inclusão de passagem a elogiar o Presidente Spínola pelo esforço de descolonização e pela liderança do país, em qualquer mensagem a ser enviada ou declaração a ser feita em Washington, por ocasião da instalação do governo provisório em Moçambique.

3. A embaixada foi informada a 18 de Setembro que o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Breyner Andersen, assistirá às cerimónias de Lourenço Marques, e que o secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros estará nas celebrações de 24 de Setembro em Madina do Boé, Guiné-Bissau.

TELEGRAMA 1974LISBON 04030_b

TÍTULO O Governo bane partido político de extrema-direita

DATA 19-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O Governo português banuiu o partido político de extrema-direita conhecido como «Partido Nacionalista Português» com base no facto de o partido planejar derubar as instituições democráticas. O partido, cujo secretário-geral é um ex-dirigente da Legião Portuguesa, é o único partido banido desde o golpe. A acção do Governo português vem na esteira da semana do Chile, na qual o perigo de um ressurgimento da direita foi o principal tema. Fim do Sumário.

1. O Conselho de Ministros, na sua reunião regular, a 17 de Setembro, declarou o Partido Nacionalista Português (PNP) ilegal, ordenou o encerramento da sua sede no Porto e deu instruções para que fosse aberto um processo criminal na sequência das propostas do Partido de derubar as instituições democráticas da Nação.

2. Imediatamente depois da reunião, os militares e forças regulares da polícia cercaram a sede do PNP no Porto e apreenderam os documentos ali encontrados, bem como um uniforme da Legião Portuguesa. Não foram encontradas armas e não foi feita qualquer prisão.

3. O PNP, fundado a 24 de Julho no Porto, tem estado sob pesado ataque da esquerda nas últimas semanas. Os oponentes garantem tratar-se de uma reencarnação da banida Legião Portuguesa, uma organização paramilitar de extrema-direita que apoiava o regime de Salazar/Caetano. O partido nunca identificou a maioria dos seus líderes (excepto o secretário-geral, Artur Alberto da Silva, alegadamente um ex-legionário e tenente na Guarda Nacional Republicana) e, aparentemente, nunca se expan-

diu para fora da área do Porto. O seu programa nunca foi publicado. No único comunicado emitido pelo Partido (1 de Agosto) coloca «o seu absoluto repúdio por ideologias, culturas e programas que não são estritamente portugueses», e alerta contra «as tentativas imperialistas de escravizar o país».

(...)

6. Comentário: O PNP é o único partido a ter sido banido desde que foi ilegalizada a ANP, no dia a seguir ao golpe. A tentativa do PNP, de basear o seu apoio em ex-legionários portugueses, foi claramente intolerável para o Governo e para os partidos na coligação governamental. O PNP parece ser uma organização no papel, com pouco ou nenhum apoio popular. Outras organizações de direita mais poderosas estão-se a mexer, especialmente no Norte, e há rumores de tentativas de um contragolpe de direita. A decisão do Governo de esmagar o PNP é um claro aviso para outros grupos de extrema-direita que o velho regime está morto e não se permitirá que ressuscite. O próprio Costa Gomes colocou esta posição numa entrevista com *O Globo* do Rio de Janeiro, publicada a 11 de Setembro, onde ele sublinha que o 25 de Abril é irreversível. A decisão talvez mostre que o Governo teme mais a extrema-direita que a extrema-esquerda, da qual nenhum partido foi banido.

TELEGRAMA 1974LISBON 04037_b

TÍTULO Relações portuguesas com o bloco comunista

DATA 19-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O Governo nomeou embaixador para a Bulgária, enquanto alto responsável do Ministério dos Negócios Estrangeiros regressa de visita oficial à Bulgária, e anuncia a próxima partida de uma missão oficial à Hungria, Polónia e Roménia. O desejo de obter fontes alternativas de fornecimento de cereais pode estar entre os objectivos das anunciadas missões de aumento das relações bilaterais económicas e outras. Um antecedente da missão foi a visita à Roménia, no princípio de Agosto, de uma delegação do Partido Socialista, que no seu regresso sublinhou a prioridade de criar uma comissão conjunta para estudar o desenvolvimento de relações comerciais. Sente que a Roménia pode fornecer assistência técnica e possíveis participações no campo da agricultura e do petróleo/petroquímica, e que as relações com os países do COMECON poderiam fornecer alternativas ao investimento das multinacionais e reduzir a dependência da CEE. Uma missão comercial cubana também fez uma visita recente para explorar possíveis compras de autocarros e barcos de comércio. Fim do Sumário.

(...)

3. Também a 11 de Setembro, o Conselho de Ministros português anunciou que uma missão oficial, encabeçada pelo secretário de Estado para o Comércio Externo e o Turismo, José Vera Jardim, partiria de Lisboa a 21 de Setembro para a Hungria, Polónia e Roménia. A missão discutirá o desenvolvimento do comércio bilateral no curto e médio prazo, bem como outras formas de cooperação. Há indicações de que um dos principais propósitos da missão seja explorar as possibilidades de obter garantias de fornecimento de cereais da Europa de Leste.

4. O trabalho de campo da missão foi evidentemente feito pela visita à Roménia, de cinco dias no início de Agosto, de uma delegação de sete homens do Partido Socialista (PS), encabeçada pelo primeiro-secretário Tito de Moraes. O propósito da visita era desenvolver as relações entre os dois partidos (foi enfatizado que o PS não tinha relações com partidos do Bloco de Leste antes do 25 de Abril) e estudar a possibilidade de reforçar as relações bilaterais económicas e culturais.

5. A delegação do PS foi recebida pelo presidente Ceausescu, que aceitou o convite para uma delegação do Partido Comunista da Roménia visitar Portugal. Foi indicado que essa visita se realizaria a breve prazo. A delegação também se reuniu com outros dirigentes do Partido Comunista Romeno e do Governo.

6. O porta-voz da delegação do PS, António Guterres¹⁰⁴, disse que as conversas se centraram na necessidade de colocar a funcionar o mais depressa possível uma comissão conjunta para estudar o desenvolvimento de relações comerciais que tinha sido avançada no recente acordo comercial bilateral. Guterres reportou que a delegação sentia que o comércio podia ser expandido da actual base – carne romena por cortiça portuguesa. E que acreditavam que a Roménia podia prestar assistência ao desenvolvimento da economia portuguesa, principalmente na indústria agrícola e no petróleo/petroquímica. A Roménia poderia providenciar assistência técnica e maquinaria agrícola para ajudar a mecanizar a agricultura, enquanto no petróleo/petroquímica os romenos poderiam providenciar conhecimento técnico, apoio na exploração e até alguma participação directa.

¹⁰⁴ ANTÓNIO GUTERRES: Viria a ser secretário-geral do PS e primeiro-ministro. Actual secretário-geral da ONU.

7. Guterres sublinhou que a situação na Roménia é muito diferente da de Portugal, e que as políticas económicas jugoslavas estão muito mais próximas do programa do PS que as da Roménia. No entanto, disse que a delegação acreditava que era do interesse português desenvolver alternativas aos actuais laços. O comércio com a participação na economia portuguesa do COMECON e de países do terceiro mundo irá alargar alternativas ao que agora está dominado por multinacionais e a CEE. Apesar do COMECON não substituir a CEE, as relações mais próximas irão reduzir a dependência portuguesa desta última e facilitar acordos com ela.

9. Apesar de que, do ponto de vista económico, as oportunidades de expansão das relações comerciais entre Portugal e os países do bloco comunista parecem limitadas, razões políticas podem decidir outra coisa. Os países de Leste podem achar vantajoso garantir, não apenas assistência técnica, mas também as mercadorias necessárias a preços reduzidos, de forma a aumentar a sua influência e ao mesmo tempo reduzir os laços portugueses com o Ocidente. Parece ser do interesse dos EUA, na medida do possível, manter a orientação comercial portuguesa para o Oeste, como na questão do grão já antes sublinhada.

10. É interessante notar que são líderes socialistas, e não comunistas, que são escolhidos para as recentes visitas à Roménia, Bulgária e Jugoslávia. O facto de o ministro dos Negócios Estrangeiros ser um socialista (Mário Soares) explicaria parcialmente a escolha de socialistas para encabeçar as delegações. Presumivelmente, os socialistas gostariam de mostrar que o PCP não tem o monopólio nas relações com os países comunistas. No caso da visita à Roménia, os romenos provavelmente desejarão estabelecer contactos com partidos à esquerda do centro, mas não dominados por Moscovo, como o Partido Comunista local.

TELEGRAMA 1974LISBON 04041_b

TÍTULO Provável política do Governo português para Timor

DATA 20-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Numa entrevista na televisão, a 18 de Setembro, o ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, afirmou que em Timor há três correntes de opinião: uma minoria que quer ligar-se à Indonésia (que estará, afirmou, relativamente pouco interessada nisso); aqueles que querem ser independentes (que ele descreveu como sendo uma opção inviável, dada a fraqueza económica de Timor); e aqueles que querem permanecer portugueses, que ele descreveu como os mais numerosos. A mesma descrição dos desejos dos ilhéus foi dada ao embaixador pelo membro da Junta, Galvão de Melo, a 19 de Setembro.

2. Estas opiniões no seio do Governo português sobre as correntes de opinião em Timor são partilhadas entre os relativamente liberais (Almeida Santos) e os mais de direita (Galvão de Melo). É difícil avaliar se esta é uma reflexão com base em informação segura, ou por falta de atenção dedicada a Timor, que tem ficado relegado face às questões africanas. Também não é seguro como eles abordarão a questão de Timor. Quando perguntado se um referendo será realizado em Timor, Galvão de Melo respondeu afirmativamente, apesar de não ter dado qualquer data. Isto não pode ser tomado como uma indicação definitiva da política portuguesa. Referendos em todas as colónias eram um firme objectivo político do Governo português até que a realidade política portuguesa e a situação em Moçambique e Guiné-Bissau impuseram a adopção de outras alternativas para essas colónias.

3. Parece-nos seguro que, de momento, apoiado por certos desenvolvimentos políticos internos e pelo facto que a solução adoptada para Moçambique contra os seus

melhores instintos levou à recente violência, tem toda a intenção de insistir no caminho dos referendos para as restantes colónias. No entanto, não podemos excluir que «a realidade da situação», como pode ser revelado a Soares pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Malik, em Nova Iorque, ou transmitida a Almeida Santos, que planeia visitar Timor brevemente, pode levar os portugueses a adoptar outra aproximação. A nossa estimativa neste momento é que uma relativa ausência de pressão interna ou externa sobre o Governo português (em contraste com as colónias africanas) permitirá a Spínola insistir num plebiscito, no qual todas as partes poderão competir.

TELEGRAMA 1974LISBON 04042_b

TÍTULO Governo português impõe programa de controlo de rendas

DATA 20-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Numa tentativa de travar a contínua especulação no aluguer de casas e de garantir uma habitação a mais baixo custo, o Governo português promulgou um decreto-lei para controlar a actividade neste sector. Uma das questões centrais é o congelamento das rendas quase total. A nova legislação, que regula e desenvolve o actual congelamento de rendas, promete ser extremamente popular junto dos grupos com rendimentos baixos e médios. Fim do Sumário.

(...)

TELEGRAMA 1974LISBON 04064_b

TÍTULO Aparecem cartazes a apelar a uma manifestação pró-Spínola

DATA 20-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Posters anónimos começaram a aparecer em Lisboa apelando a uma manifestação pró-Spínola e contra os extremismos, numa data não especificada. O membro da Junta, Galvão de Melo, está entre os principais apoiantes da manifestação. Se a manifestação se realizar, o perigo de polarização nas Forças Armadas aumentará, dadas as possibilidades de o poder ser apanhado por forças pró ou anti-Spínola. Fim do Sumário.

1. A Baixa de Lisboa acordou na manhã de 19 de Setembro com as paredes dos edifícios cobertas com cartazes verdes com uma figura humana estilizada, identificada como «maioria silenciosa». O texto do poster diz ainda «Manifestação em apoio ao General Spínola: Não ao extremismo, sim à firmeza e à fidelidade ao programa do Movimento das Forças Armadas». O poster não contém data ou hora para a manifestação, nem indica quem a promove.

2. A imprensa relata que há 50 000 destes posters e meio milhão de panfletos com a mesma mensagem impressa, e especula que foram financiados por uma entidade à qual está ligada uma figura proeminente do velho regime. A imprensa também reporta incidentes entre «dúzias de guarda-costas» dos que estavam a colar os cartazes de madrugada e «democráticos» espectadores, incidentes que resultaram nalgumas prisões e em alegações de que pistolas foram brandidas.

3. A imprensa acusa os posters de serem uma manobra de «provocadores reaccionários» para abusivamente comprometerem o nome do Presidente e do Movimento das Forças Armadas (MFA). O jornal socialista *República*

alega que entre os que estão por detrás dessa campanha está Francisco Hipólito Raposo, um parente do editor do semanário conservador independente *Tempo Novo*, suspenso recentemente por ordem do MFA.

4. A imprensa de Lisboa recusou imprimir anúncios pagos enviados pelos promotores com os detalhes da manifestação. Apesar de não estar dada nenhuma data para o comício, o PPD acredita que será convocado para 23 de Setembro, mas outras fontes lançam dúvidas sobre essa data. Nem o PPD, nem nenhum outro partido saiu a apoiar a manifestação, apesar de o PPD reportar que foi convidado, mas recusou enviar representantes a uma recente reunião de coordenação.

5. Antes dos posters aparecerem, um funcionário da embaixada foi informado por uma figura dirigente do velho regime que se estava a preparar uma manifestação massiva pró-Spínola. A data que estava a ser contemplada era o 13 de Outubro, e seguir-se-ia às comemorações de Fátima, nas quais centenas de milhares costumam participar. A ideia planeada era apresentar a manifestação como «por Fátima e pela Pátria», mas, efectivamente, transformá-la numa manifestação pró-Presidente. A nossa fonte queixa-se de que outros aproveitaram a ideia e, de uma forma amadora, estavam a arruinar uma boa ideia por lhe carregarem o cunho pró-Spínola.

6. A embaixada foi informada pelo membro da Junta, Galvão de Melo, de que ele é um dos principais promotores da ideia da manifestação pró-Spínola. Ele confirmou a informação contida numa das brochuras que um dos temas da manifestação seria regressar à fórmula original de descolonização de Spínola (isto é, referendo com variedade de opções, incluindo independência, mas incluindo também a Federação com Portugal). Galvão de Melo afirma que o objectivo não é alterar a fórmula de descolonização já acordada para Moçambique, mas garantir que o caminho do referendo é seguido em Angola.

7. Comentário: Dado o facto de que Galvão de Melo está associado à manifestação, é provável que o Presidente Spínola tenha dado, pelo menos, a aprovação tácita à manifestação. Isto é muito infeliz, por dois aspectos. Primeiro, é infeliz que os apoiantes da manifestação tenham escolhido o uso de posters anónimos para a promover, já que o método desperta naturais suspeitas (que a esquerda explora) de que «os fascistas» estão por detrás da manifestação, o que mancha a imagem de Spínola. Também dá uma abertura natural à oposição para sabotar a manifestação antes que possa acontecer.

8. Em segundo lugar, a manifestação tem potencial para levar a confrontos dentro das Forças Armadas entre elementos pró e anti-Spínola. Nos últimos dias, parecia que o Presidente tinha ganho espaço face aos seus oponentes da Comissão Coordenadora do MFA, especialmente no que se refere à política de descolonização, uma área central de desacordo. Como resultado dos recentes acontecimentos em Moçambique, o Presidente pode apontar as consequências adversas daquilo que, na sua opinião, foi uma entrega precipitada de poder à Frelimo. Ele tornou claro que iria supervisionar a descolonização de Angola e para isso criara uma Comissão para a Descolonização sob a sua égide, e voou para discutir Angola com Mobutu. É infeliz, mas parece ser verdade que Spínola não está disposto a aceitar apenas uma ligeira vantagem sobre aqueles que considera seus rivais. Dá a impressão de ser inflexível, de estar insatisfeito e desconfortável com um controlo apenas parcial da situação. Uma tentativa de realizar uma grande manifestação pró-Spínola neste sensível momento político pode ter resultados infelizes seja qual for o grau de sucesso: um falhanço reforçará os anti-spinolistas, que argumentarão que o Presidente tem um fraco apoio popular, um grande sucesso pode precipitar uma tentativa das forças de Spínola para abolir a Comissão Coordenadora. Em qualquer dos casos, a polarização abre perigosas possibilidades de enfrentamento dentro das Forças Armadas, sobre as quais se

ouvem persistentes (mas não confirmados) rumores nestes dias. Um enfrentamento poderia conduzir a uma ditadura de direita ou de esquerda e acabar com as esperanças de uma democracia em Portugal.

TELEGRAMA 1974LISBON 04065_b

TÍTULO Rosa Coutinho em rota para Lisboa para entregar documento sobre a descolonização de Angola

DATA 21-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO A imprensa de Lisboa reporta a esperada chegada a Lisboa, na manhã de 20 de Setembro, do Vice-Almirante Rosa Coutinho, Presidente da Junta de Angola. Especula-se que Coutinho irá entregar ao Presidente Spínola um documento esboçado em Luanda, a 19 de Setembro, depois de uma reunião com os principais dirigentes do Exército, da Força Aérea e da Marinha. . O documento é apresentado como uma «moção» sobre o processo angolano de descolonização. Não há mais detalhes disponíveis.

TELEGRAMA 1974LISBON 04076_b

TÍTULO A visão de Spínola sobre o levantamento de Moçambique

DATA 23-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O adido diplomático do Presidente Spínola, Nunes Barata, disse a um funcionário da embaixada, a 18 de Setembro, que Spínola avisou repetidamente os representantes da Frelimo de que eles devem reconhecer e trabalhar com elementos em Moçambique que não sejam da Frelimo. Barata colocou que, por razões pragmáticas, os portugueses não tinham outra opção que entregar o poder à única força significativa de oposição. Spínola avisou a Frelimo de que eles seriam tolos se tentassem impor outro sistema anti-democrático de partido único. O recente levantamento de Moçambique foi, na opinião de Barata, a prova do falhanço da Frelimo em escutar o aviso. Barata acrescentou que Spínola crê que a Frelimo aprendeu a lição e compreende que o último levantamento que chocou Lourenço Marques poderia ter sido o «16 de Março» de Moçambique. (O 16 de Março foi a data da tentativa abortada de golpe das Caldas da Rainha).

2. Comentário: A precisão do alerta de Spínola à Frelimo e à oposição dentro do Governo português coloca o Presidente numa posição de «eu bem avisei» e deve ajudá-lo a ganhar maior controlo directo sobre os futuros processos de descolonização.

TELEGRAMA 1974LISBON 04077_b

TÍTULO Resumo da Semana do Chile (4 a 11 de Setembro) em Portugal

DATA 23-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: A semana do Chile, organizada pelo Partido Comunista Português (PCP), recebeu grande destaque na imprensa e televisão dominada pelo esquerdismo, mas foi no essencial um falhanço. O PCP evitou qualquer referência à cumplicidade dos EUA no derrube de Allende. O Partido Socialista (PS) e o partido de centro-esquerda Partido Popular Democrático (PPD) não participaram. Fim do Sumário.

1. A semana de 4 a 11 de Setembro (semana do Chile) foi observada em Portugal pelo PCP e o seu grupo frentista, o Movimento Democrático Português (MDP). Destaca-se que nem o PS, nem o PPD apoiaram este esforço.

2. O líder comunista, Álvaro Cunhal, evitou qualquer referência à cumplicidade dos EUA no derrube de Allende, mesmo se durante a semana apareceram na imprensa revelações sobre os esforços dos EUA no Chile, durante o governo de Allende. No último dia da semana do Chile realizou-se uma manifestação inspirada pelo PCP, que passou perto da embaixada sem uma única manifestação de hostilidade.

3. As actividades da semana tiveram grande destaque na imprensa, com artigos a aparecer mesmo no meio das largas reportagens sobre os acontecimentos de Moçambique. O influente programa de notícias do Telejornal da noite devotou um extenso tempo ao Chile e passou duas vezes um documentário sobre o primeiro ano de Allende no poder. A maioria dos cinemas, antes do filme regular, passaram um pequeno filme de propaganda a expressar apoio ao povo do Chile.

4. Um grande (chamado de «gigante» pela imprensa esquerdista) comício realizou-se no Pavilhão dos Desportos de

Lisboa na noite de 6 de Setembro, e uma rua foi renomeada de «Salvador Allende», em Sacavém. Uma carta de protesto contra as medidas repressivas que estão a ser tomadas contra o povo chileno pelo actual regime foram enviadas ao General Pinochet e contém, supostamente, «rios» de assinaturas.

5. Comentário: Os esforços do PCP durante a semana do Chile só mostraram que tem a capacidade de mobilizar os seus fiéis quando precisa. O Partido não teve, claramente, sucesso em reunir qualquer apoio à semana do Chile, além dos seus grupos frentistas.

6. O PCP continua a demonstrar que está propositadamente a evitar qualquer manifestação de hostilidade para com os EUA, mesmo quando as oportunidades parecem mais óbvias. Só podemos assumir que o PCP está sob instruções de Moscovo para evitar antagonizar os EUA, de forma a promover os esforços da União Soviética para o desanuviamento.¹⁰⁵

7. O PS tinha originalmente decidido participar na semana do Chile, mas mais tarde retirou o seu apoio. Não se conhece porque o PS retirou o seu apoio, mas é possível que fosse devido a instruções da Internacional Socialista para não participar. Um artigo do semanário *Expresso*, a 21 de Setembro, dava como razão para a não participação do PS «diferenças de opinião sobre a participação (na semana do Chile) de sindicatos não filiados na Intersindical (dominada pelos comunistas)».

¹⁰⁵ Esta frase é tão significativa. O reconhecimento dos esforços da URSS para o desanuviamento. O reconhecimento de que o PCP não é a caricatura que dele fazem. O anticomunismo primário a derreter a capacidade de raciocínio – o PCP evita provocações gratuitas aos EUA porque... tem ordens de Moscovo.

TELEGRAMA 1974LISBON 04078_b

TÍTULO Tropas portuguesas partiram de Macau: Pequim adia o reconhecimento

DATA 23-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Os esforços portugueses para estabelecer relações diplomáticas com Pequim continuam frustrados, numa altura em que Lisboa começa a retirada de tropas de Macau. A RPC insiste na independência da África portuguesa como condição precedente ainda não cumprida. Fim do Sumário.

1. Numa conversa com um funcionário da embaixada, a 18 de Setembro, o adido diplomático do Presidente Spínola, Nunes Barata, confirmou o relato da imprensa de que uma guarnição de 150 a 500 homens estacionada em Macau se retirara no fim-de-semana de 14/15 de Setembro, e que mais tropas sairão do território num futuro próximo. Disse ainda que o movimento de tropas portuguesas se devia aos custos desnecessários e à agitação dos soldados num posto avançado isolado e indefensável.

Barata comentou que a retirada de tropas não fazia parte de uma condição prévia ao reconhecimento pela RPC [República Popular da China] e que o último sinal de Chou En-Lai, antes da hospitalização, indica que a China adiará o reconhecimento até Angola e Moçambique serem independentes. O adido acrescentou que a China tem em aberto a possibilidade de estabelecer relações com Portugal depois da independência de apenas Moçambique.

2. Os comentários de Barata sobre o reconhecimento pela RPC estão alinhados com os do ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, que numa conferência de imprensa, a 15 de Setembro, disse que a China espera uma prova da «boa-fé» portuguesa no processo de descolonização e que «o estabelecimento de contactos e a normalização

das nossas relações estão a começar a evoluir». Os comentários de Barata também estão conforme o relato na imprensa de Lisboa, a 16 de Setembro, da mensagem de saudação de Chou En-Lai ao Presidente da Frelimo, Samora Machel. A mensagem aponta que os Acordos de Lusaka, que obrigam o Governo português a reconhecer a independência de Moçambique, não são o equivalente ao verdadeiro reconhecimento da independência.

3. Comentário: O estabelecimento de relações diplomáticas completas com todos os países é um dos pontos do Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) quando derrubou o regime de Caetano, a 25 de Abril. Como antes relatado, Soares informou um funcionário da embaixada de que Pequim só deseja estabelecer relações depois da descolonização de Moçambique. Se é este o caso, as declarações de Soares e Chou En-Lai indicam que Pequim considera que os desenvolvimentos políticos em Moçambique não criaram ainda as condições para avançar nas relações diplomáticas.

4. Como apontado nesse telegrama, o *status quo* em Macau é do interesse económico da RPC. A remoção das tropas estrangeiras torna a nominalmente colónia portuguesa ainda mais aceitável para a RPC e evita ter de salvar a face. O possível interesse da RPC na refinaria de petróleo (anteriormente informado) ainda reforça mais uma aceitação de Macau em nome de Portugal, mas para benefício da RPC.

TELEGRAMA 1974LISBON 04081_b

TÍTULO Análise da economia portuguesa

DATA 23-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Este telegrama contém uma vista geral do presente estado da economia portuguesa com a tentativa de identificação de sectores onde a assistência técnica e em capital pode ser efectivamente empregue. Fim do Sumário.

1. Vista geral económica

a) Em geral, a economia portuguesa está estagnada. O crédito é apertado, os devedores estão a adiar pagamentos, os investidores estão observando e esperando, e o desemprego e a luta laboral alastram-se. Com base em apenas factores económicos, no entanto, Portugal não está à beira do colapso. Mas, no interesse da estabilidade política, o Governo precisa de demonstrar que está a adoptar acções efectivas para resolver problemas que minam a saúde económica do país.

b) Os principais problemas económicos, a maioria dos quais tem raízes no passado, são as seguintes:

i. Uma economia antiquada – Subjacente a todos os problemas económicos está o facto de que nenhum sector, no seu todo, acompanhou a modernização global. Embora particularmente verdadeiro na agricultura, onde o sistema de posse da terra inibe a modernização, o atraso também caracteriza a indústria e os negócios, onde as firmas familiares de pequena dimensão são predominantes e têm dependido de um Governo paternalista para decisões e apoio. A própria administração pública estava e está mal equipada em termos de pessoal e organização para acompanhar os problemas de hoje.

ii. Inflação – Nas palavras do ministro das Finanças, «quaisquer que sejam os tipos de inflação que existam, em Portugal verificam-se». O regime actual herdou um alto nível de inflação largamente atribuído nos anos anteriores aos estrangulamentos no abastecimento interno, particularmente na agricultura. A oferta não foi capaz de acompanhar a crescente procura criada pelo turismo, pelas remessas dos emigrantes e pelos aumentos salariais. Mais recentemente, o crescente custo das importações fez aumentar os preços. O novo regime aumentou as pressões inflacionistas ao aumentar o salário mínimo a metade da população e ao permitir o aumento nos outros. A taxa de inflação para 1974 espera-se que seja em média de 30%.

iii. Balança de pagamentos – Durante anos, Portugal tinha um crónico e sempre crescente excesso de importações. A sua balança de pagamentos, no entanto, foi sempre saudável graças às enormes remessas de emigrantes e às despesas elevadas realizadas pelos turistas estrangeiros. Agora, com o preço das mercadorias importadas a aumentar mais depressa que o preço das exportações, espera-se que o défice comercial de 1974 seja o maior de sempre. Estima-se que as receitas do turismo caiam 30/40% e as remessas de emigrantes deverão ter pelo menos um ligeiro declínio. Com tudo isto, as alterações na balança de pagamentos apontam para um défice, em 1974, de 400 a 480 milhões de dólares. Um ponto positivo neste quadro é que Portugal tem uma grande acumulação de divisas estrangeiras, presentemente cerca de 2,5 mil milhões de dólares, cerca de 107% do total de importações em 1973 – uma excelente almofada no curto prazo, mas insuficiente no longo prazo se Portugal for incapaz de corrigir as causas que provocam o actual défice.

iv. Estagnação nos negócios – A Revolução de 25 de Abril criou uma crise de confiança que o novo Governo não foi capaz de superar totalmente. A crise manifesta-se das seguintes formas: (1) Declínio na liquidez – o Governo

português atribui este declínio a uma generalizada acumulação de dinheiro por aqueles que temem que as medidas do Governo limitem o seu acesso aos seus fundos. (2) Adiamento da tomada de decisões - a incerteza sobre as intenções do Governo no que respeita às nacionalizações, às relações entre os trabalhadores e a gestão, e às políticas fiscais e de crédito, levaram os investidores, nacionais e estrangeiros, a adoptar uma postura de esperar para ver. A indústria da construção foi especialmente atingida. (3) Declínio da produção de mercadorias e serviços - greves e agitação laboral levaram a um marcado declínio em muitas actividades; por exemplo, a Lisnave, grande estaleiro de reparação naval, estima um declínio de 30% na produtividade desde o 25 de Abril. A falta de liquidez inibiu os pagamentos das dívidas e a colocação de novas ordens.

v. Desemprego - Estima-se que cerca de 3 a 4% da força de trabalho esteja hoje desempregada, comparando com um valor quase irrelevante neste mesmo período do ano passado. O crescimento do desemprego deve-se ao seguinte: a estagnação nos negócios descrita acima, o custo crescente dos materiais importados, o custo crescente do trabalho, e a redução da procura das exportações. Dos problemas da esfera económica, este - o desemprego - é o que causa as maiores preocupações políticas no Governo. Nesta altura, os dirigentes económicos do Governo estão esperançados que o número de colonos africanos, soldados e trabalhadores emigrantes noutros países europeus que regressem não seja tão grande que

exacerbe o problema até 31 de Março.

vi. Agitação laboral - Uma maré de crescentes expectativas, ajudada pela permissividade do Governo, resultou numa enxurrada de paragens laborais imediatamente depois da revolução. Apesar de o Governo ter adoptado desde essa altura uma postura mais firme, as greves, numa escala mais reduzida, continuam a perturbar a actividade industrial e comercial.¹⁰⁶

2. Esforços do Governo face aos problemas económicos

a) Apesar de o Governo português ter ido mais longe em palavras que em actos, tomou um conjunto de passos positivos para enfrentar os problemas económicos.

b) Para vencer a crise de confiança que inibe a produção de mercadorias e serviços, o Governo deixou bem claro que este é um tempo para trabalho árduo e austeridade.

c) Sobre a inflação, o Governo tentou estabilizar a situação temporariamente com congelamentos de preço e de salários, com algumas excepções que considerou inevitáveis; por exemplo, um aumento salarial mínimo para aqueles que ganhavam menos de 132 dólares por mês, que era necessário para os trabalhadores cobrirem a inflação e para remover uma causa da instabilidade política. Outro exemplo foi a decisão do Governo de remover parcialmente alguns subsídios e assim permitir que preços de mercadorias básicas, incluindo alimentos, pudessem aumentar, de forma a acabar com uma intolerável drenagem de recursos orçamentais. O Governo montou recen-

¹⁰⁶ Reparem como a embaixada olha sempre através do olho do patrão. Não são os salários baixos e a alta exploração que fizeram crescer a agitação laboral, assim que o patronato deixou de contar com a GNR e a PIDE para reprimir os trabalhadores. É a agitação laboral que é o problema!

temente um ataque às causas especulativas da inflação ao assinar contratos que asseguram o fornecimento de matérias-primas básicas. Ao subir as taxas de juro permitidas nas contas a prazo, o Governo procurou desviar a despesa do consumo para o investimento e atrair dinheiro que estava congelado.

d) Apesar de estar preocupado com a inflação, o Governo está mais preocupado com o desemprego. Não irá accionar medidas anti-inflacionárias que possam levar ao aumento do desemprego. Os especialistas económicos do Governo estão resignados a uma taxa de inflação de cerca de 30% para o resto de 1974.

e) As medidas para restaurar a confiança, tomadas pelo Governo, incluem uma equitativa lei da greve e do *lock-out*, uma demonstração de força nalgumas disputas laborais-chave (disputa na TAP), uma lei de controlo das rendas e uma modesta reforma da estrutura fiscal, que aligeirou os fardos dos mais pobres sem sobrecarregar demasiado os mais ricos. As principais instituições de crédito públicas mudaram a sua política de favorecer empréstimos para a construção de casas de elevado custo para uma que favorece a habitação de baixos custos. O Banco de Portugal aumentou o fornecimento de dinheiro tanto quanto parecia prudente. Quer por escrito, quer oralmente, os líderes do Governo sublinharam que continuava a haver necessidade de um sector privado e de investimento estrangeiro. No entanto, medidas importantes continuam a não ser tomadas. Com destaque para uma lei sobre a contratação colectiva, que os empresários aguardam ansiosamente como pista das intenções do Governo.

f) No que respeita à balança de pagamentos, o Governo impôs, desde o 25 de Abril, um controlo – pelo menos parcialmente efectivo – da exportação de capitais. Apoiou as suas reservas de moeda estrangeira ao contrair com bancos norte-americanos (principalmente dos EUA) um crédito de 150 milhões de dólares. Dada a sua posição

protegida no comércio estrangeiro, o Governo português não contemplou uma desvalorização do escudo. O ministro das Finanças está convencido que uma desvalorização seria desvantajosa, dada a dependência de Portugal das importações e a falta de elasticidade das exportações.

3. Possíveis alvos da assistência dos EUA (nota: na apresentação seguinte, curto prazo define o período até 31 de Março de 1975, que é a data prevista para as eleições para a Assembleia Constituinte; longo prazo é qualquer período que se estenda para depois de Abril de 1975).

a) Curto prazo

i. Apesar de haver uma necessidade imediata de demonstração de apoio económico dos EUA, para reforçar a posição dos moderados no Governo português e atenuar uma noção disseminada de alguma indiferença dos EUA, as possibilidades de grande impacto são limitadas.¹⁰⁷ Em primeiro lugar, o Governo português tem pouca necessidade de «assistência de resgate» (por exemplo, injecções de moeda estrangeira ou carregamentos de ajuda alimentar), na medida em que os seus problemas económicos ou são de longo prazo ou dependem de decisões políticas relacionadas com a actual crise de confiança. Em segundo lugar, projectos de assistência envolvendo especialistas dos EUA, como reformas da Administração Pública, têm a desvantagem, no actual clima de suspeição, de sugerir uma penetração política dos EUA.

ii. Um projecto que se recomenda a si próprio, devido ao alto impacto e baixo risco político, é o apoio financeiro dos EUA a projectos de habitação de baixo custo. Dentro dos próximos meses, o Governo português

¹⁰⁷ É impressionante a forma como não se preocupam com o povo e o País, só com a impressão que criam.

espera começar projectos de habitação de baixo custo num total de pelo menos 60 milhões de dólares. As vantagens, aos olhos do Governo, são aumentar o emprego numa indústria da construção muito atingida e cumprir um dos compromissos revolucionários de ajudar os de maiores desvantagens económicas. Os dirigentes do Governo deram a entender que agradeciam uma ajuda dos EUA para esta tarefa na forma de créditos a longo prazo com taxas de juro baixas (ou seja, melhores que as do FMI) e sem outras condições. As esperadas vantagens políticas para os EUA de tal apoio são óbvias. Ao mesmo tempo que supera as acusações de indiferença dos EUA, sensibiliza a população mais susceptível à propaganda anti-americana.

iii. A assistência no curto prazo não tem que se limitar a projectos com um alto impacto no curto prazo. O anúncio da assistência financeira dos EUA, por exemplo, especialmente se feita além do apoio ao projecto de alto impacto na habitação, pode trazer úteis recompensas: (1) Produção de carne de vaca (o Governo português pode preferir a assistência do BIRD, que já estudou este projecto); (2) Construção de Silos. O Governo quer construir silos para receber carregamentos de grãos em pelo menos um Porto a Sul (Lisboa ou Sines) e um Porto a Norte (Leixões) e nos Açores. (3) Silos de armazenamento de líquidos importados como óleos.

iv. Outra possibilidade de demonstrar o apoio dos EUA é um aumento nas quotas de têxtil. Face ao aumento de preços dos produtos portugueses, a procura terá caído. Não temos a certeza se um aumento das quotas dos EUA para Portugal levaria a um aumento das exportações para os EUA, mas é um caminho que vale a pena explorar.

b) Longo prazo

i. No longo prazo, as possibilidades de assistência financeira ou técnica dos EUA são maiores que no curto

prazo. Muitos dos projectos com maior prioridade e que podem ser iniciados rapidamente situam-se no campo da agricultura. Olhando para o futuro, o ministro das Finanças vê a importação de alimentos como a maior ameaça ao equilíbrio da balança de pagamentos portuguesa. **Apesar da introdução de técnicas agrícolas modernas em Portugal ser difícil até que o sistema de posse da terra seja alterado**¹⁰⁸, melhorias, como as que se seguem, podem começar antes mesmo dessa reforma: (1) Estabelecer um abrangente sistema de crédito agrícola. Os EUA podem dar formação a portugueses nos EUA e fornecer especialistas para iniciar o programa em Portugal; (2) Especialistas em lacticínios, particularmente nos Açores; (3) Um inquérito e um cadastro do uso da terra; (4) Cooperativas agrícolas; (5) Reforçar o serviço da agricultura extensiva; (6) Orientação na melhoria dos procedimentos de *marketing*; (7) Fornecimento de grão (trigo e milho) a crédito de longo prazo. Alguns dirigentes do Governo anseiam que Portugal possa ser incluído agora no planeamento PL-480¹⁰⁹ para 1975 e seguintes; (8) Mecanismos de irrigação em Trás-os-Montes e no Vale do Mondego; (9) Electrificação rural; (10) Estradas de acesso à zona rural; (11) Estudo hidrológico do Alentejo e do Algarve, onde a actual falta de água inibe a expansão da agricultura.

ii. Noutros sectores, além da agricultura, a lista de actividades apresentada de seguida pode receber apoio dos EUA. (Soubemos que, nas últimas semanas, o Governo português, talvez inspirado nas negociações da Base dos Açores, compilou uma lista de projectos que requerem assistência de longo prazo. Apesar de não serem conhe-

¹⁰⁸ Só para sublinhar que este reconhecimento da necessidade de uma Reforma Agrária vem da boca do embaixador dos EUA.

¹⁰⁹ Programa de Assistência Alimentar dos EUA.

cidos os pormenores, pelo menos alguns desses projectos estão incluídos na lista que se segue: (1) caminhos-de-erro - o sistema ferroviário português perde dinheiro e necessita de uma vistoria e de uma modernização, no material circulante, no equipamento de comunicações, e na infra-estrutura; (2) transporte urbano - o equipamento está envelhecido e, como ficou demonstrado quando da falta de gasolina, o transporte urbano é inadequado; (3) construção do aeroporto - o novo Aeroporto de Lisboa e um possível novo terminal de passageiros no actual aeroporto; (4) indústria petroquímica; (5) centros de saúde (clínicas e hospitais); (6) fábricas de papel (de jornais e outras); (7) refinarias de açúcar; (8) expansão das instalações de produção de fertilizantes; (9) fundo de desenvolvimento das pequenas e médias empresas; (10) modernização da indústria da pesca.

4. Outras observações

a) Outras formas de assistência não discutidas nas secções anteriores incluem educação, equipamento militar e assistência aos actuais e anteriores territórios portugueses. A possibilidade de apoio na educação foi descrita em relatórios anteriores e o equipamento militar é capaz de cair fora da categoria de assistência económica, com a possível excepção de uma ideia que nos ocorreu: o estabelecimento de uma fábrica de montagem e reparação de tanques, que além de ajudar a satisfazer necessidades inevitáveis dos carros blindados e de estabelecer uma útil ligação com os militares portugueses, também teria um modesto impacto na questão prioritária do desemprego. A assistência económica aos territórios ultramarinos ajudaria Portugal a aliviá-lo de um seu encargo. Essa assistência dos EUA seria, no entanto, indirecta em vez de directa, como nos projectos anteriores.

b) Portugal também procura assistência de outras fontes. Planeia, por exemplo, solicitar uma pesquisa ao

BIRD. (Comentário: se uma equipa do BIRD vem a Portugal, não seria provavelmente necessária uma equipa dos EUA, como sugerido em anterior telegrama. Os EUA poderiam, no entanto, usar a sua influência no BIRD para conseguir uma rápida actuação dessa instituição). O Governo português está igualmente a explorar a possibilidade de assistência da CEE no quadro de um acordo de comércio livre CEE-Portugal, mas não espera que tal apoio se concretize num futuro próximo.

(...)

TELEGRAMA 1974LISBON 04085_b

TÍTULO Atribuir bolsa para líderes a Francisco Sá Carneiro

DATA 24-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A embaixada ficaria muito satisfeita em oferecer uma bolsa para líderes a Sá Carneiro. Como o Departamento poderá saber, a nossa relação com Sá Carneiro ficou de certa forma tensa, porque a embaixada, durante as delicadas negociações da Base dos Açores em 1971, foi obrigada a retirar a oferta da bolsa quando o anterior regime tornou claro que não estava satisfeito com a ideia da viagem de Sá Carneiro.

2. O embaixador falará com Sá Carneiro a 24 de Setembro para o encorajar a aceitar a bolsa para líderes.

TELEGRAMA 1974LISBON 04088_b

TÍTULO Projecto de Lei de Imprensa - possível efeito nas firmas dos EUA, particularmente na Reader's Digest

DATA 24-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O projecto de lei de imprensa que está em discussão pública contém várias provisões que poderão afectar os interesses dos EUA. Parece que a única empresa estrangeira localizada em Portugal será a Reader's Digest, que será muito afectada pelas provisões sobre a estrutura de capital, a nacionalidade dos administradores e o tipo de actividade comercial. A imprensa generalista dos EUA será afectada por algumas provisões sobre o conteúdo e sobre as violações da lei. As provisões que afectam a Reader's Digest podem ser substancialmente revistas antes da aprovação final. Fim do Sumário.

(...)

TELEGRAMA 1974LISBON 04097_b

TÍTULO Publicada Lei de Imprensa

DATA 24-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O projecto de lei de imprensa foi agora colocado em discussão pública. Apesar de o projecto ser longo e complexo, um limitado número de inovações não contém surpresas. Fim do Sumário.

1. O Governo português colocou em discussão pública, durante 15 dias, com início a 26 de Setembro, uma proposta de lei de imprensa destinada a substituir a controversa lei interina promulgada em Junho. A característica mais destacada (à parte do tamanho e do detalhe) é a substituição por um processo normal em tribunal o que a lei interina tratava com medidas administrativas. O projecto também contém várias provisões dando forma concreta às anteriores garantias de que a imprensa seria livre depois do 25 de Abril. No entanto, é dever da imprensa ser responsável e um participante institucional activo na reconstrução da sociedade portuguesa. A este respeito, a lei contém graus variados de crimes e punições.

(...)

TELEGRAMA 1974LISBON 04098_b

TÍTULO Tratamento pela imprensa dos comentários de Soares sobre os Açores

DATA 24-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O tratamento pela imprensa dos comentários de Soares sobre as negociações da Base das Lajes foram geralmente directos sem qualquer ênfase. Fim do Sumário

1. A imprensa de Lisboa não exagerou nas notícias sobre a negociação da Base das Lajes. Durante a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, o socialista *República* (que sempre procura valorizar o Partido Socialista e os seus líderes) deu nota na primeira página do dia 19 de Setembro. Os outros vespertinos ignoraram as notícias.

2. As primeiras páginas dos matutinos de 19 de Setembro foram sobre a visita de Soares. No *Diário de Notícias* e n' *O Século*, de grande circulação, o foco esteve nas reuniões de Soares com Kissinger e Kennedy, e na sua intensa agenda, com o Comité de Relações Exteriores, com a AFL/CIO, com empresários americanos, o embaixador McCloskey, Robert McNamara, etc.

3. Sobre a questão específica das Lajes, as edições de 18 e 19 de Setembro do *Diário de Notícias* e d' *O Século* eram minúsculas. O *Diário de Notícias* refere como «muito provável» a possibilidade dos EUA pagarem uma «renda» pela Base, o que, segundo o jornal, seria uma estreia. E concentrou-se na esperança de Soares no Banco Mundial, mencionando igualmente a possibilidade de uma «significativa» ajuda dos EUA em «troca» do uso da Base das Lajes foi referida em conversações no Departamento de Estado.

4. Os detalhes específicos da posição portuguesa foram fornecidos nas notícias, pela primeira vez, a 20 de Setembro.

O *Diário de Notícias* afirmou que Soares estava a procurar ajuda para desenvolver a economia, a educação e a agricultura dos Açores; que ele estava também a tentar conseguir empréstimos a baixo custo; e que não havia qualquer dúvida de que o acordo seria renovado. Soares terá condenado o regime de Salazar por ter procurado benefícios políticos da presença dos EUA nos Açores, em vez de económicos. O artigo cita os seguintes exemplos concretos onde Soares diz que o Governo procura ajuda para Portugal: (a) Melhoria do Caminho-de-Ferro; (b) Melhoria na Agricultura; (c) Produção de Lacticínios e gado; (d) Ajuda às pequenas e médias empresas «desde fábricas de sapatos a produtos farmacêuticos e petroquímicos»; (e) Estudos sobre a possibilidade da exploração da energia geotérmica nos Açores e desenvolvimento dos Portos das Ilhas.

5. O *Século* do dia 20 de Setembro coloca como título de primeira página «O que Portugal exige em troca das Lajes». Um artigo em destaque sublinha que o preço português para a renovação do acordo é a assistência dos EUA ao desenvolvimento económico, educativo e agrícola dos Açores, além de empréstimos a baixos juros para Portugal. O resto da notícia segue as mesmas linhas do relato do *Diário de Notícias*.

6. Com excepção de um curto artigo, a 21 de Setembro, enterrado no interior do *Diário de Lisboa* e colocado na página 2 d'A *Capital*, sublinhando que os Açores devem beneficiar com a negociação do Acordo das Lajes, os vespertinos de Lisboa ignoraram a história nas edições de fim-de-semana. No entanto, ambos os matutinos tinham artigos de primeira página, a 21 de Setembro, do encontro Soares/Kissinger, no qual o assunto dos Açores terá sido discutido. A 23 de Setembro, *O Século* refere-se outra vez à reunião Soares/Kissinger, mas relega a história para a página 5, e o *Diário de Notícias* só refere o tópico na página 11. A questão das Lajes, em qualquer dos casos, merece apenas algumas linhas.

TELEGRAMA 1974LISBON 04099_b

TÍTULO Spínola vai assumir um papel mais directo no processo de descolonização

DATA 24-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O Presidente Spínola, insatisfeito com as medidas adoptadas para acabar com o domínio português sobre a Guiné-Bissau e Moçambique, decidiu tomar a direcção do que ele espera que seja uma democrática descolonização de Angola e de Cabo Verde. Fim do Sumário.

1. No decurso de um almoço a 18 de Setembro, Nunes Barata, adido diplomático e confidente do Presidente português Spínola, informou um funcionário da embaixada que Spínola decidiu desempenhar um papel mais directo e mais agressivo no processo de descolonização africana. O adido disse que o Presidente tinha confiado noutros, no caso da Guiné-Bissau e de Moçambique, e que não estava inteiramente satisfeito com os resultados. Angola, o mais rico dos territórios do Ultramar, será um caso diferente. Barata disse que a independência de Angola não será tratada de forma precipitada e apontou, já que as dificuldades existentes entre os vários grupos guerrilheiros que almejam o poder são bem conhecidas de todo o mundo, que Portugal terá mais tempo para tratar de Angola do que teve para os outros dois territórios. O adido citou o discurso de Spínola a 10 de Setembro, o estabelecimento da Comissão de Descolonização, e as conversações do Sal com o Presidente Mobutu como exemplos desse papel presidencial mais activo.

2. Na sequência da conversa com Barata, e na ocasião da tomada de posse a 21 de Setembro do novo governador de Cabo Verde, Sérgio Duarte Fonseca, a imprensa de Lisboa de 23 de Setembro reporta que o Presidente Spínola realizou um discurso duro e directo em que disse que

Portugal, se necessário, usaria a força para garantir a verdadeira liberdade de escolha para o povo de Cabo Verde. Spínola avisou que é necessário distinguir entre «autêntica descolonização e um apressado abandono aos oportunismos de óbvia inspiração neocolonial» no processo de descolonização.

3. A imprensa de Lisboa de 23 de Setembro também dá uma destacada cobertura à declaração do Almirante Rosa Coutinho feita antes da partida para Luanda, onde disse que o Presidente Spínola tinha «decidido tomar nas suas mãos todas as questões internacionais relacionadas com o futuro de Angola».

4. Comentário: O desagrado de Spínola no caso da Guiné-Bissau centra-se em torno da concessão, pelo Governo português, da questão do referendo. O desacordo sobre a entrega de Moçambique é basicamente sobre a questão da regra democrática¹¹⁰. Nesta afirmação vigorosa da directa autoridade presidencial, o Presidente Spínola sente, aparentemente, que é agora a altura dele recuperar e implementar o seu conceito de uma descolonização democrática, como primeiro apresentou no seu livro, *Portugal e o futuro*, mas que foi rapidamente ultrapassado pelos acontecimentos posteriores ao 25 de Abril.

¹¹⁰ Que basicamente implicava não haver descolonização, mas processos políticos onde as populações das colónias escolheriam «livremente» serem colónias de Portugal.

TELEGRAMA 1974LISBON 04131_b

TÍTULO Visita do ministro das Finanças aos EUA

DATA 26-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O ministro das Finanças, Silva Lopes, ficou satisfeito com a agenda prevista para Washington. Ele planeia organizar a sua agenda com a embaixada portuguesa.

2. Chama-se a atenção do departamento para o facto de o secretário de Estado para o Planeamento Económico, Vítor Constâncio, ser membro da delegação portuguesa nas reuniões do FMI/BIRD. Ele está bem informado sobre os problemas económicos portugueses e sobre as necessidades de desenvolvimento. Além de usar essa experiência, o departamento pode aproveitar a oportunidade para introduzir o Dr. Constâncio ao conjunto de responsáveis nos EUA pelos programas de assistência económica, para lhe dar uma melhor compreensão de como funcionam os nossos programas de ajuda e quais são as suas limitações.

TELEGRAMA 1974LISBON 04142_b

TÍTULO Manifestação pró-Spínola: Crescem os rumores de mudanças no Governo Provisório

DATA 26-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Este documento continua classificado e não está disponível.¹¹¹

¹¹¹ Deixamos aqui este telegrama apenas para recordar que há muita documentação – presumivelmente a mais quente – que ainda não foi tornada pública, nem mesmo pelo Wikileaks.

TELEGRAMA 1974LISBON 04148_b

TÍTULO Mais publicações multadas ou suspensas

DATA 27-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Apesar da abertura do debate nacional sobre a proposta de nova lei de imprensa, a velha medida «provisória» continua em vigor. Depois de uma pausa de seis semanas, a Comissão *Ad Hoc* para a imprensa está reconstituída e parece ocupada em vigiar um vasto espectro de publicações, entregando multas e ordens de suspensão onde lhe parece apropriado. No entanto, nem todas as publicações suspensas estão dispostas a respeitar a ordem de suspensão. Fim do Sumário.

1. A Comissão *Ad Hoc* designada para supervisionar as publicações portuguesas foi reactivada a meio de Setembro, depois de uma pausa de seis semanas no seu funcionamento devido às resignações em massa dos membros do primeiro grupo, a 2 de Agosto. A resignação dos membros da primeira comissão foi realizada em protesto contra as ordens de suspensão emitidas pela Junta de Salvação Nacional contra três vespertinos de Lisboa, e criaram na altura a especulação de que a comissão não seria ressuscitada.

2. Durante esta pausa de seis semanas, a Junta, perante quem a Comissão *Ad Hoc* presta contas, evitou emitir novas medidas disciplinares para a imprensa. O anúncio público a 14 de Setembro de que a nova comissão (composta por 8 figuras militares) tinha sido nomeada foi a primeira indicação de que o governo português não iria deixar a questão da supervisão da imprensa pendente até à aprovação da nova legislação.

3. Os recém-empossados membros da Comissão reuniram-se com o primeiro-ministro Gonçalves, a 14 de Setembro. A 17 de Setembro foi revelado que a Comissão tinha ordenado uma suspensão de 60 dias do semanário conservador *Tempo Novo* por ter publicado uma «carta aberta» ao nas-

cido em Moçambique, Brigadeiro Otelio Saraiva de Carvalho (governador militar de Lisboa, líder do COPCON e «comandante operacional» do 25 de Abril), do advogado moçambicano Neves Anacleto. A carta ridicularizava a Frelimo («pequeno grupo de pretos emigrados») e sarcasticamente sugeria que Carvalho optasse pela cidadania moçambicana uma vez que ele, de facto, já não era português. (O editor do *Tempo Novo* é José Hipólito Raposo).

4. A 18 de Setembro foram anunciadas as seguintes multas: (a) 1000 dólares contra o semanário liberal *Expresso*, acusado de que o artigo de primeira página sobre o «saneamento» na Marinha continha informação falsa (não especificada); (b) 4000 dólares contra a publicação bi-semanal de pequena circulação *Resistência*, católica conservadora/tradicionista, acusada de publicar um artigo a 15 de Agosto com o objectivo de «inculcar ideias claramente ultra-reaccionárias nos seus leitores, além de implicitamente questionar a imparcialidade e patriotismo dos mais altos responsáveis do actual regime»; (c) 200 dólares contra o pequeno semanário *Raio* (da Covilhã), cuja infracção foi publicar, na edição de 30 de Agosto/6 de Setembro, uma caricatura a gozar com o membro da Junta, Galvão de Melo, sentado numa sanita, ligado a cabos/canos trocados com a legenda «a isto se chama a galvanização de um circuito de televisão».

5. Foram reveladas mais quatro multas/ordens de suspensão desde 18 de Setembro: (a) Os semanários *Jornal da Bairrada* e *Jornal de Famalicão* foram suspensos por terem cometido uma «agressão ideológica», complementada com a acusação das publicações serem motivadas pelos elementos «mais reaccionários»; (b) Uma pesada multa foi aplicada ao *Jornal Bandarra* (uma nova publicação, aparente sucessor do *Política*, de extrema-direita); (c) A publicação de extrema-esquerda *Proletário Vermelho* foi suspensa por 60 dias, sendo a acusação, neste caso, a publicação de materiais injuriosos contra as Forças Armadas, o programa do MFA e o Presidente da República;

6. A combinação de suspensões e multas atravessa assim o espectro de publicações portuguesas, desde o prestigiado e liberal *Expresso* ao respeitável e conservador *Tempo Novo*, e desde obscuras publicações de extrema-direita até a outras obscuras de extrema-esquerda. Ironicamente, o General Galvão de Melo aparece em destaque em duas instâncias: há algumas semanas, o *Tempo Novo* provocou grande agitação ao publicar uma entrevista a Galvão de Melo que incluía vários comentários controversos (incluindo a equação comunismo igual a fascismo), comentários que a caricatura do *Raio* incorpora nos circuitos desenhados. Segunda nota irónica, um outro artigo no mesmo *Raio* queixava-se que a comissão (então não existente) andava a «dormir» enquanto as forças da reacção andavam muito ocupadas na «agressão ideológica» através do país.

7. Apesar de a Comissão ad oc ser legalmente responsável perante a Junta, o anúncio público da sua reunião com o primeiro-ministro antes de retomar os seus trabalhos segue o padrão anteriormente estabelecido. Nessa altura, as ordens de suspensão seguiram-se a uma conferência do primeiro-ministro com editores das principais publicações diárias na qual, cremos, as grandes linhas da política do Governo para a imprensa foram apresentadas. O primeiro-ministro também foi uma figura-chave na resolução da mini-crise criada pela suspensão dos jornais. É provável que a retirada da Junta para um papel de rectaguarda seja o resultado de uma decisão deliberada da sua parte de deixar o primeiro-ministro, identificado com o MFA, partilhar as responsabilidades pela aplicação renovada da severa lei «interina».

8. Quanto ao *Luta Popular*, órgão do maoísta MRPP que ostenta a distinção de ser a única publicação suspensa «indefinidamente», está a ser impresso e distribuído semi-clandestinamente. Se as cópias que chegaram à embaixada servem para ilustrar a situação do *Luta Popular*, a ordem de suspensão não o prejudicou. Uma aparência cara, um formato multi-página a duas cores impresso em papel de alta qualidade com qualidade profissional. O baixo preço (um escudo) indica que ao MRPP não falta dinheiro.

TELEGRAMA 1974LISBON 04158_b

TÍTULO Funcionário da embaixada maltratado

DATA 27-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. No dia 26 de Setembro, cerca das 20h, o funcionário da embaixada James Ehrman foi abordado por um grupo de activistas políticos de extrema-esquerda enquanto observava um conjunto de manifestantes concentrados junto ao Aeroporto de Lisboa para demonstrar solidariedade com os trabalhadores da TAP em greve.

2. Os activistas exigiram identificação, acusaram o funcionário da embaixada de ser um agente da CIA e forçaram-no a acompanhar a marcha desde o aeroporto até à Baixa de Lisboa (cerca de 3,7 milhas). Os activistas não pareciam fazer parte do pessoal da TAP, e o grupo que escoltou à força o funcionário da embaixada separou-o deliberadamente da massa de trabalhadores da TAP.

3. Apesar de terem ocorrido alguns maus-tratos durante a marcha, e terem desaparecido a caneta e a carta de condução, o funcionário da embaixada não ficou ferido.

4. O funcionário da embaixada foi «interrogado» de uma forma desorganizada em vários momentos, principalmente nos locais da Assembleia e do comício. No último local existiam vários microfones e luzes de câmaras, e possivelmente equipamento fotográfico. A identificação de funcionário da embaixada foi examinada, mas foi-lhe devolvida.

5. O episódio potencialmente mais perigoso ocorreu depois de chegar ao local do comício. Os representantes dos empregados da TAP presentes estavam embaraçados e preocupados com a situação, pela qual não eram responsáveis, e tentaram acabar com ela rapidamente. O funcionário foi separado do grupo de activistas por

pessoal da TAP e escoltado de imediato para fora da zona do comício. No entanto, os activistas seguiram-nos e começaram uma discussão veemente com os empregados da TAP sobre o que deveria ser feito com o «agente da CIA», alguns defendendo um «julgamento popular». A situação potencialmente perigosa acabou com a súbita intervenção de um soldado preto português que apareceu na cena, observou o incidente e encarregou-se dele. O soldado, que não estava em uniforme, conseguiu retirar o funcionário da embaixada e entregá-lo em segurança numa estação próxima da polícia.

6. A polícia interrogou formalmente o funcionário da embaixada e o soldado na esquadra, fazendo um relatório, e levaram-no até à estação de comboios, à meia-noite.

7. As rádios nacionais, de manhã, a 27 de Setembro, deram uma informação factual do incidente, aparentemente com base em informações obtidas a partir das autoridades policiais. O destaque no relato da rádio é dado às declarações do funcionário da embaixada de que apenas estava a realizar as funções normais, enquanto funcionário da embaixada, observando o que se passava. Aos ouvidos da maioria dos portugueses que estão expostos aos ataques diários nos *media* contra a CIA, isto soa sinistro. Os jornais da manhã não trazem a história, provavelmente porque já era muito tarde para os seus prazos de edição.

8. Esta manhã, o DCM contactou o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Andresen, para expressar a sua preocupação com o incidente. O DCM explicou o nosso desejo de discrição e evitar um protesto oficial, que apenas criaria mais publicidade prejudicial e negativa, quer para Portugal, quer para os EUA. Sugerimos que se Portugal pudesse fazer agora uma declaração oficial sobre a matéria, nós poderíamos evitar algumas questões embaraçosas no encontro do meio-dia. Andresen percebeu isto perfeitamente e disse que nós poderíamos declarar que ele, em nome do Governo portu-

guês, expressou profundo pesar pelo incidente. Andresen também afirmou que uma declaração oficial à imprensa deveria ser emitida pelo Ministério assim que conseguisse contactar o ministro em funções, Campinos, que estava a participar na reunião, de dia inteiro, do Conselho de Ministros. Entretanto, os EUA podem sentir-se livres de usar a declaração de Andresen.

TELEGRAMA 1974LISBON 04159_b

TÍTULO Relatório sobre a situação da Blue Bell de Portugal

DATA 27-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A administração da Blue Bell Portugal reporta que as negociações sobre a disputa laboral continuam há três semanas no Ministério do Trabalho. Apesar de ainda não haver acordo sobre questões centrais, dizem que o ambiente parece ter mudado. Os responsáveis do Ministério do Trabalho parecem mais objectivos no seu papel de conciliadores e a comissão que representa os trabalhadores é menos estridente. Ele atribui a mudança ocorrida à reunião que teve com o Ministro do Trabalho, que lhe prometeu discutir a situação com a comissão de trabalhadores.

2. A empresa-mãe terá alargado o prazo para resolver a disputa laboral (ou fechavam as operações) por mais um mês. A produção na fábrica praticamente voltou ao normal, de acordo com a gestão.

TELEGRAMA 1974LISBON 04167_b

TÍTULO Forças anti-Spínola ateam confusão numa tourada

DATA 27-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Competição de gritos e lutas de punhos ocorreram a 26 de Setembro na linha de divisão entre o MFA e Spínola. Ambos os lados parecem estar a ganhar força para a manifestação de 28 de Setembro e para a provável confrontação. Fim do sumário.

1. Antecipando a participação do Presidente Spínola, uma multidão de cerca de 5000 pessoas encheu o Campo de Touros de Lisboa na tarde de 26 de Setembro. Spínola e o primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, receberam uma ovação de pé quando entraram. A primeira metade da tourada passou sem incidentes. O Presidente foi novamente saudado ao sair do camarote no intervalo, quando um pequeno grupo na multidão que gritava slogans pró-MFA (Movimento das Forças Armadas) foi gozado pela multidão. A multidão, então, vaiou e cantou o hino nacional no Campo quando a banda tentou tocar o hino do PCP «Avante Camarada». A troca de gritos continuou durante o intervalo, com a audiência pró-Spínola a afogar toda a oposição.

2. Depois da tourada e fora do campo, um funcionário da embaixada testemunhou pelo menos sete pessoas perseguidas e espancadas por jovens esquerdistas anti-Spínola que lhes chamavam «fascistas». As lutas só pararam quando chegou a polícia montada, que, com habilidade, controlou a multidão, apesar das provocações e do arremesso de pedras. O essencial dos 250-300 esquerdistas avançaram em formação quase militar cerca de uma milha para o edifício que antes abrigara uma prisão da polícia política. Os oradores do pequeno comício aí realizado denunciavam a FNLA e a UNITA, «tudo forças reaccionárias», e apelaram ao apoio aos trabalhadores da TAP, da

Lisnave e do *Jornal do Comércio*. Os líderes do grupo também apelaram à multidão para combater os fascistas a 28 de Setembro, na manifestação pró-Spínola da «Maioria Silenciosa», promovida pela direita. A multidão em frente da prisão dispersou-se na manhã seguinte, depois de alguma pancadaria.

3. O Movimento Democrático (MDP/CDE) incrementou a sua ofensiva contra a manifestação de sábado face à presença de Spínola na tourada, e distribuiu um panfleto, às 2h de 27 de Setembro, a apelar que todos os activistas do MDP «combatam imediatamente a reacção». O panfleto ordena aos militantes que impeçam a manifestação de sábado «por todos os meios», impedindo a deslocação para Lisboa daqueles elementos «que serão, consciente ou inconscientemente, usados pelos reaccionários». O nosso cônsul no Porto relata que poderão ser estabelecidos piquetes ou barricadas nas estradas que conduzem a Lisboa por «democratas, de forma a impedir pró-spinolistas de participar na manifestação.

4. Temos relatos de que a polícia e alguma polícia militar já se terão deslocado para o local previsto para a manifestação, os Jerónimos, o que sugere que não deverão cancelar a manifestação à última hora, mas antes tentar mantê-la sob controlo. O Presidente Spínola ainda não se associou ou dissociou publicamente da manifestação.

5. Comentário: Apesar da violência ser relativamente menor neste caso, cresce a confrontação. Uma violência mais séria pode ser esperada para a manifestação convocada pelas forças pró-Spínola para 28 de Setembro.

TELEGRAMA 1974LISBON 04169_b

TÍTULO Comentários do líder do Partido Comunista Português

DATA 27-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Destaque: Comentários do líder do Partido Comunista Português (PCP), Álvaro Cunhal, sobre a Base das Lajes e a NATO.

Numa entrevista publicada no vespertino *Diário de Lisboa*, de 24 de Setembro, Álvaro Cunhal, ministro sem pasta e secretário-geral do PCP, fez os seguintes comentários sobre a posição do seu partido no que respeita à Base das Lajes e à participação de Portugal na NATO.

«Como sabe, o PCP, de momento, não está a levantar o problema da NATO ou das Lajes. É um problema para ser resolvido, abordando-o no quadro internacional, até que termine a política de (a existência de) blocos militares e de segurança europeia.»

«A posição do PCP é bem conhecida. Somos contra a existência de bases militares no território português e contra a participação em blocos militares. Apesar disso, não devemos ser impacientes ou criar, agora, mais problemas que aqueles que já existem».

TELEGRAMA 1974LISBON 04170_b

TÍTULO Levantar o embargo de armas a Portugal

DATA 27-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O embaixador recomenda vivamente que o embargo de armas contra Portugal seja levantado de imediato uma vez que Portugal está agora a garantir a auto-determinação das suas colónias e porque a continuação do embargo está a prejudicar os interesses dos EUA. Fim do Sumário.

1. Sugiro que é tempo de o Governo dos EUA terminar com o embargo de armas contra Portugal. O regime que tomou o poder a 25 de Abril afirmou claramente que seguirá uma política de auto-determinação das colónias portuguesas, a política há muito recomendada pelos EUA. Desde o anúncio dessa política, Portugal já tomou os seguintes passos concretos: foi concedida a independência total à Guiné-Bissau a 10 de Setembro; Moçambique, de acordo com o Protocolo de Lusaka, verá a sua independência reconhecida em Junho de 1975; foi anunciada uma agenda para Angola, que inclui eleições para uma Assembleia Constituinte em dois anos. Entretanto, Portugal ofereceu aos movimentos de libertação posições no novo governo provisório e reconheceu o direito de Angola à independência plena. O principal obstáculo à plena independência de Angola é a fraqueza e desunião dos movimentos de libertação, um facto reconhecido pelos africanos que apoiam a independência de Angola; Portugal repudiou e eliminou o Movimento Moçambique Livre e a sua tentativa abortada de alterar o protocolo de Lusaka; parece haver acordo na África negra, com poucas excepções, que os portugueses são sinceros na sua política de descolonização. A recepção excepcionalmente calorosa de Mário Soares na Assembleia-Geral da ONU é prova evidente que a imagem do Portugal colonialista foi invertida.

2. Consequentemente, desapareceu virtualmente a possibilidade de armas fornecidas pelos EUA serem usadas por Portugal contra os movimentos de libertação africanos. Dizemos «virtualmente» porque não pode ser excluída a possibilidade, ainda que improvável, de que o desenvolvimento da situação em Portugal resulte num regime militar de direita, determinado em manter Angola contra um movimento de libertação unido (o que é ainda mais improvável). Consideramos que isto é uma muito frágil justificação para continuar o embargo de armas porque (a) é improvável, (b) a probabilidade de que as tropas portuguesas recusassem as ordens de combater os movimentos de libertação africana (a 25 de Setembro, o chefe do COPCON, Brigadeiro Carvalho, confirmou que a consciência dessa atitude da tropa foi o que levou Spínola a abandonar a insistência num referendo em Moçambique).

3. Já que a razão para manter o embargo de armas desapareceu virtualmente, a sua continuação não serve o propósito original. No entanto, constitui um motivo de irritação para os portugueses, implicando a dúvida dos EUA sobre a sinceridade dos seus esforços de descolonização. E prejudica os EUA na competição por contratos militares portugueses contra os já bem estabelecidos franceses (que acabaram de vender mais 88 helicópteros Alouette à Força Aérea Portuguesa) e outros (por exemplo, soubemos que o Canadá está prestes a levantar o embargo de armas). **E, possivelmente o mais importante, inibe seriamente o desenvolvimento de relações dos EUA com os militares portugueses e de orientar o pessoal, a doutrina e o equipamento militar português para os EUA** – e isto numa altura em que os militares portugueses se tornaram um factor político essencial em Portugal e é provável que assim continuem por algum tempo.

4. Estamos convencidos que os portugueses estão agora mais interessados, não em material para suprimir africanos, mas nos meios de passarem a ser uma respeitada e moderna força militar europeia, capaz de cumprir as

suas responsabilidades na NATO com orgulho e dignidade. Na teoria, o embargo de armas dos EUA nunca se aplicou a material a ser usado exclusivamente na área da NATO. Na prática, no entanto, o embargo colocou severas restrições a Portugal (...)

5. Não proponho qualquer anúncio formal do levantamento do embargo. Antes proponho que eu seja autorizado a informar o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Costa Gomes, de que os esforços de descolonização realizados até agora convenceram os EUA de que Portugal já não pretende usar armas para reprimir os direitos dos africanos à auto-determinação e independência nos territórios portugueses. E que, face a essa compreensão, o Governo dos EUA decidiu remover todas as restrições que existiam no acesso português a equipamento, informação e treino militar dos EUA, que serão seguramente vocacionados para a área da NATO e, se usados em África, usados para acelerar e não para impedir o processo de descolonização.

TELEGRAMA 1974LISBON 04172_b

TÍTULO Proposta de projecto: convidar responsáveis de campanha eleitoral portugueses a visitar os EUA

DATA 27-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A embaixada contactou os líderes do Partido Socialista, PPD e CDS, que reconfirmaram o seu interesse em enviar observadores às próximas eleições nos EUA. As datas propostas, de 23 Outubro a 6 de Novembro, são aceitáveis por cada partido, bem como a ideia de dividir o grupo em duas equipas de três elementos, uma de cada partido.

2. Os partidos consideram que o foco mais útil será nas campanhas em cidades de tamanho médio nas áreas rurais, não na classe média suburbana. Portugal é um país predominantemente rural, não industrial, onde os eleitores olham para as questões com simplicidade e geralmente desconhecem o programa do respectivo partido. As maiores cidades são Lisboa (1 milhão) e Porto (meio milhão). A maioria das outras cidades são pequenas, compactas no tamanho, com pouco numerosas classes alta e média. Elas tendem a ser centros de serviços ou centros agrícolas.

3. Face ao exposto acima, sugerimos que um subgrupo gaste todo o período de duas semanas a observar a corrida para o congresso em Massachusetts, incluindo junto da comunidade de fala portuguesa. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, que é também o líder do Partido Socialista, convidou o senador Kennedy a visitar Portugal. De acordo com a imprensa, este aceitou o convite, em princípio, e tentará visitar Portugal em Novembro. Recomendamos que o gabinete do senador seja informado do programa do grupo para Massachusetts.

4. Recomendamos que o outro subgrupo observe a campanha do senador Stevenson, no Illinois. O grosso do tempo do

grupo no Illinois poderia ser gasto numa das sedes rurais de campanha do senador. Sugerimos que o grupo passe 2/3 dias na sede da campanha do senador, presumivelmente em Chicago. Se possível, que se organize uma reunião com o Presidente da Câmara Daley e seus especialistas em organização política. O grupo poderia então regressar a Chicago para os últimos dois dias de campanha.

5. Sugerimos que a prioridade da visita seja aprender o essencial das técnicas de campanha, que os responsáveis presentes poderão então ensinar aos seus colegas de partido no regresso a casa. Foi-nos especificamente mencionado, pelos representantes dos partidos, o interesse em: angariação local de fundos; uso da rádio e dos jornais como veículos de propaganda; organização da sede de campanha e a ligação com o terreno (para isto seria útil que conhecessem tanto as sedes de campanha como campanhas no terreno). No entanto, recomendamos com força que os visitantes estejam o máximo de tempo a observar a organização de uma campanha específica, e que viagem apenas o necessário.

6. O CDS informou-nos que irá enviar o Sr. José Manuel Castro e o Dr. Caetano Cunha Reis como seus representantes. O PPD prometeu fornecer os nomes dos seus nomeados no final de Setembro. O Partido Socialista tem os seus nomeados pensados, mas está à espera do regresso de Mário Soares antes de confirmar os nomes. A informação biográfica dos nomeados será enviada assim que estiver disponível.

(...)

TELEGRAMA 1974LISBON 04173_b

TÍTULO Os socialistas convidaram os jugoslavos e Carlos Altamirano, líder socialista chileno, para visitar Lisboa

DATA 27-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A Comissão Directiva do Partido Socialista convidou o secretário-geral do Partido Socialista Chileno, Carlos Altamirano, a visitar Portugal por alguns dias, começando a 30 de Setembro. A imprensa alega que Altamirano participará num dia de solidariedade com o Chile organizado pelo Partido Socialista português, que, como relatado anteriormente, não esteve de acordo em participar na Semana de Solidariedade com o Chile patrocinada pelo Partido Comunista.

2. Os socialistas também convidaram um grupo de «Socialistas» jugoslavos a visitar Portugal de 1 a 7 de Outubro. O grupo incluirá Marin Cetinic, vice-presidente da Aliança Comunista Jugoslava; Moma Markovic, membro da presidência do Comité da Liga Comunista Jugoslava; e Ivekovic, chefe do Departamento das Relações Internacionais da Aliança Socialista Jugoslava. O objectivo formal da visita é «ver em primeira mão a realidade portuguesa pós 25 de Abril».

TELEGRAMA 1974LISBON 04177_b

TÍTULO Spínola dá mais um passo no processo de descolonização de Angola

DATA 27-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Vinte e três angolanos, incluindo líderes políticos, jornalistas e figuras religiosas, chegaram a Lisboa a 26 de Setembro para conversações com o Presidente Spínola, que começaram a 27 de Setembro. Os angolanos foram convidados pelo presidente português para uma troca de opiniões sobre o futuro do processo de descolonização naquele território. De acordo com relatos da imprensa com origem em Angola, membros do grupo incluem amigos pessoais de Holden Roberto (FNLA) e Jonas Savimbi (UNITA).

2. A delegação angolana foi recebida no Aeroporto de Lisboa por aproximadamente 100 barulhentos manifestantes pró-MPLA, com bandeiras do MPLA e pancartas chamando os convidados de «traidores» e «vendidos». A imprensa de Lisboa de 27 de Setembro traz um comunicado da ANANGOLA (Associação de Nativos Angolanos e Liga Nacional Africana) repudiando a iniciativa de Spínola e afirmando que os grupos de guerrilha são os únicos representantes do povo angolano.

3. Comentário: O convite de Spínola a angolanos de várias partes do espectro político é outro passo na implementação da descolonização democrática dirigida pelo Presidente (a manifestação no aeroporto provavelmente é dirigida tanto ao Presidente como aos angolanos).

TELEGRAMA 1974LISBON 04179_b

TÍTULO Problemas laborais na TAP provocam nova crise

DATA 28-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Sumário: Este telegrama sublinha a sequência de acontecimentos na actual confrontação entre o Governo português (através das Forças Armadas) e os militantes trabalhadores da TAP que tentam novamente paralisar as operações da companhia. Fortes e poderosas acções do Governo parecem ter melhorado a situação. Fim do sumário.

2. O Governo e os trabalhadores da TAP estão presos num novo teste de força, ostensivamente precipitado pela convocação por estes de uma greve para 23 de Setembro. O Governo atribui a agitação laboral na TAP à extrema-esquerda a criar problemas por criar problemas. (Ver posições diferentes das do Governo em telegrama anterior, onde um advogado laboral se mostra convicto de que as tácticas de força do Governo e da Administração da TAP forçaram o trabalho para uma posição de confronto.)

3. O seguinte é o resumo dos acontecimentos desde que a primeira greve na TAP terminou, a 29 de Agosto, depois de uma mobilização militar:

a) 29 de Agosto a 23 de Setembro: a tensão no seio dos trabalhadores metalúrgicos e eléctricos nas áreas de manutenção guardadas pelos militares reflecte-se pela queda da produtividade. O secretário de Estado dos Transportes e Comunicações disse que o tempo necessário para completar um período de manutenção cresceu de um dia para algo como três dias e meio. Os militares restringiram as comunicações entre as diferentes unidades operacionais da TAP.

b) 5 a 17 de Setembro: trabalhadores dissidentes, proibidos de reunir no interior das instalações da TAP reuniram-se noutra local a 17 de Setembro, decidindo pela greve, a não ser que o Governo português e a TAP aceitassem as reivindicações anteriores à greve de 26 de Agosto, o fim da mobilização militar da companhia e a dissolução da comissão de três homens que investiga a disputa. De acordo com um responsável do Governo, só 200 dos quase 9000 trabalhadores da TAP participaram na votação da greve.

c) 23 de Setembro: os militares frustraram novamente os trabalhadores da manutenção, de realizar uma reunião pré-greva dentro das instalações da TAP. No mesmo dia, o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas estabeleceu o destacamento militar formal da TAP e aprovou o Decreto-Lei autorizando as autoridades militares a despedir sem compensação qualquer trabalhador que estivesse a prejudicar a eficiência da empresa mobilizada.

d) 24 de Setembro: presença militar na TAP é reforçada com tropas, carros armados e cães. Cerca de 30 trabalhadores recebem ordens militares de se apresentarem para serem «interrogados», incluindo sete líderes da greve e os dois representantes dos trabalhadores na administração temporária da TAP após o 25 de Abril (substituída a 31 de Agosto). Durante o decorrer do dia, a existência de um novo Decreto-Lei tornou-se conhecida quando os militares dispensaram cerca de 240 trabalhadores de duas unidades de manutenção periódica.

e) 24 a 26 de Setembro: Os trabalhadores despedidos e seus apoiantes realizaram manifestações em Lisboa, que foram de um tamanho discutível e não beneficiaram a sua causa. Entretanto, os negociadores do acordo colectivo ultrapassaram as objecções dos representantes dos trabalhadores da manutenção e continuaram as negociações normais com a companhia. O comunicado dos trabalhadores emitido na manhã de 26 sugere a retirada das reivin-

dicações citadas anteriormente. Em troca de retomar o trabalho normal apenas pedem que os trabalhadores demitidos sejam reintegrados, que o Governo pare os interrogatórios e renuncie a quaisquer acções punitivas, e que a companhia abra negociações na anterior lista de reivindicações (em vez de apenas ceder, como insistiam previamente). O comunicado não menciona qualquer desafio à mobilização militar. No mesmo dia é formada uma Comissão de Trabalhadores da TAP (dois de cada sector) para «estabelecer contactos» com os seus «camaradas» trabalhadores da manutenção e as autoridades militares para resolver a disputa.

f) 27 de Setembro: o comunicado oficial do Governo afirma que a situação melhorou na TAP e prevê a desmobilização num futuro próximo.

4. Para o observador exterior, a crise teve, inicialmente, um pequeno efeito visível nas operações da TAP já que os seus aviões continuaram a voar quase normalmente, apenas com alguns atrasos. Dois ministros do Governo garantiram a um funcionário da embaixada que a TAP tem os recursos para funcionar sem os trabalhadores demitidos, que tinham liderado o esforço de greve.

5. Face ao sucesso dos militares em manterem a imprensa fora do reduto TAP, os jornais ficaram reduzidos a reportar rumores, especulações, relatos de partidários e comunicados. A cobertura geral da greve opôs-se aos grevistas e desvalorizou os efeitos da tentativa de greve, destacando a quase normalidade dos serviços.

6. 26 de Setembro: dois ministros do Governo disseram a funcionários da embaixada que a greve foi fomentada por grupos da extrema-esquerda (que eles descreveram como «maoistas») que sentiram que podiam lucrar com as perturbações. Sentiram que a situação na TAP tinha de ser tratada com firmeza, já que muitos a viam como um teste à habilidade do Governo.

7. Comentário: O relato da imprensa do dia 27 de Setembro sugere que o Governo pode ter passado este teste com sucesso e, tendo-o feito, está agora com sensibilidade a tentar curar feridas ao considerar a readmissão dos demitidos (no entanto, uma readmissão numa base «individual» pode presumivelmente permitir excluir os líderes) e abrindo canais para a discussão das reivindicações dos trabalhadores, no quadro do processo ordinário. Não temos qualquer razão para duvidar da caracterização feita pelos ministros desta tentativa de greve como essencialmente política por parte de extremistas esquerdistas. Todos os relatórios nos dizem que o Partido Comunista (PCP) se opôs activamente à greve.

8. Há algumas evidências que sugerem que o Presidente Spínola e aqueles que o apoiam na continuada luta pelo poder com o Comité Político das Forças Armadas (PCC) tinham a intenção de usar a greve na TAP para destituir o actual Governo dominado pelo PCC. Se o actual Governo tivesse falhado em colocar os trabalhadores da TAP na linha, o grupo de Spínola teria usado isso como prova da falta de habilidade ou vontade de governar com eficácia. A actual tensão em torno da manifestação pró-Spínola de 28 de Setembro sugere que, mesmo que estejam privados desse argumento, os spinolistas procurarão brevemente outro pretexto para destituir o Governo de Gonçalves.

TELEGRAMA 1974LISBON 04181_b

TÍTULO Possível tentativa de golpe I

DATA 28-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: A luta pelo poder entre supostos indivíduos pró-Spínola e elementos anti-direitistas atingiu o nível de crise, esta manhã, com os últimos desenvolvimentos indicando que o MFA ganhou vantagem sobre Spínola. Fim do Sumário.

1. O ponto focal da crise foi a manifestação de massas pró-Spínola, marcada para as 15h e patrocinada por elementos descritos nos meios de informação esquerdistas como «fascistas, reaccionários», etc.

2. A denúncia da manifestação planeada e dos seus alegados objectivos reaccionários alcançou um crescendo na imprensa de ontem à noite e nas emissões de rádio nocturnas. Virtualmente, todos os partidos, da extrema-esquerda àqueles que ficam à esquerda do centro (PCP, PS, PPD) bem como a Intersindical e sindicatos individuais condenaram a manifestação, apelam ao povo para a boicotar, e apelaram a todos os que controlam os meios de transporte (condutores de autocarros, ferroviários) para impedir o movimento para Lisboa. A rádio também teve uma enchente de anúncios de vários sindicatos apelando aos seus membros e a outras partes interessadas a participarem em piqueniques e outras iniciativas em várias localidades, num esforço aparente para atrair pessoas para longe do local da manifestação, em Belém. O cônsul do Porto relata que o PCP tomou o controlo das estações de comboio do Porto e impediu que os comboios seguissem para Lisboa, e que estão a ser erguidos bloqueios civis de vigilância e controlo em todas as estradas que se dirigem a Lisboa.

3. Relatórios não confirmados indicam que o Governo e/ou a Junta e/ou o Conselho de Estado esteve em sessão quase toda a noite. Dizem-nos que quando Spínola soube de bloqueios de estrada a ser montados contra a manifestação num número considerável de locais, por volta das 3h, ele decidiu assumir plenos poderes, demitiu o Governo e prendeu o primeiro-ministro Gonçalves. Este relato não está confirmado. O único sinal exterior e visível de algo disto foi o facto de vários tanques do sétimo de cavalaria terem sido colocados em posição à entrada do palácio presidencial, em Belém, de madrugada, e que os anúncios emanados do ministro da Comunicação Social apelavam à remoção de todos os bloqueios de estrada e à não interferência com a livre circulação de pessoas.

4. O último desses anúncios (que contamos como pró-Spínola) foi emitido por volta das 8h40 locais. Foram seguidos por um período de silêncio, e depois pelo tocar da canção *Grândola, Vila Morena* (que foi usada como código para iniciar o golpe de 25 de Abril). Às 8h45 foi difundido um comunicado do Movimento das Forças Armadas (MFA) que se refere às recentes manobras destinadas a subverter o programa do MFA e fazer regressar Portugal ao desacreditado sistema do passado. O comunicado dizia que face a essas manobras, que incluem movimentos de armas e sabotagem económica, o MFA tinha sido obrigado a deter algumas «dezenas de pessoas» durante a madrugada, razão para algumas movimentações militares que causaram algum alarme, mas apelavam à calma. Desde então, todas as outras emissoras de rádio têm estado fora do ar, com a *Emissora Nacional* a limitar-se a passar música e notícias inócuas até ao meio-dia, quando o anúncio do MFA das 8h45 foi novamente emitido.

5. De seguida, às 12h30, uma declaração do Presidente da República refere-se a acontecimentos que ameaçaram a ordem pública, que tinham ocorrido durante a manhã, e face aos quais o Presidente entendia que a manifestação marcada para essa tarde não se deveria realizar.

O cônsul do Porto relata que um carro de som do PCP circulava na cidade anunciando que a tentativa reaccionária de golpe tinha sido derrotada. Às 13h, o anúncio do Presidente foi repetido, seguido de um comunicado do gabinete do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas a cancelar a manifestação.

6. Comentário: Relataremos outros pormenores quando disponíveis. Uma avaliação preliminar é a de que o MFA ganhou o dia e que Spínola sofreu um importante revés, apesar de estar ainda em funções.

TELEGRAMA 1974LISBON 04182_b

TÍTULO Possível tentativa de golpe II

DATA 28-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Lisboa continua completamente calma, sem qualquer sinal visível de que uma crise ocorreu. O trânsito é o normal para uma tarde de sábado, e os serviços públicos estão a funcionar. As principais estradas para Lisboa e em partes do Norte têm pontos de controlo com tropas do Exército e da Marinha, e/ou civis do MDP. Os carros são revistados à procura de armas e depois autorizados a seguir. Não se vêem tropas nas ruas além destes pontos de controlo e junto das estações de rádio.

2. O Porto está calmo, de acordo com o nosso cônsul, que reporta que não há movimentos de tropas ou violência na cidade. No entanto, relata que os partidos Comunista e Socialista estavam a mobilizar apoio para uma manifestação às 15h30 para celebrar «a vitória do MFA e dos democratas contra as forças reaccionárias». O aeroporto está a funcionar no Porto, mas os voos internos de Lisboa foram cancelados.

3. Funcionários da embaixada reportam que a manifestação da «maioria silenciosa» marcada para as 15h, e proibida pelo Estado-Maior das Forças Armadas, não, repito, não se realizou. Nesta altura há uma pequena multidão de 2000 pessoas ao longo da frente do Palácio presidencial – provavelmente composta por pessoas que não souberam do cancelamento. Não existem medidas especiais evidentes de precaução por parte da polícia ou dos militares na zona do palácio. Uma contra-manifestação convocada pelo MDP para as 14h30, na Praça de Alcântara, realizou-se com uma multidão jovem e pacífica de cerca de 1500 pessoas.

4. Só a *Rádio Emissora Nacional* está a emitir normal-

mente. O *Rádio Clube Português*, como observado por um funcionário da embaixada, está guardado pelo Exército e pela GNR, e a *Emissora Nacional* está guardada pelo Exército. Não foram publicados jornais. O Presidente Spínola terá dado a ordem de que não sejam editados jornais até segunda-feira, mas a ordem pode não ser acatada. O *Diário Popular* tem número pronto a distribuir onde se lê «Golpe de Direita esmagado».

5. Temos vários relatos de que cerca de 200-300 líderes de direita terão sido apanhados. Entre as pessoas alegadamente presas estarão Moreira Baptista (antigo ministro do Interior no regime de Caetano) e o General Luz Cunha. A nossa fonte no *Expresso* acredita que ninguém do actual Governo foi preso, e que são todos personalidades do velho regime que estavam sob vigilância do MFA há algum tempo.

6. Temos um relato não confirmado de um repórter do *Diário Popular* que foi emitida ordem de prisão para o membro da Junta, Galvão de Melo, que está identificado em panfletos do MDP como o líder das forças reacçãoárias. Outro relato não confirmado é o de que o MFA apreendeu esta manhã um camião carregado de armas perto de Vila Franca de Xira.

7. Um líder do PPD disse-nos que o seu partido, bem como o PCP e o PS, começaram a remover ficheiros políticos das suas sedes de madrugada quando parecia que um golpe de direita poderia ocorrer. Entretanto, já recolocaram esses ficheiros.

8. Ainda não é claro o que aconteceu ontem à noite, e nenhuma explicação oficial foi emitida pelo Governo. No entanto, um credível comentador político do semanário *Expresso* disse a um funcionário da embaixada, esta manhã, que ele acreditava que o Presidente Spínola e os seus apoiantes tinham tentado apanhar o poder na sessão do Conselho de Ministros convocada inesperadamente para

a última noite. A fonte acredita que Spínola calculou mal o grau de apoio que tinha junto de Costa Gomes e das Forças Armadas, com o resultado de os seus planos de demitir o primeiro-ministro e os esquerdistas no Governo e no MFA serem frustrados por um movimento preventivo do MFA depois da reunião. A fonte disse que, até às 4h, parecia que Spínola poderia ter sucesso nos seus alegados planos, mas que na sequência de uma reunião do MFA, realizada depois da reunião do Conselho, a maré tinha mudado contra o Presidente. A Comissão Coordenadora do MFA deu ordens de prisão para os direitistas que se sabia estarem a planear tomar o poder.

9. O nosso informador do *Expresso* acredita que Costa Gomes esteve firmemente do lado do MFA e contra os direitistas nas manobras da última noite. Ele sublinha, que tanto quanto sabe, não houve confrontação física de tropas. É sua opinião que a posição de Costa Gomes saiu reforçada e que o Presidente Spínola continuará, mas com os poderes muito reduzidos. Ele acredita que os spinolistas no Governo serão substituídos e que Galvão de Melo e outros conservadores na Junta podem ser afastados igualmente. Ele também acredita que a ala esquerda do MFA foi reforçada e que vários partidos políticos de direita serão banidos, tais como o Partido Liberal, o Partido do Progresso e, talvez, os Democratas Cristãos. O Partido Liberal está sob ataque, verbal e fisicamente, da esquerda como tendo tido a responsabilidade de financiar a manifestação pró-Spínola que deveria realizar-se hoje. O nosso cônsul no Porto confirma um relato de que a sede do Partido Liberal foi saqueada.

10. O Presidente Spínola tem marcada uma declaração ao país para as 17h, apesar de haver dúvidas sobre isso.

TELEGRAMA 1974LISBON 04183_b

TÍTULO Análise preliminar à crise de 28 de Setembro

DATA 28-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Baseado num conjunto de factos difusos e muito na nossa própria especulação, a nossa análise leva-nos a acreditar que o Presidente Spínola sobreviveu à crise de 28 de Setembro e que irá permanecer como Presidente no futuro próximo, se assim o decidir. A sua dimensão foi diminuída no processo, enquanto que a do Movimento das Forças Armadas (MFA), particularmente a sua Comissão Política Coordenadora (CPC), foi reforçada. Como resultado, a relação de forças, que favoreceu o MFA/CPC imediatamente após o colapso do Primeiro Governo Provisório, mas que desde então se vinha inclinando para Spínola, foi novamente reajustada a favor do MFA/CPC. No entanto, Spínola já demonstrou no passado uma grande capacidade de recuperação e pode fazê-lo outra vez.

2. Parece provável que o principal beneficiário desta crise seja o General Costa Gomes, que parece ter colocado o seu peso contra a realização da manifestação pró-Spínola no momento certo.

3. Em termos de grupos políticos, a crise representa o primeiro choque aberto de forças entre a extrema-direita e a esquerda (dos comunistas aos centristas), e estes últimos ganharam este assalto. A esquerda demonstrou que a sua capacidade de organização e controlo da imprensa podem ser mobilizadas rapidamente e com eficácia para servir os seus objectivos num tempo de crise. No curto prazo, a esquerda alcançou um estrondoso sucesso sobre a direita que tinha acabado de ganhar suficiente auto-confiança para mostrar a cabeça.

4. Para muitos, a lição desta crise pode ser a de que enquanto a esquerda é livre de organizar manifestações, esse grau de liberdade civil não está disponível para a direita¹¹². Veremos se esta lição é usada para convencer quem está no poder da necessidade de rectificar o desequilíbrio na garantia da liberdade de expressão a todas as tendências, ou se simplesmente irão convencer a direita de que, além de um contra-golpe, não há lugar para eles na presente cena política portuguesa.

5. Muito do significado dos acontecimentos do dia só será compreendido com mais factos, particularmente as motivações dos que estavam a favor da manifestação. O nosso palpite é de que haverá múltiplas motivações, desde o simples desejo de participar num evento de apoio a Spínola como um homem firmemente de centro, até aqueles que viram a oportunidade de causar distúrbios na perspectiva de que a esquerda pudesse ser responsabilizada e assim justificar a remoção dos esquerdistas de posições de autoridade, até, finalmente, aqueles que poderiam de facto estar a planear um golpe. Tendemos a duvidar que qualquer tentativa séria de golpe estivesse a decorrer, apesar de não ficarmos surpreendidos se aparecerem provas disso. Há mais razões para acreditar que indivíduos, incluindo alguns próximos de Spínola (como o general Galvão de Melo), podem ter esperado que o evento desse a Spínola a força suficiente para remover os esquerdistas do Governo. É bem possível que essas pessoas pensassem que a demonstração de um apoio público massivo a Spínola, combinado com uma grande demonstração da inabilidade para governar do Segundo Governo Provisório, permitiria que esse movimento fosse feito com sucesso. Se assim é, a inesperada firmeza do Governo em lidar com a greve da TAP pode ter contribuído para o falhanço desses esforços.

¹¹² Esta «direita», que a embaixada lamenta não ter direito a manifestar-se, são os fascistas, os apoiantes do fascismo, os que querem fazer regressar o regime fascista.

6. O grau de envolvimento de Spínola na manifestação será um factor crucial para a sua habilidade de sobreviver como Presidente. Galvão de Melo, provavelmente o mais próximo confidente de Spínola, indicou ao embaixador, com vários dias de avanço sobre o 28 de Setembro, que ele estava a trabalhar por detrás do cenário para transformar a manifestação num veículo através do qual Spínola conseguisse frenar os «comunistas» no Governo (entre os quais Galvão de Melo incluiria o primeiro-ministro, Melo Antunes, Vítor Alves e Costa Martins, bem como Álvaro Cunhal). No entanto, da mesma forma que Spínola deixou Palma Carlos actuar como seu substituto na crise de Julho, mantendo-se ostensivamente fora dos esforços para realizar uma eleição presidencial relâmpago, (também assumimos que) Spínola pode provavelmente escapar de qualquer responsabilidade directa pela manifestação, e principalmente das suas facetas mais provocatórias e de tipo golpista, além da responsabilidade de não ter frenado publicamente a manifestação até a crise estar gerada. A propaganda anti-manifestação e os comentários pós-crise largamente o exoneram ao acusar os responsáveis de tentarem usar a popularidade de Spínola para atingir os seus próprios (maus) fins. Nós tendemos a desvalorizar os relatos de que ele tentou assumir todo o poder e prender o primeiro-ministro, como sendo não característicos dele. Ele pode provavelmente manter a posição de que não viu nada de mal em permitir a livre expressão seja do que for, e que só agiu quando ficou convencido que a mesma iria provocar uma séria desordem pública.

7. Na raiz da presente crise e continuada instabilidade política dentro dos órgãos de Governo está o próprio carácter de Spínola. Além do facto de o seu ego estar muito envolvido numa manifestação ostensivamente em seu apoio, o seu passado militar não o equipou para partilhar o poder com outros. Ele está acostumado a dar ordens e vê-las obedecidas; para ele, aqueles que expressam opiniões diferentes das suas são inimigos e, no contexto actual, provavelmente comunistas ou cripto-co-

munistas. O MFA tornou repetidamente claro que tenciona manter-se activo para ver o seu programa seguido até que as instituições tenham sido estabelecidas e estejam a funcionar com a legitimidade de um mandato popular. Esperemos que a actual crise induza Spínola a aceitar uma posição onde o poder é partilhado e as visões dissidentes são permitidas. De outra forma, ou deixará o poder ou podemos esperar que a luta de poder entre ele e o MFA continuará com crises pontuais a marcar a vida política portuguesa.

TELEGRAMA 1974LISBON 04184_b

TÍTULO SITREP [Ponto de situação] III

DATA 29-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Lisboa e o resto de Portugal mantêm-se aparentemente calmos, sem grandes multidões e sem estranhos movimentos de tropas. A área envolvente ao Palácio de Belém está livre de qualquer presença popular ou militar não habitual. As rádios estão a emitir normalmente com toda a sua programação. A emissão de televisão é a habitual, e todos os transportes públicos funcionam. Como habitual, nenhum jornal foi publicado ao domingo, excepto o pequeno jornal *O Domingo*, que só se publica neste dia.

2. O Movimento das Forças Armadas emitiu periodicamente, durante o dia, anúncios apelando à população para se manter calma e assegurando-lhes que o movimento tinha a situação sob controlo. Ao final da tarde, o Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, comandante do COPCON, leu um anúncio apelando aos civis que integravam as barricadas à volta de Lisboa para as deixarem, que as Forças Armadas eram capazes de manter a ordem. Neste anúncio, Saraiva refere-se a uma «conspiração reaccionária» que tinha tido lugar, sendo a primeira vez, tanto quanto sabemos, que uma fonte oficial do Governo afirma que uma conspiração estava em curso.

3. *O Domingo* publicou uma lista de 33 pessoas dizendo que tinham sido detidas. Além desses nomes (que enviaremos noutra telegrama) estariam detidas mais 120 pessoas, 70 ou 80 na prisão de Caxias. São figuras proeminentes na lista do jornal: os antigos ministros Silva Cunha e Moreira Baptista; Kaulza de Arriaga; o Professor Adriano Moreira; Franco Nogueira; Elmano Alves; José Casal Ribeiro; e o General Venâncio Deslandes. Nenhum dos que está na lista se encontram actual Governo ou é

proeminente em qualquer partido político. A maioria são figuras políticas e militares do velho regime, ou ricos conservadores.

4. Um funcionário da embaixada esteve em contacto com o adido militar do General Costa Gomes, que nos informou que uma decisão tinha sido tomada na reunião do Conselho de Estado desta tarde, de que não haveria mudanças, de momento, nem na Presidência nem no Governo Provisório. O adido não estava tão seguro sobre a Junta e não podia ou não queria garantir que não ocorreriam mudanças aí. (Os rumores sustentam que será removido, pelo menos, um membro da Junta, o General Galvão de Melo, que emitiu uma declaração de apoio à manifestação pró-Spínola de 28 de Setembro).

5. Soubemos que a *Associated Press* e talvez o *The New York Times* publicariam notícias a 29 de Setembro dizendo que a ligação entre o Movimento das Forças Armadas (MFA) e os comunistas e outras «forças populares» é o desenvolvimento mais significativo das últimas 24 horas. Certamente esta é a impressão que os esquerdistas querem criar e que observações superficiais poderiam sugerir. Se a ligação é real, é matéria de conjectura. O que é certo é que as pessoas que têm os factos estão inacessíveis.

6. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, regressou a Portugal a 29 de Setembro, pouco depois das 13h. O DCM telefonou-lhe para casa às 17h e falou com ele cerca de 15 minutos. O DCM sublinhou que a embaixada não desejava basear relatórios para o Departamento de Estado em rumores. Soares disse que ainda não tinha tido tempo de se informar sobre os desenvolvimentos das últimas 38 horas, mas que ele entendia a questão e contactaria o DCM mais tarde se tivesse algo para reportar. O DCM disse que se o primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, desejasse discutir os desenvolvimentos, o embaixador e o DCM estavam à disposição. Soares disse que passaria a mensagem.

7. Foram realizadas chamadas a 28 de Setembro para Vítor Alves, Melo Antunes e o adido de Spínola, Nunes Barata. Nenhuma dessas chamadas foi devolvida.

8. O único ferido registado até agora é um condutor que tentou furar um bloqueio de estrada no acesso à Ponte Salazar, a 28 de Setembro, e foi atingido por um tiro de arma automática, presumivelmente disparada por um soldado. O indivíduo estará ferido com gravidade num hospital de Lisboa.

TELEGRAMA 1974LISBON 04185_b

TÍTULO Spínola pede apoio dos EUA

DATA 29-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O seguinte foi-nos transmitido pelo adido militar brasileiro e pelo DCM brasileiro: esta manhã cedo, um emissário do Presidente Spínola, Abel Pinheiro¹¹³, um velho amigo do embaixador brasileiro, que sabe que ele é um confidente próximo de Spínola, contactou o embaixador brasileiro na sua residência. Muito agitado, descreveu a situação no Palácio presidencial como muito confusa, com Spínola distraído, Galvão de Melo violento (dando murros na mesa) e Costa Gomes, como de costume, indeciso. Spínola pediu a Pinheiro para usar a sua amizade com o embaixador brasileiro para que este actuasse como seu intermediário para solicitar ao DCM Post que fosse ao Palácio de Belém (provavelmente por causa da amizade do DCM com Galvão de Melo).

2. Encontrando dificuldades de comunicação em entregar esta mensagem, o embaixador brasileiro enviou o adido militar contactar um funcionário da embaixada que me contactou, e eu convoquei uma reunião na minha residência, que se realizou às 13h, atrasada por dificuldades de comunicação e de transporte (incluindo a passagem através de barricadas destinadas a prevenir a participação na manifestação da «maioria silenciosa» e que hoje continuavam a funcionar). Ao início da reunião recebemos um telefonema do adido militar brasileiro dizendo que o pedido de visita do DCM já não era necessário. De subsequentes contactos com os brasileiros soubemos

¹¹³ ABEL PINHEIRO: Herdeiro do Grupo Grão-Pará, futuro dirigente do CDS, obteve notoriedade pública em processos como o dos submarinos.

que Pinheiro fez um segundo contacto com o embaixador brasileiro uma hora depois do primeiro cancelamento do pedido para que o DCM dos EUA contactasse Spínola.

3. Pinheiro também disse que Spínola e uma parte do Conselho de Estado tinham estado em reunião a considerar que acções tomar. O grupo incluía Spínola, General Costa Gomes, General Galvão de Melo, General Neto, Tenente-Coronel Bruno, e, muito curiosamente, Rui Gomes (reitor da Universidade do Porto, que se diz ser comunista, e a quem não permitiram deixar o Palácio de Belém). O grupo estaria a considerar alternativas para impedir aquilo que Spínola considera ser uma iminente e «legal» tomada do poder pelos comunistas; (a) **Spínola procuraria asilo em Espanha** e procuraria reconhecimento de um governo provisório no exílio que seria estabelecido lá; (b) **Pedir à NATO para intervir militarmente em Portugal**; (c) **Pedir à Espanha para intervir militarmente** através da invocação do Pacto Ibérico, que obriga qualquer das partes a assistir a outra para repelir uma agressão (a agressão neste caso seria o fornecimento de armas russas aos comunistas em Portugal).

4. Pinheiro pediu ao embaixador brasileiro para agir como intermediário de Spínola junto da NATO e do embaixador espanhol. O embaixador brasileiro respondeu que estava honrado de ter tanta confiança colocada nele pelo Presidente Spínola, mas que tinha de declinar agir como intermediário com base na desadequação dos mesmos, pois esse tipo de contactos deve ser feito directamente.

5. Cerca das 15h, Pinheiro regressou de novo para ver o embaixador brasileiro e indicou que Spínola tinha atingido um estado de desespero, tinha concluído que não tinha outra escolha senão demitir-se do cargo de Presidente, e estava agora a tentar decidir o melhor método de abdicar, a quem ele deveria entregar o poder e se deveria permanecer em Portugal ou ir para o exílio.

6. Comentário: Os brasileiros estão bem informados dos

acontecimentos aqui, tendo laços muito próximos especialmente com a direita. Nós não conhecemos Abel Pinheiro, mas estamos seguros que os brasileiros estão certos na sua avaliação de que fala em nome de Spínola. Este último está claramente perturbado, inseguro de para onde se virar ou o que fazer, e assim é mais provável que tome decisões e as reveja de seguida.

TELEGRAMA 1974LISBON 04193_b

TÍTULO Presidente Spínola renuncia

DATA 30-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Numa comunicação à nação, às 11h33 do dia 30 de Setembro, o Presidente Spínola anunciou a sua resignação. Detalhes seguem num próximo telegrama.

TELEGRAMA 1974LISBON 04198_b

TÍTULO SITREP IV

DATA 30-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Em todos os aspectos exteriores, Lisboa parece completamente normal hoje, com o tráfego a fluir normalmente, as lojas abertas e sem qualquer sinal de uma especial vigilância militar ou bloqueios de estrada. Nenhum bloqueio foi encontrado pelo pessoal da embaixada esta manhã. Ontem à noite, o comandante do COPCON, Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, apelara aos civis que compunham as barricadas para partirem e deixarem aos militares o trabalho, que tinham a situação completamente sob controlo.

2. Durante os acontecimentos do final da noite, de 29 de Setembro, fomos informados pelo adido militar do General Costa Gomes que três membros da Junta tinham sido afastados: o General Galvão de Melo; o Chefe de Estado-Maior do Exército, Silvério Marques; e o Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, Diogo Neto. Esta informação não foi confirmada oficialmente, mas foi publicada n'*O Século* e na rádio desta manhã.

3. Uma pessoa que se identificou como «Jota», e afirmando ser amigo de Galvão de Melo, ligou ao embaixador às 5h e perguntou se a embaixada daria asilo político a Galvão de Melo. Disse que Galvão de Melo estava no Hotel Sheraton cercado de tropas que pretendiam matá-lo. O embaixador apontou que não se lhe pode dar asilo político se Galvão de Melo está num hotel. Jota ligou de novo às 6h30 dizendo que Galvão de Melo estava agora num tanque fora do hotel e que «os comunistas tinham prevalecido». Nós não sabemos onde Galvão de Melo está neste momento. Um relato diz-nos que ele não está preso, mas colocado sobre protecção do COPCON.

4. Está previsto que o General Spínola fale às 11h desta manhã. Uma fonte num jornal de confiança disse a um funcionário da embaixada, às 0h40, que Spínola anunciará a sua resignação no discurso. A fonte também disse que o primeiro-ministro, Gonçalves, passará a Presidente e que o ministro sem pasta, Antunes, passará a primeiro-ministro.

5. Os diplomatas locais estão revoltados com o tratamento recebido ontem nos controlos de estrada. Os embaixadores espanhóis e italianos visitaram o embaixador ontem à tarde e queixaram-se que os seus adidos militares tinham sido tudo menos agredidos nos controlos de estrada, e os seus veículos tinham sido totalmente revistados. O embaixador britânico está muito indignado pelo facto de o terem parado três vezes e planeia entregar um protesto junto do decano do corpo diplomático. O DCM foi parado à porta da embaixada, às 5h20 desta manhã, por indivíduos em roupas civis que mostraram identificação de milicianos (na reserva) e insistiram que o DCM abrisse a mala. Quando solicitado para mostrar as ordens sob as quais estava a operar, o miliciano disse que tinha ordens orais. Depois dos protestos apropriados, o DCM abriu a mala, o miliciano olhou superficialmente para o interior e permitiu ao DCM entrar na embaixada. O miliciano estava acompanhado de dois companheiros, havendo mais seis a rondar a embaixada, todos com roupas civis. A embaixada tomará as devidas iniciativas de protesto junto do Governo português, de forma concertada com os britânicos e outros diplomatas.

6. Dois partidos de direita foram ocupados pelas forças militares desde 27 de Setembro. A sede de Lisboa do Partido Liberal foi assaltada no sábado por soldados e por membros do Sindicato dos Trabalhadores dos Escritórios, que alegadamente descobriram «propaganda reaccionária» e uma pistola. Foi também supostamente encontrada uma cópia de um discurso elogiando Spínola, que representantes da maioria silenciosa iriam realizar

na manifestação. No Porto, uma multidão enraivecida saqueou a sede do Partido Liberal e destruiu mobiliário, documentos e equipamento de escritório. Quando chegou a polícia, a turba tinha queimado quase tudo o que encontrara no interior.

7. O outro partido que foi atacado por uma turba foi o Partido do Progresso, cuja sede do Porto foi defendida com sucesso pela polícia à custa de sete feridos, no sábado, às 18h30. A polícia abriu fogo sobre a multidão e uma pessoa ficou ferida. Três dos feridos eram polícias.

8. O escritório de outra organização de direita foi assaltado no sábado. As tropas do 5.º Batalhão de Cavalaria ocuparam os escritórios do *Jornal Bandarra*, que revista-ram - não encontraram nada - , e depois encerraram deixando uma guarda de cinco homens.

9. O nosso cônsul no Porto relata ter ouvido vários aviões a voar sobre a cidade depois do discurso do primeiro-ministro, na manhã de 30 de Setembro. Foi ao aeroporto e viu um avião com a cauda vermelha que parecia um transporte de tropas. Mas não viu quaisquer tropas. Num total, estima que uma dúzia de aviões aterrou e levantou voo com intervalos de 15 minutos.

10. Houve vários relatos de armas descobertas em rota para Lisboa, incluindo um carro fúnebre carregado de armas descoberto na Ponte Salazar (ou em Vila Franca, conforme o relato). A imprensa e a rádio têm dado crédito a estas estórias de forma inflamada. Nós não vimos nada que desse crédito a esses contos, e estamos inclinados a acreditar serem falsos.

11. O primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, falou à Nação às 0h30 de 30 de Setembro. O tema do discurso de 19 minutos, realizado sem papel, foi que o MFA (Movimento das Forças Armadas) com a ajuda de forças populares, tinha travado o primeiro ataque reaccionário frontal ao 25 de

Abril. O primeiro-ministro disse que os reaccionários iam usar a manifestação formalmente pró-Spínola, de 28 de Setembro, para criar confrontos e violência, e depois exigir a intervenção das forças de segurança, numa tentativa de minar a unidade do povo e das Forças Armadas. Gonçalves ficou muito emotivo e agitado quando afirmou que o MFA não deve obediência a partidos políticos, embora esteja comprometido em defendê-los. O primeiro-ministro sublinhou a necessidade de evitar o derramamento de sangue e a guerra civil, e avisou que os reaccionários procuram explorar a imaturidade política do povo português. Gonçalves também igualou as forças reaccionárias aos participantes nos distúrbios de Moçambique.

12. Um panfleto do Movimento de Esquerda Socialista, com um bom pedaço de informação correcta sobre os recentes acontecimentos, também afirma que o Conselho de Estado decidiu ontem criar um Conselho da Revolução, composto de 160 membros das Forças Armadas, que servirá como órgão de direcção máximo do Estado. O panfleto também refere que a Comissão Coordenadora do MFA tinha sido institucionalizada pelo Conselho de Estado.

TELEGRAMA 1974LISBON 04201_b

TÍTULO SITREP V

DATA 30-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO

1. Às 13h25, de 30 de Setembro, a *Emissora Nacional* anunciou que a Junta de Salvação Nacional tinha designado o General Costa Gomes para Presidente da República.
2. Às 13h30, a rádio anunciou que Costa Gomes tinha escolhido Vasco Gonçalves como seu primeiro-ministro.
3. Às 13h30, a situação em Lisboa continua completamente normal.

TELEGRAMA 1974LISBON 04206_b

TÍTULO SITREP VI: Costa Gomes dirige-se à Nação

DATA 30-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O General Costa Gomes, escolhido para Presidente de Portugal pela Junta de Salvação Nacional, de acordo com os procedimentos constitucionais actuais, dirigir-se-á à Nação mais tarde, de acordo com as notícias que estão a ser difundidas.

2. Não é claro se o anterior Presidente Spínola participou na escolha ou se será autorizado a continuar membro da Junta. Não temos qualquer informação oficial que confirme os relatos da imprensa de que os Generais Galvão de Melo, Silvério Marques e Diogo Neto deixaram de ser membros da Junta. Não se conhece assim a composição da Junta que seleccionou Costa Gomes para suceder a Spínola. Se nem Spínola, Galvão de Melo, Marques, Neto ou Rosa Coutinho (ausente em Luanda) participaram na decisão, isso deixa apenas Costa Gomes e Pinheiro de Azevedo. Parece mais provável que Spínola tomou a decisão de sair e transferir a Presidência para Costa Gomes, colocando o seu voto e o dos seus apoiantes nessa direcção, e que os três membros da Junta cujos rumores dão como afastados terão permanecido até essa votação¹¹⁴.

3. A imprensa local relata que o ministro da Defesa, Firmino Miguel, e o ministro da Comunicação Social, Sanches Osório, deixarão o Governo, e que, no futuro, o ministro da Comunicação Social será substituído por um

secretário de Estado ligado directamente ao primeiro-ministro. *O Século* especula que importantes alterações constitucionais estão a ser trabalhadas.

4. Soubemos que um comício de massas a favor do Movimento das Forças Armadas foi marcado para esta tarde, às 19h30 locais, em frente ao Palácio de Belém.

5. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, ligou para a embaixada às 15h30 locais, em nome do Presidente Costa Gomes, para informar o Governo dos EUA de que a política externa portuguesa se manteria tal como antes, e que as obrigações dos tratados, incluindo o compromisso com a NATO, seriam respeitados. Soares também disse que tinha sido convidado pelo Presidente Costa Gomes para continuar como ministro dos Negócios Estrangeiros, apesar disso ainda não ter sido oficialmente promulgado pelo Presidente. Soares também acrescentou que, além da presidência, Costa Gomes continuará como Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas.

6. Não temos qualquer informação sobre a localização do General Spínola e se ele fez alguma declaração pública sobre os seus planos futuros.

¹¹⁴ Como se sabe hoje, Costa Gomes foi eleito por uma JSN já reduzida a três elementos: Costa Gomes, Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho, tendo este último participado por telefone.

TELEGRAMA 1974LISBON 04207_b

TÍTULO SITREP VII: Análise do discurso de resignação de Spínola

DATA 30-09-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Em tons sombrios, o Presidente Spínola denunciou a emergência de um clima generalizado de anarquia do qual inevitavelmente surgiria o caos e a crise, contrariando os ideais do Movimento das Forças Armadas. Em vez de trair o povo português, para quem estão a ser preparadas «novas formas de servidão sobre a falsa bandeira da liberdade», ele escolhe resignar.

2. Spínola diz que a sua posição assenta na sua total adesão, desde o seu princípio, e com uma sinceridade que ninguém se atreve a duvidar, aos ideais do Movimento das Forças Armadas. A sua identificação com o MFA e o seu programa dão-lhe a inegável autoridade de concluir que a grave situação actual surge precisamente porque os ideais do Programa foram postos de lado. As provas mostram que o programa do MFA tem evoluído num quadro político que tende, ultimamente, à neutralização do Programa. Spínola não pode nem quer participar nesse processo.

3. Os seguintes exemplos demonstram como o Programa do MFA tem sido desviado:

a) Política ultramarina – o objectivo era alcançar relações pacíficas entre todos os portugueses de todas as raças e credos; a política foi torcida pelo uso deliberado de meios que são anti-democráticos e contrários aos verdadeiros interesses das populações africanas¹¹⁵;

¹¹⁵ Por outras palavras: o objectivo seria acabar com a guerra sem haver descolonização. Os povos africanos não eram «portugueses», mas «povos colonizados». Uma visão puramente colonialista.

b) Harmonia política doméstica – enquanto as cabeças declaradas de uns poucos partidos apelam ao bom senso, os seus agentes nos *media* montam campanhas de guerra psicológica contra os seus oponentes;

c) As escolhas sociais fundamentais devem ser deixadas à consideração das instituições escolhidas democraticamente – dado o clima prevalecente de ausência de lei¹¹⁶, este princípio foi ameaçado, se não completamente comprometido, por mudanças básicas que transpiram todos os dias;

d) Sem convulsões internas – em vez de gozarem de tranquilidade, a vida dos portugueses tem-se caracterizado por disputas laborais e uma crescente instabilidade económica.

4. Por tudo isto, a responsabilidade é dos «grupos políticos cuja natureza ideológica é ofensiva dos mais básicos conceitos de liberdade, em flagrante contradição com o espírito do 25 de Abril»¹¹⁷.

5. Apesar do Presidente considerar totalmente impossível construir uma democracia genuína, dado o clima prevalecente, ele conclui com um apelo a todos os portugueses para manterem «espírito sereno», manterem a paz¹¹⁸ e terem confiança na grande arma da democracia – a forma do voto secreto¹¹⁹.

¹¹⁶ Para não haver «ausências de leis», ou se fazem novas ou se aplicam as antigas. No seu discurso, Spínola está contra as três hipóteses. Demagogia.

¹¹⁷ O anti-comunismo é vincado em Spínola. Traumas do jovem oficial germanófilo e fascista que assistira *in loco* à derrota militar da Alemanha Nazi na frente Leste.

¹¹⁸ Este é o homem que vai criar uma rede bombista nos próximos dias.

¹¹⁹ É o protagonista do golpe militar, que daqui a seis meses vai tentar travar as eleições para a Constituinte.

6. Comentário: O facto de ter sido permitido a Spínola fazer o Canto do Cisne, criticando os oponentes políticos que ele deixa no poder, reforça a nossa crença que foi sua a decisão de resignar. Os acontecimentos conspiraram para o diminuir e para o deixar com uma claramente minoritária fatia de poder se ele tivesse escolhido ficar. Como avaliamos que na base da recente crise esteve a sua incapacidade de partilhar poder, mesmo quando ele detém a maior parte, tornaram-se inaceitáveis para ele as perspectivas de continuar no poder quase sem perspectivas de sequer recuperar o peso já detido. Apesar de não haver ainda indicações sobre os seus planos futuros, a sua referência no final do discurso ao voto secreto pode ser uma pista de que ele pretende agora, através de um processo eleitoral, procurar o poder que lhe tem escapado.

TELEGRAMA 1974LISBON 04209_b

TÍTULO Rumores de uma conspiração para assassinar o primeiro-ministro Gonçalves

30-09-74

SCOTT

1. *O Século* publica na sua edição de hoje uma declaração do Governo Provisório sobre a alegada conspiração para «travar o processo democrático no país». A declaração diz que entre as pessoas presas pelo COPCON estavam alguns indivíduos que pretendiam causar «graves distúrbios na ordem pública, incluindo tentativas de assassinato contra personalidades no Governo Provisório e no MFA».

2. Um artigo do *Expresso*, que apareceu hoje, afirma que uma tentativa contra a vida do primeiro-ministro Gonçalves estava planeada para a noite de 27 de Setembro por um grupo conhecido como MAP (Movimento de Acção Portuguesa), encabeçado pelo professor Guilherme Braga da Cruz (antigo membro do Comité Central da União Nacional e professor de Direito em Coimbra) e que incluía Alberto Correia de Barros, Luís de Sena Esteves e Rodrigo Emílio Ribeiro de Melo. Este grupo tinha alugado uma casa do outro lado da rua da casa do primeiro-ministro e contava atingir o primeiro-ministro quando ele saísse pelos degraus da frente. As Forças Armadas teriam prendido sete pessoas envolvidas e apreendido ficheiros, uma espingarda telescópica e os planos do assassinato. Adicionalmente, o *Expresso* alega que Spínola e Melo Antunes eram também para serem mortos. Nenhum dos líderes do MAP foi preso, de acordo com o jornal.

3. Um funcionário da embaixada foi contactado por dois líderes do direitoista Partido do Progresso (PP), às 17h de 30 de Setembro. Foi perguntado a esses indivíduos se conheciam algo da suposta conspiração para assassinar o primeiro-ministro. Eles indicaram que a conspiração

não fora fabricada pela esquerda como uma desculpa para afastar o Presidente, mas que era de facto genuína. De acordo com eles, o primeiro-ministro era para ter sido abatido pelo MAP (que eles dizem ter 12 membros, sete dos quais ex-comandos) às 3h de 28 de Setembro. Os dois líderes do PP disseram que o dono da casa de onde o tiro era para ter sido dado é de Rui Alvim. (Uma verificação na lista telefónica mostra que um Rui Pereira Alvim é de facto proprietário ou arrendatário da casa que fica do outro lado da rua onde mora o primeiro-ministro, na Rua Borges Carneiro 42, 1.º Andar).

4. Os dois líderes do PP estão a sair da cidade e afirmam que, apesar de o PP não ter nada a ver com a tentativa de assassinato, eles sentem que é prudente passar à clandestinidade. Dizem que o partido queimou os ficheiros e se escondeu.

5. Comentário: Além do facto de o *Expresso* ser normalmente uma fonte fiável, a confirmação por membros do PP que nada ganham com isso (e cuja causa direita tem algo a perder), essas revelações dão alguma credibilidade à estória da conspiração. A existência de uma conspiração genuína também fornece maior justificação ao MFA e à esquerda para prevenir o 28 de Setembro.



1974LISBON

Outubro



TELEGRAMA 1974LISBON 04221_b

TÍTULO Primeiro-ministro Gonçalves promete que não haverá mudanças significativas na sequência da crise

DATA 01-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O primeiro-ministro Gonçalves prometeu que apenas dois lugares de ministros serão mudados no novo Governo, e que nenhuma grande alteração constitucional ou estrutural está prevista. O Movimento Democrático (MDP/CDE) não entrará no governo, e foram negados os rumores da criação de um Conselho da Revolução e da abolição da Junta. O programa do MFA, incluindo o calendário eleitoral e o objectivo do pluralismo democrático, será cumprido como ponto de honra. O primeiro-ministro, ao contrário de Spínola, está optimista com o futuro de Portugal. Fim do Sumário.

1. O Brigadeiro Vasco Gonçalves, numa entrevista concedida a jornalistas nacionais e estrangeiros algumas horas depois de ser nomeado primeiro-ministro, prometeu que não estão previstas mudanças significativas na composição do Governo Provisório, mas que as pastas da Defesa e da Comunicação Social estão vazias, na sequência da partida do Coronel Miguel e do Major Sanches Osório. O primeiro-ministro disse que não estavam ainda decididos substitutos para essas tarefas. O primeiro-ministro comentou que não está decidido se o ministro da Comunicação Social vai continuar a existir ou vai passar a ser uma Secretaria de Estado junto do primeiro-ministro. De qualquer maneira, o gabinete do primeiro-ministro desempenhará no futuro «um papel muito directo em relação à informação», dada a importância da informação como arma ideológica. A *Rádio Emissora Nacional* e a RTP terão de expressar no futuro, mais vigorosa e correctamente, os pontos de vista do Governo sobre os grandes problemas nacionais, apesar dele ter sublinhado que isso não significa que vá haver censura ou repressão estatal dos *media*.

2. O primeiro-ministro disse que não tinha informação ligando Spínola ou os outros três membros da Junta que foram afastados com os «recentes acontecimentos». Spínola foi caracterizado como vítima de uma campanha que usou o nome dele para propósitos que lhe eram opostos e à democracia portuguesa. Sobre os três membros da Junta, o primeiro-ministro só disse que «a democracia não pode ser conquistada sem democratas», mas que «esses senhores não estavam envolvidos em qualquer tentativa de golpe». Sobre Sanches Osório, Gonçalves negou um relato de que este iria enfrentar acusações criminais, explicando que, por causa de «situações que ocorreram durante a crise, não pode continuar como ministro da Comunicação Social». Nenhuma explicação foi dada sobre a partida do Coronel Miguel.

3. O primeiro-ministro negou numa entrevista que um Conselho Revolucionário esteja a ser criado e que a Junta de Salvação Nacional vá ser abolida. (A imprensa especulou que um conselho composto por 137 homens, 60 do exército, 30 da Marinha, 30 da Força Aérea e os setemembros da Comissão Coordenadora do MFA seria formado como órgão directivo supremo do país). Vários órgãos de direcção já foram institucionalizados e legalizados pelo movimento do 25 de Abril, explicou o primeiro-ministro, e o nosso objectivo fundamental é cumprir o programa do MFA como estava originalmente escrito.

4. A possibilidade de representantes do Movimento Democrático (MDP/CDE) serem convidados para integrar o novo Governo foi afastada como «improvável» pelo primeiro-ministro, pois só existiam dois lugares disponíveis. No entanto, o primeiro-ministro aproveitou a oportunidade para elogiar o MDP/CDE pelo papel político e social que tem desempenhado (presumivelmente, durante a crise, foram os seus militantes que guarneceram muitos dos pontos de controlo erguidos nas auto-estradas para procurar armas, mas talvez também pela inteligência fornecida ao Governo Provisório sobre as «manobras reaccionárias»).

5. O primeiro-ministro confirmou rumores de que as contas bancárias das pessoas envolvidas na «tentativa revolucionária» tinham sido congeladas. Só as pessoas listadas como tendo sido detidas estão presas, e não há prisioneiros não anunciados. Os envolvidos na tentativa revolucionária serão julgados, prometeu.

6. Em resposta a questões sobre se o calendário eleitoral desenhado na Constituição seria seguido, Gonçalves comentou bem humorado que, como gosta de dizer o seu amigo Vítor Alves, «os latinos também são capazes de viver em democracia». Apesar das dificuldades surgidas com o desenhar da Lei Eleitoral, ele disse ser um «ponto de honra» que as eleições se realizem dentro do prazo. (O primeiro-ministro fez uma declaração similar numa anterior entrevista à RTP, quando sublinhou que o MFA era perfeitamente capaz de completar a parte do seu programa que apela à instalação de uma democracia pluralista em Portugal). «Só os nossos inimigos duvidam da sinceridade das nossas propostas».

7. Finalmente, o primeiro-ministro fez uma avaliação positiva do futuro imediato de Portugal. Ele mostrou desacordo com a visão «apocalíptica e catastrófica», visão do ex-Presidente Spínola sobre a sociedade portuguesa. Portugal, na sua opinião, não marcha nem para o caos económico nem para o colapso. Vencerá as suas dificuldades com trabalho duro, unidade e vontade. Existe algum país do mundo, perguntou o primeiro-ministro retoricamente, que tenha alcançado tanto como Portugal num curto período de tempo, e sem quase disparar um tiro? Portugal, um dos países mais velhos da Europa, será capaz de ultrapassar os seus problemas, prevê.

8. O primeiro-ministro não fez comentários sobre a extensão da alegada tentativa revolucionária.

TELEGRAMA 1974LISBON 04226_b

TÍTULO Presidente Costa Gomes fala à Nação

DATA 01-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O Presidente Costa Gomes prestou tributo ao General Spínola, afastando-se da visão pessimista do anterior presidente e colocando algumas linhas gerais para o futuro no seu breve discurso depois da tomada de posse. Ele prometeu que Portugal iria respeitar as obrigações internacionais, com ênfase na NATO. O discurso, destinado a assegurar à população que o Movimento das Forças Armadas (MFA), que controla completamente a situação, está ligado inseparavelmente à sólida e estável pessoa do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Fim do Sumário.

1. As primeiras palavras do Presidente Costa Gomes depois da tomada de posse, na tarde de 30 de Setembro, foram semi-apologéticas, colocando a sua assumpção da Presidência como a necessidade de todos os cidadãos portugueses assumirem as suas responsabilidades durante um período de grande dificuldades para a Nação. Depois de fornecida esta desculpa/explicação, Costa Gomes de imediato prestou tributo ao seu antecessor, enfatizando que ele e os seus colegas continuam a confiar na dedicação do General Spínola à causa do Movimento das Forças Armadas. Costa Gomes revelou que tentou evitar a resignação do seu amigo e camarada de armas, cuja partida o deixa triste.

2. Com cuidado para honrar Spínola, completamente, Costa Gomes foi igualmente cuidadoso ao dissociar-se das suas visões pessimistas sobre o estado das coisas em Portugal. As visões de Spínola constituem «uma análise pessoal e subjectiva» da situação. Costa Gomes negou, especificamente, que a política de descolonização se tenha desviado do programa do MFA. Recusando «esquemas rígidos preconcebidos», ele afirmou que Portugal deve ser guiado no desen-

volvimento dessa política de acordo com condições que se alteram permanentemente. Quanto às ameaças ao processo de democratização interna que Spínola lamentou, Costa Gomes não tentou refutar nada do que disse o seu predecessor. Em vez disso, perguntou se havia alguma outra revolução no mundo que tivesse mudado uma sociedade tão profundamente, e ainda assim quase sem derramamento de sangue, dor ou graves ameaças à ordem pública. Reconhecendo que muito falta fazer, Costa Gomes prometeu que seria feito. As palavras-chave são ordem, unidade e disciplina.

3. Apresentando brevemente os seus objectivos para o futuro, Costa Gomes sublinhou que é necessário criar as condições sociais que permitirão aos portugueses escolher as suas instituições políticas no quadro de uma democracia pluralista. Outras matérias abordadas foram: (a) Descolonização: haverá diferentes soluções para Timor, São Tomé e Cabo Verde, mas em cada caso as populações locais expressarão livremente as suas opiniões e esta consulta terá um papel «decisivo» no processo de descolonização: no que respeita a Moçambique, o Governo português cumprirá as obrigações que assumiu em Lusaka; a actual política no que respeita a Angola será continuada e Macau terá um «estatuto especial»; (b) Relações exteriores: Costa Gomes prometeu que Portugal continuará a respeitar os princípios da independência e igualdade entre os Estados, e que irá cumprir as suas obrigações internacionais (referindo-se expressamente à NATO). Expressou ainda o desejo de renovar os laços diplomáticos com outros países do terceiro mundo.

4. Ecoando (debilmente) os pensamentos finais do discurso de resignação do General Spínola, Costa Gomes terminou expressando confiança no Movimento das Forças Armadas, no futuro de liberdade e ordem em Portugal, e na certeza da construção de um futuro melhor, mais justo e democrático.

5. Comentário: O General Spínola é ainda imensamente popular em Portugal, e Costa Gomes, tal como todos aqueles que comentaram sobre o antigo presidente desde

a sua resignação, evitou criticá-lo. O português médio, apreensivo com o futuro da Nação devido à súbita resignação de Spínola, ficou provavelmente tranquilizado com a selecção de Costa Gomes como novo Presidente. Hoje, nenhuma outra pessoa em Portugal pode rivalizar com ele como símbolo de nível, solidez e moderação, e sobretudo, como garantia de que as mudanças revolucionárias não irão submergir o país.

TELEGRAMA 1974LISBON 04227_b

TÍTULO Contacto inicial com o Presidente Costa Gomes

DATA 01-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: As questões colocadas foram respondidas franca e satisfatoriamente pelo Presidente Costa Gomes. Repetiu a forte reafirmação do Governo português de fidelidade às obrigações internacionais e à NATO, feita no discurso de tomada de posse a 30 de Setembro. Negou veementemente que existisse uma grande influência comunista no país, excepto em Lisboa e no Alentejo, e com ainda mais vigor negou uma presença de comunistas no MFA, nomeando especificamente o primeiro-ministro como um não comunista. A tomada de posse foi a 30 de Setembro, pelo que a mensagem de congratulações deveria seguir assim que possível. O ministro dos Negócios Estrangeiros indicou que o Presidente deseja intervir na Assembleia-Geral da ONU, como estava contemplado por Spínola, e está deseioso de ver o Presidente Ford. Fim do Sumário.

1. Acompanhado pelo DCM visitei o Presidente Costa Gomes a partir das 16h, durante cerca de 45 minutos. Depois de lhe ter entregue uma carta de congratulações, tanto pessoais como em nome do Governo dos EUA, disse-lhe que tinha pedido uma entrevista tão cedo depois da sua posse porque queria sublinhar o grande interesse do meu governo em Portugal e nos recentes acontecimentos que aqui ocorreram. Disse-lhe que o meu governo tinha levantado várias questões sobre as quais estava ansioso de ter a sua opinião. Uma muito importante, disse-lhe, ele tinha respondido no discurso inaugural da última noite, nomeadamente a fidelidade do seu novo governo às obrigações internacionais de Portugal e particularmente a sua participação na NATO.

2. A isto ele replicou afirmativamente e com algum desen-

volvimento, sublinhando ter sido ele o primeiro português a estar activamente envolvido nas questões da NATO, há cerca de 17 anos, e que a sua actividade e entusiasmo pela organização nunca murcharam. É sua convicção que é uma questão central para a manutenção da paz na Europa Ocidental. Ele deplorou fortemente a recente saída da Grécia, mas disse que tinha esperança e até alguma confiança de que a Grécia regressará quando «ganharem juízo».

3. Eu então disse-lhe que queria expressar-lhe, como já o tinha feito ao Presidente Spínola, a extrema preocupação do Governo dos EUA em relação à influência comunista em vários países da bacia mediterrânica e, especialmente, à presença de comunistas no Governo português. Quanto ao Governo português, disse-lhe que uma aparente maior inclinação para a esquerda, na sequência dos últimos acontecimentos, não era tranquilizadora. Quando enumerei os países do Mediterrâneo com os quais o secretário tinha expressado preocupação, ele esteve de acordo, mas enfatizou crer que o perigo era muito mais agudo em Espanha do que noutros países, incluindo Itália. Vindo de uma cidade perto da fronteira espanhola, ele conhece bem Espanha e sente que o comunismo está muito disseminado através do país.

4. Quanto a Portugal, disse que estava confiante que a influência comunista era pequena. É considerável em Lisboa e no Alentejo, mas no Norte, que é a sua terra, é negligenciável. Eu perguntei-lhe se a forte influência comunista era grandemente urbana e industrial e não nas regiões rurais. Ele disse que isso era verdade, excepto no Alentejo, onde eles fizeram um considerável progresso nas zonas rurais. Eu então questionei-o sobre a influência no Governo e no Movimento das Forças Armadas (MFA). Ele disse com grande convicção que não havia comunistas no seu Governo além de Cunhal, e concretamente negou que o primeiro-ministro fosse comunista (apesar de eu não ter feito qualquer referência ao primeiro-ministro), e acrescentou que alguns dos capitalistas seus amigos até a ele lhe chamam comunista. Quando o pressionei

sobre o MFA ele disse que eram todos militares que tinham feito um juramento de não se envolver em política sem resignar das Forças Armadas e ele estava confiante de que nenhum deles pertencia ao PCP. Comentário: na minha opinião, isto foi muito menos franco, mas eu relato exactamente o que ele disse.

5. Ele então disse que estava consciente que uma considerável parte do público americano e um largo segmento dos media americanos pensavam que Portugal estava encobertamente com o comunismo. Ele chamou a atenção que, nos países latinos, especialmente em Portugal e Espanha, os povos estavam completamente convencidos que os seus países eram objecto de enormes operações encobertas da CIA. Ele disse que nenhuma das acusações era verdadeira, mas que era muito difícil mudar essas opiniões. Eu disse que isso era verdade, mas que era enormemente importante, no presente estágio das relações bilaterais entre Portugal e os EUA, que o Governo dos EUA tivesse confiança que Portugal não estava em perigo de tornar-se um Estado comunista.

6. Também disse que pensava que a imprensa, a televisão e a rádio portuguesa carregavam uma pesada responsabilidade pela ampla difusão da ideia que a influência comunista em Portugal era enorme. Ele esteve de acordo, e especificamente disse que considerava uma primeira prioridade do seu Governo «disciplinar» os media de forma a colocar um fim na sua óbvia inclinação para a esquerda. Ele diferenciou entre a rádio, que estaria sobre a influência do Partido Comunista (PCP), a imprensa, mais influenciada por partidos à esquerda do PCP (mencionando especificamente o MRPP e o PRP – Partido Revolucionário do Proletariado), e a TV, onde a situação já tinha melhorado.

7. No que respeita à recente crise, ele disse que antes do último fim-de-semana tinha havido sérias divergências entre os membros do Governo. Ele disse que a partida dos elementos discordantes iria permitir uma maior estabilidade no futuro.

8. Ele confirmou que irá permanecer como Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas e Presidente.

9. Na sequência do contacto com Costa Gomes, eu estive com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, que afirmou que o Presidente Costa Gomes pretende seguir os planos do seu antecessor de se dirigir à Assembleia-Geral da ONU a 24 de Outubro, e Soares instruiu o embaixador na ONU, Veiga Simão, para confirmar essa data com a ONU. Costa Gomes também espera que o encontro com o Presidente Ford, a 23 de Outubro, como o secretário tinha indicado a Soares, seja possível. Soares deu instruções ao embaixador Themido para acompanhar esta questão.

10. Acção requerida: (a) Já que Costa Gomes tomou posse no mesmo dia da sua formal designação como Presidente (30 de Setembro). a mensagem de congratulações deveria ser enviada imediatamente; (b) Eu considero importante para a impressão que daremos ao novo regime da sua aceitação em relação ao seu imediato antecessor, que todos os esforços sejam feitos para satisfazer as expectativas do Governo português de uma reunião a 23 de Outubro com o Presidente Ford. Aconselhem.

TELEGRAMA 1974LISBON 04246_b

TÍTULO Ministro do Trabalho fala no Clube Americano

DATA 02-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O ministro do Trabalho, enquanto convidado de honra do Clube Americano, realizou um discurso com uma descrição global da situação laboral portuguesa e enfatizando que o investimento estrangeiro é bem-vindo em Portugal – se não for com o propósito de explorar trabalho barato. O ministro também enfatizou que o Governo pretende exigir que, quer os trabalhadores, quer a gestão cumpram as novas leis laborais. Fim do Sumário.

1. O ministro do Trabalho Costa Martins foi o convidado de honra do almoço no Clube Americano. O almoço foi excepcionalmente participado e o ministro foi cordialmente recebido.

2. Costa Martins começou por referir a «catastrófica» situação social herdada do deposto regime, que incluía um nível de vida inaceitavelmente baixo dos trabalhadores portugueses e a conseqüente emigração (presumivelmente para o Brasil e para a Europa Ocidental de «um milhão» de cidadãos portugueses). Devido a estas intoleráveis circunstâncias, o Governo teve de tomar acções imediatas para melhorar a situação. Em consequência, aumentou o salário mínimo para \$143/mês (alguns trabalhadores recebiam apenas 56\$/mês), beneficiando cerca de metade da população activa. Apesar de o Governo estar de acordo com as objecções dos trabalhadores de que o novo salário mínimo não é suficiente, ele representa o máximo que o Governo acredita que a economia pode suportar neste momento.

3 Como afectará o salário mínimo as empresas estrangeiras em Portugal? O ministro disse que as firmas que

estão em Portugal para explorar o trabalho barato não podem esperar continuar as suas operações. E deixou claro que essas empresas não eram de «grande interesse» para o Governo português. O ministro elogiou a «grande parte» das empresas estrangeiras que, disse, já pagavam aos seus trabalhadores mais 132\$/mês que as restantes antes do 25 de Abril.

4. Costa Martins comentou as provisões da lei da greve, explicando e defendendo as suas restrições ao uso pelos trabalhadores deste seu direito à greve. Ele reconheceu que as greves são «normais» nos países capitalistas, que são o preço a pagar se se deseja viver numa democracia. Também considerou que a actual situação grevista é «mais estável» do que a que existia há dois ou três meses e que «tudo aponta para que a situação acalme ainda mais».

5. O pronunciamento mais notável do ministro do Trabalho relacionou-se com o investimento externo. Costa Martins declarou que «os direitos dos investidores estrangeiros estão firmemente garantidos» e são bem-vindos – novamente, desde que não estejam a pensar vir para explorar trabalho barato.

6. Respondendo a perguntas escritas, Costa Martins fez ainda as seguintes declarações: (a) Quem resolverá as disputas laborais em caso de disputa? Dependendo das circunstâncias, os tribunais criminais ou laborais terão jurisdição, em alguns casos, o ministro ou o secretário de Estado do Trabalho têm poder para resolver disputas por decreto; (b) Deve o Governo português intervir nas disputas laborais pela força?¹²⁰ A lei destina-se a ser

¹²⁰ Pela força contra os trabalhadores, claro. Esta pergunta mostra porque o patronato tem saudades do fascismo, que cumpria esse papel. A resposta de Costa Martins é sim, usará se necessário, caso patrões ou trabalhadores violem a lei.

cumprida. As disputas que se levantaram antes da promulgação da lei são consideradas situações especiais a serem decididas caso a caso. No futuro, no entanto, o Governo não permitirá que a administração ou os trabalhadores violem as leis com impunidade. Nem o Governo desistirá de intervir, se necessário pela força, quando as disputas laborais envolvam questões de interesse nacional (em sectores críticos da economia); (c) Quando sairá a restante legislação laboral? O projecto de lei sobre a contratação colectiva já existe e está a ser discutido no Ministério; os projectos sobre sindicatos e associações de empregadores estão mais avançados, estando em consideração no Conselho de Ministros. A muita carga de trabalhos que o Ministério do Trabalho tem tido explica o atraso nesta legislação tão necessária.

7. Comentário: O almoço forneceu ao ministro do Trabalho a oportunidade que ele buscava para passar uma mensagem de segurança aos empresários americanos activos em Portugal. Enquanto Costa Martins foi muito claro a afirmar o desinteresse do Governo português em empresas que vivem de explorar o trabalho barato, o essencial da sua mensagem era claramente que Portugal é um local seguro para investir e que dá as boas-vindas ao capital estrangeiro. A sua exageradamente suave descrição da actual situação de greves (que estatisticamente podem de facto envolver menos greves, mas não menos dramáticas) serve esse propósito.

8. Um dos mais notáveis convidados portugueses na assistência era o Brigadeiro Saraiva de Carvalho, governador militar de Lisboa e vice-comandante do COPCON (Comando de Intervenção para Distúrbios Cívicos). O DAO de Lisboa (que foi o responsável por levar Carvalho ao almoço) aproveitou a ocasião para o convidar a intervir no Clube Americano numa próxima ocasião, um convite que ele aceitou, em princípio.

TELEGRAMA 1974LISBON 04260_b

TÍTULO Reunião do ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, com o corpo diplomático

DATA 03-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Na reunião, realizada a 1 de Outubro, Soares pediu desculpa colectivamente ao corpo diplomático pelas indignidades sofridas a 28 e 29 de Setembro, ao terem os carros diplomáticos parados, revistados, etc. Também aproveitou para destacar que a situação está completamente normalizada e que o novo Governo continuará a concretizar as políticas do MFA anteriormente anunciadas, enfatizando a fidelidade às obrigações internacionais e à NATO.

1. Na sequência do protesto de três importantes membros do corpo diplomático sobre as dificuldades encontradas no fim-de-semana, particularmente nos controlos de estrada, Soares convocou todos os chefes de missão para uma reunião às 18h do mesmo dia. Ele apresentou um belo pedido de desculpas em nome do Governo português e disse que podia garantir que não haveria qualquer repetição de tais episódios. A sua única explicação foi a de que esses foram dias críticos e que quem operou os controlos de estrada eram inexperientes e não sabiam nada sobre privilégios diplomáticos. Ele disse que o forte pedido de desculpas apareceria na imprensa a 2 de Outubro (e apareceu).

2. Ele então discutiu os recentes acontecimentos políticos com algum detalhe. Expressou a firme convicção que o propósito da manifestação da «Maioria Silenciosa» de 28 de Setembro era uma conspiração direitista para derrubar o Governo Provisório que incluía ou era acompanhada de uma conspiração para matar alguns dos seus líderes. Ele disse que os militares estavam a conduzir uma investigação completa aos participantes agora sob custódia,

cujos resultados serão tornados públicos quando estiver completa. No entanto, ele disse que estava completamente estabelecido que era genuína a muito falada tentativa de assassinar o primeiro-ministro com uma espingarda telescópica encontrada numa casa directamente em frente à sua. Ele disse que havia fortes razões para acreditar que o próprio Spínola seria uma das propostas vítimas.

3. Com este fundo, ele disse que a resignação de Spínola foi o resultado directo da diferença de opiniões entre ele e o MFA sobre permitir ou não que a manifestação se realizasse. (Comentário: esta é, claro, uma versão super-simplificada e abreviada do muito complexo conjunto de circunstâncias que levou à resignação de Spínola. Fim do comentário.)

4. O principal foco do discurso de Soares, no entanto, era (a) a crise importante passou sem derramamento de sangue, com a calma e a tranquilidade completamente restaurada no país, e (b) o novo Governo continuará o programa do MFA sem mudanças, incluindo o objectivo de uma rápida descolonização e o estabelecimento de uma genuína democracia com a eleição de uma Assembleia Constituinte, em Março de 1975, como previamente planeado. E sublinhou particularmente a fidelidade do novo Governo às obrigações internacionais e à NATO.

5. Para apoiar o argumento de que a continuidade era a ordem do dia, ele sublinhou as muito pequenas mudanças realizadas no Conselho de Ministros. O ministro da Defesa partiu, mas Soares disse que isso era porque, agora, o mesmo homem é Presidente e Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, deixando de justificar-se um ministro civil da Defesa, que será abolido. Quanto ao ministro da Comunicação Social, ele emitiu um comunicado público (presumivelmente na noite de 27 de Setembro, onde mandava remover os bloqueios de estrada) que não tinha sido autorizado pelo Governo. Tirando isso, o Conselho de Ministros não muda, apesar de incluir um conjunto de ministros (nomes não especificados) que eram escolhas pessoais de Spínola.

7. Quando perguntado se Spínola tinha resignado como membro da Junta, além de Presidente, Soares apologeticamente disse que ele simplesmente não sabia. Quando perguntado se seria tecnicamente possível manter a data de Março de 1975 para as eleições, ele disse que o projecto de lei eleitoral já estava bem avançado e pensava que seria possível, apesar de difícil, manter o calendário original. Quando perguntado se as vagas na Junta (três ou quatro, conforme o estatuto de Spínola) seriam preenchidas, ele respondeu que sim. Também confirmou, como já nos tinha feito o Presidente, que este manterá igualmente a sua posição de Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

8. Comentário: O novo Governo deve obviamente ser avaliado pelo que faz e não tanto pelo que diz, mas está claramente a fazer todos os esforços para contrariar a impressão de que os acontecimentos recentes pressagiam uma viragem à esquerda na sua política.

TELEGRAMA 1974LISBON 04275_b

TÍTULO COPCON assalta sede do Partido do Progresso: encontra *cocktails molotov* e lista de armas

DATA 03-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O assalto à sede de Lisboa de Partido de Direita encontra *cocktails molotov* e outro material, incluindo extensa lista de armas, que a imprensa especula seriam para ser usadas contra as forças «democráticas». Não estava ninguém na sede e não foram feitas prisões. O Governo não proibiu o partido nem apresentou uma acusação contra os seus líderes, a maioria dos quais está escondida. Fim do Sumário.

(...)

6. [Comentário:] Nós não excluimos a possibilidade de que o Partido do Progresso pudesse ter obtido as armas nessa lista e de que eles as usariam contra os seus oponentes esquerdistas. Daquilo que conhecemos dos líderes do PP são anti-comunistas comprometidos que acreditam sinceramente que o PCP e os partidos à sua esquerda estão a tomar conta de Portugal e têm que ser parados. Um funcionário da embaixada falou com dois líderes do PP, a 30 de Setembro, que referiram que tinham queimado os seus ficheiros mais comprometedores, esperavam ser presos e por isso estavam a sair de Lisboa. O PP teve mais que tempo, antes do COPCON assaltar a sua sede, de remover quaisquer armas que pudessem aí estar, apesar de não termos qualquer informação que sugira que essas armas estiveram lá.

(...)

TELEGRAMA 1974LISBON 04309_b

TÍTULO Cronologia dos principais acontecimentos que levaram à abortada tentativa de golpe pelo Presidente Spínola e a sua subsequente resignação

DATA 07-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O que se segue é a cronologia dos acontecimentos mais importantes dos últimos 30 dias, que tiveram implicações no golpe abortado que o Presidente Spínola aparentemente tentou montar na madrugada de Setembro 28. (...)

Agosto: Crescente retaliação direitista no Norte. A violência cresce à medida que os extremistas ficam mais ousados.

29/08: Aparece um manifesto de quatro páginas que exige a abolição da Comissão Coordenadora do MFA. Costa Gomes assina no topo, assim permitindo a circulação do manifesto, apesar de não necessariamente o seu conteúdo.

31/08: Soldados desconhecidos distribuem manifesto de uma página à saída dos quartéis do 6.º de Cavalaria no Porto, apoiando Spínola: atacando o PCP; apoiando o respeito pelo Programa do MFA; exigindo a dissolução da Comissão Coordenadora do MFA; apelando à demissão do primeiro-ministro Gonçalves, ministro do Trabalho Costa Martins, ministros Melo Antunes e Vítor Alves, Brigadeiro Otelo Carvalho e Álvaro Cunhal.

03/09: O General Neto informa o DATT que a luta entre os esquerdistas do MFA e Spínola está a crescer. Movimento de tropas e aviões: Neto diz que «este mês, coisas vão acontecer».

04/09: Partido do Progresso, PTDP, Partido Liberal anunciam coligação para enfrentar os desafios da esquerda. O principal tema é o anti-comunismo.

05/09: O PCP queixa-se de uma cruzada anti-comunista. Partido do Progresso começa a atacar o PCP: José H. Almeida Araújo, do Partido Liberal, procura armas através de um banqueiro de investimentos internacionais.

08/09: Movimento Moçambique Livre. Spínola não condena; o Exército não o esmaga imediatamente.

09/09: Estabelecido o Comité para a Descolonização sob a direcção de Spínola.

10/09: Revelados a um funcionário da embaixada os planos de cinco partidos de direita de formarem uma coligação. Vinte militares de alta patente e 70 professores universitários entre os organizadores. Chefiada pelo General Deslandes. Direitistas destacados dizem a funcionário da embaixada que um golpe ocorrerá no próximo mês para demitir o primeiro-ministro e os esquerdistas no Governo.

– Spínola realiza o mais duro discurso anti-extremista até à data, equivale comunismo e fascismo, ataca a legitimidade da Comissão Coordenadora do MFA, apela à «Maioria Silenciosa» para acordar e se defender activamente dos extremistas totalitários. Promete usar os poderes constitucionais para defender a liberdade.

11/09: Costa Gomes diz ao *Globo*, do Rio de Janeiro, que o velho regime está morto. «O 25 de Abril é irreversível», avisa.

13/09: O cônsul do Porto é informado por uma fonte direitista de confiança que a contra-revolução está a ser planeada por Galvão de Melo, Kaulza de Arriaga, industriais, banqueiros e outros. Os planos foram estabelecidos no Algarve. O *Expresso* traz curta reportagem sobre esta reunião em Albufeira. O objectivo da revolta é uma ditadura de direita.

14/09: Spínola reúne-se com Mobutu em Cabo Verde.

17/09: O Conselho de Ministros bane o partido de direita Partido Nacionalista Português, que estaria a conspirar para derrubar o Governo.

19/09: Aparecem posters a apelar a uma manifestação da Maioria Silenciosa; mas sem data; Galvão de Melo diz a um funcionário da embaixada que está ligado à manifestação e é um dos seus principais apoiantes. No mesmo dia, o MFA publica o primeiro número do seu jornal, alegando que «os reacionários levantam as cabeças».

22/09: Mercenário sueco revela planos para participar no golpe.

23/09: A manifestação da Maioria Silenciosa é adiada para 28 de Setembro, mas nada é anunciado ao público.

25/09: O tempo e o local do comício pró-Spínola é comunicado publicamente através de pinturas a spray nas paredes de Lisboa.

26/09: Tourada é usada para manifestação pró-Spínola. Violência irrompe na sequência. Spínola participa, é visto a discutir com Gonçalves (disseram-nos que a questão era se a manifestação pró-Spínola deveria ser proibida ou não).

26/09: 13h. Ministros Alves e Antunes dizem ao embaixador que eles estão muito preocupados com a próxima manifestação pró-Spínola, acreditando que o potencial para a violência na mesma é elevado e que a extrema-direita pode encenar uma provocação por forma a estimular um golpe de extrema-direita. O embaixador pergunta a Alves e Antunes porque Spínola persiste em realizar a manifestação quando o conselho de todas as partes é para a cancelar. Eles respondem que Spínola se vê a si próprio como o pai da Nação e não quer rejeitar os esforços de nenhum grupo.

27/09: 2h. MDP distribui panfleto apelando aos activistas para «darem batalha de imediato à reacção». Os militantes são instruídos a prevenirem a manifestação de sábado por todos os meios possíveis, e para montar controlos de estrada. Spínola ainda não aprovou nem desaprovou publicamente a manifestação. O Conselho de Ministros está em reunião praticamente todo o dia, incapaz de chegar a uma decisão sobre proibir ou não a manifestação. O gabinete de Galvão de Melo emite comunicado publicado num vespertino dizendo que não via qualquer razão para que a manifestação não se realizasse. A reunião do Conselho de Ministros é adiada às 20h. O MFA reúne-se ao final da noite em São Bento. Vasco Gonçalves dá ordens para as rádios não lerem a declaração de Galvão de Melo sobre a manifestação. Rebenta uma violenta discussão verbal entre Galvão de Melo, os generais Neto e Marques, e Sanches Osório por um lado, e o primeiro-ministro no outro, presumivelmente sobre a realização da manifestação. Sanches Osório, alegadamente, chama comunista ao primeiro-ministro, e o primeiro-ministro, supostamente, chama Osório de fascista.

21h. O MFA começa a prender pessoas associadas com a Manifestação, planeadas algumas horas ou dias antes, mas poucas presas antes de 28 de Setembro às 01h30.

24h. São levantados bloqueios de estrada por volta da meia-noite, por todo o país.

23h. Spínola convoca reunião em Belém: o primeiro-ministro, o ministro da Defesa Miguel, Galvão de Melo, Silvério Marques, Costa Gomes, Otelo entre os que participam. A discussão sobre a manifestação do dia seguinte prossegue, com cada lado intransigente.

28/09: O PPD começa a remover ficheiros importantes da sua sede.

1h. Por ordens de Spínola, os militares na *Emissora Nacional* são substituídos. Sanches Osório vai lá em pessoa.

1h30. Aparentemente, Spínola tenta montar golpe. Diz ao primeiro-ministro Gonçalves, a Otelo Saraiva e ao Almirante Pinheiro de Azevedo para não saírem de Belém. Diz que está a assumir todos os poderes; todas as comunicações de e para Belém são cortadas. Só Sanches Osório e Miguel têm autorização para comunicar para fora. O MFA tenta sem sucesso contactar Belém; preocupado que o golpe esteja em marcha. O MFA, preocupado com o destino dos líderes, acelera as prisões das pessoas ligadas à conspiração para assassinar o primeiro-ministro e outros ligados à direita. Spínola ordena à GNR para desmantelar os bloqueios de estrada.

1h45. As emissões da *Emissora Nacional* cessam; a polícia e a GNR ocupam-na; Sanches Osório ordena aos jornais, em nome do Governo Provisório, que não publiquem as suas edições;

2h. A PSP ocupa a Rádio Renascença, que sai do ar às 2h15. Spínola ordena às forças que guardam a Comissão Coordenadora do MFA para se retirarem. Diz às tropas do 7.º de Cavalaria, de Tancos e de Santarém para avançar. Eles recusam, excepto 60 de Tancos e cinco tanques que se colocam à porta do palácio de Belém. O Rádio Clube, ocupado pela GNR, começa a tocar baladas de protesto. As Emissoras Associadas de Lisboa são mais tarde ocupadas por tropas do regimento de artilharia anti-aérea. As tropas recusam deixar a GNR cercar a RTP, mas a GNR coloca-se à volta do transmissor de Monsanto da RTP.

3h. A *Emissora Nacional* vai para o ar com o primeiro comunicado (escrito por Spínola, mas lido por Sanches Osório) pedindo que os bloqueios de estrada sejam desmantelados para que a manifestação se possa realizar no próximo dia. O comunicado avisa que um clima de guerra civil e o derramamento de sangue poderiam acontecer se os bloqueios de estrada não fossem desmantelados. O mesmo comunicado foi lido a cada meia hora até cerca das 8h30. Os civis («populares») continuaram nos bloqueios de estrada e alguns militares juntaram-se-lhes.

3h. PCP diz aos seus militantes para passarem à clandestinidade; começa a remover ficheiros.

4h. Socialistas começam a remover ficheiros.

4h30. Spínola liberta o primeiro-ministro – ele vai para a residência oficial do primeiro-ministro para se reunir com a Comissão Coordenadora do MFA e outros militares.

4h30. PCP retira ordem dos seus militantes «irem para a clandestinidade».

5h. Otelo é libertado, regressa ao COPCON acompanhado do ministro Miguel e de membros da Casa Militar de Spínola para «vigiar as acções de Otelo», de acordo com a imprensa. Uma fonte alega que Miguel foi preso à chegada ao COPCON, mas libertado depois da situação militar estar clarificada.

5h30. A *Emissora Nacional* começa de novo a emitir para o Ultramar;

6h. Primeiro-ministro vai para casa para dormir;

8h45. *Grândola, Vila Morena* é tocada na rádio, primeiro comunicado do MFA lido refere manobras reaccionárias para subverter o programa do MFA e fazer regressar Portugal ao desacreditado regime passado. Esta mensagem só é emitida de novo às 12h.

9h. *Rádio Clube* e *Rádio Renascença* de novo no ar;

9h30. O comandante do 7.º de Cavalaria diz ter ordens para remover os tanques que guardam Belém.

11h. O primeiro-ministro acorda, começa discussões na sua residência oficial sobre as consequências do golpe abortado. Discute a situação com todos os ministros militares (menos Sanches Osório) e com os membros da

Comissão Coordenadora do MFA. A decisão tomada é afastar Neto, Silvério Marques, Galvão de Melo, Miguel e Sanches Osório. Esta reunião dura até às 12h30. O Coronel Costa Brás (ministro da Administração Interna) junta-se.

12h. Novo comunicado do MFA diz que dúzias de pessoas foram presas, refere tráfico de armas e movimentos sediciosos;

12h30. O primeiro-ministro vai para Belém para conversas com Spínola, Costa Gomes, Otelo Saraiva, membros da Junta, Miguel junta-se depois. O primeiro-ministro diz a Spínola das exigências do MFA. Spínola recusa deixar os membros da Comissão Coordenadora do MFA irem a Belém. Costa Gomes voa para e do COPCON, que está em sessão permanente toda a tarde. O primeiro-ministro almoça com Costa Gomes no Forte de São Julião da Barra para discutir a situação. Depois de almoço, Costa Gomes reúne-se com a Comissão Coordenadora do MFA para discutir a estratégia política.

O Gabinete do Presidente emite comunicado, lido na *Emissora Nacional*, dizendo que a manifestação «não é conveniente» devido à alteração da ordem pública que ocorreu durante a madrugada.

13h10. A quinta divisão do CEMGFA (o Gabinete de Costa Gomes), e também a sede da Comissão Coordenadora do MFA, emite declaração dizendo que a manifestação está cancelada.

15h. Poucos aparecem no local da manifestação

16h45. Um helicóptero leva Costa Gomes e o Tenente-Coronel Ferreira da Cunha de Belém.

17h35. Costa Gomes regressa a Belém.

18h15. Diogo Freitas do Amaral (Conselheiro de Estado), bem como alguns oficiais da GNR, e o comandante da PSP (Major Casanova Ferreira) e Sanches Osório saem de Belém

19h. Galvão de Melo sai de Belém com dois paraquedistas num carro.

19h30. Muitos membros do Governo chegam a Belém para uma reunião importante que vai durar até ao fim da noite (Gonçalves, Miguel, Sanches Osório participam) bem como os membros da Junta e alguns conselheiros de Estado (incluindo Diogo Freitas do Amaral).

29/09: 1h. Vasco Gonçalves sai de Belém, a reunião dispersa. As pessoas vão dormir.

10h. Spínola reúne-se com a Junta em Belém.

10h30. Spínola reúne-se brevemente com os membros da Comissão Coordenadora do MFA.

11h. Reúne o Conselho de Estado em sessão com Spínola. O chefe da 2.^a repartição do EMGFA faz um balanço da situação de segurança, então o Presidente pergunta se, na opinião deles, deve declarar o estado de sítio. Eles não apoiam a ideia.

13h. Termina a reunião.

Tarde: MFA começa a dizer aos bloqueios de estrada para deixarem os *checkpoints* aos militares.

Spínola reúne-se em Belém com a Comissão Coordenadora do MFA, Costa Gomes, toda a junta, excepto Galvão de Melo. A reunião acaba às 15h45. O assunto foi a insistência do MFA de que Neto, Galvão de Melo e Marques saíssem da Junta. Spínola, alegadamente, dirá «se eles são afastados, eu saio». Quer o MFA, quer Costa Gomes dizem a Spínola «faz o que a tua consciência disser».

16h15. A Comissão Coordenadora lê um comunicado na rádio sobre o resultado da reunião recém-realizada sobre «meios concretos de reforçar a democracia e con-

tinuar a democratização». A unidade do MFA e do Governo Provisório é reafirmada.

19h. O gabinete do primeiro-ministro anuncia que ele fará um discurso mais tarde. Vítor Alves diz que a situação está controlada em todo o país.

20h30. O COPCON anuncia que os bloqueios de estrada foram entregues ao MFA.

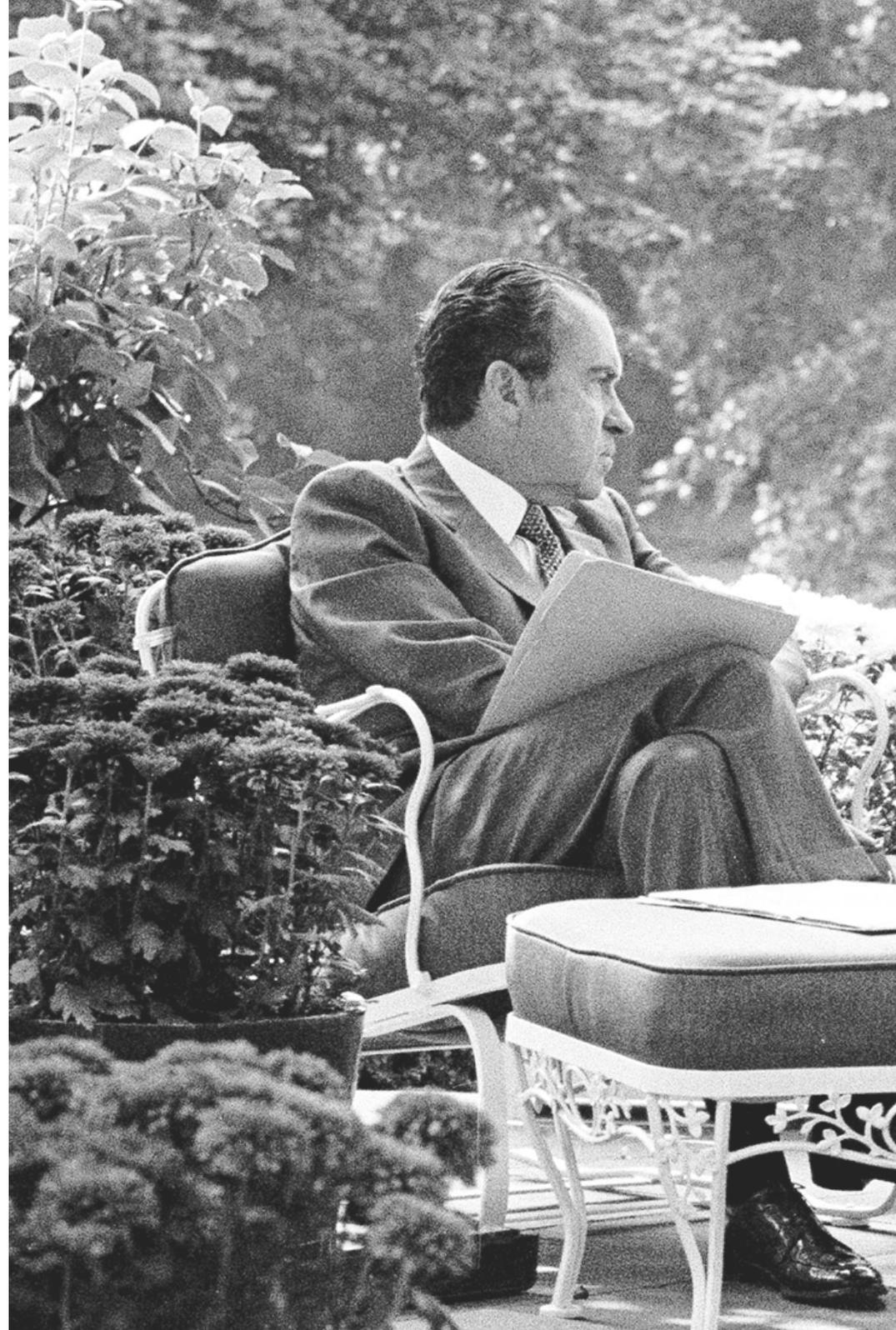
30/09: O primeiro-ministro diz que o primeiro ataque reaccionário aberto fora derrotado.

2h. Galvão de Melo em custódia protectiva no Hotel Sheraton.

5h. «Jota» contacta DCM sobre o pedido de asilo de Melo.

11h33. Reúne-se o Conselho de Estado. Presidente Spínola anuncia a sua resignação.

13h25. A *Emissora Nacional* anuncia que Costa Gomes é o novo Presidente. O Conselho de Estado ractifica várias decisões não especificadas, entretanto tomadas pelo MFA.



ANEXO



Os seguintes anexos, de particular interesse para se compreender os acontecimentos, continuam a ser textos escritos pelos EUA, só que retirados dos Arquivos públicos do Departamento de Estado, neste caso:

«Foreign Relations of the United States, 1969-1976, Volume E-15, Part 2, Documents on Western Europe, 1973-1976, Second Revised Edition, Department of State, Washington»

MEMORANDO 1969-1976, Volume E-15, Part 2 - DOCUMENT 133

TÍTULO Memorando para o Presidente pelo assistente do Presidente

DATA 24-06-74

ASSINADO HAIG¹²¹

CONTEÚDO Reunião entre o Presidente e o Presidente António de Spínola em 19 de Junho de 1974 nos Açores

Questões centrais colocadas pelo Presidente Spínola:

– Spínola fez um forte apelo a uma urgente e substancial assistência dos EUA. Esta assistência de natureza técnica, económica e financeira deve ser efectiva e ao mesmo tempo discreta, para não comprometer politicamente qualquer dos países. Essa assistência será instrumental para contrariar quaisquer movimentos dos comunistas (que acabam de receber uma forte ajuda financeira dos soviéticos) para tomar o controlo de Portugal, assim implementando uma nova Cuba na Península Ibérica. Esses acontecimentos teriam claramente repercussões sobre Espanha, um país cuja estrutura política foi seriamente abalada pela Revolução Portuguesa. Também afectaria seriamente a Aliança e o mundo Ocidental, devido à subsequente perda dos Açores e de Cabo Verde.

Resposta do Presidente Nixon: Deu garantias que, apesar de não fazer declarações públicas específicas, ele examinaria as necessidades de Portugal com quem o Presidente Spínola designasse e que os EUA fariam o que pudessem, desde que haja acordo do Congresso. O Presidente Nixon também assegurou ao Presidente Spínola que iria explorar todas as formas de os EUA ajudarem Portugal, tanto

¹²¹ ALEXANDER HAIG: Chefe de Gabinete da Casa Branca, é caracterizado como o assistente do Presidente Nixon.

de forma aberta como acobertada. Em relação a isto, o Presidente Nixon sublinhou a importância de obter financiamento dos bancos privados. Este apoio não acontecerá enquanto os bancos virem o espectro da penetração e domínio pelos socialistas/comunistas. Assim, é completamente essencial que o Presidente Spínola tome fortes e efectivas medidas para impedir as greves selvagens e as exigências salariais irrealistas, assim prevenindo a destruição da economia portuguesa pelos comunistas. Sobre Espanha, o Presidente Nixon concordou que a repercussão era inquestionável, mas ele acredita que grandes mudanças acontecerão brevemente. O Presidente Nixon também sugeriu que o embaixador dos EUA tem excelentes contactos com os bancos dos EUA e pode prestar assistência.

– O Presidente Spínola pediu que a lei que nega assistência a Portugal seja revogada.

Resposta do Presidente Nixon: Não há problema. Essa lei foi baseada (e isso foi um erro) em certas objecções do Congresso às políticas de Portugal em África. Eu vou trabalhar nisso.

Uma reavaliação actualizada da situação militar da NATO na Área Atlântica

– Presidente Spínola: O Presidente Spínola colocou a necessidade de uma urgente análise e reavaliação da situação militar na área Atlântica, com vista ao mundo livre enfrentar a perspectiva de um bastião comunista na Península Ibérica, bem como a perspectiva da perda das Ilhas dos Açores e de Cabo Verde. O Presidente Spínola pediu aos EUA apoio para que Portugal possa reconquistar a sua segurança estratégica, que foi destruída por vários partidos políticos, particularmente os comunistas, durante o primeiro mês depois da revolução, quando a situação política estava descontrolada. Esta é uma das preocupações centrais do Presidente Spínola nesta altura. Ele então reafirmou a sua frequentemente expressa

crença de que a NATO **estava demasiado envolvida em acções relacionadas com a defesa contra ataques externos quando eles podem ocorrer dentro de um determinado espaço estratégico.** Também que o pensamento da NATO era ainda muito clássico, com grande destaque para as forças militares. Ele afirmou de forma veemente que, enquanto a NATO garantia a defesa de um determinado espaço estratégico, estava a ser **atacada ao nível ideológico pelas ideologias comunistas, e que esses desenvolvimentos requerem acções no campo da contra-penetração ideológica.** É sua visão que o Ocidente está a ser destruído a partir do interior, através de várias e inteligentes campanhas ideológicas. Ele afirmou isto muitas vezes no passado, e agora sente-o em Portugal, na sua própria pele.

Resposta do Presidente Nixon: O Presidente Nixon apreciou a análise acima referida sobre a existência de um perigo comunista em Portugal, Espanha e na Europa Ocidental. **Ele também concordou com o conceito de que o perigo não era tanto aquele que atravessava fronteiras, mas que era essencialmente um perigo interno**¹²². Relacionado com isto, o Presidente Nixon afirmou (e novamente na sua declaração para a comunicação social) que considera que um Portugal independente, livre e próspero é tão vital para a NATO e para os interesses dos EUA como para os interesses comuns de Portugal e dos EUA.

Portugal necessita de um forte e claramente afirmado apoio dos EUA por razões domésticas e de política internacional, principalmente na ONU:

¹²² O reconhecimento da mentira sistematicamente vendida aos povos da Europa. A NATO – e todos os fascistas derrotados em 1945, como Spínola – não existe para «defender a Europa da invasão militar soviética», mas sim para assegurar que os povos da Europa não adoptam o caminho da emancipação social, não se libertam do imperialismo e das velhas classes dominantes a ele atreladas.

- Presidente Spínola: Ao nível político e diplomático, Portugal precisa de um apoio claramente afirmado dos EUA por razões domésticas e de política internacional, particularmente na ONU. Actualmente, as políticas portuguesas deveriam ser mais fáceis de apoiar, considerando a à evolução da política de Portugal face aos territórios ultramarinos. Esta política está exposta num discurso do Presidente Spínola na tomada de posse dos governadores de Angola e Moçambique (ao Presidente Nixon foi entregue uma versão em inglês do discurso). A questão central desta política é o seu inequívoco reconhecimento e adesão aos princípios da ONU. Claro, a anterior atitude de Portugal face à descolonização criou problemas aos EUA devido ao seu apoio a Portugal. Portugal apresenta-se agora pronto a adoptar uma posição inequívoca sobre o início do processo de descolonização.

Esta descolonização envolve a livre aceitação do princípio da auto-determinação. Portugal, no entanto, só aceitará uma auto-determinação que seja baseada num honesto sistema democrático, e alcançada através de um referendo¹²³ ou qualquer outro processo aceitável. Esse processo deve permitir às pessoas dos territórios ultramarinos conferir o seu desejo de soberania. Portugal até está disposto a aceitar uma supervisão internacional do referendo, plebiscito, etc. Nesta altura, Portugal pede ajuda aos EUA sobre o problema da Guiné-Bissau na ONU. O Presidente Spínola conhece muito bem o problema, tendo sido governador desse território por cinco anos e meio, estando completamente familiarizado com a difícil situação militar. Portugal está agora disponível para aceitar um cessar-fogo, desde que sejam garantidas as adequadas salvaguardas para todos aqueles que estão do

¹²³ Talvez como Marrocos, que aceita a descolonização do Sahara Ocidental desde que com um referendo «democrático»... que há 50 anos ainda não houve condições de realizar e ganhar.

lado de Portugal no actual conflito, incluindo africanos nas Forças Armadas.

O Presidente Spínola admite que o PAIGC ganhou um considerável sucesso político, de tal forma que a ONU tomou algumas posições definitivas. Também, que a Guiné-Bissau foi reconhecida por um significativo número de países.. Também, que a Guiné-Bissau foi reconhecida por um significativo número de países. Esse reconhecimento, apesar de lhe faltar uma base legal ou lógica, é ainda assim um facto e Portugal está disposto a aceitar esse facto. O que o Presidente Spínola quer é que a ONU reconheça a independência da Guiné-Bissau, na base da situação criada pela ONU, mas sem prejudicar o processo normal de descolonização para as outras províncias ultramarinas. Estes processos estão a ser conduzidos de acordo com linhas consistentes com os procedimentos da ONU, incluindo a definição de prazos e baseada num referendo honesto. Também nessas províncias a nossa política apela a um cessar-fogo, seguido da criação de governos locais que incluam todas as forças políticas africanas, designadamente os movimentos de libertação. Então o povo, através de um referendo ou de um plebiscito, poderia decidir livremente o seu próprio destino.

Ao mesmo tempo, Portugal está hoje muito relutante a entregar a soberania sobre Moçambique à Frelimo, considerando que a Frelimo representa apenas uma minoria do povo de Moçambique. O Presidente Spínola definitivamente acredita nos ideais elevados e princípios incorporados na Carta da ONU e nas políticas que devem derivar deles. Apesar disso, ele pensa que é demasiado apressada uma solução como a de entregar a soberania directamente aos movimentos de libertação, que teria não só um profundo impacto negativo no plano doméstico, como constituiria uma clara vitória para os socialistas e comunistas. Por outras palavras, as **províncias ultramarinas** seriam entregues directamente aos socialistas e comunistas. Como as coisas se apresentam agora, este são os dois partidos,

que, por razões políticas domésticas, estão com inteligência a tirar vantagem das forças externas que de facto dirigem os movimentos africanos de libertação. Assim, a não ser que a independência seja ganha respeitando a integridade dos princípios supra-mencionados, as repercussões e efeitos domésticos seriam bastante desastrosos. Depois, o Presidente Spínola voltou à reavaliação da situação militar da NATO na área atlântica afectada pela emergência de um bastião comunista na Península Ibérica, conjuntamente com a possibilidade de perder Cabo Verde e os Açores.

Ele disse que era da máxima importância distinguir claramente entre a Guiné e Cabo Verde quando se considera a auto-determinação de Cabo Verde. Portugal está disposto a reconhecer a independência da Guiné-Bissau, mas essa questão deve ser claramente diferenciada da de Cabo Verde. Isso é porque, quando se chegar a um plebiscito sobre a auto-determinação, é praticamente certo que Cabo Verde continuará a ser português¹²⁴. O Presidente Spínola tem muitas garantias de que assim será. Por outro lado, se Cabo Verde estiver ligado à Guiné-Bissau cairá directamente nas mãos dos soviéticos.

¹²⁴ Era certo, mas não aconteceu. O povo de Cabo Verde, quando teve oportunidade, votou massivamente pela independência. Claro que se dependesse de Spínola ainda não teriam votado por falta de garantias democráticas ou outra treta qualquer...

O Presidente Spínola conhece os planos secretos do PAIGC, nomeadamente de Amílcar Cabral, onde ele entregaria Cabo Verde aos soviéticos em troca de uma enorme quantidade de dinheiro para ser usado na Guiné¹²⁵. Cabo Verde é muito escassamente populado, muito pobre e um fardo financeiro para Portugal. Tem, no entanto, valor estratégico. Se não fosse por esse valor estratégico, Portugal¹²⁶ estaria muito interessado em ver Cabo Verde ganhar a independência através da auto-determinação, já que o mesmo constitui um pesado fardo económico para Portugal. Isto concluiu uma clara e sincera declaração dos vários problemas que afectam Portugal actualmente e que ensombram todo o Ocidente. O Presidente Spínola sentiu que era seu dever falar desta forma sobre os problemas comuns aos dois países.

Resposta do Presidente Nixon: O Presidente Spínola pode contar com o apoio dos EUA na ONU para a sua política **iluminada** face a África. Quaisquer decisões que tome podem ser transmitidas directamente através do nosso embaixador.

Presidente Spínola: O Presidente Spínola mencionou, quando os dois Presidentes caminhavam para fora da reunião, que poderia ser apropriado examinar o estatuto dos Base da Força Aérea dos Açores no contexto dessa reavaliação da situação militar da NATO.

Não houve comentários específicos do Presidente Nixon.

¹²⁵ Uma calúnia reles e sem qualquer fundamento. Mas Spínola odiava Amílcar Cabral.

¹²⁶ A preocupação com a democracia e com o povo de Cabo Verde é comovedora...

MEMORANDO 1969-1976, Volume E-15, Part 2 - DOCUMENT 136

TÍTULO Memorando preparado para a Comissão 40¹²⁷

DATA 27-09-74

ASSINADO [NÃO ASSINADO]

CONTEÚDO Planos para as operações políticas em Portugal¹²⁸

1. Sumário

Esta é uma proposta de acção secreta desenhada para manter um governo estável¹²⁹ em Portugal, que permita aos EUA usar a Base dos Açores, e honre o facto de Portugal ser membro da NATO. É um programa com duas partes: uma fase exploratória a estar completada antes de 31 de Dezembro de 1974; a maior fase de implementação começará no final de 1974 e será altamente concentrada nos primeiros três meses de 1975, até às eleições para a Assembleia Constituinte. Estas acções secretas serão complementares a um programa geral do Governo dos EUA com o mesmo objectivo básico. Este programa resulta da missão de investigação do General Walters a Portugal, em Agosto de 1974. Durante a sua viagem, Walters discutiu as suas observações com

¹²⁷ A Comissão 40 é uma Comissão Secreta que funciona no seio do Governo dos EUA e tem como tarefa autorizar qualquer operação da CIA. Já teve vários nomes. Nesta altura era presidida por Kissinger.

¹²⁸ Este plano de acções secretas tem muitas questões interessantes. Mas queremos destacar uma: em nenhum ponto se questiona a possibilidade de não haver eleições em 1975. A questão é como influenciar essas eleições para garantir um resultado que sirva os interesses dos EUA. Os EUA sabiam que o MFA ia cumprir a palavra dada, mas tinham medo do resultado das eleições.

¹²⁹ Como era estável o governo anterior ao 25 de Abril...

destacados responsáveis da embaixada e, subsequentemente, com os secretários de Estado e da Defesa. Se todas as linhas de acção forem implementadas, este programa terá um custo de [não desclassificado]. Há indicações de que os soviéticos financiarão a campanha comunista em Portugal. Estimamos que o PCP terá fundos massivos disponíveis e que a campanha pelos candidatos comunistas, sob a bandeira do PCP ou de outras forças, será altamente sofisticada e bem financiada. Um relatório dos projectos iniciados e outras recomendações baseadas na nossa avaliação, no final da fase exploratória (31 de Dezembro 1974), será submetido ao Comité 40. Esse relatório também incluirá um plano completo para as eleições para a Assembleia Constituinte de Março de 1975.

2. Proposta

a) Durante os próximos três meses da fase exploratória deste programa, a Agência realizará actividades tradicionais de inteligência dirigidas, em primeiro lugar, contra os quatro elementos do poder político em Portugal – O Movimento das Forças Armadas (MFA), o Governo, os partidos políticos e o sector laboral.

[São omitidos aqui os detalhes da fase exploratória do programa]

d) Fase de Implementação: Se, como resultado do nosso esforço exploratório, sentirmos que um programa de acção política é necessário e será efectivo, pode incluir os seguintes tipos de actividades:

i. Assumindo que **uma coligação centrista parece ser o que dá melhores perspectivas de assegurar o tipo de governo que o Governo dos EUA gostaria de ver em Portugal**, o apoio pode ser dado a partidos ou políticos seleccionados. Isto pode incluir assistência financeira, e/ou treino dos funcionários da organização. Isto pode ser feito directamente ou indirectamente através de partidos

políticos da Europa Ocidental [próxima linha não desclassificada].

ii. Assistência e encorajamento podem ser dados àqueles oficiais do MFA que pareçam ser favoráveis a um governo centrista (seja de centro-direita ou centro-esquerda) em Portugal, e tentar influenciar esses oficiais a trabalhar concertadamente com líderes políticos ou grupos centristas.

iii. [Menos de uma linha não desclassificada] a determinar e monitorizar o apoio a candidatos ou grupos apropriados. [Duas linhas e meia não desclassificadas] Também existem capacidades clandestinas de dar conselho profissional a partidos políticos e indivíduos sobre a organização de eleições e campanhas.

iv. [5 linhas não desclassificadas]

v. Para serem efectivas, as acções secretas devem ser desenvolvidas no quadro de um amplo programa do Governo dos EUA. Isso pode incluir acções abertas, como convites oficiais para visitar os EUA, endereçados a responsáveis governamentais-chave, como o General Costa Gomes e outros, bem como aos dirigentes mais proeminentes dos principais partidos políticos centristas. Algumas das acções acima referidas, como [menos de uma linha não desclassificada] conselho profissional sobre organização de campanhas e eleições e fundos iniciais para indivíduos ou partidos políticos, [menos de uma linha não desclassificada] trabalho, [menos de uma linha não desclassificada] pode ter que ser implementada em parte durante a fase exploratória desta proposta. Face ao pouco tempo disponível entre 31 de Dezembro de 1974 e as eleições de Março de 1975, e para evitar atrasos nas decisões sobre a implementação de certas actividades directamente relacionadas com as eleições de Março, é também requerida a aprovação política para fundos iniciais se a avaliação da CIA sugerir que eles serão provavelmente produtivos.

Um relatório será submetido ao Comité 40 dando detalhes das actividades implementadas antes de 31 de Dezembro de 1974, bem como os custos detalhados.

3. Alternativas

Os EUA podem permanecer fora da política portuguesa e deixar correr o curso natural dos acontecimentos. A acção indicada na fase de implementação será desenvolvida apenas se a avaliação durante a fase exploratória indicar que é provável que dominem o próximo governo comunistas e/ou outras forças hostis ao Governo dos EUA. A possibilidade de encorajar elementos da direita, isoladamente ou em combinação com grupos militares de visão similar, não é considerada nesta alternativa já que se assume que o Governo dos EUA não favorece nesta altura o regresso a uma ordem autoritária.¹³⁰

4. Riscos e Planeamento de Contingência

Esta proposta, como colocado acima, é desenhada para ser complementar a um programa mais amplo do Governo dos EUA com o objectivo de evitar um assalto comunista ao Governo português. Esta proposta, assim, deve encaixar na aberta e pública posição dos EUA. O facto de que os EUA estarão abertamente a colocar o seu peso contra uma tentativa comunista de dominar o próximo governo gerará algum criticismo: no entanto, esse criticismo será aceitável em termos dos nossos objectivos. As acções secretas descritas neste documento estão desenhadas para esconder o envolvimento oficial dos EUA, assim minimizando o risco de embaraço para os EUA e um governo português amigável. As actividades secretas serão desenvolvidas depois de termos

¹³⁰ Sim, os homens são pela democracia, mas assumem que amanhã poderão apoiar uma solução autoritária «*does not favor a return to an authoritarian rule of the country at this time*».

desenvolvido a base para uma decisão depois de terminada a fase exploratória (31 Dezembro 1974) sobre se a situação impõe que se assumam os riscos de acções eleitorais.

5. Coordenação

Esta proposta foi preparada por um pedido específico do Departamento de Estado. Foi coordenada e aprovada, em geral, pelo embaixador e pelo DCM em Lisboa.

6. Custos

Está estimado que o custo desta proposta será aproximadamente [quantia não desclassificada], que será financiada pela CIA. A fase exploratória pode exigir alguns fundos adicionais que, se necessário, serão gastos pela CIA com esta aprovação de política. Tendo em conta a nossa avaliação no final da fase exploratória, e dependendo da possibilidade e necessidade de um maior envolvimento na operação das eleições, podem ser necessários fundos adicionais durante a fase de implementação que se realizará nos primeiros três meses de 1975, até às eleições de Março. Um relatório será preparado a 31 de Dezembro e enviado para o Comité 40 dando nota dos resultados de qualquer actividade iniciada durante a fase exploratória, bem como com os planos e recomendações completas para as actividades futuras e as despesas projectadas para as eleições de Março. Um resumo desses fundos por categorias seria o seguinte [quadro com dez linhas não desclassificado].

7. Recomendação

É recomendado que o Comité 40 aprove a proposta, incluindo o nível de financiamento.

MEMORANDO 1969-1976, Volume E-15, Part 2 - DOCUMENT 137

TÍTULO Memorando do assistente do Presidente para questões de Segurança Nacional para o Presidente Ford

DATA [NÃO DATADO]

ASSINADO KISSINGER

CONTEÚDO Avaliação dos acontecimentos em Portugal

A resignação do Presidente Spínola, na manhã de segunda-feira, foi o culminar de uma grande prova de força política, durante o fim-de-semana, vencida pela esquerda.

O General Costa Gomes, um aliado de longa data de Spínola, foi nomeado como novo Presidente. Costa Gomes pode ser classificado nos mesmos termos ideológicos que Spínola, mas é provavelmente mais paciente com os pontos de vista opostos e assim mais disposto ao compromisso. Em qualquer caso, a Presidência pode ser esvaziada de muitos dos seus poderes e o ocupante do gabinete está em perigo de ser uma figura decorativa.

O verdadeiro poder em Portugal está nas mãos do Movimento das Forças Armadas, um grupo de jovens com inclinações de esquerda que em Abril organizaram o derrube do governo de Caetano. As suas decisões são administradas por um Governo encabeçado por Vasco dos Santos Gonçalves, 53 anos. Há muitas incertezas sobre a composição do Movimento e sobre o que defende. Provavelmente representa apenas uma pequena parte dos oficiais. Sem dúvida que inclui nas suas filas alguns comunistas, mas também tem jovens oficiais genuinamente determinados a liberalizar Portugal e sair de África. Os últimos parecem ter uma influência predominante no Movimento.

Talvez a lição mais importante dos acontecimentos do fim-de-semana seja a coordenação próxima entre o Movimento e o Partido Comunista. Entre eles, o seu controlo

da situação foi tão completo que, para todos os efeitos, o país está nas suas mãos.

Spínola esteve numa competição pelo poder com o Movimento durante vários meses. As suas diferenças foram sendo tornadas públicas, apesar de ser claro que o Movimento estava impaciente com o ritmo gradual de descolonização favorecido por Spínola. A disputa também surgiu de problemas domésticos, com Spínola a adoptar geralmente soluções mais moderadas que as defendidas pelo Movimento. A questão central, no entanto, foi a autoridade – Spínola não conseguiu tolerar ter as suas decisões monitorizadas e o Movimento estava determinado a assegurar que o seu Programa era seguido à letra.

Uma questão central agora é se a direita irá contra-atacar. **Estão desorganizados, mas bem financiados.** Entretanto, a deterioração da situação económica pode ser a questão decisiva para o rumo dos acontecimentos em Portugal. Uma continuada e séria desaceleração fomentará a agitação popular, particularmente se a administração de Gonçalves parecer estar a afastar-se da promessa de eleições livres na próxima Primavera.

Houve indicações de que alguns membros do Movimento desejam ver um Portugal mais neutral, menos amarrado aos EUA e à NATO. No entanto, enquanto prosseguir a luta pelo poder a nível interno, não será clara a posição de Portugal nessas questões internacionais. Até agora, não houve indicações de mudanças na política internacional na sequência da demissão de Spínola.

A	Abel Pinheiro	447
	António Guterres	379
	António Sousa Franco	204
	Applied Magnetics	118
B	BIRD	244
C	Carlos Fabião	51
	CEE	357
	Cruz Oliveira, Capitão	47
F	Firmino Miguel	22
	Franco Charais	76
G	Garcia dos Santos	64
H	Hastings Banda	48
	Henrique de Santa Clara Gomes	47
J	José Bernardo do Canto e Castro	76
	José Carlos Gonçalves Viana	65
	José Sanches Osório	26
	José Vera Jardim	45
L	Luís Nandim de Carvalho	212

M	Manuel da Costa Brás	23
	Marcelino da Mata	195
	Mário Ruivo	45
	MLSTP	339
	Mobutu	229
P	Pedro Amadeu dos Santos Coelho	65
	Pinto Soares	75
R	RARET	194
	Rui Almeida Mendes	204
	Rui Grácio	46
V	Vasco Lourenço	75
	Vitorino Magalhães Godinho	24



PUBLICAÇÃO DIGITAL
Lisboa, Outubro de 2024